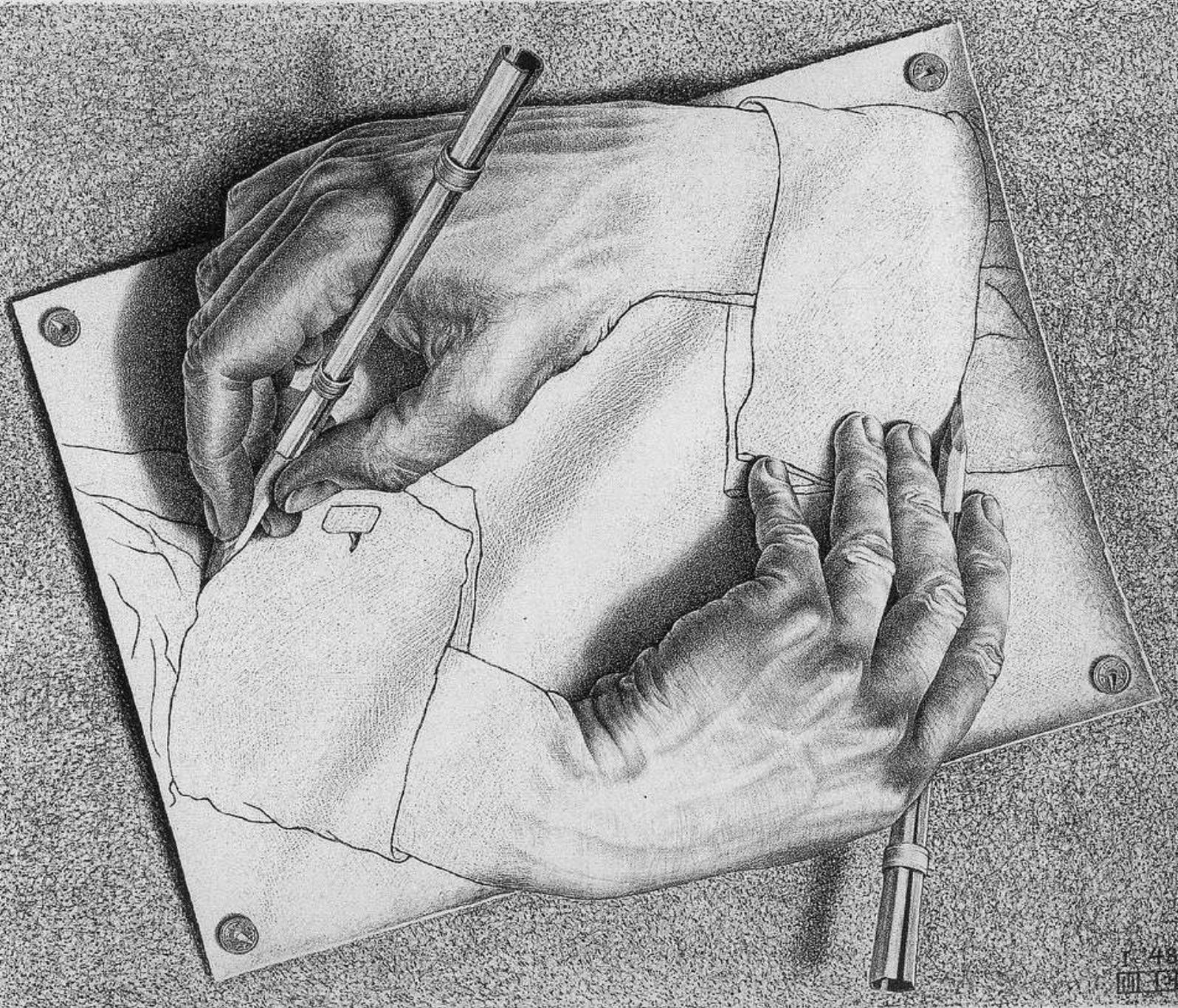


Temporalidades

REVISTA DE HISTÓRIA

Volume 9, Nº 1

Jan /Abr . 2013



Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em
História da UFMG, v. 5 n. 1.

Janeiro/Abril de 2013 – ISSN: 1984-6150 www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
v. 5, n. 1 (jan./abr. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2013.

Semestral
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>
1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Expediente

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Danilo Araújo Marques

Débora Cazelato de Souza

Deise Simões Rodrigues

Fabiana Léo Pereira Nascimento

George Silva do Nascimento

Geovano Moreira Chaves

Igor Tadeu Camilo Rocha

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (Universidade de Évora-CIDEHUS)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora- CIDEHUS)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFOP)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPA)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virgínia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz

Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves

Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Tarcísio Botelho

Vice-chefe: João Pinto Furtado

Secretários: Kelly C. Canesso de Oliveira

Agostini e Valteir Gonçalves Ribeiro

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriane Aparecida Vidal Costa

Vice-Coodenador: André Luis Pereira

Miatello

Secretários: Marinho Nepomuceno, Paulo

Afonso Maia e Sonia Mara Pacheco

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: José Newton Coelho Meneses
Secretária: Edilene Oliveira

Design

Danilo Araújo Marques
Débora Cazelato de Souza
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Diagramação

Danilo Araújo Marques
Débora Cazelato de Souza
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Contato:**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910.
Belo Horizonte/MG
temporalidades@gmail.com
<http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc*

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas além dos membros permanentes do nosso Conselho Consultivo, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Adriana Suzart de Pádua (UNESP)

Alessandra Santos (UFMG)

Anderson Oliva (UnB)

André Francisco Berenger de Araújo
(Professor SME Maricá, RJ)

Ania Cavalcante (USP)

Anita Martins Rodrigues de Moraes (UFF)

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC-
SP)

Débora Cazelato de Souza (UFMG)

Denise M. Ribeiro Tedeschi (UNICAMP)

Diorge Alceno Konrad (UFSM)

Eduardo Scheidt (USS)

Elio Chaves Flores (UEPB)

Fidel Irving Pérez Flores (UERJ)

Gabriela Pellegrino Soares (USP)

Giancarlo Michel de Almeida (UFRGS)

Gilberto Gornati (USP)

Gilvan de Melo Santos (UEPB)

Giselda Brito Silva (UFRPE)

Helmut Galle (USP)

Heloisa Jochims Reichel (Fundação de
Amparo a Pesquisa/RS)

Igor Salomão (UFRGS)

Isabel Cristina Leite da Silva (UFRJ)

Júlio César Nogueira Soares (PUC/MG)

Leila Maria Inoue (UNESP)

Loque Arcanjo Jr. (UFMG/UNI-BH)

Lucile Grangeiro Cortez (UECE)

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (UFOP)

Marcos Abreu Leitão de Almeida

(Northwestern University)

Marcus Cesar Ricci Teshainer (PUC/SP)

Maria Luciane Gobbo dos Santos Astolfi
(UPF)

Naamá Silverman Forner (USP)

Pablo Menezes e Oliveira (UFMG)

Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP)

Priscila Carlos Brandão (UFMG)

Priscila Ribeiro Dorella (UFV)

Rodrigo Santos de Oliveira (UFRG)

Solange Pereira da Rocha (UEPB)

Wellington Barbosa da Silva (UFRPE)

Sumário

Editorial.....	1
----------------	---

Seção livre

Quando se rompe o silêncio: o livro <i>As Veias Abertas da América Latina</i> e sua trajetória no Brasil.....	6
Alexandre Queiroz de Oliveira	

O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009).....	29
Edson Alexandre Santos Real	

Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira.....	41
Felipe Azevedo Cazetta	

A Real Audiência da Prata e os fundamentos da justiça na América no século XVII.....	61
Mariângela.Célia Ramos Violante	

O lugar dos semanários <i>Acción</i> e <i>Marcha</i> na difusão do latino-americanismo no Uruguai (1932-1945).....	75
Mateus Favaro Reis	

Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a embaixada mexicana no Brasil (1930-1936).....	97
Natally Vieira Dias	

A “democracia participativa e protagônica” venezuelana: os pesquisadores e as representações pela <i>veja</i>	111
Queila Amaro Rodrigues da Silva	

As representações dos cangaceiros Antônio Silvino e Lampião em versos da Literatura de Cordel	142
Luciana Borges Patroclo e Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva	

Do arraial à cidade: Ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747).....	145
Tércio Veloso	

Agência ritual africana e a africanização do catolicismo no reino do Congo pós-restauração. 1769-1795.....	167
Thiago Clemêncio Sapede	

Editorial

O que o leitor tem agora em mãos é uma edição excepcional. Ela é resultado do comprometimento do Conselho Editorial, em sua gestão 2013, com o enfrentamento de uma série de desafios que visam honrar o alto patamar de qualidade alçado pelos Conselhos anteriores e buscar o constante aprimoramento deste periódico.

Pode-se dizer que, nos últimos anos, *Temporalidades* vem se consolidando como uma publicação discente de referência, recebendo contribuições e mobilizando pareceristas de diferentes regiões geográficas do Brasil e ainda, eventualmente, de países estrangeiros. Esse processo, no entanto, não ficou imune a algumas dores de crescimento. Mesmo editando números relativamente grandes, chegando a publicar por número mais do que o mínimo de artigos exigido pela CAPES para o total do volume, era frequente que ficássemos com uma sobra de textos não publicados, a despeito de sua boa qualidade. Entendemos essa realidade como prejudicial aos autores que tão gentilmente nos confiavam sua produção e precisavam esperar longos meses para vê-la editada e publicada, principalmente àqueles que não têm espaço em periódicos de maior porte e aos quais a nossa missão editorial, como periódico discente, é especialmente dedicada.

Diante desse quadro, o Conselho Editorial gestão 2013 tomou a corajosa decisão de passar a editar não dois, mas três números por volume. Pretendemos, com isso, ampliar o espaço editorial para publicações discentes, contribuindo para a melhoria da produção e para o avanço do diálogo científico na área de História e afins.

A escolha da imagem da capa não se deu por acaso. A obra “Drawing Hands” (1948), do artista gráfico holandês Martius Cornelis Escher (1898-1972), mostra duas mãos desenhando a si próprias, projetando-se para fora do papel que lhes serve de suporte. Encaramos essa e as demais mudanças que estão por vir como importantes passos para a consolidação e reconhecimento de nosso periódico. Tal perspectiva não teria sido possível sem o árduo trabalho deste e de todos os Conselhos Editoriais anteriores. Trata-se de um trabalho feito a muitas mãos, com espírito de colaboração e aprendizado constantes. Acreditamos que os avanços observados desde a fundação de *Temporalidades* são o retrato do comprometimento dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG com a manutenção de espaços de discussão acadêmica voltados para estudantes. Tal compromisso já apresenta novos frutos, como o Encontro de

Pesquisa em História (EPHIS), cuja segunda edição ocorreu no mês de junho na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, atraindo estudantes de graduação e pós-graduação de todo o Brasil e até mesmo de outros países. A constatação dessa realidade levou à escolha da imagem em questão como forma de saudar os colegas que participam e participaram dessa empreitada.

Confiantes de termos recebido das mãos dos Conselhos anteriores um projeto sólido e de excelência, e especialmente impulsionados pela recente classificação do periódico no estrato B3 da Avaliação Qualis/CAPES, o desafio da atual gestão é, mantendo o caráter discente da nossa *Temporalidades*, submetê-la aos padrões de qualidade estabelecidos para os periódicos dos mais altos estratos. Fica aqui registrado o nosso “muito obrigado” a todos os que nos antecederam e reafirmado o nosso comprometimento com os propósitos iniciais da revista. Outras novidades, como o aumento da dispersão geográfica e institucional dos membros do Conselho Consultivo, se farão sentir nesta e nas próximas edições.

O presente número é composto das contribuições aprovadas para publicação dentre aquelas que nos foram enviadas até o mês de abril de 2013¹. Excepcionalmente, por se tratar de uma edição de transição, ela não conta com um dossiê temático² e respectiva entrevista, o que, acreditamos, não prejudicou a qualidade da publicação, que apresenta uma rica diversidade de assuntos. No artigo “Quando se Rompe o Silêncio: o livro *As veias abertas da América Latina* e sua trajetória no Brasil”, o autor Alexandre Queiroz de Oliveira, graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo, analisa a forma como tal livro circulou no Brasil, tendo em vista a problemática em torno da relação entre Brasil e América Latina. Discorre-se sobre a razão do sucesso desse livro no Brasil, assim como as críticas por ele recebidas num recorte temporal que vai da década de 1960 à contemporaneidade.

O imaginário de “nação brasileira” anterior aos fatos ocorridos em 1889, associado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Exército, ao herói Tiradentes, à Bandeira Nacional e ao Hino da Pátria, é considerado por Edson Alexandre Santos Real, especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG, por meio do texto “O nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009)”, como elemento importante para que a ideia de

¹ Por se tratar de uma edição de transição, esta vem a público, como se há de notar, com um inevitável atraso de alguns meses. Sugerimos aos Conselhos Editoriais futuros a publicação de seus números nos meses de maio, setembro e fevereiro, respectivamente, tornando a periodicidade quadrimestral, e não mais semestral.

² O dossiê temático “O que é teoria-metodologia da História? O lugar da teoria-metodologia no conhecimento histórico”, referente ao quadrimestre maio/agosto 2013, continua sendo preparado e tem publicação prevista já para o próximo mês de setembro.

pertencimento a um todo coletivo, em forma de “nação”, pudesse ser ampliado visando a implementação de um sentimento comum aos cidadãos brasileiros. As políticas educacionais do contexto, repassadas a parcela da população através das escolas, são consideradas pelo autor como principais veículos de promoção e difusão desses ideais.

No artigo “Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira”, o doutorando da Universidade Federal Fluminense Felipe Azevedo Cazzeta faz exposição sobre os aspectos teóricos e as ideias políticas de dois movimentos identificados historicamente pelo seu caráter integralista: o Integralismo Lusitano (IL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Através da confrontação das especificidades dos contextos intelectuais vivenciados pelos autores integralistas e as vicissitudes da cena política, Felipe Cazzeta constrói a argumentação que sustenta, ao longo do texto, a questão principal que discute o tipo de integralismo presente nesses dois movimentos políticos e por que se denominavam dessa maneira.

Mariângela Célia Ramos Violante, graduanda pela Universidade Federal de São Paulo, no artigo “A Real Audiência da Prata e os fundamentos da justiça na América no século XVII”, analisa os procedimentos da Audiência da Prata a partir da observação de especificidades jurídico-administrativas da América seiscentista.

Em “O lugar dos semanários 'Acción' e 'Marcha' na difusão do latino-americanismo no Uruguai (1932-1945), Mateus Fávoro Reis, doutorando em História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, faz uma densa reflexão, ainda que breve, acerca da difusão do ideário latino-americanista em contraposição ao do pan-americanismo a partir da análise dos semanários uruguaios mencionados no título.

No texto “Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a embaixada mexicana no Brasil (1930-1936)”, Natally Vieira Dias, Professora Assistente do Departamento de História da UEM e doutoranda em História pela UFMG, analisa a atuação e estratégias de sociabilidade intelectual do embaixador do México no Brasil, Alfonso Reyes, no decorrer de seis anos da década de 1930. Para tanto, a autora lança mão do enfoque na promoção de seu ideal americanista no país, bem como nas aproximações e distanciamentos de seu latinoamericanismo no que refere à postura mexicana oficial.

“Longe de ser um agente neutro, ela [a revista *Veja*] se configura como sujeito ativo no processo histórico criando representações onde a construção textual tem a finalidade de transformar interpretações em fatos produzindo, assim, um simulacro sedutor da realidade.” É

dessa maneira que Queila Amaro Rodrigues da Silva, mestranda da Universidade Severino Sombra, inicia as primeiras páginas de seu artigo intitulado “A ‘democracia participativa e protagônica’ venezuelana: os pesquisadores e as representações pela *Veja*”. Em uma narrativa muito bem estruturada, Silva divide sua escrita em dois momentos distintos. No primeiro, a autora traz à tona os estudos produzidos nos ambientes acadêmicos sobre o governo de Chávez, mostrando a forma como essas pesquisas são embasadas por reflexões rigorosas. Já no segundo momento, a autora analisa 10 artigos produzidos pela revista entre os anos 1998 e 2002, indicando como esse periódico influencia na formação da opinião pública brasileira.

Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva e Luciana Borges Patroclo analisam folhetos de literatura de cordel em busca das representações acerca dos cangaceiros Antônio Silvino e Lampião veiculadas no Nordeste brasileiro. Para as autoras, os folhetos de cordel constituem importantes objetos de análise na medida em que possibilitam a apreensão de imagens construídas através do jogo dos versos, da utilização de estruturas narrativas que prendem a atenção do leitor e direcionam seu olhar, suscitando emoções. Antônio Silvino e Lampião são representados a partir de temas em comum como o assassinato não solucionado de seus pais, o desejo de vingança e a violência praticada pelos membros de seu bando. A percepção da figura do cangaceiro como um herói estaria vinculada à visão do sertanejo sofrido com o descaso do Estado, enquanto para aqueles que o repudiavam ele era apenas um bandido violento que buscava o próprio benefício. O artigo mostra como os cordéis representaram os cangaceiros ora como “bandidos”, ora como “justiceiros”. Para as autoras, os atos de violência praticados por Lampião teriam sido condenados pela violência injustificada, enquanto que as mortes praticadas por Silvino foram consideradas consequências da perseguição das forças policiais.

Tércio Veloso, mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, em “Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re)construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747)”, busca lançar luz sobre as formas de atuação administrativa na configuração do espaço urbano das Minas Gerais setecentistas, partindo, sobretudo, de medidas tomadas pela Câmara de Mariana no intuito de reduzir os efeitos das enchentes do Ribeirão do Carmo sobre a população da vila, em meados do século XVIII.

Finalmente, é especialmente através dos matrimônios realizados no Congo pós-restaurado, sobretudo em meados do século XVIII, que o mestre pela Universidade de São Paulo, Thiago Clemêncio Sapede, analisa a sociedade local conguesa. Reverenciando os casamentos como uma ferramenta de manutenção da própria legitimidade das elites políticas do

Congo, Sapede narra que essas elites tinham o interesse em incorporar ritos e símbolos católicos apresentados pelos portugueses, mas com o objetivo de fortalecer o próprio poder local. Segundo o autor, é necessário que se entenda a agência ritual dos homens congueses para compreender o papel do catolicismo nessa região. No artigo intitulado “Agência ritual africana e a africanização do catolicismo no reino do Congo pós-restauração. 1769-1795”, o leitor encontrará ainda definições mais precisas acerca desses especialistas rituais no processo de catequese e nas práticas rituais católicas.

Com este número ricamente diversificado, como se verá, damos as boas vindas aos novos membros do Conselho Editorial, e desejamos a todos uma ótima leitura.

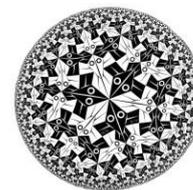
Belo Horizonte, 30 de agosto de 2013.

Danilo Marques

Débora Cazolato

Fabiana Léo

Raul Lanari



Quando se rompe o silêncio: o livro *As Veias Abertas da América Latina* e sua trajetória no Brasil¹

Alexandre Queiroz de Oliveira
Graduando em História
Universidade Federal de São Paulo
alexandrezqueiroz@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a forma como o livro *As Veias Abertas da América Latina* circulou no Brasil. Tendo como princípio a difícil relação entre o Brasil e a América Latina, investigamos aspectos que levaram ao sucesso de uma obra latino-americanista e marxista no Brasil, e algumas questões pertinentes suscitadas pela sua recepção acadêmica. Considerando as variadas significações de *Veias Abertas*, discorreremos sobre as críticas comuns que se estabeleceram na América Latina nos anos 1960, e que permeiam até hoje o discurso e o imaginário latino-americano.

PALAVRAS-CHAVES: América Latina, História das Ideias, História do Livro, Historiografia.

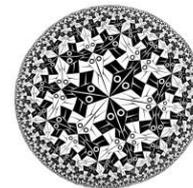
ABSTRACT: This article discusses how the book *Open Veins of Latin America* circulated in Brazil. From the premise of the difficult relationship between Brazil and Latin America, we investigate aspects that took to success a Latin-Americanist and Marxist book, and also some relevant questions roused by its academic reception. Based on its variables meanings, *Open Veins* allows us to discuss common criticisms that were established in Latin America in the 1960's that until today permeate the speech and the imaginary Latin-American.

KEY WORDS: Latin America, History of Ideas, Book trajectory, Historiography.

Eduardo Galeano publicou o livro *As Veias Abertas da América Latina* em 1971, simultaneamente em Cuba, pela editora *Casa de las Américas*, no México, pela *Editora del Siglo XXI* e no Uruguai pela *Editora de la Universidad de la República*². O livro foi, portanto, pensando como uma obra que deveria chegar a toda América Latina, sendo publicado por editoras que tinham em seus catálogos livros de esquerda e, como no caso da *Casa de las Américas*, tradição de engajamento e um posicionamento ideológico progressista, o que contribuiu para que o livro fosse identificado como uma obra “de esquerda”. Condição essa reforçada pela biografia de seu escritor. Eduardo Galeano, que no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, sofria com a censura e a perseguição imposta pelo regime civil-militar uruguaio (1973 – 1985) o que o levou ao exílio na Argentina em 1973.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² RUFFNELLI, Jorge. Entrevista con Eduardo Galeano. El escritor en el proceso americano. *Marcha*, 06/08/1971. N. 1555. pp. 30-1.



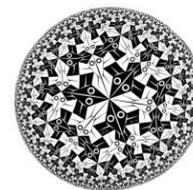
Autor de intensa produção editorial, no contexto de publicação do *Veias Abertas*, era militante da Frente Ampla, uma grande coalizão de centro-esquerda formada em 1971, com o intuito de combater a escalada autoritária do Estado Uruguaio e ser uma opção de esquerda ao tradicional bipartidarismo uruguaio – composto pelos partidos *Blanco* e *Colorado*. A Frente Ampla se constitui em um partido, ao qual Galeano é militante, e tem sido um entusiasta das recentes vitórias nas eleições presidenciais uruguaias. A Frente, em 1971, propunha um programa de reformas, a exemplo dos encampados por Salvador Allende no Chile e João Goulart no Brasil.

Galeano integrou a chamada “Geração de 1955”, grupo de intelectuais, descendentes da “Geração de 45”, que se caracterizaram por proporem uma revisão crítica do imaginário coletivo e oficial a respeito do Uruguai, tido como um modelo de sociedade capitalista nas Américas. Grande parte dessa geração de intelectuais teve nas páginas do jornal *Marcha* (1939-1974) um instrumento de concentração e propagação de suas ideias. *Marcha* foi, certamente, a mais importante mídia de esquerda no pós-Segunda Guerra no Uruguai, e uma das mais importantes da América Latina, tendo circulado em vários países latino-americanos. *Marcha* foi uma resposta anti-imperialista, marxista e latino-americanista, ao longo de sua existência, aos contornos autoritários que assumiam a América Latina nos anos 1960. É apresentado como símbolo de seu tempo e dos debates vigentes em seu país: “El Uruguay de los sesenta fue el Uruguay de *Marcha*”³. Muitos líderes políticos e intelectuais colaboraram no *Marcha*, a exemplo de Che Guevara, Gabriel Garcia Marques, Vargas Llosa, Fidel Castro, João Goulart, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Frugoni e outros, além de Eduardo Galeano, que chegou a ser editor entre os anos de 1960 e 1964⁴ e do fundador e diretor do semanário Carlos Quijano.

Marcha acompanha as muitas transformações que ocorreram no Uruguai. Espremido entre os “gigantes” da América do Sul (Brasil e Argentina), o Uruguai constituía sua identidade própria, e seus cidadãos se autodenominavam os “orientais”. A ideia de que o país alcançava notável desenvolvimento, em meio à pobreza da América Latina, criara o rótulo de “Suíça das Américas”, uma vez que estava assegurada a democracia, o bem-estar social e a prosperidade econômica. Os governos uruguaios, até os anos 40, alimentavam essa imagem de país diferenciado, mas a conjuntura do pós-Segunda Guerra mudou esse quadro. Nesse momento, os intelectuais espremidos entre os extremos ideológicos que se chocavam na Guerra Fria, passaram a criticar essa visão do Uruguai sobre si mesmo. Influenciados por Sartre, Heidegger e outros

³ ARMAS, Gustavo de, GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su Conciencia crítica – Intelectuales y política em siglo XX*. Montevideo: Editora Trilce. p. 35.

⁴ Após 1964, Eduardo Galeano foi editor da revista *Época*, também censurada pelo Estado Uruguaio.



teóricos das humanidades⁵, essa geração expôs sua angústia quanto ao futuro e presente do Uruguai. Essa angústia foi fator preponderante na revisão da história uruguaia e na atuação desses intelectuais no tempo presente, denunciando o caráter subdesenvolvido do Uruguai e da América Latina. Nessa atmosfera onde se denunciava a pobreza a assimilava o pessimismo, Eduardo Galeano teve sua formação como escritor. Podemos notar a transição, a partir dos anos 1950, que se caracteriza como um “largo e penoso declive desde el “país modelo” hacia el omniuso subdesarrollo”⁶.

Por conta da postura esquerdista do autor, e especialmente pelo seu conteúdo, *Veias Abertas* foi censurado em vários países da América Latina pelas ditaduras militares. Porém, circulou clandestinamente, graças à boa recepção que teve nos meios universitários, principalmente. O historiador Enrique Padrós constatou que a obra “iniciará uma geração de latino-americanos na leitura crítica do processo histórico continental”⁷. A versão original, em espanhol, foi um grande sucesso de público. Em meados de 1980 já havia alcançado a marca de 60 edições⁸. No Brasil, a trajetória do livro foi de similar sucesso. Entretanto, somente em 1978 foi publicada a versão em português, editada no Brasil. Foi lançada pela editora *Paz e Terra*, então dirigida pelo ex-deputado de oposição ao Regime Militar, Fernando Gasparian (1930 - 2006). A princípio, a editora esteve muito empenhada na publicação de obras relativas à Teologia da Libertação e livros de esquerda de modo geral, linha editorial sugerida em seu próprio nome.

A editora *Paz e Terra* publicou *As Veias Abertas* em 1978 como o volume 12 da Coleção Estudos Latino Americanos. Na coleção ainda constavam livros de Darcy Ribeiro, Stanley J. Stein, Barbara H. Stein, entre outros. A editora publicou concomitante a essa coleção, outros títulos que obtiveram grande vendagem e se tornaram referências acadêmicas, como a Coleção Estudos Brasileiros e Pensamento Crítico. Em 1975 a editora lançou o livro do argentino Tulio Halperín Donghi, *História da América Latina*, que se tornou uma obra de referência e obteve grande sucesso de vendas. No artigo dos historiadores Gabriela Pellegrino Soares e Júlio Pimentel Pinto, é enfatizado, no contexto da produção sobre América Latina que chegava ao Brasil, o importante impacto que essa obra teve em nosso país, e o precedente que foi para uma maior produção sobre história da América Latina no Brasil. Se antes “aos interessados em temas

⁵ ARMAS, Gustavo de, GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su Conciencia crítica – Intelectuales y política em siglo XX*. p. 57

⁶ ARMAS, Gustavo de, GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su Conciencia crítica – Intelectuales y política em siglo XX*. p. 69

⁷ PADRÓS, Enrique Siqueira. Como *El Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968 – 1985): Do Pachecato à Ditadura Civil Militar. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História. Porto Alegre 2005. p. 17

⁸ MARCHESI, Aldo. Imaginación política del Antiimperialismo: Intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los Sessenta. In: *Estudios Interdisciplinários de América Latina y Caribe*. Editora da Universidade de Tel Aviv, 2006. s.p.



latino-americanos não restavam muitas opções além de recorrer às obras em outros idiomas [...] Algumas décadas mais tarde, porém, o cenário já não é assim desolado”⁹. Dois anos depois de publicado o livro de Halperín Donghi, *Veias Abertas* é considerado um novo marco: “As imagens cunhadas pelo livro difundiram-se em meio a um público não restrito aos meios acadêmicos”¹⁰.

Veias Abertas se consolidou como uma obra que vinha ao encontro da demanda de brasileiros interessados em uma história da América muito obscurecida, mas que ia sendo introduzida em nosso país há algumas décadas. Ainda que não existisse uma grande quantidade de obras voltadas à história latino-americana, não podemos desconsiderar os contatos que existiam entre o Brasil e os países hispânicos em épocas anteriores. Esboçaremos aqui um breve balanço bibliográfico a cerca da relação entre Brasil e América Latina.

Brasil e América Latina: Encontros e Desencontros

A historiadora Kátia Baggio, dissertou sobre os intelectuais brasileiros que, nas primeiras décadas da República, se aproximaram dos demais países da América Latina atentando aos aspectos do pan-americanismo. Embora essa elite intelectual estivesse muito subordinada à monarquia e ligada ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), apresentaram diversas hipóteses e argumentos a respeito da integração da América e da condição de sua população, tendo em sua composição desde as ideias que assimilavam o darwinismo social e relacionavam a pobreza com a “raça”, até os que denunciavam o imperialismo estadunidense na América Latina¹¹.

Em sua dissertação de mestrado, Priscila Ribeiro Dorella esboça o percurso de um intelectual que pode ser tido como um pioneiro nos estudos acadêmicos latino-americanos no Brasil, Silvio Júlio de Albuquerque Lima (1885 – 1984) que, no começo do século XX, opôs-se às ideias advindas do século XIX a respeito da apartada América Latina, e via na região uma identidade que se respaldava na tradição ibérica comum¹². A historiadora Gabriela Pellegrino Soares aponta que, no começo do século XX, além de um estreitamento das relações entre a Espanha e a América Hispânica, intelectuais brasileiros passaram a figurar no diálogo com os

⁹ SOARES, Gabriela Pellegrino e PINTO, Júlio Pimentel. A América Latina no Universo das Edições Brasileiras. *Diálogos*. DHI/ PPH/ UEM. V.8, n.2. 2004 p. 134.

¹⁰ SOARES, Gabriela P, PINTO, Júlio P. *Diálogos*. p. 136.

¹¹ BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do regime republicano*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. p. 31

¹² DORELLA, Priscila Ribeiro. *Silvio Júlio de Albuquerque Lima: um precursor dos estudos acadêmicos sobre América Hispânica no Brasil*. Tese (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 17.



vizinhos latino-americanos. Dessa forma, intelectuais ligados às vanguardas modernistas que despontavam no Brasil, como Monteiro Lobato, estabeleceram contato com intelectuais e tiveram muitas de suas obras publicadas na Argentina e difundidas nos outros países da América Latina. As relações entre Gabriela Mistral e escritores como Mário de Andrade, de Cecília Meirelles e Alfonso Reyes, e o interesse crescente por parte de um grupo de intelectuais e de editoras, como a Brasiliense, revelam que, além do interesse de mercado, “[...] ao lado das aspirações identitárias, os países vizinhos passavam, em certos contextos, a figurar como referências de desenvolvimento e concepções de modernidade que iam ao encontro das premências nacionais”¹³.

É importante salientar que essas são iniciativas decorrentes de motivações individuais e permaneceram muito centradas numa elite intelectual. Não havia engendrado pelo Estado brasileiro, nem no período Monárquico, uma aproximação maior entre o Brasil e os demais países da América Latina. A historiadora Maria Lígia Prado destaca que foram pelos processos de consolidação do Estado Nação, e de sua respectiva identidade, que se construíram fronteiras entre a América Portuguesa e Espanhola como um divisor de mentalidades e estruturas. Do lado brasileiro, um país unitário, regido por uma monarquia constitucional sólida que se opunha às fragmentadas e caóticas repúblicas da América do Sul. Somado a isso, havia os conflitos no final do século XIX entre as regiões. A República pouco fez para reverter esse quadro. O que levou Prado a utilizar a expressão *Brasil e a Distante América do Sul*¹⁴ como título de seu artigo.

São, portanto, universos que tinham uma relação de encontros e desencontros, e o objetivo de tais considerações reside em desnaturalizar uma ideia de aproximação lógica entre os países da América Latina, ou no extremo oposto, a ideia de que são regiões sem contato. Quando da publicação de *Veias Abertas*, existia um contexto de aproximação, sendo os anos 1970 um período de combate às ditaduras militares. Além disso, havia uma aproximação identitária em torno das ideias de esquerda, muito calcada no marxismo e na esperança difundida pela Revolução Cubana.

O projeto editorial de *Veias Abertas* contou com o respaldo de intelectuais que ao verem a demanda por parte do público brasileiro, incluindo o acadêmico, também se envolveram nesse processo. Fundamentamos esse argumento ao analisarmos a composição do Conselho Editorial

¹³ SOARES, Gabriela Pellegrino. Diálogos Culturais Latino-Americanos na Primeira Metade de Século XX. *Projeto História*. São Paulo, n. 32, Jun/2006. p. 243

¹⁴ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*. Nº 145, São Paulo, dez de 2001.



da editora *Paz e Terra*. A editora, de meados dos anos 1970 até os anos 1980, tinha em seu conselho o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o economista Celso Furtado¹⁵, o crítico literário Antonio Candido e o presidente da editora, Fernando Gasparian. No *site* da editora, assim consta seu histórico institucional: “Nascida há mais de 40 anos, na resistência democrática, a editora conquistou progressivamente a adesão de muitos de nossos mais brilhantes intelectuais, com os quais sempre compartilhou a defesa da liberdade de pensamento e do direito ao diálogo”¹⁶.

Nos anos 1970 ainda contribuíra para uma maior disseminação do universo latino-americano no Brasil, o *boom* do Realismo Fantástico, sendo traduzidos e publicados no Brasil escritores como o colombiano Gabriel García Márquez, os peruanos Manuel Scorza e Mario Vargas Llosa, e os argentinos Julio Cortázar e Jorge Luiz Borges, para citar os grandes expoentes dessa escola literária. Conforme destacou Gabriela Pellegrino “a literatura colaborou bastante numa espécie de sensibilização do leitor brasileiro para as semelhanças e diferenças entre os itinerários que o Brasil e a América Latina percorreram”¹⁷. A literatura agiu de forma a complementar os trabalhos acadêmicos que esboçavam os desafios conjunturais e estruturais dos países da América Latina. Eduardo Galeano é autor de muitos romances, crônicas e poesias, em que retrata homens e cenários da América Latina. *Veias Abertas* possui passagens em que sua narrativa se aproxima da literatura, e o autor soube explorar essas duas referências.

Em paralelo a expansão do Realismo Fantástico, uma leitura marxista feita na América Latina no final dos anos 1960, difundiu-se no meio Acadêmico latino-americano e pautou o debate sobre a América Latina no Brasil. *Veias Abertas* baseou-se nessa leitura da América Latina, e sua difusão está muito calcada nos marcos criados por esse debate. O marxismo na América Latina teve uma recepção muito desigual e lenta¹⁸. Nutriu fortes relações com o anarquismo, o sindicalismo e o próprio populismo que se desenvolveu posteriormente na América Latina. O sociólogo Bernardo Ricupero analisa essa questão sob a dualidade do cosmopolitismo - localismo, a partir da formulação inicial, indicada por Ricupero, de Antônio Cândido. Para

¹⁵ Vale destacar que Furtado teve papel de destaque na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), ligada a ONU, que se dedicava a estudar e apresentar propostas aos problemas socioeconômicos da região. A Comissão reuniu muitos intelectuais comprometidos na análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, tendo um grande diálogo com a Teoria da Dependência. Os relatórios da CEPAL são usados como fontes por Galeano em *Veias Abertas*.

¹⁶ Captado em: <http://www.pazeterra.com.br/Editora.asp>. Acessado em: 13/05/2012.

¹⁷ PINTO, Júlio Pimentel e SOARES, Gabriela Pellegrino. A América Latina no universo das edições brasileiras. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.8, n.2, 2004. p. 146

¹⁸ CASANOVA, Pablo González. Os Pioneiros do Marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Roberto. *América Latina – Histórias, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998 pp. 17-9.



Ricupero, o marxismo identificado como um pensamento próprio da América Latina é aquele desenvolvido por intelectuais que conseguem romper essa dualidade.

Mariátegui, Caio Prado Júnior e alguns teóricos da Teoria da Dependência, em compensação, foram capazes de superar o falso dilema do cosmopolitismo e do localismo. Do cosmopolitismo, retiveram o objetivo socialista [...] Tiveram consciência, entretanto, de que sua tarefa era local, já que o terreno da luta que tinha que enfrentar era nacional. [...] Nisso, foram verdadeiros marxistas latino-americanos e não apenas marxistas na América Latina.¹⁹

Já Michael Löwy, acredita que o debate ainda em voga na América Latina quanto à revolução revela que esse pensamento próprio ainda não está amadurecido, embora admita que alguns intelectuais e militantes pensaram na especificidade dessa apropriação. “O problema da natureza da revolução está, em última análise, relacionado com certas questões teóricas e metodológicas fundamentais que giram em torno da questão de como aplicar o marxismo à realidade latino-americana”²⁰.

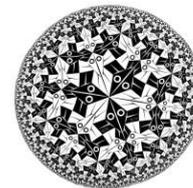
Eduardo Galeano aproximou-se da Teoria da Dependência como forma de se integrar nessa leitura da história, e do presente, da América Latina pela ótica marxista latino-americana. A Teoria da Dependência buscou explicar a forma como o capitalismo age na periferia. Pela teoria, o capitalismo nas regiões periféricas, como a América Latina, gera a Dependência em relação ao centro. A dependência seria um momento histórico específico do capitalismo, assim como foi o Imperialismo²¹. Ganhou grande impulso nos anos 1960, e na década de 1980 passou a ser criticada pelo sua análise dicotômica e pouco capaz de abranger as várias formas de expressão do capitalismo. Bernardo Ricupero divide a Teoria da Dependência em duas vertentes, a primeira ligada a autores como Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos, cuja visão mais catastrófica e estagnocista acreditava que “a super-exploração da força de trabalho na periferia impede a constituição de um mercado interno, o que leva à reprodução do subdesenvolvimento, e impõe, na linha de Rosa Luxemburgo, o dilema socialismo e barbárie”²². A outra vertente, centrada nos trabalhos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do chileno

¹⁹ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano?. In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Roberto. *América Latina – Histórias, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998 p. 71

²⁰ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia, de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.p. 10.

²¹ Usamos como referência para esse debate os textos: CARDOSO, Fernando Henrique. *Teoria da Dependência ou Análises Concretas de situações de Dependência?*. Santiago: Texto apresentado no 2º Seminário Latino Americano Para El Desarrollo, 1970; CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Roberto. *América Latina – Histórias, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998 e PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Textos básicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1969;

²² RICUPERO, Bernardo. *Existe um pensamento marxista latino-americano*. p. 75



Enzo Faletto, acredita que um certo tipo de capitalismo pode ter êxito na América Latina com a entrada de capital industrial e financeiro, do mercado internacional. Galeano é mais próximo da primeira vertente, já que *Veias Abertas* não acredita em remediações dentro do próprio sistema capitalista. A entrada de um grande fluxo de capital externo é condenada, na medida em que desnacionalizaria o setor produtivo, deixando o mercado internacional conduzindo o mercado interno e as ações do Estado. O autor rechaça esse equilíbrio dentro do capitalismo, sendo a realidade marcada pelo fatalismo derivado da condição de subdesenvolvido, que só mudará se forem invertidas as lógicas do sistema.

Assim, na confluência de diversas leituras da América Latina, *Veias Abertas* sobrepõe muitas delas e firma-se, ao longo dos anos, como um marco que sintetiza uma forma engajada e apaixonada, ligada a uma renovação do pensamento a cerca da América Latina que dialogou diversas áreas do conhecimento como Literatura, Política, Economia, Sociologia e História. *Veias Abertas*, ao longo das décadas de 1960, 70 e até os anos 1980, firma-se, no imaginário brasileiro como síntese, ao mesmo tempo militante e acadêmica, crítica e sensível, sobre a América Latina. A trajetória do livro no Brasil nos indica a forma como essa construção ocorreu.

O êxito editorial de *Veias Abertas*

Durante o tempo em que foi editado pela Paz e Terra, *Veias Abertas* obteve um grande êxito de vendagem. Nos primeiros dois anos após a primeira edição no Brasil, no biênio 1978 – 1979, foram 9 edições, e durante os primeiros dez anos de circulação do livro (1978 – 1988), foram 27 edições, metade das 50 que contabilizou até 2010. Entre 1980 e 1992, o livro obteve uma média de 2 edições por ano, e entre 1994 e 2005 foram apenas 10 edições. Entre 2007 e 2009 se acumulam mais 4 edições, contabilizando o total de 50. No gráfico abaixo, está disposta a evolução do número de edições de acordo com períodos quinquenais.



Gráfico. Evolução das edições do livro *As Veias Abertas da América Latina* no período entre 1978 – 2010 publicadas pela *Paz e Terra*.



O livro foi lançado no Brasil já com o posfácio “Sete anos depois”, escrito em Barcelona, em abril de 1978. Nas oito páginas do posfácio, Galeano comenta sobre a censura do livro, a qual considera “um elogio à obra”²³, as histórias dos leitores comuns e a sua motivação para realizar aquele livro – a saber: “divulgar certos fatos que a história oficial, história contada pelos vencedores, esconde ou mente”²⁴. Também discorre sobre a circulação da obra “Creio que não há vaidade na alegria de comprovar, passado um tempo, que *As Veias* não foi um livro mudo”²⁵, e a contemporaneidade do livro, já que, após 7 anos apenas, muito havia ocorrido na América Latina (nesse ponto discorre sobre o endurecimento dos regimes autoritários, a ascensão e queda de Salvador Allende, a confirmação dos êxitos sociais em Cuba e outros temas).

É preciso reassaltar que, mesmo obtendo um grande volume de edições nos primeiros anos (ver Gráfico), a obra estava censurada no Brasil desde seu lançamento em outros países latino americanos. A década de 1980, caracterizada pela redemocratização nos países latino-americanos, marca um paulatino declínio de edições da obra. É a transição assinalada pela historiadora Maria Ligia Coelho Prado da utopia socialista à utopia democrática. “A experiência cotidiana sob os regimes militares [...] fez compreender a importância dos direitos humanos e das práticas democráticas. [...] a democracia como valor político ganhou, como nunca antes, espaço e importância crescentes entre as esquerdas.”²⁶

Dessa forma, no final dos anos 1980, a luta pela democracia diluiu bandeiras esquerdistas para que o movimento pelo fim dos regimes militares abarcasse diversos setores da sociedade. O esforço pelo consenso em torno da democracia afastou uma identidade puramente de esquerda a esse período. O paulatino declínio de vendas de *Veias Abertas* se insere nesse ponto de inflexão. Apesar das lutas pelo fim das Ditaduras serem comuns a muitos países da América Latina, a perspectiva de reestruturação política, a retórica oposicionista e os projetos de integração são diferentes daqueles traçados no final dos anos 1960 e que são defendidas no livro. Os governos Neo Liberais, a orientação social democrática e o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)²⁷, podem ser apontados como parte de uma agenda política que busca a superação da ideologia esboçada em *Veias Abertas*.

²³ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 369

²⁴ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. p. 369

²⁵ _____, E. *As Veias Abertas da América Latina*. p. 369

²⁶ PRADO, Maria Ligia C. *Desafios do Historiador Brasileiro face às Utopias Latino-americanas do século XX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011. p. 5

²⁷ O MERCOSUL foi idealizado no final dos anos 1980 como um projeto de integração regional. Foi oficializado em 1992, tendo como membros associados o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O MERCOSUL visa que, entre os países signatários, haja livre circulação de pessoas, bens de consumo e dinheiro. Prevê também que os acordos



Guilherme Santos C. de Oliveira, autor de *A Imagem do Vitimizado*, disse que “*Veias Abertas* é um grito. É um grito para quem lê e certamente um grito para quem escreveu.”²⁸ Interessante considerar essa metáfora do grito, já que, na década de 1960 o autoritarismo que governava muitos países da América Latina buscava silenciar, e Eduardo Galeano foi um dentre os vários intelectuais que romperam o silêncio contra aquilo que julgaram serem a expressão de uma dominação, e pagaram com o exílio por isso.

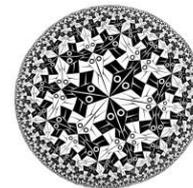
O livro foi objeto de várias críticas na América Latina e fora dela, e Eduardo Galeano, posteriormente, não parecia disposto a retomar o enfoque de narrativa que o consagrou com *Veias Abertas*, isto é, uma obra político econômica. O lirismo de suas publicações poéticas e de pequenos contos o consagraram enquanto *Veias Abertas* era banida das Universidades, na década de 1990, que buscavam uma nova forma de interpretação da história da América Latina²⁹. Os anos 1990 ainda marcam uma experiência política comum a muitos países da América Latina, a redemocratização e o estabelecimentos de governos Neo-liberais. O Neo-liberalismo é uma ideologia que firma-se na oposição as ideias socialistas. Os governos sob essa orientação, na América Latina, levaram a uma grande concentração de renda nas sociedades latino-americanas, estruturação de uma economia privatizada, impulsionado pelo livre-comércio, pouco eficaz no combate as mazelas sociais da América Latina - uma oposição clara aos pressupostos de *Veias Abertas*. Estigmatizando a utopia democrática (que, conforma indicado por Prado, suplantou a utopia socialista nos anos 1990) pelo viés conservador, o Neo-Liberalismo fomentou críticas à leitura marxista da América Latina representada por *Veias Abertas*, e o declínio de sua vendagem reflete essa tentativa de desconstrução e crítica à obra.

Em 2004 é acrescentado no livro o prefácio da escritora chilena Isabel Allende, em destaque na capa do livro, numa tentativa de revitalização do *Veias Abertas*. Allende escreveu o prefácio que perdurou no começo de *Veias Abertas* até a editora L&PM comprar os direitos da obra e incluir um prefácio escrito diretamente por Galeano. Já na época em que escreveu o prefácio, Isabel Allende era uma reconhecida escritora, além de parente de Salvador Allende (um mito para as esquerdas latino-americanas) tendo publicado os romances *A Casa dos Espíritos* (1982) e *Paula* (1994). Em seu prefácio, Isabel Allende expõe as angústias e incertezas atreladas ao

bilaterais sejam tratados de forma conjunta. Em 2013 foi oficializada a adesão da Venezuela ao grupo, assim como a suspensão do Paraguai em decorrência do golpe de Estado.

²⁸ OLIVEIRA, Guilherme Santos Cabral de. *Imagem do Vitimizado: Galeano e as concepções acerca da colonização na América Latina*. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivashistoricas/artigos/06.pdf>. Captado em 02/05/2012.

²⁹ Essa nova leitura da história da América Latina é descrita mais adiante, quando identificamos uma vertente historiográfica brasileira que, a partir dos anos 1990, buscará um outro modo de analisar a América Latina.



autoritarismo dos regimes latino-americanos na década de 1970, sendo ela também uma exilada política em decorrência da repressão³⁰. Explorando a atualidade de uma obra referencial, é possível atentar para a dimensão de identidade e luta que a obra adquire e que parece caminhar junto com sua trajetória editorial “Depois do golpe de 1973 não pude levar muita coisa comigo: algumas roupas, fotos da família, um saquinho com barro do meu jardim e dois livros: uma velha edição de *Odes*, de Pablo Neruda, e o livro de capa amarela, *As Veias Abertas da América Latina*”³¹.

Cinco anos após a publicação do prefácio de Isabel Allende, *Veias Abertas* estava no meio de uma polêmica que o colocou sob o foco da mídia e em debate. A Cúpula da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), realizada em Trinidad e Tobago, em abril de 2009, contou com a presença do então recém-eleito presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, num esforço de aproximação entre América Latina e EUA, após a desgastada relação entre as regiões durante os governos de George W. Bush (2001 - 2009). Estavam presentes diversos chefes de Estado da América Latina, muitos de orientação de centro-esquerda, e alguns mais radicais como o presidente venezuelano Hugo Chávez. Chávez já havia feito críticas fortes aos Estados Unidos, um Império que estaria a ameaçar o projeto Bolivarianista³², por ele defendido. Em um encontro entre Chávez e Obama, o venezuelano entregou ao estadunidense um exemplar do livro *As Veias Abertas da América Latina*, autografado por Eduardo Galeano. Um gesto muito divulgado pela mídia³³.

Após o ato de Chávez, *Veias Abertas* voltou a ser um *bestseller*, passando da posição 60.280 para um dos mais cotados no *site* de vendas Amazon.com³⁴. *Veias Abertas* passou a ser vinculado às ideias defendidas por Hugo Chávez, e associados a uma “nova” esquerda anti-imperialista e latino-americanista. Chávez tentou se apropriar de diversos elementos que figuram no imaginário da resistência e luta de parte dos latino-americanos, como a relação com o mito e o ideário de Simon Bolívar. *Veias Abertas*, por ser uma obra que alcançava uma dimensão

³⁰ O historiador Leslie Bethel identifica no exílio de brasileiros durante os anos da Ditadura Militar (1964-1985) aproximou o Brasil da América Latina. “Alguns, a maioria a esquerda, até começaram a se identificar com a América Latina. Não era só uma questão de afinidade ideológica e solidariedade com seus colegas hispano-americanos durante a Guerra Fria. Era na maior parte das vezes consequência do exílio.” BETHEL, Leslie. *O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva Histórica*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2009.

³¹ ALLENDE, Isabel. Prefácio. In: GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. RJ: Paz e Terra, 2007.

³² O Bolivarianismo é um fenômeno político Latino Americano que surgiu em meados da década 2000. Sobre a apropriação de Simón Bolívar num discurso socialista ver: SOARES, G. P. . *Simón Bolívar*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação; Fundação Memorial da América Latina, 2008.

³³Captado em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI3710954-EI8140,00-Chavez+da+livro+sobre+America+Latina+a+Obama.html>. Acessado em: 13/05/2012.

³⁴Captado em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1090610-5602,00-LIVRO+QUE+CHAVEZ+DEU+DE+PRESENTE+A+OBAMA+SE+TRANSFORMA+EM+BESTSELLER.html>. Acessado em: 13/05/2012.



confluente com seu projeto, foi usado como uma obra síntese de reivindicações e posições que Chávez buscou expressar ao presentear Obama. Não nos cabe especular a validade de suas intenções, mas deferir daí que *Veias Abertas* voltou ao debate, numa época em que se aponta a América Latina como uma região promissora³⁵, mas ainda com graves problemas sociais. É na dicotomia do otimismo quanto ao futuro e nas considerações sobre uma realidade não desenvolvida que se insere o debate acerca da atualidade de *Veias Abertas*.

Em 2010, *Veias Abertas* passou por uma grande mudança em sua trajetória editorial no Brasil. A editora *L&PM* adquiriu o direito de publicação da obra. A editora gaúcha, fundada em 1974 por Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado, já tinha em seu catálogo todos os livros escritos por Eduardo Galeano vendidos no Brasil. Nos anos 1980, havia publicada a Série “Visão dos Vencidos”, nome que descende do livro do historiador mexicano Miguel León-Portilla, *A Visão dos Vencidos: A Tragédia da Conquista narrada pelos astecas*. A *L&PM* publicou seu primeiro livro de Galeano em 1991, *O Livro dos Abraços*. Mas o contato entre o dono da editora, Ivan Pinheiro, e o uruguaio já havia ocorrido anos antes, intermediado por Gasparian. “[...] Eu, filho de comunista que era, já tinha lido o livro em espanhol, pois a obra era proibida no Brasil. Fiquei fascinado com sua figura e continuamos mantendo contato”³⁶.

Com a morte de Fernando Gasparian, em 2006, a *Paz e Terra* passou a ser comandada pelo seu filho, Marcus Gasparian. Antes disso, após uma crise durante a década de 1990, a *L&PM* alcançou grande êxito comercial com os livros de bolso no final dos anos 1990, e começou os anos 2000 com uma grande coleção de *pocket books* (livros de bolso, com preços mais acessíveis ao grande público). Em 2010, a *L&PM* divulgou a nova edição de *Veias Abertas*, em formato convencional e em *pocket* (ambas com o texto integral)³⁷. O novo projeto editorial ainda modificou a capa original e trouxe uma nova tradução para o português.

Realizei uma entrevista por e-mail com o tradutor da nova edição, o também escritor Sérgio Faraco. Faraco não teve muito contato com Galeano, mas sim com outros escritores uruguaiois, tendo traduzido algumas de suas obras no Brasil. A tradução antiga de *Veias Abertas* publicada pela *Paz e Terra*, era de Eric Nepomuceno, que também havia traduzido outras obras de

³⁵ A consolidação do MERCOSUL na década de 1990, somada ao crescimento econômico da região projetaram a América Latina no mercado internacional. O Brasil ainda desponta como uma das nações com grande perspectiva econômica, sendo um dos BRIC’s (sigla para Brasil, Rússia, Índia, China) nações “emergentes” que são tidas como futuras potências mundiais.

³⁶ Ivan Pinheiro relata que o encontro ocorreu na Feira do Livro de Frankfurt. Disponível em: <http://www.lpm-blog.com.br/?cat=777&paged=2>. Captado em: 13/05/2012.

³⁷ O formato pocket lançado pela *L&PM* permitiu um preço mais em conta de venda, aproximadamente metade do valor da versão tradicional.



Galeano no Brasil. Questionado sobre as mudanças na nova edição de *Veias Abertas*, Sérgio Faraco declarou:

[...] Suponho que a *Le&PM*, ao contratar uma nova edição brasileira, quis marcar a mudança com outras mudanças, isto é, nova capa, nova tradução. É preciso considerar que também houve uma atualização de certas partes do livro, a edição da *Le&PM* não é exatamente igual à da *Pa& Terra*. Não sei se se pode falar de novas leituras. As circunstâncias políticas e econômicas da América Latina de hoje não diferem ao ponto de fazer com que o livro perca a atualidade. De resto, para sabermos o que somos é recomendável que saibamos como éramos.³⁸

A mudança de capa também é algo emblemático. A antiga, feita por Mário Roberto da Silva, era muito associada à obra e a uma aspiração identitária latino americanista. O livro branco com os dizeres em vermelho era uma fácil referência ao continente que teve sua história escrita com sangue, que tem como representação clássica a escultura de Oscar Niemeyer (*Mão*) exposta no Memorial da América Latina, na Praça Cívica³⁹. A associação entre *Veias Abertas*, *Mão* e um histórico de espoliação e lutas encenados na América Latina, constitui uma equação de comum identificação de valores latino-americanista, esquerdista, anti-imperialistas, marcados pelo combate aos regimes autoritários na região, e pela constatação de que existe uma certa história comum na América Latina. Essa história comum, cíclica e viciada, é o enredo central de *Veias Abertas*, e de outras referências a essa leitura da história, que apontam uma região negada em seu dinamismo. As especificidades locais ficam suprimidas na tentativa de tornar visível e defensável uma América Latina que partilha dos mesmos opressores. Porém, essa apresentação da América Latina corre o risco de assimilar o discurso da dominação, na medida em que permanece na mesma crítica de um passado referendado.

A nova capa, assinadas por Sebastian e Alejandro G. Schnetzer, é ocupada em sua maior parte por um mapa antigo da América, com fundo em vermelho e preto. A reinvenção dessa fórmula, no final dos anos 2010, requer que olhemos para essa mudança editorial de forma mais aprofundada. A América Latina parece ter assimilado parcialmente a ideia difundida pelo mundo, de que é uma das regiões onde está o futuro da economia mundial. Após as críticas que essa concepção dualista de interpretar a história recebeu, podemos apontar para um desgaste de uma forma de se pensar a América Latina. Cabe a nós o esforço de contextualizar o porquê da

³⁸ FARACO, Sérgio. Entrevista realizada por e-mail, 27 de outubro de 2012. Entrevista concedida a Alexandre Queiroz de Oliveira. Disponível em: <http://www.lpm-blog.com.br/?cat=777&paged=2>. Captado em: 13/05/2012.

³⁹ No site do Memorial da América Latina, a *Mão* é descrita como “símbolo por excelência do Memorial e marco urbano (...) um dos pontos turísticos de São Paulo. (...) Essa mão espalmada está estendido para os povos irmãos.” E finaliza com uma frase de Niemeyer: “Suor, sangue e pobreza marcaram a história desta América Latina tão desarticulada e oprimida. Agora urge reajusta-la num monobloco intocável, capaz de fazê-la independente e feliz.” Disponível em: <http://www.memorial.org.br/acervo/obras-de-arte/mao/> Captado em: 27/05/2013.



construção ter sido outrora aceita e difundida, assim como sua modificação. Dessa forma, a nova cara de *Veias Abertas* dialoga com o antigo modelo, mas também busca um novo público. A editora pretende colocá-la como uma obra atual⁴⁰, dando ênfase à precisão de seus dados com dados precisos, à suposta verdade inquestionável que se formou sobre o continente⁴¹ e às premissas válidas para os dias atuais. A nova edição da *L&PM* ainda contém um novo prefácio, feito pelo próprio Galeano, exclusivamente para a versão brasileira, de 2010. Ali, está claro esse vínculo que se pretende criar com a nova América Latina, mas que não renega os velhos padrões de dominação. Sobre a América Latina dos dias de hoje, o autor, afirma, no Prefácio: “Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose [...]. Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas. E outra vez voltam as glórias efêmeras, que ao som de suas trombetas nos anunciam grandes desgraças”⁴². Nessa passagem Galeano corrobora a frase escrita na contra-capa “Uma história infelizmente atual”, onde a exploração dos dias atuais é a reprodução, sob nova dinâmica, da exploração secular descrita no livro. O autor também evidencia aqui sua aproximação com o Materialismo Histórico Dialético, já que no livro as histórias de exploração são cíclicas e repetitivas, obedecem a uma ordem estabelecida, classista e somente a Revolução romperia com ela.

Concomitante a esse esforço, está o processo assinalado pela historiadora Maria L. Prado, no qual, seduzido pelos encantos do desenvolvimento, o brasileiro comum acha o Brasil como um modelo para os demais países da América Latina, e se distancia deles⁴³ algo correlato ao que acontecia no século XIX. Processos históricos análogos e complementares entre o Brasil e a América Latina são suprimidos pela mídia e por essa nova propaganda, diante de uma retórica muito difundida na sociedade, e aceita dentro e fora do Brasil, de que estamos cauterizando as “Veias Abertas” rumo a um novo patamar, um *status* que incorpora outras referências, que contém outros paradigmas. Cabe fazermos o esforço crítico de assimilar as boas construções de similaridade histórica, apontados por Galeano, e algumas de suas perspectivas de desenvolvimento, afim de não regredirmos a um estado de identidade que precisa se distanciar da América Latina para afirmarmos quem somos. A América Latina traduzida pela capa vermelha e

⁴⁰ Na contracapa do livro, está escrito em vermelho no fundo branco “Um livro (infelizmente) atual.” Essa frase evidencia o projeto editorial da *L&PM*, onde, baseando-se na leitura consagrada de *Veias Abertas*, a editora busca uma nova apropriação da “História comum” do continente. O livro permanece como atual, uma análise da realidade da América Latina aponta que a pobreza e a exploração não acabaram, mas agora está sendo interpretada sob uma nova perspectiva – de integração e desenvolvimento.

⁴¹ A ideia de que *Veias Abertas* se sustenta por difundir uma verdade inquestionável está presente na orelha da edição da *Paz e Terra*, escrito por Galeano de Freitas. “ (...) a força desse livro reside na verdade, contada com veemência e provada com base em documentos irrefutáveis”.

⁴² GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 369. p. 6

⁴³ PRADO, Maria Lígia C. *Desafios do Historiador Brasileiro face às Utopias Latino-americanas do século XX..* p. 11



branca, parte do imaginário brasileiro sobre a região, está agora representada por um mapa de outros tempos, que pouco caracteriza a mensagem que *Veias Abertas* defende, que podemos sintetizar como a integração latino-americana sendo condição ao mesmo tempo revolucionária e de igualdade dos tempos da real prosperidade.

Notas sobre a repercussão do livro no meio Acadêmico

Para entender o lugar de *Veias Abertas* na produção historiográfica brasileira sobre a América Latina, e suas peculiaridades, cabe considerarmos a trajetória dessa própria historiografia, após os anos 1980. A historiografia latino-americana começou a se firmar no cenário historiográfico brasileiro com dificuldades. José Luís Beired demonstrou que a produção acadêmica nas universidades paulistas em História da América só se consolidou e começou a expandir-se estruturadamente nos anos 1980⁴⁴. Talvez esses autores tenham entendido que foi necessário desconstruir uma imagem que estava consolidada no imaginário brasileiro, para que se pudesse ensinar um novo tipo de História da América. Historicamente, o Brasil esteve separado da “distante América do Sul”, e *Veias Abertas* “tornou-se um dos ícones da cultura contemporânea e crítica sobre a América Latina”⁴⁵, como atentou Leandro Karnal.

Veias Abertas foi alvo de muitas críticas no meio acadêmico, principalmente a partir da década de 1980, quando podemos observar a emergência de um revisionismo historiográfico no que se refere aos temas clássicos da história da América Latina, além da incorporação de novas metodologias e consideração de novos agentes sociais. Era o tempo de se questionar as generalizações marxistas, numa época em que o Socialismo Real desmoronava ao redor do mundo. Capitaneada pelo fracasso da União Soviética, a esquerda latino-americana, e internacional, era posta diante dos erros do Socialismo Real, e arregimentada pela utopia democrática nos países que voltavam ao Estado de Direito. No mundo pós-80, as críticas por parte dos neoliberais e sócio-democratas à esquerda se acentuaram.

Entendemos que o livro, após ser escrito, não pertence mais ao autor, será lido de inúmeras maneiras, apropriados sob as mais diversas circunstâncias⁴⁶, tornando-se, por vezes, como podemos atentar em nossa pesquisa, em um ícone de valores intrínsecos de um

⁴⁴ BEIRED, José Luis B. A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004). In: *Revista de História*, n. 153 São Paulo, dez. 2005 (pp. 35-52).

⁴⁵ KARNAL, Leandro. *Revista Cevch*, São Paulo, Brasil. Disponível em: www.ceveh.com.br (site atualmente desativado), 2001. p.2

⁴⁶ É o que assinala alguns historiadores que lidam com a História do Livro, e que foram usados como referências. São eles: CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília, UNB. p.8. e DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 202.



determinado período. O livro tem a capacidade de se mesclar à subjetividade do leitor e suscitar determinadas identificações ou reforças uma identidade, sendo assimilado de diversas formas por cada leitor. Evidentemente uma obra não deve ficar ilesa a críticas e debates, eles enriquecem suas propostas e proporcionam discussões que podem ultrapassar o tema abordado. Mas os críticos devem atentar para certos critérios acadêmicos, mais especificamente historiográficos.

Apesar de não haver constado dos objetivos originais de nossa pesquisa analisar a recepção acadêmica de *Veias Abertas*, nos chamou a atenção o fato de existirem poucas análises de fôlego, sobre esse livro, se comparadas à grande difusão que a obra obteve, conforme demonstramos. As análises acadêmicas com as quais nos defrontamos, ao longo da pesquisa, reiteram algumas críticas amplas - que, em geral, julgamos, pertinentes - porém sem considerar de forma rigorosa o conteúdo do livro. Nos limites desse artigo, gostaríamos de não nos furtar a essa questão, buscando compreender porque a obra foi alvo de poucos estudos no meio acadêmico, e de que modo os trabalhos existentes estruturam suas críticas. Para melhor expor esse problema, nos valem de uma pequena amostragem: três textos de historiadores, publicados no Brasil, entre os anos 1980 e os anos 2010, que abordam a obra *As Veias Abertas da América Latina*. Essas críticas foram feitas após o período de maior vendagem de livro, e ocorrem no contexto da Redemocratização da política brasileira e do revisionismo marxista no meio Acadêmico. O mais antigo deles é *América Latina: Quinhentos Anos entre a Resistência e a Repressão*, do historiador chileno Héctor Hernán Bruit, de 1988, publicado na *Revista Brasileira de História* em 1991. Em seguida, analisamos a resenha feita pelo historiador brasileiro Leandro Karnal, *As Veias Fechadas da América Latina*, publicado em 2001, na revista *Ceveh*. O último é um capítulo do livro organizado por Karnal, *História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas*, escrito pelos historiadores Luiz Estevam Fernandes e Marcos Vinicius Moraes, intitulado *Renovação da História da América*, cuja publicação é datada de 2010. Podemos observar que são textos com um intervalo médio de uma década entre eles. Cabe notar que esses historiadores tiveram boa parte de sua formação acadêmica no IFCH da Unicamp, sendo que Fernandes e Moraes foram orientados por Karnal.

O primeiro artigo, do Bruit, é referência para os outros dois textos, e tem um peso importante na formulação dos textos posteriores. O texto do Bruit filiou a obra de Galeano a uma tradição historiográfica, vinculada ao livro de Bartolomé de Las Casas, *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* (1542), no qual o frade dominicano relata à Coroa os horrores do processo de



colonização espanhola na América Latina. Bruit é um especialista no tema, tendo publicado *Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Vencidos*⁴⁷.

Bruit comenta algumas obras contemporâneas a *Veias Abertas*, como *A Visão dos Vencidos* (1956) do mexicano Miguél León-Portilla ou *A Resistência indígena* (1986) de Josefina Coel, para reforçar seu argumento que, até o dado momento, a historiografia da História da América Latina pouco problematizou outros fatores da colonização ibérica, além da exploração e do genocídio praticados pelos colonizadores.

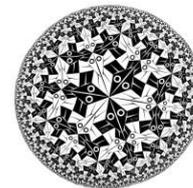
Notamos que, a comparação e aproximação entre Las Casas e Galeano pouco leva em conta o contexto de publicação das respectivas obras, como se ambos os autores tivessem sido motivados pelos mesmos interesses. Las Casas busca evidenciar a barbárie da colonização secular, para justificar a temporal, já Galeano busca elucidar a dominação externa na América Latina. Ambos apresentam suas histórias como desveladas, como denúncias de uma história não conhecida. Isso permite aproximações, mas são narrativas diferentes, elaboradas de forma distintas, em contextos díspares.

O texto de Bruit ainda suscita outras considerações. O texto apresenta uma tese central sofisticada, permeada pela influência do estudo do imaginário social, das representações sociais, levando em consideração o inconsciente coletivo na formulação de crenças que se manifestam na realidade. Bruit defende que no inconsciente do homem latino-americano, reside uma resistência ao sistema capitalista que tenta dominá-lo. Capitalismo este que não foi realizada plenamente na América Latina e, inconscientemente, assimilou as formas de dominação, caracterizando uma “resistência difusa”, que não se organiza, e que, por estar dentro do inconsciente do homem, se manifesta sob signos⁴⁸. Um desses signos estaria presente em *Veias Abertas*. A “resistência difusa” explicaria, por um lado, os processos revolucionários da América Latina, considerados todos como espontâneos, sem uma organização teórica ou institucional, e por outro lado, a passividade.

Não se sabe por que a resistência difusa funciona ora como revolucionária e ora como desorientador do sistema social, talvez porque o inconsciente não possa nunca ser decifrado totalmente, mas seus signos estão na história que

⁴⁷ BRUIT, Héctor H. *Bartolomé de Las Casas e A Simulação dos Vencidos*. São Paulo: Iluminuras/Unicamp, 1995. P. 211.

⁴⁸ Bruit se baseou muito na obra do filósofo Castoriadis, *A Instituição Imaginária da Sociedade*, que teve uma grande circulação na academia dos anos 1980. A tese de Bruit é de difícil comprovação, pois, segundo ele, a resistência é assimilada no inconsciente, e o consciente é a manifestação e controle dele, mas não a resistência em sua essência. Essas relações entre consciente e inconsciente se dariam no magma, conceito que aparece no livro de Castoriadis. Não nos prolongaremos nesse debate, mas ele é uma referência importante para a compreensão das teses de Bruit.



conhecemos (Las Casas, Galeano), signo aparente da derrota e da humilhação.
49

Apesar de percorrerem caminhos diferentes, Galeano e Bruit se orientam e almejam uma revolução na América que ainda não está configurada, mas está latente nas leituras de nossa história e trará a autonomia desejada ao homem latino-americano. Galeano, ao fixar-se na revolução marxista como único caminho concreto para a emancipação social, numa interpretação típica do período da Guerra Fria, quando já se descartou a aliança com a burguesia ou o papel civilizador que o capital possa empregar nos países subdesenvolvidos, não aposta na resistência talvez para não investir em ações que pudessem desviar o olhar da revolução, que era o único caminho por ele assinalado. A resistência poderia tirar o imediatismo da revolução. Caracterizar uma resistência perante a dominação capitalista, como Bruit defende, iria de embate à romantização e objetivação da revolução marxista que deve se realizar.

Bruit ainda afirma que o latino-americano “resiste sem sabê-lo”⁵⁰, já que essa resistência se passa no inconsciente, e conclui que, a “resistência difusa”, quando assume um sentido revolucionário, explica o porquê da desorganização das revoluções na América Latina. Tal formulação também é equivocada, por não considerar as formas de organização teórica das revoluções na história da América Latina. Considerar que todos os processos revolucionários partem de uma desorganização teórico-social é não atentar para as especificidades das variadas revoluções ocorridas na América Latina, e generaliza uma tese que acaba por funcionar de forma oposta a proposta inicial, dar autonomia ao homem latino-americano.

Partimos então para considerações breves sobre os dois outros textos que abordam o *Veias Abertas*. Leandro Karnal, em *As Veias Fechadas da América Latina*, resenha a obra de Galeano. Identifica como tese central do livro “a exploração da América Latina, desde o século XV até o século XX, provoca pobreza, fome e políticas autoritárias em associação ao explorador estrangeiro”⁵¹. Formulação que se aproxima da escrita por Eduardo Galeano no prefácio da obra: “Por isto neste livro, que quer oferecer uma história de rapinagem e, ao mesmo tempo, mostrar como funcionam os mecanismos atuais de espoliação, aparecem os conquistadores nas caravelas e, ali perto, os tecnocratas nos jatos”⁵². Mas Karnal, a exemplo de Bruit, pouco disserta sobre os outros períodos da história do continente que são contemplados no livro. E reproduz-se a relação entre Bartolomé de Las Casas e Eduardo Galeano, presente no texto de Bruit.

⁴⁹ BRUIT, Héctor H. América Latina: Quinhentos Anos Entre A Resistência e A Revolução. *Revista Brasileira De História*, v. 20, 1999. p. 171.

⁵⁰ BRUIT, Héctor H. Quinhentos Anos Entre A Resistência e A Revolução. p. 167

⁵¹ KARNAL, Leandro. *Revista Ceveh*. p. 2

⁵² GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010. p. 25



Cabe aqui uma consideração importante. Las Casas não integra oficialmente a bibliografia de *Veias Abertas*, mas quando Galeano vai dissertar sobre as justificativas ideológicas da conquista, retoma os argumentos de Las Casas.

A sangria do Novo Mundo se convertia num ato de caridade ou numa razão de fé (...) Junto com a culpa nasceu todo um sistema de álibis para as consciências culpadas. (...) O frei Bartolomé de Las Casas agitava a corte espanhola com suas denúncias da crueldade dos conquistadores da América. (...) Las Casas dedicou sua fervorosa vida à defesa dos índios ante dos desmandos dos mineradores e dos “encomenderos”.⁵³

Galeano usa como referência teórica para tratar de Las Casas, o livro de Lewis Hanke, *Estudios sobre fray Bartolome de Las Casas y sobre la lucha por la justicia en la conquista española de América*. A “Lenda Negra” de Las Casas já era debatida nos anos 1960, mas não era consolidada dentro da Academia. O próprio livro de Bruit, clássico dessa questão, é da década de 1990. Porém, na breve passagem em que aparece, não são devidamente problematizados os relatos de Las Casas, apesar da advertência que está na página anterior, de que as justificativas da conquista espanhola estavam baseadas numa superioridade racial ou numa cruzada religiosa de homens que sequer eram batizados na Igreja cristã.

Filiar *Veias Abertas* e toda uma historiografia latino-americana exclusivamente aos escritos lascasianos é um exagero, e frases como “o patético de sua mensagem [...] não resistiu ao fascínio da imagem histórica do continente herdada de Las Casas”⁵⁴, soam de forma inadequada. O que merece ser mencionado também é a comparação feita por Karnal entre *Veias Abertas* e o *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano*, escrito pelo colombiano Plinio Apuleyo Mendonza, o cubano Carlos Alberto Montaner e o peruano Alberto Vargas Llosa, em 1996. A comparação se deve pelo fato de Karnal identificar em *Veias Abertas* um símbolo que transpõe o conteúdo da própria obra, e se torna crítica fácil do *Manual*, por ser vinculado ao que seria o estereótipo do esquerdista atrasado da América Latina. O *Manual* é caracterizado como uma obra de inspiração Neoliberal, combatendo os pressupostos marxistas do *Veias Abertas*. Karnal aposta no maior sucesso de *Veias Abertas*, apesar de ressaltar que a retórica de ambos é muito próxima, porque desperta uma cumplicidade com os mais pobres, relega o problema do desenvolvimento a um fator externo e tem um princípio “construtivo”, em oposição ao “destrutivo” do *Manual*⁵⁵.

⁵³ GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. pp. 67-8

⁵⁴ BRUIT, Héctor H. *Quinhentos Anos Entre A Resistência e A Revolução*. p.156.

⁵⁵ KARNAL, Leandro. *Revista Ceveb*. pp. 4-5



O bestseller *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*⁵⁶, dos jornalistas Leandro Narloch e Duda Teixeira, apresenta perfil semelhante. Tendo como objetivo desconstruir uma imagem cristalizada da América Latina pela esquerda, eles buscam revisitar os grandes líderes apropriados pela esquerda e convertidos em símbolos da resistência da América Latina, como Che Guevara, Salvador Allende, Perón, Bolívar e outros. O problema reside em que, para se alcançar esse objetivo, são feitas distorções da história latino-americana. *Veias Abertas*, obviamente, não escapa do rol de críticas. Entre os objetivos elucidados na introdução, um deles é desconstruir o seguinte pensamento da “velha América Latina”: “[...] O livro *As Veias Abertas da América Latina*, clássico desse pensamento simplista, a cada país dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento”⁵⁷.

Os autores desconsideram o histórico do anti-imperialismo na América Latina⁵⁸. No desenvolvimento da pesquisa verificamos que a crítica às ditaduras muitas vezes incorporou o discurso anti-imperialista devido ao apoio dos Estados Unidos aos golpes de Estado e manutenção dos regimes autoritários na América Latina. *Veias Abertas* é uma clara expressão dessa denúncia, mas isso não é levado em conta no livro. Simplista se torna o *Guia* ao assumir um horizonte que não permite problematizações mais produtivas. Na nossa avaliação, erra ao não ter uma maior visão de conjunto, além dos pressupostos de atacar a esquerda latino-americana.

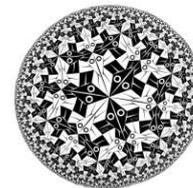
Porém, Leandro Karnal faz um esforço para situar às referidas obras (*Veias Abertas* e o *Manual*) em um contexto de publicação e circulação. Após caracterizar a retórica de Galeano em *Veias Abertas* como dramatizada, assimiladora da inferioridade, trágica, diz: “O tamanho e a gravidade dos problemas sociais de países como o Brasil levariam o autor a fazer uma vênua: bem, ele pode ser dramático e retórico, mas toca num ponto central e verdadeiro”⁵⁹. A resenha de Leandro Karnal também atenta para a riqueza bibliográfica do *Veias Abertas*. E arremata a análise da obra, vinculando Galeano e Las Casas, porém de forma mais cuidadosa que Bruit. “numa

⁵⁶ O livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, escrito apenas por Leandro Narloch, se tornou um sucesso de vendas e de público, e instigou a escrita da versão latino-americana da obra, com o também jornalista Duda Teixeira. O problema reside em esses livros pouco contribuírem para a problematização histórica, usando muito do senso comum e da crítica fácil, a despeito do que a Academia produz. Porém são essas obras que chegam ao grande público e tem uma vendagem expressiva. A historiadora Maria Ligia Prado publicou uma resenha no jornal *O Estado de São Paulo*, intitulado “Lombroso Oculto. Livro sobre falsos heróis latino-americanos usa simplificações oportunas, omissões e interpretações discutíveis, avalia professora”, onde comenta as distorções feitas pela dupla sobre a história da América Latina. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lombroso-oculto-livro-sobre-falsos-herois-latino-americanos-usa-simplificacoes-oportunas-omissoes-e-interpretacoes-discutíveis-avalia-professora-,777219,0.htm>. Captado em: 08/04/2012.

⁵⁷ NARLOCH, Leandro e TEIXERA, Duda. *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*. São Paulo: Leya Brasil, 2011. p. 19.

⁵⁸ No texto *El Primer Antiperialismo Latino Americano*, Oscar Terán situa o período entre a Guerra Hispano-Americana e a Primeira Guerra Mundial, como gerador de discursos em comum protesto ao expansionismo estadunidense.

⁵⁹ KARNAL, Leandro. *Revista Ceveb*. pp. 8-9



retórica maniqueísta tradicional, as personagens exploradas são perfeitamente boas, fadadas à exploração pelo eu lírico onisciente prévio que estabelece seus papéis. [...] personagens de opereta bufa, sem intenção específica de suscitar análise, mas de comover”⁶⁰. Karnal faz críticas pertinentes ao *Veias Abertas*. Essas críticas também podem ser analisadas como um apelo à historiografia, e aos próprios latino-americanos, para que pensem mais a América Latina na sua dinâmica própria, sem recorrer diretamente ao dominador estrangeiro.

Chegamos ao último texto, o escrito pelos historiadores Luiz Estevam Fernandes e Marcos Vinícius Morais. O título do capítulo, “Renovação da História da América”, já sugere que existe uma História da América tradicional, e que deve ser melhorada para sua otimização no ensino. Essa história atrasada da América é a da “tradição lascasiana”, que aparece nos livros didáticos como “a terra onde o massacre ocorreu, em que culturas e sociedades foram mortas a golpes de espada, lugar de veias abertas [...] continente vitimizado. Terra de bons e maus, heróis e covardes, santos e bandidos”⁶¹. Apesar da referência indireta, *Veias Abertas* é depois explicitado como “releitura mais famosa dos escritos de Las Casas e referência nos livros didáticos”⁶².

Os historiadores tecem uma crítica semelhante a de Bruit, no que se refere a retórica de Galeano. O texto de Bruit é, inclusive, referência bibliográfica desse capítulo, junto com o texto de Karnal. Esboçam uma tese para o êxito da recepção do *Veias Abertas*, e no que se baseia seu erro. Na tentativa de enfatizar essa história não contemplada por essa vertente historiográfica, essa crítica acaba por dizer que narrativas como a de *Veias Abertas* não dão espaço para que o latino-americano viva sua própria história.

O discurso competente e metáforas ricas de imaginação encontradas no livro de Galeano, por si só, já garantiriam uma boa aceitação (...) a simplicidade de sua tese, a América como um corpo aberto, sangrando, a alimentar sanguessugas estrangeiras. (...) O problema reside em um reducionismo de caráter econômico capaz de matar culturas (...) como que impedindo a visão de outras matizes de nossa história que não a da dor, do sofrimento, da exploração e da negação.⁶³

Uma crítica à obra que remete a um ponto interessante a ser discutido, é a filiação de *Veias Abertas* à “Visão dos Vencidos”, ou a “História Vista de Baixo” (tradução livre de *The History from Below*). Eduardo Galeano compartilha de uma consideração fundamental dessa historiografia, dar voz aos que não foram ouvidos na formulação da história oficial. “Um autor não especializado se dirige a um público não especializado, com a intenção de divulgar certos

⁶⁰ GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. p. 8

⁶¹ FERNANDES, Luiz E. e MORAIS, Marcos V. Renovação da História da América. In: KARNAL, Leandro. *História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 145

⁶² FERNANDES, Luiz e MORAIS, Marcos. Renovação da História da América. p. 151

⁶³ FERNANDES, Luiz e MORAIS, Marcos. Renovação da História da América. pp. 152-3



fatos que a história oficial, história contada pelos vencedores, esconde ou mente”⁶⁴. Moraes e Fernandes esboçaram uma crítica muito superficial sobre essa corrente historiográfica. “... negar as vivências para ressaltar sobrevivências (...) é criar a visão dos vencidos.”⁶⁵ Devemos também relativizar a afirmação de que *Veias Abertas* nega vivências, pois além de não ser possível viver uma história que não seja sua, no limite, a narrativa expõe histórias do homem comum latino-americano, de partes de seu cotidiano, num esforço de trazê-lo à história da América Latina – além desse ser o público que Galeano busca atingir com sua escrita, o dito “homem comum”. Mas, a “Visão dos Vencidos”, ou a “História Vista de Baixo”, é uma corrente historiográfica com um contexto e especificidades que não podem ser apenas enquadradas como um exercício de retórica, e sim um esforço de interpretação a análise histórica que busca, por uma inovação metodológica, dar maior atenção àqueles que foram menosprezados na construção historiográfica.

A “Visão dos Vencidos” foi uma metodologia da História Social, que começou a esboçar seus primeiros trabalhos no final da década de 1960. Baseia-se na Escola dos *Annales*, que no começo do século XX, trouxe novos questionamentos ao fazer histórico, problematizando a história positivista do século XIX. A História dos Vencidos buscou conferir um espaço na história oficial à aqueles que não eram retratados nas narrativas dos grandes acontecimentos. A “História Vista de Baixo” teve um profícuo envolvimento com o marxismo, e *Veias Abertas* é um exemplo dessas concomitantes influências. “A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar”⁶⁶. Nesse sentido, se compreende melhor porque aparecem na narrativa de Eduardo Galeano personagens comuns, alguns anônimos, como “uma senhora de Potosí”, ou “um favelado do Rio de Janeiro”.

Galeano não desejava uma obra acadêmica, mas queria a confluência entre um saber erudito e popular. Faltam-lhe fontes primárias e problematizações, mas essa constatação toma como parâmetro de comparação um trabalho historiográfico. Pretendia elaborar um ensaio, e não podemos julgar o autor por aquilo que ele não se dispôs a fazer. Sua motivação foi outra, sua formação foi diferente daquela que a Academia celebra, e isso gerou conflitos ao serem traçados paralelos entre o saber erudito e a narrativa de *Veias Abertas*. Sua linguagem é própria dessa confluência, e o autor paga o preço por buscar uma abordagem sobre a história que propunha,

⁶⁴ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*.. p. 369

⁶⁵FERNANDES, Luiz e MORAIS, Marcos. Renovação da História da América. pp. 153-4

⁶⁶ SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 62

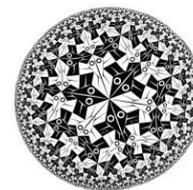


claramente, uma intenção política, assumindo, de fato, suas ideologias. Buscamos entender quais as perspectivas políticas e históricas contidas na obra. Verificamos que, durante suas quase 400 páginas, *Veias Abertas* se apresenta como um testemunho da espoliação e da dominação estrangeira. Também é um texto que nega a falta de dinâmica interna das sociedades latino-americanas. Não faltam em suas páginas histórias de tragédias ou esperanças negligenciadas por interesses que não os da maioria. Ficam assim, não como uma lembrança da forma como um dia se pensou majoritariamente, e de forma arcaica, a história da América Latina, mas como um passo importante que foi dado no intuito de olhar a realidade dessa região, e a partir disso considerar sua história.

É uma história que almeja que sejam reconhecidos os bons e os maus, nesse sentido, recorre a fórmulas mais simples. O livro trata de praticamente todos os países da América Latina, passando pelos grandes eventos clássicos da história latino-americana, mesmo aqueles apropriados pela esquerda, como a Revolução Mexicana ou a Cubana. Mas também constam os países menores da América Central, os ciclos econômicos da Venezuela, Chile, Colômbia, dentre outros. Mas, certamente, o que mais nos chamou a atenção, foi o espaço dado ao Brasil, evocando figuras, obras literárias e fatos históricos de fácil leitura do leitor brasileiro.

Concluimos que o anti-imperialismo, o combate às ditaduras latino-americanas, o apelo a uma integração da América Latina e a perspectiva e defesa da revolução, eram pontos que dialogavam de forma intensa com o grande público, seja brasileiro ou latino-americano, no período destacado, e que eram abordados em *Veias Abertas* por um viés literário reconhecido. *Veias Abertas* é uma das expressões mais contundentes de um imaginário e de um tipo de interpretação da América Latina surgidos em um contexto de luta política específico, e, independentemente de suas fragilidades, constitui um documento de época precioso para o historiador, ainda não totalmente explorado.

Recebido em: 03/11/2012
Aprovado em: 27/06/2013



O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009)

Edson Alexandre Santos Real

Especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG
alexandrereal@msn.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar as políticas educacionais implementadas pelo governo brasileiro, entre meados do século XIX e durante o século XX. O foco central da discussão está baseado na educação e na construção de um pensamento nacionalista na recém criada República Federativa do Brasil, em 1889. Para conseguir suas metas, o Estado utilizou de todas as formas para criar a ideia de uma nação anterior aos fatos ocorridos em 1889. Para isso, a administração do país tentou munir um imaginário de “nação brasileira”, utilizando um pentágono composto pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pelo *Exército*, pelo herói *Tiradentes*, pela *Bandeira Nacional* e o pelo *Hino da Pátria*. Esses símbolos do passado contribuíram para que a ideia de pertencimento a nação fosse aumentada gradativamente na mentalidade da população nacional. A escola, nesse sentido, foi utilizada como o principal veículo de promoção dos ideais estatais.

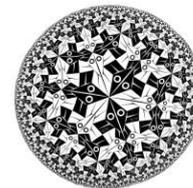
PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, Educação, Nação.

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the educational policies implemented by the Brazilian government, between the late nineteenth century and during the twentieth century. The central focus of the discussion is based on education and the construction of a nationalist thinking in the newly created Federative Republic of Brazil, in 1889. To achieve its goals, the state of all forms used to create the idea of a nation before the events that occurred in 1889. For this, the country's administration tried to equip an imaginary "the Brazilian nation," using a pentagon composed of the Brazilian Historical and Geographical Institute, the Brazilian Army, the hero Tiradentes, the national flag and the anthem. These symbols of the past contributed to the idea of belonging to the nation was gradually increased in the mentality of the population. The school, in this sense, was used as the primary vehicle for promoting the ideal state.

KEYWORDS: Nationalism, Education, Nation.

No curso de Especialização em História e Culturas Políticas, da *Universidade Federal de Minas Gerais* — UFMG — há uma disciplina denominada Culturas Políticas e Educação, ministrada pela professora Thais Nivia de Lima Fonseca. Ao longo do curso, a docente abordou discussões como a educação/civilidade, os conceitos de nação e nacionalismo, o Iluminismo e a Educação, o Liberalismo Político no Brasil e a Era Vargas.

Para avaliar os estudantes, foi solicitado que os mesmos desenvolvessem uma pesquisa e produzissem um texto acerca das várias temáticas analisadas em sala. Assim, após diversas leituras e questionamentos, surgiu o interesse em produzir um estudo introdutivo sobre as práticas que o



Governo Brasileiro criou, ao longo dos anos, para construir na mentalidade da população a ideia de uma nação chamada Brasil. O resultado deste estudo é o artigo que trataremos a seguir.¹

A partir de finais do século XIX, diversos Presidentes do Brasil promoveram medidas para aumentar, na mentalidade da população, a ideia de pertencimento a uma nação que acabara de surgir. Na Primeira República (1889-1930), muitos dos projetos de educação foram executados pelo Governo Federal com pouco êxito, porém, ao longo dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e dos Militares (1964-1985), os projetos de uma educação nacionalista tiveram melhores resultados.²

Pode-se observar que a construção de um imaginário nacionalista na mentalidade da população é um processo em longa duração. Para tal, esboça-se inicialmente uma pequena revisão bibliográfica, a fim de se obter embasamento teórico para a abordagem. A intenção é estabelecer um diálogo entre os diversos autores que citaremos.

Em seguida, tendo como pressuposto os conceitos de nação e nacionalismo³, abordar-se-á algumas das práticas adotadas pelos governos do Brasil ao longo dos anos para introduzir na mentalidade das pessoas e, principalmente, das crianças através da educação, as ideias de nação e de nacionalismo.

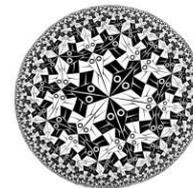
Sabe-se também a importância e a dificuldade de se analisar os clássicos da literatura mundial, porém, por se tratar de um estudo introdutório, será limitado, pois, a uma apresentação crítica de alguns clássicos. Pensadores de diferentes épocas, entre eles, Anthony Smith, Benedict Anderson, Ernest Gellner, Eric J. Hobsbawm, Francesco Rossolillo, Lucio Levi, Anthony D. Smith e E. Orsi Pimenta discutem o conceito e as diversas formas de nações e nacionalismos existentes no mundo.

A primeira questão a ser discutida aqui é o conceito de nação. Para isso, será utilizada uma definição simplista de tal verbete, presente no *Dicionário Brasileiro de Política*, para contrapor com as análises de outros autores. Nas palavras de E. Orsi Pimenta, autor do Dicionário, nação seria:

¹ É importante deixar bem claro que neste ensaio não haverá nenhuma preocupação de ordem cronológica.

² Importante e instigante análise sobre o Governo Vargas é apresentada por SKIDMORE, Thomas E.; DANTAS, Ismenia Tunes. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³ Sabemos que o conceito de um determinado verbete é algo bastante maleável, podendo ser entendido de acordo com a linha de pesquisa do historiador. Os mais utilizados são o viés econômico, cultural, político e social. Entretanto, temos ciência que os textos, em alguns casos, convergem e em outros divergem, mas acima de tudo se iluminam mutuamente. Essa é a nossa intenção.



primitivamente, indivíduos ligados, pela comunidade de nascimento, ampliando-se pela unidade de origem étnica e, mais amplamente, pela abrangência significativa do espaço territorial ocupado pela sociedade (povo). Comunidade de homens de origem histórico-cultural, ligados no passado pela história e tradições, congregados no presente na busca do bem-estar social e individual, e engajados nas aspirações de um projeto futuro. (...) A nação é um povo que, consciente de uma comunidade de origem, de uma comunidade de tradições culturais e de uma comunidade de interesses, aceita e quer essa comunidade como condição de vocação pessoal de cada um de seus membros e que incessantemente completa a sua unidade, voltando-se para um futuro a fim de realizar os seus projetos em função de sua história e do seu ideal.⁴

Em oposição às várias definições que afirmam que a nação surgiu primitivamente como comunidade de indivíduos que estão ligados por laços de nascimento, etnia, território, cultura, história, tradições e busca de um bem-estar social, o historiador Eric J. Hobsbawm diz que:

não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação.⁵

Hobsbawm defende que o termo nação só pode ser utilizado em uma época mais recente, onde se torna necessária a existência de um Estado Nacional para que de fato possa-se utilizar o termo nação. Porém, para ele, a nação terá o seu embrião em finais da Idade Média e início da Idade Moderna europeia, quando ocorreu o fortalecimento do poder real e a definição das fronteiras nacionais de diversos Estados como, por exemplo, Portugal e Espanha. Corroborando com tais palavras, Ernest Renan, citado por Francesco Rossolillo, diz que “nação é um agrupamento de pessoas que tem a vontade de viver juntos, o plebiscito de todos os dias”⁶.

Para Benedict Anderson, a *nação* é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”⁷. Nesse sentido, Francesco Rossolillo pactua com Anderson ao dizer que a nação “não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder”⁸. A própria ideia de nação, como tradição *imaginada* e *inventada*, pode, nesse sentido, ser pensada como ideologia política de legitimação do processo histórico de formação do moderno Estado Nacional.

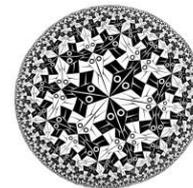
⁴ NAÇÃO. In: PIMENTA, E. Orsi. *Dicionário brasileiro de política*. Belo Horizonte: Lê, 1982, p.135.

⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.19.

⁶ NAÇÃO. In: ROSSOLILLO, Francesco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v, p. 797.

⁷ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Introdução)

⁸ NAÇÃO. In: ROSSOLILLO, Francesco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v, p. 797.



Hobsbawm, Renan, Rossolillo e Anderson abordam a temática da nação como algo mais complexo, onde a Nação, tendo o mesmo significado político que é conhecido hoje, surge no discurso europeu durante a Revolução Francesa (1789-1799)⁹. Ainda mais, as duas principais abordagens que estão em voga — a francesa e a alemã — possuem uma complexidade de fatores que influem na formação das nações. No modelo alemão, destaca-se a concepção fundada em elementos étnicos; raça (majoritariamente), linguístico-cultural e religioso. Todavia, a concepção francesa admite maior complexidade, pois não se refere só a elementos étnicos, como também históricos, culturais e, sobretudo, laços espirituais.

Após abordar o complexo conceito de nação, propõe-se agora uma discussão acerca do conceito de *nacionalismo*. Da mesma forma, será utilizado uma tradicional definição para tal expressão. Nos dizeres de Anthony Smith, o nacionalismo é:

uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar (...) um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem construir uma “nação real” ou potencial.¹⁰

Em síntese, podemos definir que, na concepção de Anthony Smith, é imprescindível a presença de um sentimento nacionalista para o desenvolvimento de um embrião, responsável pelo surgimento de uma nação (Estado). Logo, os nacionalistas seriam aqueles que buscam a união de uma determinada região “autônoma” em prol da manutenção de costumes, tradições e do bem-estar social de um grupo de pessoas¹¹. E é nesse sentido que adquire relevância a compreensão de nacionalismo tal como a concebe Hobsbawm, que “para os propósitos de análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”¹².

Após a definição de nacionalismo concebida por Smith e a análise feita por Hobsbawm, é possível escrever algumas ponderações sobre o assunto. De forma ampla, o nacionalismo tem uma característica política, propondo a valorização e o respeito pelas tradições nacionais, a busca de uma educação voltada para o civismo, o trabalho e a moral. Pode-se também compreendê-lo

⁹ Sobre o assunto, ver: FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

¹⁰ SMITH, Anthony D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006, p.16

¹¹ Exemplos de nacionalistas são o grupo de libertação do País Basco, *Euzkadi Ta Askatana* — ETA — e o *Exército Republicano Irlandês* — IRA.

¹² HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.19.



como um retorno a história e a preparação para o futuro, através da formação do cidadão obediente a ordem patriótica e trabalhadora.¹³

Seguindo a metodologia proposta, para elucidar nossa análise será necessário criar um pentágono composto pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – IHGB, pelo *Exército Brasileiro*, pelo herói Tiradentes, pela Bandeira Nacional e pelo Hino, pois acredita-se que estes sujeitos são os principais responsáveis pelo aumento do nacionalismo no Brasil, uma vez que estão diretamente ligados as práticas escolares criadas posteriormente.¹⁴

O historiador Manoel Luís Salgado Guimarães, em seu artigo intitulado *Nação e Civilização nos Trópicos*, explica o surgimento da produção histórica no Brasil. Segundo o autor, durante o século XIX, a disciplina História adquire o caráter de cientificidade no continente europeu e conquista espaços dentro das universidades. No Brasil, no entanto, *o locus* da produção historiográfica durante este século era restrito, e esteve vinculado á um grupo seletivo, elitista, associando-se assim a uma tradição marcadamente iluminista¹⁵. E é este grupo de intelectuais, ligados ao poder político dirigente, que proporá discussões acerca da questão nacional.¹⁶

É no contexto do processo de consolidação do Estado Nacional que se efetiva o pensar a história brasileira de maneira sistematizada. Uma vez implantado o Estado Nacional, com o Império, urge como tarefa para os intelectuais e políticos delinear um perfil para a nação brasileira, com o intuito de lhe garantir uma identidade própria, acordando com os princípios organizadores da vida social de meados do século XIX¹⁷. A criação do IHGB, em 1838, reflete a tentativa de implementação deste empreendimento, que mantém estreitas relações com a proposta política/ideológica de então.

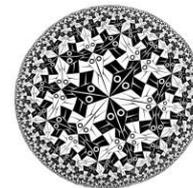
¹³ Para uma definição mais detalhada acerca do termo nacionalismo, ver LEVI, Lúcio. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco et al. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v, p. 799-806.

¹⁴ O brasão de armas e os selos também são considerados símbolos nacionais, todavia, não foram incluídos neste ensaio devido a necessidade de aprofundamento no assunto. Para isso, ver, LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais : a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹⁵ SOUZA, Maria das Graças de.; ROUSSEAU, Jean Jacques; Voltaire; CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Ilustração e história; o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

¹⁶ Podemos afirmar que a disciplina História é a maior colaboradora para a formação de uma identidade nacional, principalmente para as gerações futuras.

¹⁷ Diversos literários brasileiros, entre eles os republicanos Manuel Bomfim e Olavo Bilac também contribuíram decisivamente para a maturação de uma memória nacional, que, na prática das relações sociais, revelou-se condição fundamental de legitimação do Estado-Nação. Seu modelo de escrita é claramente ufanista.



1. O IHGB pode ser definido como “uma instituição cultural nos moldes de uma academia, assemelhando-se às próprias do Iluminismo, e que estabeleceu como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira, foco precípua da historiografia do século XIX”¹⁸.

Guimarães, por sua vez, assim se refere ao Instituto e a construção de seu discurso historiográfico acerca do Brasil:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.¹⁹

Percebe-se, então, que dentro do processo de debate sobre a Nação, durante o século XIX, está a temática dos três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira, de acordo com os pensadores do Instituto. A perspectiva em que é tratada a questão é de cunho iluminista: a civilização, personificada na figura do homem branco, versus a barbárie, representada pelo elemento indígena e, principalmente, na figura do negro, trazido do continente africano, tido como um empecilho ao processo de civilização implementado pelos europeus no Brasil²⁰. Além dos brancos, negros e índios, a historiografia revisionista contemporânea propõe a inclusão dos amarelos (asiáticos) e dos árabes como grupos que também fazem parte das bases da nação brasileira.²¹

Torna-se relevante pensar a questão do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* enquanto produtor de uma historiografia cujos limites são estabelecidos pelo lugar de sua produção, carregando consigo as marcas do Estado Nacional, já que o instituto estava sob a proteção do imperador, e muito de seus membros pertenciam ao quadro burocrático da Monarquia. Boa parte das decisões tomadas pelo IHGB foram utilizadas na educação brasileira ao longo dos tempos.

2. Um outro bom exemplo para que seja demonstrado as práticas nacionalistas na educação do Brasil é a comemoração do *Dia do Exército*, em 19 de abril. Nesta data, em 1648, índios, negros e brancos supostamente se uniram para expulsar o invasor holandês do nosso país.

¹⁸ GOMES, Angela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel L.S. *Nação e civilização nos trópicos*. Revista de Estudos Históricos, CPDOC, n° 1, 1988, p.8.

²⁰ Ver o debate travado em princípios do século XX, entre Sílvio Romero e Manuel Bomfim, acerca da representatividade e da personificação dos elementos que compõem a nacionalidade brasileira.

²¹ Sobre o revisionismo no Brasil, ver o artigo de Demian Bezerra de Melo intitulado *Considerações sobre o revisionismo*: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira.



Esse confronto ficou conhecido como “Batalha dos Guararapes” e marca o dia do nascimento do Exército Brasileiro²². Tal fato foi repetido sistematicamente nos livros didáticos ao longo dos séculos XIX e XX, a fim de criar a hipótese de união entre os povos do Brasil, remontando o século XVII.²³

Nos dias atuais, o Exército também entra em destaque no cenário nacional com os desfiles de 7 de setembro, data da Independência do país²⁴. Neste dia, é realizado em todas as capitais do Brasil um desfile militar em carro aberto, com o objetivo de mostrar, para a população civil, as armas utilizadas pelos defensores da nação. São expostos tanques, carros blindados, mísseis e aviões da *Força Aérea Brasileira* — FAB — e, em regiões litorâneas, navios, barcos e submarinos da *Marinha do Brasil* — MAR. Em cidades do interior, o desfile é uma tradição acompanhada de perto pela população local. Muitas crianças saem para os desfiles enfeitadas com trajes militares e bandeiras, demonstrando todo o seu amor pela nação, amor este que vem sendo construído de forma subliminar a várias gerações.

3. Não se pode deixar de lado a invenção do *mito Tiradentes*, citado como o pai da nação, pois defendia a pátria, mesmo que ela ainda não existisse e, por ela, ter entregue a sua vida. Os heróis nacionais, nesse sentido, são uma *construção ideológica do Estado*, que tem sua importância aumentada a cada década.

A Inconfidência Mineira (1789) — subversão a ordem político-econômica existente, na qual Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, participou com grande destaque — é entendida por Júnia Ferreira Furtado como uma “agitação política”. Nas palavras da autora, “o caráter nativista do movimento, salientado pela historiografia, constituiu o marco do nascimento do espírito nacional, resultado da dicotomia Colônia/Metrópole”²⁵.

Proclamada a República, em 1889, o novo regime precisava de uma figura imponente que retirasse do imaginário popular o então herói, D. Pedro I, que representava o passado, a Monarquia. Assim, o “novo herói republicano” deveria ser um instrumento eficaz para atingir a cabeça e o coração do povo. Diante da dificuldade de encontrar um herói na República, foi na figura de Tiradentes que criaram um salvador. Essa escolha, não se deveu apenas por ter sido

²² Ver, BENTO, Cláudio Moreira. *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. 2v.

²³ A Guerra do Paraguai (1864-1870) também é lembrada nos livros didáticos, jornais e revistas como um período de união do “povo brasileiro” contra o inimigo em comum.

²⁴ MCCANN, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro*. Recife, PE: Guararapes, 1982.

²⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais*. Captado em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ooutroladodainconfidenciamineirapactocolonialee eliteslocais.pdf>>. Acesso em 02/02/2012.



ele um defensor do regime republicano; deveu-se à imagem de sua figura modelada na memória popular com a qual o povo brasileiro se identificava: a figura de um mártir sacrificado, assim como Jesus Cristo.

Décadas depois, a lei número 4.897, de 9 Dezembro de 1965, assinada pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionava que Tiradentes era declarado o patrono cívico do Brasil — como o mais alto título de glorificação dado a um cidadão brasileiro de todos os tempos — principalmente por ter lutado por um “alvorço” de caráter nacionalista.²⁶

Para que a manipulação dos governos sobre o imaginário popular surtisse efeito, ao longo dos anos de 1970 e 1990, o Governo Federal fez uma intensa campanha de doação de materiais escolares, principalmente cadernos, para crianças pobres. A capa dos mesmos era constituída de uma imagem do libertador nacional, Tiradentes, que posteriormente também foi declarado patrono das *Polícias Militares* do Brasil e Herói Nacional. No que tange a homenagens, a data de sua morte, 21 de abril, foi declarada feriado nacional. Também foram construídos, em todo o país, centenas de monumentos, ruas, praças e hospitais em sua honra. Por fim, seu nome foi dado a rede de escolas dos policiais militares de Minas Gerais.²⁷

Por tudo isso, as palavras de Fonseca são fundamentais para se compreender a importância do herói:

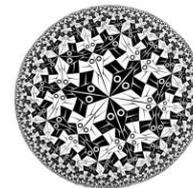
Transgressão, sacrifício, morte, salvação e utopia são alguns dos elementos que compõem os traços predominantes desses personagens e que podem ser encontrados nas representações de parte considerável dos heróis nacionais.²⁸

4. A *bandeira brasileira*, como todos os símbolos nacionais, procura ser uma representação da pátria, inclusive no exterior. Foi criada em 19 de novembro de 1889, quatro dias depois da proclamação da República. Seu projeto pertence Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O desenho é de autoria de Décio Vilares e a inspiração veio da bandeira do Império, desenhada pelo

²⁶ Uma análise importante encontra-se em: CARVALHO, Aline Fonseca; FURTADO, João Pinto. *A conveniência de um legado adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. 149 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

²⁷ Para uma análise mais profunda, ver: FONSECA, Thaís Nívia de Lima; CAPELETTO, Armando José. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 355f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2001.

²⁸ FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional*. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 113.



pintor francês Jean-Baptiste Debret, com o círculo azul e com a frase positivista "Ordem e Progresso" no lugar da coroa imperial.

Algo a ser ressaltado e analisado cuidadosamente é que cada uma das quatro cores da Bandeira Nacional tem um significado distinto. O verde é a cor da Casa Real de Bragança (da qual fazia parte D. Pedro I, proclamador da Independência do Brasil); o amarelo representa Casa Imperial Austríaca dos Habsburgos (família de dona Leopoldina, mulher de D. Pedro I, Príncipe Regente); o círculo azul representaria o céu do Rio de Janeiro com a constelação do Cruzeiro do Sul, às 8h30 de 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República. Porém, existe uma simbologia popular que afirma que as cores da bandeira representam as principais características do nosso país. O verde simboliza nossas matas, o amarelo é o ouro (representaria as riquezas nacionais) e o branco seria a ausência de grandes conflitos (a paz).

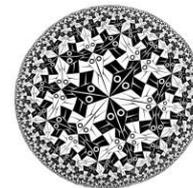
Atualmente, a bandeira brasileira pode ser encontrada em todos os edifícios públicos do país, como nas embaixadas, nos postos de fronteira, de fiscalização, nas escolas, nas delegacias de polícia, nos hospitais, nos estádios de futebol, enfim, em todos os órgãos do governo nos níveis federal, estadual e municipal. Esta medida foi adotada para que as pessoas, brasileiras ou não, saibam que o Estado do Brasil está presente de alguma maneira naquele local.²⁹

5. O *Hino Nacional do Brasil* tem letra de Joaquim Osório Duque Estrada (1870 - 1927) e música de Francisco Manuel da Silva (1795 - 1865). Foi oficializado pela Lei nº 5.765, de 1 de setembro de 1971, publicada no *Diário Oficial* (suplemento) em de 2 de setembro de 1971. O hino brasileiro possui uma série de particularidades que o faz ser considerado um dos mais belos do mundo. O texto gera uma dificuldade de compreensão pois utiliza um vocabulário distante da realidade da maioria dos brasileiros³⁰. De maneira geral, o hino nacional pode ser definido como *parnasiano*, em sua estruturação e *romântico*, em seu conteúdo, característica marcante da escola literária a qual pertencia seus autores. Essa exaltação ufanista faz um elogio a geografia, a natureza, ao território e a sua gente heroica. Com isso, o hino do Brasil se distancia da maioria dos hinos nacionais do mundo pois estes possuem uma preocupação em valorizar o passado de glórias, abordando principalmente as guerras, as armas e os personagens marcantes de sua história.

Para aumentar o conhecimento da população acerca de sua complexa letra, o Governo Federal instituiu, por meio de lei, que os livros didáticos e paradidáticos deveriam trazer na última

²⁹ GOMES, Francisco. *O dia da bandeira*. São Paulo: Anchieta, 1941.

³⁰ Sobre o assunto, ver a obra de DUARTE, Cristiano Lages. *Hino Nacional: um eterno desconhecido do povo brasileiro*. Fundação Mineira de Arte Aleijadinho, 1991.



folha a letra do hino nacional na íntegra. Observa-se que ainda persiste, na mentalidade do governo, a necessidade de manter e ampliar o sentimento de nação do povo brasileiro. Para isso, o senador Gerson Camata (*Partido do Movimento Democrático Brasileiro/ES*), foi o autor do Projeto de Lei 31/06, que obriga a letra do Hino Nacional Brasileiro ser impressa nas contracapas de cadernos escolares e livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União. Na opinião do relator da Comissão da Educação, o senador João Ribeiro (*Partido Liberal/TO*), a proposta pode ser considerada uma "feliz iniciativa" no sentido de aproximar os jovens do hino brasileiro.³¹

Outro exemplo que pode ser analisado é o projeto de lei de autoria do deputado federal Lincoln Portela (*Partido da República/MG*), que altera a Lei no 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional uma vez por semana nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental, foi sancionada no dia 21/09/2009 pelo ex-presidente em exercício José Alencar.

Pode-se observar que as representações da nação — o hino, a bandeira, o herói, o Exército e o Instituto que guarda a memória do país — foram criados no mesmo contexto, período em que ocorre um declínio da Monarquia e o surgimento de uma República.

Sendo assim, após todas essas observações, conclui-se que os fatores citados anteriormente são formas de nacionalismo criadas pelo Governo Brasileiro com o objetivo central de ampliar o sentimento de nação entre a população³². Para Hobsbawm:

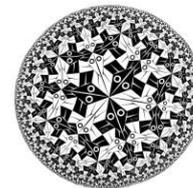
as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.³³

Logo, a ideia de Nação é uma invenção das elites — algo que parte de cima para baixo — onde os grupos dominantes remetem-se ao passado para criar uma ideia de pertencimento a algo maior. Neste sentido, as “novas tradições” são impostas por estes grupos que definem quais são as características culturais que representam todo o país, no caso do Brasil, o futebol, o samba e o carnaval, mesmo que uma parcela significativa da população não se identifique com tais qualidades. Em suma, o governo objetiva educar as crianças, para que no futuro, o povo

³¹ Captado em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2006/04/25/cadernos-e-livros-didaticos-terao-hino-nacional-na-contracapa>>. Acesso em 06/02/2012.

³² Não podemos deixar de lado o antigo *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* — SPHAN — atualmente denominado IPHAN — *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* — como instituição governamental que mantém a memória do país.

³³ HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 20.



represente e tenha orgulho de seu país. Thais Fonseca ilustra bem o papel dado a escola como promotora do nacionalismo. Nas palavras da autora:

o material escolar tem sido, de fato, um dos grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade, principalmente os livros didáticos, através dos quais é possível perceber as relações entre política, cultura e educação. (...) a política educacional do Estado que, particularmente preocupado com a formação cívica do cidadão, intervinha na programação escolar (...) em cumprimento às metas de fortalecimento da nacionalidade, pela prática de um civismo construtor.³⁴

Ao tornar obrigatório o ensino primário e difundir o sistema educacional em todo o Brasil, o Estado consegue chegar aos mais distantes cantos do país. A escola não pode ser entendida somente como um elemento de padronização da língua, mas também como divulgadora de um modelo cultural, histórico e civilizacional proposto pelo Estado-Nação.

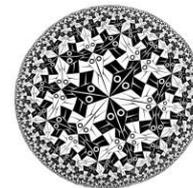
O melhor exemplo para tal questão é o período do Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, que marcou o ponto alto da repressão a cultura e as línguas alóctones, trazidas pelos imigrantes, principalmente italianos e alemães. O processo que ficou conhecido como *Nacionalização do Ensino* e que pretendia acabar com as línguas estrangeiras no Brasil, especialmente o alemão e italiano nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O objetivo do governo consistia que, através da escola, os filhos dos imigrantes pudessem levar a cultura brasileira para suas casas, reduzindo a influência dos costumes europeus nessa região. Nesses estados, Vargas queria reprimir os imigrantes que não adotassem o português como língua oficial, acusando-os de cometer crime idiomático contra a nação.³⁵

Logo, entre os anos de 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas, fechou gráficas de jornais em italiano e alemão, perseguiu, prendeu e torturou pessoas pelo fato de falarem suas línguas maternas em público ou mesmo em suas casas, inaugurando um período de terror que culminará com a redução drástica no número de falantes de línguas estrangeiras no país.

Assim, as práticas nacionalistas na educação não podem ser compreendidas em um ano ou uma década, por se tratar de um *processo de longa duração*, intensamente e amplamente desenvolvido por diversos governos. Sendo assim, este modelo de educação tem por objetivo ensinar, sobretudo o camponês, maneiras, modalidades, alfabetização, um conhecimento sobre o Brasil e um sentido das estruturas legais e institucionais que transcendem o limite da comunidade

³⁴ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional*. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 117-124.

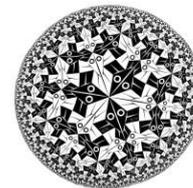
³⁵ A estrutura minifundiária e a colonização homogênea foram condições que garantiram a certas regiões manter suas línguas, culturas e tradições no Brasil.



local. Cabe também a escola uma formação *religiosa*, através do catecismo, uma formação *nacional*, com as disciplinas de história e geografia e, uma *educação militar*, preparando o educando para o trabalho, a guerra, a defesa nacional e a para a saúde do corpo.

Em diferentes épocas, a escola, representada na figura dos livros didáticos, de leitura, do material pedagógico, dos festivais de música, do teatro, da propaganda, dos jornais culturais e do patrimônio histórico desempenharam no país um processo de maturação e consolidação de uma memória nacional como condição da própria consolidação do Estado-Nação. A função da ideia de nação e nacionalismo, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado.

Recebido em: 09/05/2012.
Aprovado em: 13/03/2013.



Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira

Felipe Azevedo Cazetta
Doutorando em História pela UFF
felipecazetta@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objeto de análise os movimentos Integralismo Lusitano (IL) e Ação Integralista Brasileira (AIB). Diante destes, há o objetivo de examinar algumas divergências e consonâncias existentes nas teorias destes movimentos com a proposta de esclarecimento à questão: o que faz o movimento português e o brasileiro se denominarem “Integralismo”?

PALAVRAS-CHAVE: Integralismo, Conservadorismo, Teoria.

ABSTRACT: This article aims to review the theoretical edifice that makes up the movements Integralismo Lusitano (IL) and Ação Integralista Brasileira (AIB). Given these, the goal examines some differences and consonances in existing theories of these movements with the proposal of the clarification the question: what does make the movements call themselves “Integralism”?

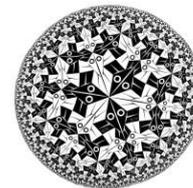
KEYWORDS: Integralism, Conservatism, Theory.

Apresentação: contexto de surgimento dos integralismos

Este artigo tem como objetivo analisar o edifício teórico dos movimentos Integralismo Lusitano (IL) e Ação Integralista Brasileira (AIB). Este exame das respectivas teorias que revestem os grupos e questão será realizado sob a finalidade de, posteriormente, apresentar a conclusão de qual a justificativa de ambos os movimentos denominarem-se “Integralismo”, embora apresentem particularidades que os definam enquanto movimentos distintos.

Portanto, trata-se de uma pesquisa voltada para a história das ideias, porém, no intuito de historicizar tais ideias a serem trabalhadas, há a necessidade de tecer apresentação do contexto vivido pelos autores das teorias que serão analisadas. Esta tarefa facilitará a percepção das tensões e problemas políticos e identitários que afetaram estes atores históricos, impelindo-os à formulação de estratégias para retirar seus países da instabilidade existente, segundo a concepção destes.

Deste modo, ainda que sejam as teorias o foco central desta pesquisa, a experiência dos formadores dos projetos políticos integralistas (sejam eles o lusitano, ou o proveniente da Ação Integralista Brasileira) são determinantes na concepção dos arcabouços teóricos que sustentaram os movimentos. Dito isto, entende-se, neste artigo, ser obrigatória a apresentação do contexto em que os integralistas estavam inseridos, para posteriormente passarmos para o exame de suas



teorias.

A Universidade de Coimbra foi o local onde os futuros integralistas lusitanos se colocaram em contato. Entre os anos de 1905 e 1908 um contingente relevante daqueles que tornaram membros do Integralismo Lusitano (IL) se inseriram na academia. Neste intervalo, a monarquia portuguesa esboça os sinais mais evidentes de seu colapso, decretando seu término em 1910. Para António Costa Pinto “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910”¹.

Diante destes sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana toma espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como reflexo a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Como reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), em busca de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra. Dentre os nomes inscritos no CAM, está Alberto Monsaraz – personagem que quatro anos depois, juntamente com Hipólito Raposo e António Sardinha, será o formador da revista *Nação Portuguesa*.

Estas polarizações políticas iniciais não fornecem evidências válidas para a compreensão da organização e constituição teórica do movimento. Neste período, é possível encontrar integralistas tanto em movimentos republicanos quanto nas organizações acadêmicas monárquicas. Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (...) António Sardinha”². O engajamento político, diante destes contrastes, não é visto como elemento de coesão durante a formação e os primeiros anos do IL.

As discordâncias quanto às posturas ideológicas não afastaram o grupo, em função do eixo de polarização de seus membros concentrar-se no âmbito cultural/intelectual, conforme denuncia Hipólito Raposo. Relatando os percursos seguidos por seus companheiros, durante o término dos estudos na Universidade de Coimbra, o autor descreve: “O ano de 1910-1911, último de nossa formatura, passava-o em Coimbra quási todo o grupo de bons companheiros que, a sério e desde muito cedo se preocupavam com questões intelectuais e nacionais, e eram

1 PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVIII (n. 72-73-74), – 3º-4º-5º, p. 1411-1412, 1983.

2 PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano, p. 1412.



fraternos amigos uns dos outros”³.

A síntese destes aspectos levantados em relação ao IL (o aristocratismo intelectual; a preocupação com a questão cultural/intelectual em detrimento de uma inexistente identidade política, e conseqüentemente; a unidade pelo viés literário), é encontrada na constatação de Leão Ramos Ascensão, integralista de segunda geração, ao fazer menção que:

Os fundadores do Integralismo Lusitano, na sua maior parte, antigos companheiros da Universidade de Coimbra, que uma camaradagem unira estreitamente. Não que houvesse afinidades políticas entre eles: uns eram monárquicos, outros republicanos ou indiferentes e outros que ainda não tinham concluído. O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum preocupação cultural, era a superioridade da inteligência que os ligava e os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então.⁴

Uma série de fatores irão influenciá-los no adiamento do contato com a política. Dentre estes aspectos, o elitismo possui um peso relevante na opção tomada pelo grupo, determinando seus rumos teóricos. Esta característica, comum aos adeptos do IL, levam-nos à condenação do sufrágio, por fornecer grande potencial de poder decisório às massas, segundo eles, incultas.

Tal veto à participação popular na política irá definir a defesa das monarquias hereditárias em detrimento dos regimes liberais (monárquicos ou republicano). Sardinha, principal mentor do IL, disserta que não há “Nada mais antinatural nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afixado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado”⁵.

Desta maneira, o Portugal utópico construído pelos integralistas possuiria características medievais. Hipólito Raposo, um dos formadores do movimento, desenha o projeto político de Estado Monárquico Orgânico inspirado no período feudal. Portanto, tanto o Portugal da Idade Média, quanto o Estado ideal dos integralistas seriam organizados por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente”⁶.

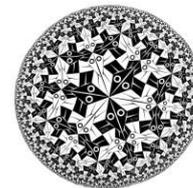
A partir deste modelo, observa-se a postura anti-cosmopolita, municipalista e acima de tudo corporativista, visando restaurar uma experiência monárquica medieval idealizada pelos

3 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929, p. 31.

4 ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Versão digital de 1943 “Edições Gama.” p 10. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

5 SARDINHA, Antônio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*. 2ª ed. Lisboa: QP, 1978, p. 128.

6 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: ...* p. 87.



integralistas. Sob esta formação, Portugal encarnaria: a crença no destino rural, representado pela pequena propriedade fundiária; a religiosidade católica como aspecto inerente ao nacionalismo português, e; a tensão entre a ruralidade e a industrialização, onde esta última colocaria em risco a nacionalidade lusitana.

Na utopia integralista não existiria espaço para a participação política das massas, sendo condenado o constitucionalismo, o parlamentarismo e o sufrágio individual. “Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vínhamos nós opôr os grupos humanos naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, do Concelho, da Província [...]”⁷.

Diante desta postura de rejeição aos valores presentes na República de 1910, os futuros integralistas envolveram-se na oposição política ao regime, ora colocando-se em exílio na Bélgica, na França e na Espanha, estabelecendo contato com outras concepções monárquicas de extrema-direita, tal como *l'Action Française*; ora fazendo parte de grupos milicianos armados pela derrubada da República.

Esta última alternativa citada foi lançada por Luís de Almeida Braga e por Rolão Preto entre os anos de 1910 e 1912. Ambos participaram de golpes frustrados, ocorridos no norte do país, e liderados por Paiva Couceiro. Após a derrota, Almeida Braga e Rolão Preto se encontrarão em maio de 1913, na Bélgica, junto a outros de seus colegas.

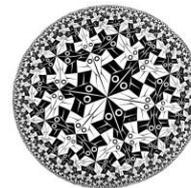
Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa, o grupo de ex-estudantes da Universidade de Coimbra, agora exilados, organizaram em 1913 a revista *Alma Portuguesa*. Possuindo como integrantes

(...), Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza, fundavam a revista *Alma Portuguesa*, de efêmera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.⁸

Tal revista, de subtítulo *Órgão do Integralismo Lusitano*, possuiu apenas dois números (lançados em maio e em setembro de 1913), porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de um movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permanece em Portugal, convertendo-se, um ano depois, à causa monárquica após frustração com a experiência republicana.

7 _____. *Dois Nacionalismos*: ... p. 41.

8 _____. *Dois Nacionalismos*:... . p. 37.



No Brasil, as últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do século XX são marcadas pela transição do período monárquico para o modelo republicano. Embora tenha sido implantado sem grandes conflitos civis, o regime republicano foi duramente atacado por alguns intelectuais opositores do regime liberal, em virtude das turbulências sociais, descontrolado econômico e descentralização política que se seguiram após o início de sua vigência.

O contexto era de preocupação em torno da desagregação do Estado, frente à adesão ao federalismo e ao regime democrático-liberal; de reação ao liberalismo; às modificações da tradição moral nacional; à penetração de ideologias de esquerda. Diante deste cenário, alguns intelectuais provenientes dos setores médios da sociedade, influenciados pelos acontecimentos internos (Tenentismo; coluna Prestes; articulação do movimento operário, organizando as primeiras greves de grandes dimensões), e voltando atenção para as experiências políticas centralistas e autoritárias que despontavam na Europa (principalmente a Itália de Mussolini), irão fomentar movimentos de postura de direita-extremista no Brasil. Nesta condição, encontra-se Plínio Salgado, formador da Ação Integralista Brasileira.

Salgado possuiu participação discreta na Semana de Arte Moderna de 1922, considerando-se no período, uma das “promessas sem livros” presentes naquele grupo de artistas⁹. Porém, 1926 será o ano em que encontrará sua projeção como escritor, através do lançamento de *O Estrangeiro*. Neste mesmo ano Salgado liga-se à corrente nacionalista do modernismo, denominada “Grupo Verde Amarelo” e, posteriormente, ao “Anta”¹⁰. Ainda que possam ser encontrados vestígios do movimento artístico modernista em sua teoria, a criação da AIB deve-se mais à Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que à formação literária de seus dirigentes. Sobre o assunto, Plínio Salgado nos informa que:

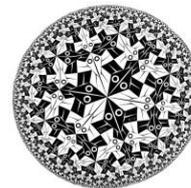
A obra selecionadora da S.E.P. deveria durar por um ano. A destruição do jornal em que eu ia formando adepto, precipitou a transformação do instituto cultural, que foi absorvido por uma de suas seções (...). Essa seção chamava-se 'Ação Integralista Brasileira.' Era o fruto que irrompia da flor.¹¹

A SEP foi de grande importância para o integralismo, colocando em contato lideranças extremistas regionais espalhadas por todo território nacional sendo, algumas delas, incorporadas pela AIB. Após esta fusão de movimentos de direita extremista regionais, tais como o *Partido Nacional Sindicalista* de Olbiano Mello, e a *Legião Cearense do Trabalho* chefiada por Jeovah Motta e

9 SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. In. *Obras Completas*. v.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 11.

10 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 22.

11 SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação, p. 23-24.



Helder Câmara¹², a AIB passa a ser o grupo de extrema-direita de maior projeção em cenário brasileiro. Reflexo desta amplitude conquistada pelo movimento expressa-se nos objetivos defendidos e apresentados pelo *Monitor Integralista* – órgão oficial de informação da AIB – entre os quais estão: “Pleitear para o Brasil a implantação de um regimen político-social, tão sómente baseado na concepção do Estado Totalitário, ou Estado Integral”¹³.

Fato marcante na formação das fileiras integralistas está no peso que a religiosidade ocupa para a adesão e no potencial de mobilização entre os integrantes, mesmo considerando as diferenças na intensidade deste fervor entre as lideranças do integralismo. Hégio Trindade afirma que “O fato relevante, porém é que não obstante estas diferenças de intensidade da prática religiosa, a religião, e tudo o que se vincula à filiação e à crença religiosa, é muito valorizado entre os integralistas de todos os níveis”¹⁴.

A identificação dos preceitos religiosos no movimento de Plínio Salgado auxiliou a adesão de simpatizantes católicos, como forma de combate ao materialismo. A coincidência entre os pilares da “reação católica” e a fórmula de anticomunismo, antiliberalismo, e retomada das tradições morais cristãs, trouxeram bons frutos para a AIB. Por intermédio da citação retirada de Alexandre Bankl Batista, conclui-se que

A AIB propagou-se celeremente nos meios católicos, atingindo várias regiões do Brasil e deixando realmente exultantes vários membros da hierarquia católica. Para a Igreja o integralismo assemelhava-se aos poços artesianos que 'nascem no mesmo lençol oculto no seio da terra, sobe irresistível, em altos jatos do subsolo em todos os Estados do Brasil.¹⁵

Oferecendo como proposta política o projeto anti-cosmopolita, anti-materialista (portanto contra o liberalismo e o comunismo) e utilizando largamente da religiosidade de seu líder Plínio Salgado, o integralismo gozou de grande popularidade no período de sua vigência. Suas propostas despertaram simpatia em setores externos ao movimento, tais como o exército e a Igreja.

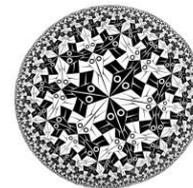
Diante da organização como movimento de massas, há a necessidade de estender-se ao

12 TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo, Difel/ Porto Alegre: UFRGS, 1974, p. 132.

13 *O Monitor Integralista*. Segunda quinzena de Dezembro de 1933. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038.

14 TRINDADE, Hégio. *Integralismo: ...* p. 154-155.

15 TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 43. *apud*. BATISTA, Alexandre Bankl. *Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 37.



longo do território nacional preservando sua uniformidade, considerando as franjas militantes mais afastadas geográfica e ideologicamente. Internamente, a AIB contava com um vasto aparato de organização de seus militantes, e controle hierárquico, expresso pelo uso de uniformes, saudações, rituais e cerimônias, visando tornar seu adepto caixa de ressonância da doutrina integralista. Segundo Patrícia Schmidt, “Além das padronizações, os ritos geram um sentimento de pertencimento nos indivíduos, que se sentem pertencendo a uma comunidade, criam relações de sociabilidade”¹⁶.

Por meio desta apresentação acerca de ambos os movimentos integralistas, observa-se que enquanto no IL há o predomínio do conservadorismo político e o tradicionalismo como alguns dos eixos centrais de seu projeto político, visando restringir ao máximo a participação popular nas esferas decisórias de Poder; a versão integralista brasileira opta pelo radicalismo de direita, adotando a mobilização das massas como fórmula de se chegar ao governo.

Feita a apresentação do Integralismo Lusitano e da AIB, há neste artigo, o interesse em estabelecer exame sobre a teoria dos dois movimentos, visando esclarecer a justificativa de ambos os grupos se denominarem “Integralismos”. Este objetivo será alcançado através da observação dos arcabouços teóricos dos respectivos movimentos.

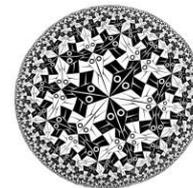
Integralismo Lusitano: da gênese literária às pretensões políticas

Conforme dito anteriormente, diante da pluralidade política encontrada inicialmente no interior do Integralismo Lusitano, suas origens são situadas nos campos da literatura. Não por acaso, os futuros membros do IL dedicaram-se, ao início da organização do grupo, às causas cultural e moral, para, posteriormente, formularem questões de domínio da política – conforme pode ser evidenciado no subtítulo da revista *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*. As atenções aos assuntos políticos surgirão apenas em um segundo momento. Todavia, no decorrer de seus anos de atuação (1914-1922), o movimento irá tomar contornos de simpatia à restauração monárquica. Segundo Costa Pinto “O seu projeto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista”¹⁷.

O IL, conforme ressalta Leão Ramos Ascensão, integralista de segunda geração, “(...) foi

16 SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 118.

17 PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 25.



um movimento de combate à República e à Monarquia Constitucional em prol da Monarquia orgânica tradicionalista e anti-parlamentar”¹⁸. Como movimento tradicionalista que era, o IL demonstrava-se avesso a qualquer tipo de modernização, seja ela política ou econômica.

Esta postura era refletida nas obras dos integralistas, permeadas pelo anti-cosmopolitismo, anti-industrialização, simpatia ao retorno à vida rural e às corporações de ofícios. Esta espécie de “fuga para o campo” proposta pelo IL se fundava na crença de perversão da moral, da família e da profissão, ocorridas nas cidades, diante da presença do liberalismo econômico e político. Estes aspectos estão presentes nas palavras de António Sardinha:

Infelizmente tudo se subverteu com o advento da Democracia, - até as vocações tornavam por vezes verdadeiros génios na sua esfera os artífices de outrora. Contribuiu bastante para esse facto lamentável, não só a concorrência da máquina, que veio dispensar a intervenção da inteligência no trabalho, como também desgosto da sua situação em que o arrivismo de nossos tempos lançou o produtor.¹⁹

Através deste presente nebuloso, desenhado por Sardinha, e compartilhado pelos demais integralistas, a solução alternativa, formulada pelo grupo, estaria na Monarquia Orgânica. Desta maneira, o Portugal utópico possuiria características medievais. Hipólito Raposo desenha o projeto político de Estado Monárquico Orgânico inspirado no período feudal. Portanto, tanto o Portugal da Idade Média, quanto o Estado ideal dos integralistas seriam organizados por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente”²⁰. Portanto, este modelo aponta para um projeto de Estado anti-cosmopolita, municipalista e acima de tudo corporativo, visando restaurar uma experiência monárquica medieval idealizada pelos integralistas.

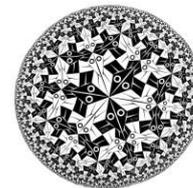
Nesta utopia integralista, a narrativa em torno do Portugal medieval se faz de forma idealizada, onde são predominantes as imagens do reino pacífico, pacato e próspero, tomado pelo equilíbrio entre a monarquia, as cânticas, os municípios e as corporações²¹. Deste mito, podem ser destacados como elementos característicos: a crença no destino rural, representado pela pequena propriedade fundiária de Portugal; a religiosidade católica como aspecto inerente ao nacionalismo português, e; a tensão entre a ruralidade e a industrialização, onde esta colocaria em risco a

18 ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

19 SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 223.

20 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos*: ... p. 87.

21 cf.:BARREIRA, Cecília. Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da “Nação Portuguesa”, - 1914-1926. *Análise Social*, Ano XVIII, p. 1421, 1983; CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. *Análise Social*. Ano XVIII, vol. 3º-4º-5º, p. 1402, 1982.



nacionalidade lusitana.

Todavia, este mito divide espaço no arcabouço integralista com a retórica acerca da Vocaç o Marítima de Portugal. Esta perspectiva – defendida por vezes nas obras de Ant nio Sardinha, e vista com certa desconfiança entre os demais integrantes da primeira geração do movimento - entendia estar no Império Ultramarino portugu s   missão evangelizadora do mundo, disseminando a palavra cristã para os povos do além-mar. Nesta proposta, o mentor do IL defende que “*Sólo los españoles y los portugueses supieron verdaderamente colonizar, elevando a las razas inferiores a una sociabilidad mayor, esmaltado con los preceptos de la fe cristiana*”²².

Esta interpretação do passado de Portugal traz consigo a esperança do retorno do país ao seu antigo lugar de pot ncia marítima, figurando entre as fileiras de países hegem nicos da Europa. Não   gratuita a adesão da segunda geração a esta narrativa, sendo alguns de seus integrantes, nomes de destaque para a ditadura de Salazar, casos de Marcelo Caetano, Pedro Teot nio Pereira e Manuel Múrias.²³

Dividindo espaço com a Monarquia entre os suportes teóricos do IL, a religião católica é um denominador comum entre estes dois mitos. Portanto, o nacionalismo do movimento seria revestido pela tradição, logo relacionada à Monarquia Orgânica, e pela religiosidade, conforme explicita Hipólito Raposo: “Nos seus [do IL]  ndices ficou expressa a aspiração do nosso Nacionalismo que   monárquico e católico”²⁴. Nesta perspectiva, a Igreja   vista pelo movimento português como suporte da identidade nacional, abalada desde os anos iniciais do século XX em razão da substituição da monarquia pelo Estado liberal republicano.

A partir da formação de tais leituras de passado utópico, sustentadas pelo Integralismo, ocorrerá a sistematização da teoria do movimento. Através da consolidação da leitura comum do passado, e do projeto político de retorno   monarquia orgânica, os integralistas lusitanos classificam-se como tradicionalistas. Sardinha expõe a fórmula do patriotismo integralista, através do amor ao passado, ou seja, “  imperioso ressuscitar o antigo patriotismo. Não o ressuscitamos senão pelo regresso ao amor ao nosso passado”²⁵.

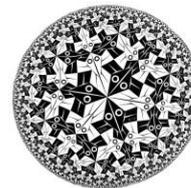
Concomitante a esta “ressurreição do antigo patriotismo”, há na trajetória política do movimento integralista, sucessivas tentativas de negociação com D. Manuel II (filho do rei D.

22 SARDINHA, Ant nio. *La Alianza Peninsular*. Tradução para o espanhol de Marqu s de Quintamar – Conde de Santiba ez del Rio. Madrid, Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930. p. 71.

23 CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saude, o sebastianismo e o integralismo lusitano, p. 1403.

24 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, p. 105.

25 SARDINHA, Ant nio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 118.



Miguel, deposto por D. Pedro I do Brasil), para que este fosse o representante da Monarquia-orgânica, tal como concebida pelo IL. Porém o intento de restabelecer aquele projeto de monarquia foi impedido definitivamente em 1922, após o Pacto de Paris.

Neste tratado, colocava fim à questão dinástica que envolvia as duas vertentes da Casa de Bragança reconhecendo o trono de D. Manuel II. Em contrapartida “relegava-se a questão dos princípios para umas hipotéticas Cortes Gerais, cuja constituição se ignorava”²⁶. O pacto firmado entre os dois ramos da dinastia de Bragança frustrou os planos dos integralistas em firmar a monarquia pretendida, pois, na concepção do movimento

O Pacto de Paris é na sua essência e apesar de qualquer referência à Carta Constitucional a mais completa afirmação de parlamentarismo, porque por ele se coloca o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa, dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucional.²⁷

Constata-se a rejeição ao parlamentarismo e, por consequência, à República democrática liberal. Em *Dois Nacionalismos*, Hipólito Raposo torna visível esta oposição ao liberalismo, oferecendo como alternativa o regime corporativo. Ao compreender a democracia como uma luta entre partidos políticos, oferece a hierarquia como modo de ordenar os anseios político-sociais.

Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vinhamos nós opôr os grupos humanos e naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, da Província que as constituições da Monarquia e da República tinham ignorado. À ideia de igualdade humana, essencialmente injusta e anárquica, contrapunhamos a ideia de diferença que implica a hierarquia dos valores e a coesão da disciplina, sob o império da autoridade.²⁸

Tal veto à participação popular na política irá definir a defesa das monarquias hereditárias em detrimento dos regimes liberais (monárquicos ou republicano). Sardenha disserta que não há “Nada mais antinatural nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado”²⁹.

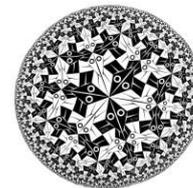
Deste modo, o mito do Portugal pequeno, rural e monárquico presente na teoria integralista é trazido à tona como fórmula de legitimação da postura política investida pelo movimento. Logo, os pilares de suporte teórico do IL são o tradicionalismo, o municipalismo, o

²⁶ ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*, p. 46. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

²⁷ _____. *O Integralismo Lusitano*, p. 46. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

²⁸ RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, p. 41-42.

²⁹ SARDINHA, Antônio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 128.



anti-cosmopolitismo e o anti-liberalismo. Os integralistas unificam internamente os símbolos, os ritos e códigos compartilhados pelo movimento, possuindo certa homogeneidade quanto às formas de compreender o passado e vivenciar o presente, guiados pela tradição. Estes sinais de significação costuraram a identidade entre os membros do grupo.

Embora compostos por elementos vindos de estratos sociais e econômicos privilegiados da sociedade portuguesa, não são estas as características definidoras de pertença entre seus integrantes. A identidade compartilhada pelos seus membros é dada a partir do modo de entender o passado e a formação do Estado português. A consolidação desta identidade será realizada através da retórica legitimatória lançada pelo movimento, que resultará na explicação da missão histórica do IL enquanto movimento apto a promover o retorno de Portugal aos tempos áureos do império ultra-marino. Fazem parte deste projeto a rejeição às práticas cosmopolitas, mantendo longe das fronteiras nacionais o individualismo liberal, o comunismo e a industrialização.

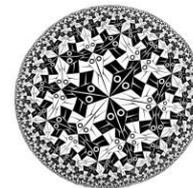
Desta forma, os aspectos que identificam os adeptos do IL estão voltados para as relações de compartilhamento de identidades e códigos que estes estabeleciam entre si, e para com a sociedade portuguesa. Viam-se como diferentes das massas iletradas, rejeitando por isso, o sufrágio, o parlamentarismo, ou qualquer mecanismo que possibilitasse o acesso popular às esferas de decisão. Desta forma, há no IL dualismo e continuidade entre passado e futuro, conforme expõe Lloyd-Jones.

Integralism's project vision of Portugal stressed the past over the present and the present over the future, they attempted to recreate a mythical 'golden age' that could operate in the spirit, *a maneira de ser e de ver*, that would develop as a motivational myth driving a backwards toward a idyllic society that was agrarian, comunal, self-sufficient, protecionista, paternalist an nationalist. [O projeto da visão integralista de Portugal sublinha o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, eles tentavam recriar uma mítica 'idade dourada' que podia ser operada no espírito, *a maneira de ser e de ver*, isso poderia desenvolver como um mito motivacional que dirige às avessas junto a uma idílica sociedade agrária, comunal, auto-suficiente, protecionista, paternalista e nacionalista.](Tradução nossa)³⁰

AIB: da composição social ao arcabouço teórico

A Ação Integralista Brasileira possuiu como setores sociais hegemônicos em suas fileiras

30 LLOYD-JONES, Stewart. "Integralismo Lusitano: Made in France." In. *Revista Penélope*. Lisboa. N° 28. p. pp. 93-106, 2003.



as classes médias³¹. Tais estratos da sociedade brasileira, embora considerada a expansão industrial vivida no país durante a década de 1920, não possuíam voz política. As esferas do Poder Oficial eram tomadas pelas oligarquias latifundiárias, não havendo espaço para a inserção de novos atores políticos, vindos de outros setores sociais, nas instâncias de poder público. Todavia, a ascensão de Vargas ao governo abriu novas possibilidades no cenário político para estes personagens, antes marginalizados das tomadas de decisão.

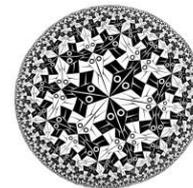
Este novo contexto inaugurado com a “Revolução de 1930” foi propício para as classes médias da sociedade (profissionais liberais, militares de patentes intermediárias e baixa, industriais) contestarem o coronelismo, a concentração de poder nas mãos de líderes locais e a debilidade do modelo econômico e político liberal. Nestas críticas, alguns representantes dos setores sociais antes marginalizados do poder, ansiavam por um Estado de feições protecionista e autoritária, visando o combate ao “perigo vermelho” representado pelo comunismo, assim como ao liberalismo político e econômico.

É neste contexto que a AIB surge, absorvendo os elementos que descontentes com a situação das oligarquias tradicionais, não estavam confortáveis com a política pendular do Governo Vargas em seus primeiros anos, ora atendendo as solicitações dos setores industriais, ora fornecendo direitos trabalhistas ao operariado. Desta forma, a Ação Integralista recebe contribuição - tanto física, em suas fileiras, quanto ideológica em sua teoria - de segmentos profissionais liberais, de parcela de jovens militares motivados pela experiência “tenentista”, entre outros representantes das classes médias.

Diante desta influência exercida, o discurso integralista foi, em grande parte, feito pela e voltado para as classes que começavam a despontar na política nacional. Por possuir configuração de movimentos de massas, existiam publicações voltadas tanto para o contingente de militantes, quanto para os escalões superiores do movimento, bem como as elites (intelectuais e econômicas) da sociedade brasileira, que se encontravam fora dele. Segundo Rosa Maria Cavallari, “Havia níveis diferenciados de transmissão dessas ideias. Assim, existiam na *Bibliografia Integralista* livros destinados às *massas populares* e livros destinados aos *políticos e intelectuais*”³². Isto fica evidente no prefácio da primeira edição de *Psicologia da Revolução*: “Este livro não é um livro para o povo, mas

31 cf.: TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo, Difel/ Porto Alegre: UFRGS, 1974. p. 140-142; CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista”. In: CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria Sylvania de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 53-54. 1978.

32 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, S.P.: EDUSC, 1990, p. 129. (Grifo do original)



para os que pretendem influir nos destinos do povo./ Aos políticos e intelectuais é que me dirijo nestas páginas”³³.

O contexto era de levantes grevistas mobilizados pelo operariado, reivindicando melhorias nas condições salariais e de trabalho, disseminando entre as classes médias o medo da proletarização, assim como da ameaça da invasão da ideologia comunista no Brasil. Através destes temores, a AIB tece críticas ao liberalismo, acusando-o de cumplicidade com o comunismo. Diante da situação de colapso econômico pós-1929, Salgado também não polpa críticas ao capitalismo monopolista. Desta forma, através de uma série de simplificações Salgado conclui que “[...] Capitalismo e Comunismo são dois nomes para designar a mesma coisa: o materialismo. Ambos desejam o mesmo clima político: a liberal-democracia”³⁴.

Tal como é comum nos movimentos de extrema-direita, a AIB buscava se colocar como uma “terceira via” entre o Capitalismo e o Socialismo. Plínio Salgado declara “Já temos repetido muitas vezes, nunca julgamos pouco repetir: para a nossa visão totalitária da sociedade, do mundo e das nações não existe nem 'esquerda' e nem 'direita', por conseguinte não consideramos também um 'centro', nem 'meias-direitas' ou 'meias-esquerdas’³⁵. Desta forma, visando minimizar, ou mesmo extinguir conflitos presentes na sociedade brasileira daquele contexto, sem, no entanto, alterar a hierarquia social existente, o integralismo via no corporativismo a alternativa para o regime liberal sem, no entanto, lançar mão do socialismo soviético.

Miguel Reale – chefe nacional do Departamento de Doutrina –, no intuito de organizar o sistema educacional integralista, via no corporativismo um modelo ideal para guiar os rumos do movimento. Reale assinala que “A cultura deve ser proporcionada às massas. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exigem ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho”³⁶.

É interessante perceber que esta alternativa, o corporativismo, era tratada por Plínio Salgado como sendo a “Democracia Cristã” para substituir a liberal-democracia. “Os partidos só podem se extinguir, organizando a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo. Não haverá descontentes nem perseguidos, porque todos os homens inscritos agora nos partidos

33 SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: *Obras Completas*. v. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 9.

34 _____. “Páginas de Ontem”. In: *Obras Completas*. v.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 229.

35 _____. “Palavra Nova de Tempos Novos”. in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 249.

36 REALE, Miguel. *Obras Políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 32.



são brasileiros e pertencem a uma profissão”³⁷. Nesta referência, acusa-se a presença da religiosidade vinculada a teoria integralista, porém, com menor intensidade em relação à vista no II.

O anti-liberalismo, expresso pelo anseio do corporativismo e pela intenção de abolir as agremiações partidárias foi, portanto, agregado ao catolicismo – religião predominante, embora não a única, entre os militantes da AIB, e majoritária na população brasileira dos anos 1930. Além do catolicismo, outros foram os motivos que levaram a teoria do integralismo para o combate ao liberalismo. O modelo liberal era visto pela teoria da AIB como “porta de entrada” para o cosmopolitismo, levando Reale ao alerta:

Não nos iludamos. Os partidos da liberal-democracia, ou que melhor nome tenha, não passam de instrumentos inconscientes manobrados com extrema habilidade por certos medalhões que fingem amor ao Brasil, não passam de hóspedes de nossa terra, de habitantes que enxergam a pátria unicamente sob o ângulo visual do interesse metálico.³⁸

Tal como no II, as opiniões na AIB não se faziam de modo unívoco. Embora o anti-cosmopolitismo seja fator comum no interior da AIB, tal postura leva a conclusões distintas. Plínio Salgado defendia um projeto econômico essencialmente agrário para o Brasil, pois entendia a máquina operando em cumplicidade com o liberalismo.

O liberalismo econômico deu forças suficientes à máquina, que a ciência e o gênio inventivo aperfeiçoaram nos mínimos detalhes; e as invenções exerceram sobre os homens aquele magnetismo previsto por Gabriel Tarde. A máquina enxotou o homem das cidades, depois de o ter chamada para a ilusória fartura. A máquina produzirá muito; produzirá para o fogo e para o mar; não produzirá para o seu criador. A máquina criará castas soberbas que fulgurarão no luxo e no esplendor, mas que estarão sempre inquietas, pois a cada dia a novos condenados por ela, a descer para a feroz proletarização.³⁹

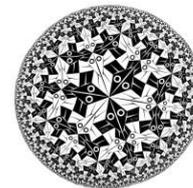
Nesta esteira Salgado acentua o caráter pernicioso da máquina, expressando que “Quanto mais à máquina se aperfeiçoar, quanto mais eficiente ela se torna, teremos como conseqüência: a vulgarização em massa dos artefatos, o aumento da oferta pelo barateamento e perfectibilidade dos produtos”⁴⁰, concluindo que “Dentro das próprias leis da Economia Clássica, a predominância do produto agrário sobre os produtos industriais vai ser uma fatalidade neste

37 SALGADO, Plínio. “Páginas de Ontem”, p. 204.

38 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p.177-178.

39 SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. In: *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957, p. 57.

40 SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, p. 72.



século”⁴¹.

Reale, em oposição, afirma a industrialização como projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil. A partir da defesa voltada para a abordagem técnica do assunto, Miguel Reale sinaliza para a urgência do desenvolvimento de uma industrialização nacional, porém, em consórcio com a agricultura. Sobre a necessidade da criação de um parque industrial vigoroso, o integrante da AIB afirma que “O problema industrial brasileiro tem tal relevância que urge criar as situações indispensáveis ao seu mais rápido e orgânico desenvolvimento, dando-lhes bases mais sólidas, prevendo as funestas conseqüências do atual estado das coisas”⁴². E encerra citando São Paulo como exemplo,

Como se vê, equivalem essas forças de tal sorte que a mais *agrícola* das unidades da Federação é também a mais *industrial*. O que nos cumpre fazer é assegurar essa correspondência de valores produtivos, dando à economia brasileira a saúde que resulta sempre de um harmônico desdobramento das fontes de riqueza.⁴³

Em outro ponto da teoria integralista, há a necessidade de estender-se ao longo do território nacional enquanto ideologia hegemônica no Brasil, considerando as franjas militantes mais afastadas geográfica e ideologicamente, visando imbuir de unidade a fisionomia da AIB. Desta forma, os jornais cumpriam papel importante para a integridade teórica da AIB. Segundo Cavalari:

O jornal era organizado não só com o fim precípua de doutrinar, mas, mais do que isso, de transmitir a doutrina de modo uniforme. Os jornais do interior, aqueles que chegavam ao militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento. No caso, São Paulo e Rio de Janeiro.⁴⁴

Visando assegurar e acentuar a unidade do movimento, a Ação Integralista Brasileira contava com um amplo conjunto simbólico e ritual visando à conservação da identidade e da coesão. Além de garantir o que Plínio Salgado chama de “ordem espiritual e moral”, através da “(...) criação de uma extraordinária unidade de pensamento e sentimentos, que exprime pelo mesmo ritmo de atitudes, desde o Amazonas ao Rio Grande”⁴⁵, este conjunto rígido de símbolos e rituais definiria o status hierárquico entre os elementos do movimento, a partir de uniformes, patentes paramilitares, saudações e outras características específicas ao movimentos, que os

41 _____. A Quarta Humanidade, p. 72.

42 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p. 129.

43 _____. *Obras Políticas*, p. 130.

44 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 79.

45 SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*, p. 196.



definiria enquanto membros da AIB.

Os rituais integralistas expandiram-se para além do movimento em circunstâncias tais como batismos, casamentos e funerais de militantes da AIB, infiltrando-se em cerimônias religiosas e civis. Este amplo aparato disponibilizado pela AIB tinha como razão a necessidade de permear todos os espaços da vida do militante, derrubando fronteiras entre o público e a vida particular, tornando-o caixa de ressonância do integralismo. Ao se atingir este patamar, o integralismo teria realizado a sua *Revolução Interior*.

A guisa de conclusão, a AIB consolidava-se tanto em sua teoria quanto em sua organização física como movimento de tonalidades totalitárias, patrocinado por elementos advindos de setores intermediários da sociedade brasileira, que reivindicavam maior participação na vida política do país. Desta forma, os integralistas faziam oposição a formula política oligárquica, federalista e liberal, oferecendo como alternativa o corporativismo. Como proposta econômica, embora existisse uma corrente no interior do movimento que via com simpatia o desenvolvimento da indústria nacional, a via agrária era vista pelo chefe nacional Plínio Salgado como método seguro de afastar as ideias cosmopolitas e o imperialismo, tanto capitalista quanto socialista.

Considerações Finais

Ao colocar IL e AIB lado a lado, percebe-se que estes não são o mesmo grupo em locais geograficamente distintos. As especificidades dos dois movimentos fazem-se evidentes, sejam pelas conjunturas internas passadas pelos países em que surgiram, seja pela composição social que predominam nestes movimentos. Enquanto o IL é tomado pelo aristocratismo - como destaca António Costa Pinto - e pela postura de elitismo intelectual, a AIB é formada por setores médios da sociedade brasileira. Ainda que ambos sejam movimentos reacionários às mudanças econômicas e políticas internas aos seus países, o conservadorismo inerente no IL e na AIB encontra práticas divergentes de manifestação.

No IL há o apelo ao conservadorismo através da restauração do regime monárquico, em suas formas utópicas concebidas, em consórcio com o catolicismo, presente ao longo da teoria luso-integralista. Na AIB a religião católica, ainda que predominante entre os militantes, não possuiu o grau de importância tomado em seu homônimo português.

Segundo Gilberto Calil, o veto à ideia do integralismo em consolidar-se movimento confessional estaria atrelado à razão de, se assim fosse feito, haver a restrição à entrada de



simpatizantes vindos de outras religiões, e de regiões de colonização europeia, onde o catolicismo não fosse predominante.

Salgado, no entanto, avaliava que o caráter confessional (que alguns atribuíam ao movimento) limitava sua eficácia, especialmente nas regiões de colonização germânica. A AIB afirmou-se espiritualista e cristã, abrindo o integralismo às religiões da reforma e rejeitando a opção por um partido confessional, sem no entanto, abrir-se às religiões não-cristãs, consideradas usualmente como bárbaras a avessas à tradição nacional.⁴⁶

Deste modo, Plínio Salgado nega ao monopólio religioso do catolicismo no interior do integralismo, ao conclamar todas as religiões cristãs a combateram juntas o perigo materialista que colocava em risco a nação.

É isso que se chama “ordem espiritual e moral”, confraternização de “todos os que, acreditando num Deus, fazem d’Ele o fundamento de toda ordem social” conforme diz a Encíclica de Pio XI, cujo texto foi compreendido pelos Integralistas tanto católicos, como luteranos, presbiterianos e espíritas, pois hoje formamos a frente única espiritual, arrebatada pela bandeira de Deus, da Pátria e da Família, disposta a todos os sacrifícios para salvar a Nação das garras do materialismo do século.⁴⁷

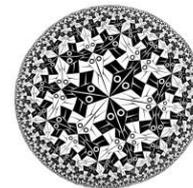
Tal atitude de procurar afastar o movimento da configuração puramente católica, não deve ser visto como mero “cálculo” estratégico no intuito de alcançar maior número de adeptos. Embora a AIB fosse aberta a todos os cristãos, de forma genérica, a identidade católica nunca deixou de se mostrar evidente nos escritos de Plínio Salgado e demais lideranças do grupo. Alguns dirigentes procuravam demarcar a distância entre sua devoção religiosa e sua atuação política, mas, ainda assim, a tensão existente na tentativa de afastar o Estado da Igreja mostrava-se em diversas ocasiões. Reale, por exemplo, assinala: “O Estado Integral não é agnóstico como é o Estado Liberal Democrático, mas também não é sectário. O Integralismo exige que toda camisa-verde seja espiritualista e fundamente no princípio de Deus todo o tipo de ordem social”⁴⁸.

As divergências estão presentes entre os dois integralismos, reveladas através de projetos políticos específicos, assim como pelas formas de organização e prática das relações sociais e simbólicas fomentadas pelos dois movimentos. Por posicionar-se como um movimento de elite e voltado para a elite, os rituais, códigos e símbolos compartilhados entre os membros do IL eram restritos, justamente para identificar os integrantes, e segregar aqueles que estavam do “lado de

46 CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001, p. 43.

47 SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. In: *Páginas de Ontem*, p. 196.

48 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p. 34.



fora”.

A AIB, por outro lado, por ser um movimento de massas, necessitava de tornar público seus rituais e práticas simbólicas, no intuito de difundir-las e fomentar a identidade entre os integrantes do movimento, ainda que estes se encontrassem geograficamente afastados; todavia, o uso de uniformes e outros símbolos, tais como as saudações de “Anauê”, os ritos de iniciação e as marchas, estabeleciam fronteiras entre os integrantes do movimento, e aqueles que não pertenciam a ele.

Tais distinções eram percebidas pelos próprios integralistas e ex-integralistas. Por outro lado, eram reconhecidos os pontos semelhantes existentes entre IL e AIB. João Fábio Bertonha, em artigo recente, analisa o contato de Plínio Salgado com elementos do IL e do Nacional Sindicalismo (vertente fascista do IL), no momento em que o líder da AIB encontrava-se exilado em Portugal (1939-1946). Neste artigo, Bertonha supõe que:

Os integralistas lusitanos devem ter discordado do caráter republicano do integralismo brasileiro, da sua ambição em mobilizar as massas populares, e do seu caráter cristão, mas não totalmente católico. Ainda assim, é provável que tenha havido mais simpatia que discordância, dados os claros pontos de afinidade na crítica anti-liberal e anti-comunista.⁴⁹

Além destas semelhanças apontadas por Bertonha, é perceptível - ao menos na contribuição de Plínio Salgado à teoria da AIB - a rejeição à industrialização e à mecanização da produção. Tanto para o IL quanto para o líder do integralismo brasileiro, tal modernização da força de trabalho estaria acompanhada da inserção de práticas liberais, cosmopolitas e estrangeiras, conforme pode ser demonstrado ao longo do artigo.

Outro fator de ressonância entre os dois movimentos está na opção pelo corporativismo como modelo de organização da política, econômica e social, ainda que no IL este venha acompanhado da Monarquia - aspecto que não encontra correspondência na AIB. A concepção do Estado, para o Integralismo Lusitano, seria expressa pela associação da ruptura com a ordem liberal-republicana, estabelecida em Portugal desde 1911, com a recuperação da “monarquia orgânica”. António Sardinha expressava este modelo de Estado nos seguintes moldes: “*Nuevo Estado en la patria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitario en lo político propiamente dicho como descongestionado y simplificado en lo*

49 BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*, Ano XLVI, p. 70-71, 2011.



económico y administrativo” [Grifo do Original].⁵⁰

O Estado Integralista desenhado pela AIB caminhava, similar ao movimento lusitano, para o corporativismo, possuindo contornos totalitários. Miguel Reale destaca a fórmula do corporativismo em detrimento do federalismo, como alternativa política adotada aos projetos da AIB. Seguindo as convicções do autor, o regime federativo conspira contra o Poder Central, ao incentivar o fortalecimento das oligarquias regionais e a proliferação de lideranças locais. Reale assinala que aqueles que defendem o sistema político em vigor:

Não percebem que é ilusório o antagonismo entre o poder central e a vida das províncias. Não compreendem que deve haver uma unidade de direção, mas uma pluralidade de meios de execução. (...). Eis porque dizemos – *Centralização política e descentralização administrativa* – para que uma unidade de fins se realize mediante uma pluralidade de meios de formas.⁵¹

Outros pontos, menos teóricos, fazem-se reveladores das semelhanças entre os movimentos em questão. Ao se folhear os veículos de divulgação da AIB, percebe-se a correspondência com o IL. Estratégias comuns são utilizadas cumprindo objetivos que vão desde disseminação doutrinária até a arrecadação de investimentos, através da propaganda de produtos para comércio, vinculados aos movimentos.

A revista *Nação Portuguesa*, órgão do IL, embora se denominasse como revista de “cultura nacionalista”, portanto voltada à teoria integralista, possuía anúncios publicitários, tais como “UROQUINOL: Poderoso dissolvente do ACIDO URICO indicado no ARTRITISMO – Reumatismo – Gota – Obesidade – Cólicas nefríticas e hepáticas – Instituto Pasteur de Lisboa: Lisboa: R.N. do Almada, 69/ Porto: R. dos Clérigos, 36”⁵². Os integralistas do Brasil iam mais longe, anunciando seus próprios produtos nos jornais do movimento: “Integralistas!/ A Pátria precisa de homens VIGOROSOS E FORTES./ Força e vigor só se adquire bebendo “QUINO FERROL PALOMANE” (Fórmula do Dr. Luiz Bento Palomane)/ Cumpra seu dever usando-o com frequencia”⁵³.

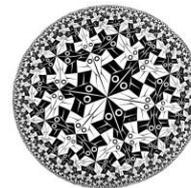
Quanto às estratégias voltadas para a difusão doutrinária, as semelhanças são persistentes. Rosa Maria Cavalari assinala que era comum nos jornais da AIB a transcrição literal

50 SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Tradução para o espanhol de Marqués de Quintamar – Conde de Santibañez del Rio. Madrid: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930, p. 323.

51 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p.30.

52 NAÇÃO PORTUGUESA: Revista Cultura Nacionalista. Lisboa, Nº 1, 3ª série. 1924. p. 67. Real Gabinete Português da Leitura: RGPL 4UU6, Registro 207116, CDU: 050.

53 *O Nacionalista*, Araraquara, ano I, n. 5, e de fevereiro de 1935, p. 5. *apud*. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 102.



de trechos, artigos e colunas existentes em outros livros e jornais vinculados ao movimento⁵⁴. Tal característica era utilizada também pelos IL.

Ao fazer revisão sobre o esforço de colonização português, Hipólito Raposo apresenta o seguinte trecho: “Tinha Marrocos recursos materiais que valessem o sacrifício de o conquistar e manter para o Reino a para a fé cristã? A não termos desviado para o mar, embarcando nas naus quasi todos os homens válidos, poderia o nosso domínio tornar-se definitivo, (...)?”⁵⁵. Frase semelhante já havia sido dita por Manuel Múrias, algumas páginas antes da seguinte forma: “Lembre-mo-os que se um dia na mesma armada emigrassem todos os portugueses, nem assim alcançariam povoar o imenso território de que, por um prodígio incompreensível sem o auxílio dos Jesuítas e da política sapientíssima dos reis, fizemos mais tarde no Brasil”⁵⁶.

Nesta medida, embora vistas as dissonâncias presentes no grau de penetração do catolicismo, na opção pelas fórmulas políticas escolhidas para cada Estado Integralista (IL - monarquia orgânica; AIB – ditadura republicana), além do grau de envolvimento e mobilização das massas em direção à esfera política (IL – mobilização nula; AIB – alta mobilização das massas); há aspectos, conforme acima apresentado, que, se não identificam ambos os grupos como movimentos integralistas, ao menos os tornam próximos.

Enviado em: 14/04/2012.
Aprovado em: 15/05/2012.

54 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 96.

55 RAPOSO, Hipólito. Lança em África (A pretexto da 'História de Arzila'). In: *NAÇÃO PORTUGUESA:...* , 1924, p. 268.

56 MÚRIAS, Manuel. A política de África de El-Rei D. Sebastião. In: *NAÇÃO PORTUGUESA:...* .1924, p. 254.



A Real Audiência da Prata e os fundamentos da justiça na América no século XVII¹

Mariângela Célia Ramos Violante

Aluna de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP

mari-crv@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo está relacionado à análise dos procedimentos da Audiência da Prata a partir dos resultados obtidos com a pesquisa dos *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*. Partimos da perspectiva de observação das especificidades jurídico administrativas locais da América no século XVII com a pretensão de discutir que o desenvolvimento de suas praxes esteve intimamente vinculado às noções mais amplas constituintes da esfera jurídica hispânica, em relação às quais destacamos a relação entre costume e lei como expressões da justiça. Esses aspectos, favorecidos pelo direito de Castela, condicionaram a relativa autonomia dos tribunais e sedes administrativas americanas, bem como a responsabilidade da atuação e da sentença de seus juízes.

PALAVRAS-CHAVE: América hispânica, justiça e administração local, casuísmo.

ABSTRACT: The aim of this article is concerned to the analysis of the La Plata Audience procedures obtained from the research of the *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*. Based on the analytical perspective of the juridical and administrative local specificities in America in the seventeenth century with the intention of discussing that the development that the development of their praxes was closely related to broader notions of the Hispanic legal sphere, with respect to which was emphasized the relationship between custom and law as justice expressions. These aspects, favored by the Crown of Castile, conditioned the relative autonomy of the Americans courts and administrative seats, as well as the responsibility of acting and the sentence of their judges.

KEY-WORDS: Hispanic America, justice and local administration, casuistry.

Introdução

O estudo realizado a partir dos *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*² e a experiência que se obteve com a verificação de alguns de seus procedimentos internos na aplicação da justiça, aliado ao debate acerca da influência de uma esfera jurídica abrangente e preceptiva, característica do século XVII contemplado por nossa pesquisa, auxiliam-nos a

¹ O presente artigo se relaciona ao Projeto de Renovação da Bolsa de Iniciação Científica, *Tomo V (1636-1660) dos Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*, concedido pela FAPESP e concluído em novembro de 2011. Essa pesquisa se vinculou ao projeto do meu orientador, Prof. Dr. Rafael Ruiz, *JP Direitos e Justiça nas Américas*, que caracteriza um grupo de bolsistas.

² *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*. Sucre: Corte Suprema de Justicia de Bolivia; Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia; Embajada de España en Bolivia; Agencia Española de Cooperación Internacional, 2007. CD-ROM. Nossa fonte constitui um material digitalizado da coleção dos dez Tomos dos referidos *Acuerdos*, que compreendem os anos de 1561 a 1800, cujo CD-ROM foi disponibilizado pela Embaixada da Espanha na Bolívia em janeiro de 2011. Investigaram-se os anos de 1647 a 1658 como recorte, visando coincidir com os anos da pesquisa anterior para a qual se utilizaram como fonte as *Actas Capitulares de Corrientes*. Tomo II, años: 1647 a 1658. Buenos Aires: Guillermo Kraft LTDA, 1942.



compreender a responsabilidade sobre o processo de elaboração da sentença jurídica que recaía sobre seus artífices, os juízes ou governantes. Desse modo, nosso objetivo no presente artigo, é analisar em que medida esses procedimentos atribuíam um determinado peso decisório que a Audiência deveria avaliar antes de produzir uma sentença e, ainda, como esse mesmo peso poderia estar sujeito a diferentes ponderações fundamentando sentenças diversas de acordo com o juízo referente à disposição das circunstâncias, à qualidade dos envolvidos, dentre outros fatores, nos casos que se apresentavam.

Devemos ressaltar, antes de tudo, que o direcionamento da pesquisa realizada, conseqüentemente, da matéria aqui exposta, baseou-se na observação da prática da administração da justiça local americana. Não temos, pois, a pretensão de que nossas conclusões estabeleçam um quadro geral por meio do qual as diferentes instâncias coloniais da América hispânica devam ser entendidas. Ao contrário, trata-se de uma perspectiva de investigação baseada nas especificidades jurídico administrativas locais, com a finalidade de pôr em evidência que um estudo assim orientado deve conter reflexões sobre a vinculação e a influência variada com que os princípios que vigoraram na sociedade e pensamento hispânicos, ao longo dos séculos XVI até pelo menos a primeira metade do século XVIII, assumiram nos cenários locais.

No que diz respeito, ainda, às particularidades do estudo dos referidos Acordos, é interessante pontuar alguns percalços para o seu exame que, a priori, parecem inviabilizar a realização de uma pesquisa aprofundada, contudo, revelam mecanismos internos da Audiência que, além de essenciais para o seu funcionamento, representam o vínculo a que aludimos sobre a esfera jurídica hispânica. Esses obstáculos decorrem da estruturação e do estabelecimento dos Acordos, precisamente relacionados à descrição dos posicionamentos finais dos licenciados³ da Audiência da Prata, isto é, seus votos a respeito dos casos apresentados. Tais casos foram em grande parte transcritos de modo breve e superficial, impossibilitando o conhecimento do conteúdo das demandas, requerimentos, licenças, dentre outros assuntos, bem como das petições envolvidas, em relação às quais se notificava apenas o recebimento, a leitura e, geralmente, o nome dos litigantes. Sendo assim, interessa-nos discorrer sobre as causas desses aspectos.

³ Modo pelo qual se designavam os juízes da Audiência da Prata nos Acordos. *Licenciado*: “[...] se toma por el que ha sido graduado en alguna facultad, dandole licencia y permiso para poder enseñarla.” *Diccionario Academia Autoridades (G-M)*. Real Academia Española, 1734. Captado em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtle?cmd=Lema&sec=1.15.0.0.0>> Acesso em: 15/06/2012.



Os procedimentos da Real Audiência da Prata

Em consideração aos objetivos iniciais dessa pesquisa, foi fundamental investigar os processos de acomodação das determinações reais e de sua aplicação no âmbito colonial americano, buscando verificar o desenvolvimento de praxes nas instâncias locais, como também, a dinâmica variada da criação e do uso de costumes. Nesse sentido, é interessante destacar que a fundação da Real Audiência da Prata em 1559 na cidade de La Plata, Província de Charcas, – atual Bolívia – esteve relacionada ao interesse da Coroa espanhola e do Conselho das Índias em lograr a administração da justiça real nos novos domínios, de modo que, as Audiências constituíram altos tribunais⁴, cujo destaque nas Índias também serviu de motivação para a referida investigação.

A respeito da especificidade dos procedimentos da Audiência da Prata, como dissemos, é necessário compreender, em primeiro lugar, o modo pelo qual eram estabelecidos seus Acordos, cujas etapas são relevantes para ilustrar a rotina processual, capacitando-nos, ainda, a investigar a complexidade ligada às ponderações de seus ouvidores.⁵

Conforme os casos se apresentavam, estabelecia-se uma votação com a consulta das apreciações de cada um dos ouvidores presentes no intuito de se obter um comum acordo, ou seja, a unanimidade de votos sobre a sentença. Entretanto, essa deliberação, como se verificou, poderia resultar um longo processo instaurado pelas discórdias, para o desenvolvimento das quais bastava apenas uma proposta dissonante. Posteriormente, sua resolução poderia se confirmar pelo acordo entre os pareceres dos ouvidores ou pela solicitação do exame geralmente atribuído ao ouvidor mais antigo com capacidade para tal na ausência do presidente da Audiência. Outras vezes caberia ao fiscal⁶ de sua Majestade, membro da Audiência, a verificação do caso e a oportuna solicitação às partes envolvidas, como a consulta do Vice-rei ou do Conselho das Índias quando necessário, o que se estipulava por determinação de Reais Cédulas, por exemplo. Além disso, caso a demanda exigisse, a Audiência poderia solicitar o despacho de juiz encarregado de averiguação do caso no local de sua ocorrência, como da eventual requisição de provas às partes.

⁴ MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y la Administración de Justicia en las Indias, del index perfectus al index solutus*. 2ª ed. Buenos Aires: Librería Histórica, 2009, p. 122-126.

⁵ Tratavam-se nos *Acuerdos*, de modo geral, dos juízes da Audiência da Prata. *Oidor*: “[...] cualquiera de los Ministros Togados, destinados, en los Conséjos, Chancillerias y Audiencias, para oír en justicia à las partes, y decidir, segun lo que unas y otras alegan.” *Diccionario Academia Autoridades (O-R)*. Real Academia Española, 1737.

⁶ *Fiscal*: “El ministro diputado para defender el derecho del Rey, en los pleitos civiles en que tiene algun interés, y en lo Criminál para poner la acusación de los reos que comenten qualesquiera delitos.” *Diccionario Academia Autoridades (D-F)*. Real Academia Española, 1732.



O cumprimento criterioso dessas etapas demonstra que a obtenção da justiça se dava após um intenso debate até que se chegasse ao devido consenso, caso contrário, postergavam-se as discórdias. Portanto, as sentenças resultavam de uma deliberação cuja lógica de procedimentos estava bem definida, de modo que, devemos advertir reservas sobre possíveis interpretações acerca de uma conveniência decisória com base nos interesses pessoais que poderiam se manifestar, a exemplo de abstenções dos ouvidores na votação em razão do parentesco ou proximidade de caráter variado com os litigantes, dentre outros fatores. Nesse caso, observou-se a possibilidade de abstenção concedida temporariamente pela Audiência a um de seus integrantes na votação a respeito de um caso envolvendo um padre que teria celebrado o batizado de seu filho, tendo o ouvidor justificado a notoriedade de seu impedimento em razão de sua consciência, abdicando de ser juiz nessa causa.⁷

Para melhor elucidar os Acordos, ainda, há um exemplo contido no Acordo de 1654⁸ sobre o recebimento de uma demanda da Vila de Oruro que se manifestava contra a utilização do ofício de tenente⁹ geral, pois, conforme se descreveu, o encarregado era vizinho da região. O parecer da Audiência, sem outros detalhes, confirmou a reivindicação da Vila. Entretanto, seguiu um comunicado com o intuito de regular a aprovação de tenentes de governador¹⁰ e corregedores¹¹ do distrito da Audiência da Prata, devido às nomeações que foram trazidas. Desse modo, os ouvidores da Audiência propuseram que para a aprovação de quaisquer tenentes fosse recebida informação do ouvidor mais antigo no sentido de que não correspondessem àqueles previstos nas proibições das Reais Cédulas, assim como, teriam de constatar que nos locais para onde os cargos fossem destinados ser costume haver tenentes. Por fim, acordaram que as nomeações deveriam ser notificadas ao fiscal que, reconhecendo a boa fé e a ausência de inconvenientes, designasse os ofícios emitindo despacho conforme o estilo da Audiência, isto é, sua prática. Porém, havendo contradição, deveria ser encarregado um dos ouvidores que, com recato e sigilo, averiguasse o caso tomando a resolução mais apropriada. Tais resoluções propostas deveriam, ainda, ser guardadas para o futuro.

⁷ *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*, Acordos 17 e 18, respectivamente, sábado e segunda-feira, dias 2 e 4 de março de 1647.

⁸ *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*, Acordo 42 de quinta-feira, 16 de julho de 1654.

⁹ *Teniente*: “[...] el que ocupa, y exerce el cargo, ò ministerio de otro, y es como substituto suyo.” *Diccionario Academia Autoridades (S-Z)*. Real Academia Española, 1739.

¹⁰ Nas Atas do Cabildo de Corrientes representava um cargo de chefia da jurisdição do Cabildo que se designava, geralmente, lugar tenente de governador. *Lugar teniente*: “Hombre que tiene autoridad para hacer las veces de otro en un cargo o empleo.” *Diccionario de la lengua española*.

¹¹ *Corregidor*: “El que rige y gobierna alguna Ciudad ò Villa de la Jursidicción Real, representando en su Ayuntamiento y territorio al Rey.” *Diccionario Academia Autoridades (C)*. Real Academia Española, 1729.



Nesse Acordo, apesar da informação de que algumas nomeações tinham sido trazidas à Audiência, é impossível saber de onde se tratavam ou quem eram os encarregados desses ofícios em função da dificuldade que abordamos. Contudo, podemos nos valer de boa parte do que está descrito para compreender como se orientava o arbítrio na Audiência da Prata. Desse modo, destacamos a possibilidade de que a Audiência tenha considerado ser costume na Vila de Oruro nomear tenentes que não fossem vizinhos, deferindo a reivindicação. Ainda que não tenhamos o conhecimento dos interesses motivadores de tal requerimento por parte da Vila, tampouco acesso às ponderações dos ouvidores, pode ser que de fato se tratasse de um costume. Dizemos isso em relação à nossa pesquisa anterior sobre o Cabildo de Corrientes, cujos casos mais significativos caracterizaram a contrariedade em aceitar tenentes forasteiros, diferente da Vila de Oruro, situação que merece ser brevemente discorrida.

Em maio 1648, o Cabildo de Corrientes recebeu uma provisão da Real Audiência da Prata que continha uma Real Cédula datada de 1627 descrevendo que se teria atestado por experiência os danos e inconvenientes que resultariam às cidades que tivessem um forasteiro como lugar tenente, uma vez que eles contribuiriam mais para o prejuízo em função de seu próprio sustento do que para o enriquecimento das cidades, acordando-se, mediante a referida provisão, adotar as medidas necessárias para que o atual governador do Rio da Prata e os futuros pudessem nomear tenentes vizinhos de suas respectivas cidades. Todavia, em julho, compareceu ao Cabildo de Corrientes um encarregado, vizinho da cidade de Santa Fé, com a nomeação para o ofício de lugar tenente concedida pelo governador e capitão geral das províncias do Rio da Prata. O Cabildo negou o recebimento do nomeado em cumprimento da Real Cédula acima e solicitou ao governador uma nova nomeação e à Audiência da Prata a resolução do caso, além disso, escreveu à sua Majestade relatando os danos que seriam causados com o recebimento desse oficial. No final do ano, porém, o Cabildo recebeu uma intimação do governador que ordenava o recebimento do lugar tenente em questão sob a alegação de que a proibição contida na Real Cédula era válida apenas para Santa Fé. Outras declarações do governador recebidas pelo Cabildo são significativas como a de que a Real Cédula de 1627 não havia sido praticada em nenhuma cidade da Província e que Corrientes já teria admitido forasteiros como lugar tenentes, como também a de que a Audiência da Prata teria permitido a nomeação de tenentes forasteiros em 1645 e, por fim, um auto do governador confirmou a conveniência do costume de eleger tanto vizinhos quanto forasteiros nas cidades¹².

¹² *Actas Capitulares de Corrientes*, Atas do Cabildo de Corrientes de 1648.



O lugar tenente forasteiro nomeado para Corrientes permaneceu no ofício até que um reverendo em 1649 compareceu ao Cabildo e intimou uma Real Cédula de 1619, a qual notificava que o ofício de lugar tenente não deveria ser recebido sem antes ter sido examinado e comprovado pela Real Audiência da Prata. Cabe destacar que essa reivindicação do reverendo acompanhou denúncias em relação ao prejuízo causado pelo uso que o tenente fazia de seu ofício. O Cabildo por sua vez, acatou a Real Cédula apresentada e suspendeu o ofício do tenente, informando o governador e sua Majestade. Contudo, no mesmo ano chegou a resposta acerca do protesto do tenente com a manifestação do governador de que a Audiência da Prata não aprovou a suspensão do tenente empreendida pelo Cabildo, que agiu de forma maliciosa e sem justificativa, valendo-se de um frei que não teria licença particular para tratar dos assuntos da República. O governador, portanto, restituiu o lugar tenente no cargo¹³ do qual apenas foi deposto em função da continuidade das demandas em 1650 e da chegada de um ouvidor e visitador¹⁴ geral da Audiência da Prata à Corrientes que confirmou a atuação do Cabildo no intuito de cumprir o que sua Majestade ordenava, conferindo-lhe a responsabilidade de nomear um tenente de acordo com as Reais Cédulas e depois notificar o governador¹⁵. Entretanto, os anos subsequentes evidenciaram tanto a continuidade da prática de nomear tenentes forasteiros segundo os méritos dos serviços prestados pelos encarregados, quanto à tendência do Cabildo de iniciar novas demandas contra esses oficiais a partir de reivindicações específicas¹⁶.

O importante é destacar com o nosso exemplo do Acordo de 1654 a necessidade de verificar quais eram os costumes das localidades em direção às quais se encaminhavam as decisões da Audiência, como também, a responsabilidade do ouvidor mais antigo em conhecer o conteúdo das Reais Cédulas para avaliar se as condições dos casos estavam em conformidade com as ordenações de sua Majestade. Além disso, responsabilizar o fiscal pelo reconhecimento da boa fé e da ausência de inconvenientes acerca do nomeado é um elemento muito expressivo, pois confere uma ampla margem de aspectos a serem considerados em relação ao indivíduo encarregado, os quais poderiam ser de caráter profissional e/ou moral. Caberia também ao fiscal realizar o despacho segundo o estilo da Audiência, o que nos leva a crer que o procedimento da Audiência também representava um costume, aumentando sua complexidade deliberativa.

¹³ *Actas Capitulares de Corrientes*, Atas de 1649.

¹⁴ *Visitador*: “Se llama tambien el Juez, ò Ministro, que tiene à su cargo el hacer la visita, ù reconocimiento en qualquier línea.” *Diccionario Academia Autoridades (S-Z)*. Real Academia Española, 1739.

¹⁵ *Actas Capitulares de Corrientes*, Atas de 1650.

¹⁶ *Actas Capitulares de Corrientes*, Atas referentes aos anos de 1653 a 1656.



Em segundo lugar, por conseguinte, interessa-nos pontuar essa questão a respeito do estilo presente no mesmo Acordo, isto é, das práticas internas da Audiência que foram consagradas pela experiência adquirida com a resolução de determinados casos recorrentes, transformando-se em costume. Tal verificação foi possibilitada pela pesquisa a partir da observação de exemplos como esse em que a Audiência da Prata acordou em emitir despachos conforme seu estilo. Além disso, destacou-se o fato de uma licença não ter se efetivado devido à constatação de um dos ouvidores de que ela estava em contrariedade com o conteúdo das Reais Cédulas e em razão de sua pretensão ser de estilo novo¹⁷. Já em um Acordo de 1647, observa-se uma resolução que propôs seguir o estilo da Audiência de Lima e Panamá¹⁸.

A partir desse procedimento referente ao estilo, temos a oportunidade de inferir sobre uma das maneiras pelas quais poderiam se fundamentar os recorrentes desacordos administrativos entre as instâncias locais em decorrência de suas respectivas naturezas de atuação, como fica evidente acerca das demandas envolvendo o Cabildo de Corrientes. Também é significativo o fato acerca da inviabilidade de se ponderar uma pretensão cujo protocolo era novo, sugerindo que a deliberação dos membros da Audiência, em geral, devesse seguir um conjunto de preceitos validados pelo seu costume, podendo sentenciar, contudo, conforme o estilo de outra Audiência.

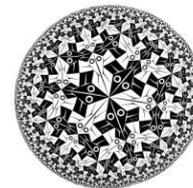
Em terceiro lugar, destacamos a questão a respeito do sigilo de que também disserta o Acordo de 1654, evidenciando, desde já, que o referido desafio de interpretação no desenvolvimento da pesquisa dos Acordos caracterizava a implicância desse outro procedimento da Audiência de enorme importância para nossa investigação.

Dessa forma, o desconhecimento acerca das razões que levavam os ouvidores a sentenciar as demandas, estava relacionado à noção de que uma sentença justa, que se pronunciava em nome do rei, deveria surgir através do recôndito da Audiência e de que a anotação dos votos em um livro sem expressar seus fundamentos bastaria para identificar os ouvidores com o sentido de seu voto¹⁹. Em relação a esse aspecto, ainda, deve-se destacar que uma das principais características do estilo judicial dos reinos da Coroa de Castela, cujo império orientou a colonização da América hispânica, constituía a prática de não motivar as sentenças, mecanismo que se manteve por meio de dispositivos da Monarquia que favoreceram o sigilo

¹⁷ *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*, Acordo de 1651 que se seguiu após o de número 83 com data de 20 de dezembro, quarta-feira.

¹⁸ *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*, Acordo 14 de quinta-feira, 21 de fevereiro de 1647.

¹⁹ MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y la Administración de Justicia en las Indias, del index perfectus al index solutus*, p. 234.



judicial com expressa proibição em argumentar seu sentido, o que resultou a não obrigatoriedade do juiz em manifestar as causas de sua decisão²⁰.

A doutrina que se construiu pelos juristas a partir dessa base e a defesa em não fundamentar as sentenças partiram de uma razão central acerca da qual se tratava de resguardar o juiz diante da possibilidade de falhas presentes em sua sentença, ao passo que era impossível certificar os motivos de sua fundamentação. Dessa maneira, a prática da manutenção do sigilo era tal que concentrava a garantia da sentença na pessoa do juiz e não na sua decisão, em consequência disso caberia a ele, por meio de sua conduta, alicerçar a estrutura jurídica, afastando-a de suas próprias contradições, incertezas e carências, que caracterizavam o Direito “jurisprudencial” do Antigo Regime. Portanto, o “modelo jurisdiccional castellano” não se objetivava na sentença, mas, na imagem e atuação de seus artífices, os quais representavam a justiça real, principalmente, na ausência da lei. Além desses fatores que pesavam sobre a conduta dos oficiais promotores da justiça, havia a preocupação em evitar que eles fossem movidos em função de seu próprio benefício²¹. Isso reforça o que dissemos a respeito dos interesses pessoais, ou seja, é preciso cautela na hora de avaliá-los, pois, a princípio, tratava-se de um compromisso moral por parte dos juízes em alcançar uma sentença justa que, portanto, estivesse acima de quaisquer ímpetos pessoais.

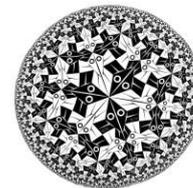
As relações do costume com a lei e com as realidades locais

Em nossa pesquisa buscamos enfatizar a amplitude da dimensão jurídica que percorria desde a ação dos juízes até o cotidiano regional americano, contrapondo-nos à restrição do entendimento das praxes administrativas no sentido de evitar interpretações enganosas acerca de seus fundamentos, como já advertimos sobre a influência de interesses pessoais. Dessa forma, nosso estudo exigiu uma atenção voltada aos costumes e à sua relevância social no desenvolvimento e na manutenção das referidas praxes, por um lado, em relação às especificidades que foram se constituindo com a experiência local americana e, por outro, pela percepção adquirida, conforme bibliografia sobre o assunto²², de que os costumes faziam parte de um entendimento mais amplo a respeito da justiça, cujas raízes medievais e a íntima relação que

²⁰ GARRIGA, Carlos; LORENTE, Marta. El juez y la ley: la motivación de las sentencias (Castilla, 1489 – España, 1855). *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, Madrid, n. 1, p. 97-142, 1997, p. 101-103.

²¹ GARRIGA, Carlos; LORENTE, Marta. El juez y la ley: la motivación de las sentencias (Castilla, 1489 – España, 1855), p. 104-107.

²² Principalmente TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001.



desenvolveram com a lei obtiveram um relativo vigor no pensamento jurídico hispânico moderno. É fundamental, portanto, discorrer sobre esses aspectos.

A princípio, pode parecer evidente para um estudioso recém introduzido às fontes de caráter administrativo colonial que o desenvolvimento dos costumes orientando, de modo geral, a sociedade e a sua gestão, tenha encontrado enorme impulso a partir da experiência com a América devido à sua vastidão, peculiaridade, bem como à sua tendência a ocupar os vazios normativos da organização social como um todo²³, fatores que de fato encontram procedência e relevância nessas fontes, mas, que não se explicam apenas como consequência da experiência com a América. Além disso, ao longo dos séculos XVI e XVII, principalmente, verifica-se na literatura de matéria jurídica, por exemplo, a profusão do costume enquanto elemento essencial da ordem jurídica, com destaque para a sua transcendência em relação às fontes formais. Ligava-se ao costume nesse período, ainda, a influência da noção de variedade, também com respaldo nas Índias, cuja estima esteve intimamente relacionada à proeminência dos costumes na sociedade e na positividade de mantê-los²⁴.

Entretanto, é menos evidente atribuir uma conexão dos costumes na composição de uma lógica que estruturava a sociedade e marcava a íntima relação entre o direito da Idade Moderna e o direito comum medieval e pós-medieval da Europa Continental²⁵, considerando-se este último como uma “constelação aberta e flexível de ordens cuja arquitetura só podia ser fixada em face de um caso concreto”²⁶. A relevância em discorrer sobre essa relação se justifica não em salientar uma vinculação pontual do aspecto consuetudinário, mas, em estabelecer um aprofundamento sobre a coerência entre a postura peninsular e os desdobramentos na gestão da América, com base em uma cultura jurisdicional que encontrou enormes efeitos durante o Antigo Regime. A partir dessa cultura, a manifestação do poder político era concebida, essencialmente, como “lectura y declaración de un orden jurídico asumido como ya existente y que debe ser mantenido”. Essa noção jurisdicionalista do poder político se relacionava, ainda, a uma “cosmovisión de base religiosa”, que se expressava na ideia de ordem, com implicações para o

²³ TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 52.

²⁴ TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 50, 52.

²⁵ GROSSI, Paolo. *Mitología jurídica de la modernidad*. Traducción de Manuel Martínez Neira. Madrid: Editorial Trotta, 2003, p. 17.

²⁶ HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 3, p. 95-116, nov. 2006, p. 105.



entendimento do jurídico e político²⁷. Discussão que não aprofundaremos para não desviar o foco deste artigo.

Nesse sentido, enfatizamos o respeito e a relativa autonomia referente a uma ampla dimensão jurídica concebida em conjunção com a realidade social e seus condicionantes espirituais, culturais e econômicos, cuja variedade de forças influenciava o direito. Este, por sua vez, também não se separava da ordem objetiva expressa na natureza das coisas que deveria ser apreendida. Portanto, sua função era regular a vida cotidiana ao passo que se abria ao desenvolvimento dos costumes e à interpretação necessária de uma comunidade de juristas que construíam o direito com base na validade formal do repertório de textos autorizados “(romanos y canonicos)” e na observância concreta da realidade²⁸. Por isso as condições segundo as quais o direito se aplicava não poderiam ser iguais em decorrência da variedade com que eram compostas as áreas centrais e periféricas de um reino em termos de sociedade, hierarquia política e economia²⁹.

As consequências dessa dimensão jurídica no entendimento da lei também a estruturavam em termos de leitura da realidade, porém, apenas no que diz respeito ao seu conteúdo objetivo preexistente, não se tratando, portanto, de criar leis. Aquilo que era justo deveria se configurar como lei e não o contrário, de modo que, o seu conteúdo se relacionava a “un modelo que ni el Príncipe ni el pueblo ni el estamento de los juristas crean, sino que son llamados simplemente a descubrir en la ontología de lo creado. Aquí, la *lex*, que tiene una dimensión cognoscitiva prevalente sobre la volitiva, no puede ser sólo forma y mandato [...]”³⁰.

Sem a realização dessas ressalvas, que pretendem estabelecer uma breve comparação entre os períodos medieval e moderno sem desrespeitar seus devidos caracteres distintivos, torna-se difícil compreender a importância da justiça e de seus juízes ao longo do Antigo Regime, sobretudo, no sentido de que estes deveriam conservar e garantir os equilíbrios e os papéis estabelecidos na sociedade dentro da referida cultura jurisdicional³¹. Sobre as tais distinções que apontamos, gostaríamos de destacar que em ambos os períodos houve uma intensa participação

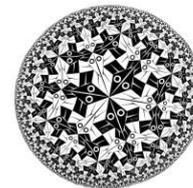
²⁷ GARRIGA, Carlos. Orden jurídico y poder político en el Antiguo Régimen. *Istor*, Año IV, n. 16, p. 1-21, 2004, p. 11-12.

²⁸ GROSSI, Paolo. *Mitología jurídica de la modernidad*, p. 26-27.

²⁹ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 53.

³⁰ GROSSI, Paolo. *Mitología jurídica de la modernidad*, p. 23, 28.

³¹ LLAMOSAS, Esteban F. Probabilismo, Probabiliorismo y Rigorismo: la teología moral en la enseñanza universitaria y en la praxis judicial de la Córdoba tardocolonial. *Cuadernos del Instituto Antonio Nebrija*, v. 14, n. 2, p. 281-294, 2011, p. 283.



do direito como vimos, todavia, o extremo respeito à dimensão jurídica durante o medievo, relacionava-se à sua enorme instrumentalização que ganhou espaço na modernidade³².

Retornando às implicações que os costumes adquiriam no período moderno, deve-se ressaltar que fazia parte do ofício dos juristas a percepção do constante ajuste às novas situações, de modo que, a manutenção do costume não deveria se sobrepor à flexibilidade de que o direito era passível no sentido de obter da particularidade dos casos a dinâmica de um processo de renovada criação. Por isso, ainda no período moderno havia certa equivalência entre o costume e a lei devido à tendência do costume em se converter em lei e desta última em modificar-se por meio de sua flexibilidade. Ainda assim, mesmo essa consideração não pode se estabelecer como regra e ambos os termos não devem se confundir, principalmente, porque o costume se relaciona a um múltiplo movimento que se estabelecia no dinamismo social das comunidades³³.

A manutenção do costume também se justificava pela sua atribuição enquanto fator de estabilidade e equilíbrio enraizadores diante da fragilidade de uma ordem social instável e das incertezas do cotidiano, bem como da presença variável do complexo de poderes com capacidades normativas e jurisdicionais em função da relativa autonomia de que desfrutavam cidades e províncias em relação aos órgãos centrais³⁴, panorama extremamente válido para a América. Nesse sentido, compreende-se, ainda, que a abrangência da norma e o consequente espaço produzido pelas lacunas do texto da lei propiciavam seu preenchimento pelas conjunturas sobre as quais incidiam práticas e costumes que, por sua vez, mesclavam-se com a lei no processo de sua efetivação³⁵.

No período estudado, portanto, a indissociabilidade dos sistemas jurídicos com aspectos culturais de extrema relevância para a sociedade derivava a especificidade da ampla margem de interpretação, elaboração e aplicação legal tocante à atuação dos juízes no sentido de avaliar a concretude dos casos frente à abrangência da lei. A lógica presidida pelo estabelecimento das questões caso a caso se instaurava pela compreensão da desigualdade entre as pessoas que envolviam uma relação, tratava-se da noção de equidade entendida, nesse caso, como uma medida precisa que deveria se estabelecer entre as relações sociais. Por isso caberia a uma autoridade arbitrar a medida justa dessa relação, o que implicava no fato da lei ser distintiva e

³² GROSSI, Paolo. *Mitologia jurídica de la modernidad*, p. 24.

³³ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 53, 62.

³⁴ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 45-46.

³⁵ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 45.



correspondente à qualidade e à disposição dos envolvidos dentro de um “princípio de justiça distributivo”. Portanto, havia uma “pluralidade de equidades”, as quais consistiam na “própria raiz de um sistema jurídico que aspira organizar uma sociedade estratificada, porém móvel, na qual convivem muitos sistemas normativos no esforço de conhecer o que é justo para cada um”³⁶. Nessa arbitragem, recaía sobre os magistrados a responsabilidade sobre o processo de adaptação a partir do qual a norma se tornaria compatível com a realidade das circunstâncias concretas.

Administração da justiça local e ordenamentos reais

Para que possamos discutir, a partir dos resultados de nossa pesquisa, em que medida é possível atribuir uma autonomia em relação às práticas das instâncias coloniais, às especificidades locais e à grande variedade de seus pleitos, aspectos que favoreceram a renovação dos costumes, é preciso advertir de antemão que – apesar de verificarmos oposições de interesses em decorrência da diversidade de agentes envolvidos nas contendas buscando um acordo em benefício de seus encargos e reivindicações – não se trata de sobrepor a ocorrência de interesses particulares imediatos aos regulamentos na suposição de que predominava uma obediência formal característica da inadequação das ordenações reais.

Nesse sentido, um dos fatores acerca da multiplicidade de ordenamentos, associados às particularidades normativas e às diversas jurisprudências dos tribunais, configurava-se devido à presença dos poderes políticos dos círculos sociais regionais do império³⁷, entretanto, sem prescindir dos caracteres gerais prescritos pela esfera jurídica como abordamos acima. Quanto ao equívoco em supor que as ordenações reais eram inadequadas, uma vez que demasiadamente genéricas, deve-se ressaltar a existência de uma noção adquirida pelo monarca, característica do reconhecimento de que a possibilidade de estar mal informado acerca das condições presentes nas Índias resultaria em erro e prejuízo. Desse modo, as normas reais pressupunham a impossibilidade de preencher com suas disposições as especificidades da administração local e a variedade dos casos possíveis. Portanto, caberia ao governante local o recurso da súplica, correspondente ao Direito de Castela, por meio da qual se obteria uma decisão mais precisa a partir do momento em que o rei estivesse melhor informado, pois se tratava de alcançar uma ordem justa para os súditos³⁸. Tomamos aqui por justo aquilo que encontrava aplicação efetiva,

³⁶ LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 58-59, 62-63.

³⁷ MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y la Administración de Justicia en las Indias, del index perfectus al index solutus*, p. 13.

³⁸ MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y la Administración de Justicia en las Indias, del index perfectus al index solutus*, p. 50-51.



caso contrário, não se praticava. Por outro lado, quando se tratava da avaliação acerca dos costumes, a Coroa não costumava solicitar maiores informações, contudo, insistia em guardá-los, tendo em vista sua importância como um instrumento capaz de garantir a harmonia social, sobretudo, nos distantes domínios³⁹. A esse respeito, ainda, podemos observar que, a despeito da predominância do pluralismo jurídico, durante o período moderno o monarca passou a se assegurar de uma postura mais vigilante, no entanto, uma atitude mais invasiva em termos de sua direta participação na criação normativa percorreu um longo caminho até se estabelecer de fato⁴⁰, além disso, até “meados do séc. XVIII, as próprias leis reais podiam ser embargadas - ou seja, não apenas não obedecidas, mas ainda positivamente impugnadas na sua validade [...]”⁴¹.

No que diz respeito aos Acordos da Real Audiência da Prata, a súplica se confirmou enquanto um dever de seus ouvidores que pressupunha o ato de informar o monarca no intuito de obter um regulamento voltado à disposição do caso apresentado, como também, constatou-se no exemplo do Acordo de 1654 a necessidade de verificar a correspondência de determinados casos com o conteúdo ou proibições de Reais Cédulas. Além disso, é fundamental destacar que, no período referente à pesquisa, a lei real prescrevia o estabelecimento da justiça com base na particularidade dos casos, isto é, um casuísmo a partir do qual, sobretudo nas Índias, caberia aos juízes e aos governantes locais tomar a iniciativa acerca de um caso, ao passo que solicitavam a resolução definitiva da norma real⁴², mas, como vimos a respeito dos costumes, por exemplo, muitas vezes a atitude segundo a qual se sentenciava já prescrevia sua devida adequação dentro das expectativas da Coroa. Nesse sentido, abria-se uma autonomia de gestão dos casos em suas particularidades que não contrariava o projeto central da administração real.

Dessa forma, nosso estudo possibilitou o entendimento de que as propostas dos agentes administrativos coloniais, contrárias ou não ao conteúdo das Reais Cédulas emitidas, não configuravam um desacordo, ao contrário, possuíam um caráter de mediação favorável tanto à autoridade do monarca quanto à obtenção de uma resolução adequada.

Conclusão

Sem o recurso de uma perspectiva de análise abrangente, inviabiliza-se a compreensão da lógica a partir da qual se estruturavam a justiça e a autonomia das Audiências e demais tribunais e sedes administrativas americanas. Nesse sentido, foi fundamental investigar as

³⁹ TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*, p. 56.

⁴⁰ GROSSI, Paolo. *Mitología jurídica de la modernidad*, p. 29-33.

⁴¹ HESPANHA, António Manuel. *Direito comum e direito colonial*, p. 100.

⁴² MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y la Administración de Justicia en las Indias, del index perfectus al index solutus*, p. 43.



influências da esfera jurídica hispânica e da ação variada que seus consequentes mecanismos puderam assumir de acordo com a proporção de sua avaliação por parte de governantes e juízes, bem como da disposição dos casos a que se relacionavam. Contudo, um estudo assim direcionado deve se pautar segundo as especificidades locais e a maneira pela qual seus costumes dinamizavam, intensificavam ou até mesmo passavam por cima de determinados caracteres presentes na norma quando seus preceitos eram considerados injustos diante de um determinado caso.

Foi possível perceber, a partir da complexidade do envolvimento desses fatores, que a prática da justiça, apesar de conter procedimentos bem definidos, seja os da Audiência como àqueles esperados para se lidar com os ordenamentos reais, resultava em sentenças únicas, ao passo que a coerência entre a qualidade dos casos apresentados e a sentença final era dada pelo juiz, no nosso caso pelo conjunto de ouvidores. Suas ponderações judiciais poderiam contar com diferentes pesos decisórios que diziam respeito ao arranjo específico das circunstâncias com que os casos se apresentavam e da relação também específica das instâncias em termos de experiência, costumes, procedimentos, normas reais, dentre outros fatores.

Não é trivial, pois, insistir sobre a interpretação do direito pelo viés de uma ampla conjunção de elementos estruturantes da flexibilidade das práticas sociais que condicionavam o entendimento sobre a aplicação da justiça, isto é, os caracteres que compunham a sociedade hispânica e em relação aos quais se vinculavam muitas das práticas americanas, configurando a maleabilidade das relações sociais que garantiam a manutenção dos costumes locais como um dos fatores que impulsionaram a relativa autonomia decisória de que desfrutavam as Audiências americanas. A partir dessa reflexão, ainda, pudemos inferir brevemente a respeito do aumento da responsabilidade sobre o arbítrio dos juízes em função de sua autonomia na escolha sobre o procedimento a ser adotado, cujo processo deliberativo dependia estritamente de sua reflexão. Discussão essa que, entretanto, permanece como um campo aberto às pesquisas.

Recebido em: 14/05/2012
Aprovado em: 18/06/2012



O lugar dos semanários *Acción e Marcha* na difusão do latino-americanismo no Uruguai (1932-1945)

Mateus Fávaro Reis

Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Congonhas.
Doutorando em História e Culturas Políticas pela UFMG
mateus.reis@ifmg.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo fazer uma breve reflexão a respeito do papel desempenhado pelos semanários *Acción e Marcha* na articulação do debate sobre a difusão do ideário latino-americanista em contraposição ao pan-americanismo, visto como imperialista, ao pensar o Uruguai numa perspectiva continental. Assim, ao abordar os movimentos de integração entre os países americanos, tais periódicos buscaram propor saídas para suas inquietações acerca do futuro do Uruguai, que aparecem em seus textos como o tema da viabilidade de um país com território relativamente pequeno e modesto em recursos humanos e naturais, quando comparado com os vizinhos mais próximos.

PALAVRAS-CHAVE: Uruguai, latino-americanismo, pan-americanismo.

ABSTRACT: This article aims to give a brief reflection on the role played by *Acción* and *Marcha* weeklies in joint debate on the diffusion of Latin Americanist ideology as opposed to Pan Americanism, seen as imperialist, thinking Uruguay continental perspective. Thus, in addressing the integration movements among the American countries such periodicals propose sought outlets for their concerns about the future of Uruguay, which appear in his writings as the theme of the viability of a country with a relatively small territory and modest human resources and natural, when compared with the nearest neighbors.

KEYWORDS: Uruguay, Latin Americanism, Pan Americanism.

Introdução

Os semanários *Acción* (1932-1939) e *Marcha* (1939-1974) foram fundados por jovens intelectuais que aspiravam ocupar um espaço de destaque tanto nos cenários políticos quanto culturais do Uruguai e da América Latina. Edificaram-se como centros de entrecruzamento de intelectuais e políticos perseguidos nos países vizinhos, orquestradas, acima de tudo, por três jovens intelectuais: Carlos Quijano, Julio Castro e Arturo Ardao.

Participantes ativos da vida política e intelectual do Uruguai, Quijano, Castro e Ardao haviam fundado um grupo político, denominado *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), em 1928, com o objetivo de renovar os quadros políticos do país meridional. No interior da



ANDS, publicaram o diário *El Nacional*, que atuava como principal plataforma de suas ideias políticas e sociais, entre agosto de 1930 e novembro de 1931. Contudo, devido fundamentalmente à escassez de recursos financeiros e à derrota nas eleições nacionais neste último mês, *El Nacional* deixou de ser publicado¹.

A despeito disso, os três intelectuais canalizaram seus esforços para a criação de um semanário intitulado *Acción*, em março de 1932. Inicialmente projetado como uma publicação de debate político, as páginas dedicadas à crítica literária e cultural uruguaia e latino-americana passaram gradativamente a ocupar mais espaço em *Acción*, além das matérias informativas sobre acontecimentos nacionais e internacionais.

Após passar por vários contratempos, durante os primeiros anos de vida do semanário, seus redatores fundaram a editora *Acción*, na forma de sociedade anônima, nos finais de 1938, cujo objetivo era angariar recursos financeiros para publicar livros de autores nacionais que possuíam ideias convergentes às divulgadas em suas páginas, bem como preparar a renovação e ampliação do semanário até então publicado².

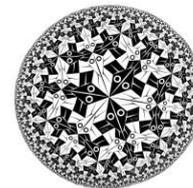
Ainda que a edição de livros pela editora fosse bastante limitada até finais dos anos 60, a publicação do semanário *Marcha*, também em formato tablóide, a partir de junho de 1939, compensou o investimento realizado no ano anterior e tornou-se um dos principais veículos de comunicação do Uruguai até 1974, ano em que foi empastelada pela ditadura militar, que durou de 1973 a 1985.

Quijano, Castro e Arturo Ardao, entre outros fundadores de *Acción* e *Marcha*, cresceram nestes ambientes e as escolhas dos títulos dos semanários fundados em 1932 – *Acción* – e 1939 – *Marcha* – não deixavam dúvidas sobre o lugar que eles buscavam ocupar no debate intelectual do Uruguai e da América Latina. Finamente escolhidos, eles indicavam ao leitor que as propostas de ambos os semanários estavam articuladas à ideia de movimento contínuo, de infatigável batalha a favor da transformação do mundo no qual se inseriam, na refundação dos debates e ações tanto para a reconstrução das coletividades nacionais quanto das almejadas propostas de unidade continental.

Os propósitos declarados pela redação evidenciavam os objetivos do semanário: “*ACCIÓN* será o sismógrafo que recolherá e apontará todas as inquietações de uma juventude

1 CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *El joven QUIJANO. (1900-1933)*. Izquierda nacional y conciencia crítica. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 219.

2 Cf. La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, a. VII, n. 180, 09 de dezembro de 1938, p. 2.



que quer colocar um gesto enérgico e voluntarioso em seu aporte, nessa tarefa de forjar o porvir”. Além disso, tal semanário propalava que lutaria pela justiça social, a favor da “emancipação do trabalhador”, em um momento de “crise profunda” do capitalismo³.

Da mesma maneira, *Marcha*, sete anos mais tarde, estampou o título que convergia com sua prédica, alertou com fotos sobre o suposto perigo nazista no Uruguai e não deixou de assegurar a continuidade em relação à *Acción*, no artigo *ACCIÓN no ha muerto*:

Nossa consagração total ao bem público chegou a identificar-se plenamente com sua existência. Foi impossível nestes anos sombrios em que nós vivemos conceber uma separada da outra [...].

Durante sete anos, foi, sem concorrência, a tribuna mais característica ‘dos novos’.⁴

Por que os fundadores de *Acción* decidiram trocar o seu nome para *Marcha*? Provavelmente porque o substantivo *Acción* se ligava a dois movimentos de ultradireita na Espanha (*Acción Española*) e na França (*Action Française*), que nucleavam intelectuais contrários aos ideários republicanos e democráticos daqueles dois países. Ambos publicaram suas ideias principais por meio de um diário e de duas revistas, o *L’Action Française*, que substituiu a *Revue d’Action Française*, em 1908, e a revista *Acción Española*, que foi publicada entre 1931 e 1936. *Marcha*, porque quiseram manter a ideia original de movimento, de caminhar em direção a um objetivo: *la editorial en marcha*, como disseram os redatores, em 1938.⁵ Em outras palavras, o objetivo principal era dotar o grupo de uma importante editora, o que somente ocorreu no final dos anos 60.

Vários dos mais expressivos intelectuais uruguaios passaram pela redação de *Marcha* e foram publicados por sua editora, como, entre muitos outros, os escritores Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti e Eduardo Galeano, os críticos literários Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama, Carlos Martínez Moreno e Jorge Ruffinelli, o pintor Joaquín Torres García, o músico Alfredo Zitarrosa, e os historiadores Carlos Real de Azúa e Juan E. Pivel Devoto, além das incontáveis contribuições internacionais.

Acción e Marcha dedicaram parte significativa de suas importantes reflexões à América Latina e aos Estados Unidos – ao pensar o Uruguai numa perspectiva continental –, abarcando os temas do latino-americanismo, hispano-americanismo e do pan-americanismo. Traçaram trajetórias dinâmicas e exerceram grande influência nos meios intelectuais e políticos do país, ao se engajarem em importantes discussões políticas e culturais.

³ La Redacción. Propósitos. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 1, 19 de mar. 1932, p. 1; 4.

⁴ *ACCIÓN no ha muerto*. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 1, 23 de jun. 1939, p. 5.

⁵ La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 180, 09 dez. 1938, p. 2. Grifos meus.



A hipótese central deste artigo é que o latino-americanismo e o pan-americanismo ocuparam um lugar de destaque nos dois semanários, o que se vinculava à constante necessidade dos uruguaios em pensar o *adentro* e o *afuera*, a *patria chica* e a *patria grande*, como as duas faces de uma mesma moeda.

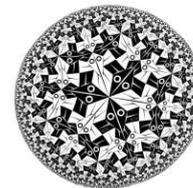
Em outras palavras, ao abordar os movimentos de integração entre os países americanos, tais periódicos buscaram propor saídas para suas inquietações acerca do futuro do Uruguai, que aparecem em seus textos – e de outras publicações – como o tema da viabilidade de um país com território relativamente pequeno e modesto em recursos humanos e naturais, quando comparado com os vizinhos mais próximos.

Em suma, mesmo diante de um imaginário nacional que procurava salientar as distâncias do Uruguai em relação a outros países latino-americanos, os redatores de *Acción e Marcha* defendiam que a América Latina era entendida como uma unidade, a *patria grande*, e que o imperialismo era um dos seus elementos constitutivos. Assim, a presença de matérias referentes a outros países da América Latina nos dois semanários buscavam promover entre os leitores a ideia de pertencimento a um espaço comum, cujos temas, posições políticas e principalmente as necessidades e reivindicações seriam comuns. Assim, visaram à construção e a consolidação do latino-americanismo no imaginário dos uruguaios, contra a posição oficial pan-americanista dos governos do país, durante os anos 30 e 40.

A análise dos textos publicados em *Acción e Marcha* revela que possuíam opiniões paralelas acerca do horizonte do Uruguai, ao sustentar que o país não poderia pensar em seguir uma trajetória isolada, preocupando-se em desenvolver somente seus potenciais internos, como, em certa medida, propunham os ensaístas e políticos de países como o Brasil, Argentina ou México. Em suma, a pedra de toque de seus discursos consistia em traçar e propor os caminhos de inserção do país no concerto internacional das nações, principalmente no cenário americano, uma vez que respondiam aos desafios de uma conjuntura histórica específica.

Os recortes temporais delimitam o ano de fundação de *Acción*, 1932, e um período de transição por que passou *Marcha*, entre 1943 e 1945. Assim, pode-se dizer que a primeira fase de *Marcha*, de 1939 a 1945, foi essencial para a reafirmação de seus caminhos latino-americanistas, que se tornariam cada vez mais contundentes.

Em linhas gerais, o tema do americanismo recebeu, desde o século XIX, especial destaque no pensamento latino-americano. Os caminhos para o seu estudo foram traçados por filósofos e historiadores entre as décadas de 1940 e 50, principalmente na Argentina, México e



Uruguai, em obras que buscavam a historicidade do pensamento político de diversos intelectuais do continente⁶.

A construção do latino-americanismo e do pan-americanismo recebeu importante atenção, entre 1889 e 1948. Ainda que não seja adequado sustentar que o movimento de delineamento da ideia de América Latina tenha ocorrido como projeção dos círculos intelectuais europeus em direção às Américas, segundo Arturo Ardao, Patricia Funes e Héctor Bruit, alguns grupos de intelectuais hispano-americanos que viviam na Paris de meados do século XIX atuaram como os motores desse processo⁷. O termo gradualmente passou a ter maior difusão, incorporando-se a ações oficiais no final da década de 1940, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com sede em Santiago do Chile.

O seu conteúdo básico consistia numa aproximação e desejável integração cultural, política e econômica dos países latino-americanos, em um período em que muitos intelectuais se engajaram em torno a revistas, associações culturais, clubes de debate e de estudos, na virada do século XIX para o XX, como demonstraram Susana Zanetti⁸ e Beatriz Colombi⁹. Para as duas autoras argentinas, os intelectuais latino-americanos, particularmente os hispano-americanos, aproximaram-se devido às viagens que realizaram, ao exílio, à diplomacia, à participação conjunta em revistas e periódicos, além da troca de correspondências, o que levou ao fortalecimento da ideia de pertencimento a um espaço cultural comum.

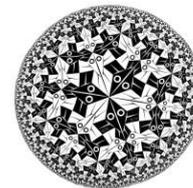
Por outro lado, o pan-americanismo representava a busca pela articulação econômica, política e cultural entre os países americanos, particularmente sob a liderança dos Estados Unidos. Ganhou seus contornos iniciais com a realização da Conferência Internacional Americana em Washington, entre outubro de 1889 e abril de 1890 e durante toda a primeira metade do século XX ocupou a agenda política e intelectual de praticamente todos os países americanos. O termo derivou-se de Pan-América e foi cunhado pela imprensa norte-americana,

⁶ ARDAO, Arturo. *La inteligencia latinoamericana*. Montevideo: Universidad de la República, 1987. Optei pela grafia de Montevideo em espanhol para respeitar a versão original das obras uruguaias.

⁷ ARDAO, Arturo. *Nuestra América Latina*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 40; FUNES, Patricia. *Del Mundus Novus al novomundismo*. Algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina. IN: DAYREL, Eliane Garcindo, IOKOI, Zilda M. Gricoli (coords.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 77-95; BRUIT, Héctor H. A invenção da América Latina. *Revista Mestrado História*, Vassouras, RJ, revista do curso de mestrado em história, v. 5, p. 75-94, 2003.

⁸ ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina – Palavra, Literatura e Cultura*. La emancipación del discurso. Volume 2. São Paulo; Campinas: Memorial; UNICAMP, 1994, pp. 489-534.

⁹ COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual, migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004.



em meados de junho de 1889, referindo-se ao congresso que estava programado para outubro do mesmo ano, ganhando grande difusão no vocabulário internacional¹⁰.

Os olhares dos intelectuais latino-americanos se aguçaram e, “numa relação especular mutuamente fascinada, os Estados Unidos e a América Latina construíram uma série de saberes sobre si e sobre o outro, sem os quais resultaria incompreensível a emergência do anti-imperialismo latino-americano”¹¹. Maria Helena Capelato asseverou que a América Latina é uma “unidade diversificada”, que esteve, ao longo dos séculos XIX e XX, permeada por um dilema importante entre a unidade e o particularismo, acentuado em períodos de crise. A ideia de integração esteve presente em diversos momentos de sua história com contornos divergentes, mas com a base comum de constituir uma barreira ao domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina. Esse cenário conflituoso estimulou os intelectuais a se enveredar por caminhos que pudessem desvendar os elementos das identidades continentais¹².

Como ressaltou Carlos Altamirano, desde parte dos discursos de Simón Bolívar, houve uma proliferação de ensaios de autointerpretação e de autodefinição, que buscavam responder a uma “demanda de identidade: quem somos os hispano-americanos? Quem somos os latino-americanos? Quem somos os argentinos? Quem somos os mexicanos? Quem somos os peruanos?”¹³.

Ao abordar o Brasil, Maria Ligia Coelho Prado salientou que nosso país edificou durante o século XIX uma relação ambígua com a América Latina, oscilando entre a ideia de ser e simultaneamente não ser América Latina¹⁴. Kátia Gerab Baggio aprofundou-se nesse tema e concluiu que a visão predominante de importantes intelectuais brasileiros sobre a América Hispânica, nas primeiras décadas do regime republicano brasileiro, ressaltou seus aspectos

¹⁰ Cf. ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986, pp. 157-158.

¹¹ TERÁN, Oscar. El primer antiimperialismo latinoamericano. *Punto de vista-Revista de cultura*, Buenos Aires, a. IV, n. 12, julio-octubre, 1981, p. 4.

¹² CAPELATO, Maria Helena Rolim. América Latina: integração e história comparada. In: GEBRAN, Philomena; LEMOS, Maria Teresa T. B (orgs.). *América Latina: cultura, estado e sociedade*. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994, p. 85.

¹³ ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 22.

¹⁴ PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo, n. 145, 2001, pp. 127-149.



negativos e contribuiu para a construção de opiniões preconceituosas e pejorativas sobre a “outra” América, que se difundiram por inúmeros setores da população¹⁵.

Devemos respeitar as especificidades de Brasil e Uruguai, fundamentalmente o fato de este pertencer ao tronco hispano-americano, mas pode-se afirmar que, ao longo das primeiras décadas do século XX, o país platino também oscilou entre ser e não ser América Latina, ressaltando mais as suas diferenças do que afirmando as semelhanças com os demais países da região.

A historiografia uruguaia das últimas quatro décadas problematizou esta relação ambígua dos uruguaios com a América Latina, ao longo de boa parte de sua história como país independente. Sua questão central consistiu em discutir a construção de um imaginário social¹⁶ que se tornou preponderante nas três primeiras décadas do século XX, atingindo seu paroxismo na década de 1920.

Gerardo Caetano destacou também que o Uruguai tinha a “convicção” de que se constituía em um “país de exceção’ indiscutivelmente ‘superior’ a seus irmãos do continente”. O país platino foi visto por muitos intelectuais e políticos do período como o “primeiro país da América”, porque resolveria seus problemas de maneira institucional, em que seus habitantes respeitariam a legalidade e a democracia seria a base de uma cultura política hegemônica. Além disso, reiterava-se que a sua conformação étnica não se apresentaria como um “empecilho” ou “obstáculo” para a modernização, um dos principais contrapontos utilizados para diferenciá-lo em relação aos demais países da América Latina¹⁷.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, o Uruguai “modernizou-se”, vivenciou um expressivo crescimento de suas populações urbanas, destinou significativos recursos para a ampliação do sistema educacional e arquitetou as principais bases da vida política, caracterizada pela difícil construção e defesa da institucionalidade, a centralidade dos partidos políticos tradicionais, além de alguns impulsos, mas também freios na expansão tanto da democracia política quanto social.

¹⁵ BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 350 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Departamento de História, FFLCH, São Paulo, 1998.

¹⁶ Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopedia Einaudi*. v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.

¹⁷ CAETANO, Gerardo. Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo & CAETANO, Gerardo (comps.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª ed. Montevideo: Trilce, 1993, pp. 75-96.



Assim como na vizinha Argentina, o peso dos imigrantes desempenhou um papel de pressão para as transformações que ocorreram nas diversas esferas da coletividade nacional.¹⁸ Os seus efeitos foram sentidos com maior evidência durante as primeiras décadas do século XX, após a ascensão dos colorados batllistas ao poder estatal, oriundo do Partido Colorado, sob a liderança de José Batlle y Ordóñez, que exerceu a presidência do país platino por dois mandatos não consecutivos, entre 1903 e 1907, e posteriormente de 1911 a 1915.

Respaldados pelas camadas médias urbanas e pelos imigrantes, os batllistas investiram de forma significativa na educação pública laica; aprovaram leis trabalhistas, como a jornada de trabalho de 8 horas semanais, o direito de realizar greve e outras garantias para os trabalhadores; legalizaram o divórcio; empenharam-se em uma luta pela secularização dos hospitais, dos cemitérios e do calendário; arquitetaram as bases para a adoção do regime de colegiado, para compartilhar o Poder Executivo com o presidente, entre 1919 e 1933; dentre outras reformas. No entanto, não promoveram maiores transformações na estrutura fundiária do país, que dependia em grande medida das exportações de carne e de lã.¹⁹

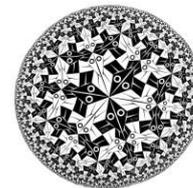
Além disso, os batllistas foram responsáveis pela consolidação de um imaginário social integrador, ancorado na primazia do “público” sobre o “privado”; na existência de uma matriz democrático-pluralista de base partidocêntrica; no caminho reformista; na primazia do mundo urbano e cosmopolita sobre o rural; no culto à “excepcionalidade” uruguaia no contexto latino-americano; no respeito à legalidade; na integração social e na propensão à ideia de fusão de culturas.²⁰

O país caracterizava-se, assim, pelo fortalecimento das camadas médias urbanizadas, que pressionavam por mudanças democráticas, passava por um período de relativa estabilidade política e por bons índices de crescimento econômico, o que não teve continuidade ao longo da

¹⁸ ZUBILLAGA, Carlos. La utopía cosmopolita. Tres perspectivas históricas de la inmigración masiva al Uruguay. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1998, p. 35; ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 419-460.

¹⁹ Cf. ODDONE, Juan A. A formação do Uruguai moderno (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2002, v. 5, pp. 609-631; BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Battle, los estancieros y el Imperio Británico*. 8 Tomos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1981-1987; CAETANO, Gerardo. *La república batllista*. Ciudadanía, republicanismo y liberalismo en Uruguay (1910-1933). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

²⁰ Cf. CAETANO, Gerardo. Del primer batllismo al terrismo: crisis simbólica y reconstrucción del imaginario colectivo. *Cuadernos de CLAEH*, Montevideo, n. 49, 1989, pp. 85-106; SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.



década de 1930, particularmente a partir da crise de 29 e do golpe de Estado liderado pelo também colorado Gabriel Terra, em 1933.²¹

Entretanto, as reformas batllistas, antes mesmo do golpe de 1933, foram combatidas por diversos grupos conservadores originários tanto do Partido Nacional quanto do próprio Partido Colorado. Para Gerardo Caetano, a presidência do também colorado Feliciano Viera, entre 1915 e 1919, marcou o início de um freio ou da tentativa de bloqueio às reformas batllistas, que ficou conhecido como a *política del alto*. Entre as suas principais características, marcadas por uma retensão, Caetano salientou que se congelou a ampliação da legislação social; ocorreu a tentativa de diminuir o papel do Estado na economia e na arbitragem dos conflitos sociais; houve a suspensão de uma política tributária sobre os grupos mais ricos com fins redistributivos; e o movimento sindical sofreu forte repressão²².

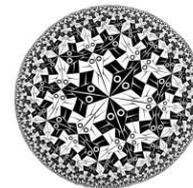
Os intelectuais fundadores de *Acción e Marcha*, chegaram à cena pública uruguiaia em meio aos principais debates arquitetados durante as primeiras décadas do século XX, que atingiram o seu ápice durante os “dourados anos 20”. Não obstante as exaltações nacionais e nacionalistas floresciam opiniões divergentes no país. Nos anos de comemorações pelo Centenário da Independência, durante a década de 20, os uruguaios travaram diversas batalhas ideológicas em que um amplo conjunto de controvérsias sobre os seus principais elementos constitutivos, marcadamente a disputa pela nação e pelo passado. Foi um período rico em “tensões e controvérsias criativas”²³ e os diferentes grupos sociais e políticos se envolveram em debates frutíferos nos diferentes locais de convivência de uma intelectualidade que formava um círculo relativamente pequeno, mas bastante atuante e conectado com os meios intelectuais de outros países, particularmente com os argentinos.

Cabe ressaltar que, particularmente a partir dos anos 1910, os “discursos-diagnósticos” que se nutriam de fontes darwinistas sociais e evolucionistas passaram a ser criticados de maneira

²¹ Cf. JACOB, RAÚL. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983; CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

²² CAETANO, Gerardo. *La república conservadora (1916-1929)*. La guerra de posiciones. Tomo II. Montevideo: Fin de Siglo, 1993, pp. 17-8.

²³ CAETANO, Gerardo. *Los uruguayos del Centenario*. Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930). Montevideo: Santillana, 2000, p. 13.



crescente, por intelectuais europeus e americanos, insatisfeitos com as perspectivas etnocêntricas em voga²⁴.

É preciso agir: os anos de fundação de *Acción e Marcha*

Acción e Marcha se enveredaram por esse cenário polêmico, procurando evidenciar a disputa, não menos significativa, que se estabelecia no país platino entre os intelectuais em prol do ideário latino-americanista ou do pan-americanista, que visavam uma integração cultural, econômica e política. Além disso, criticaram a ascensão de movimentos de cunho autoritário e lutaram a favor da difusão de ideais republicanos e socialistas. Defenderam a República Espanhola, em face do avanço franquista; apoiaram as Associações de Intelectuais, Artistas, Periodistas e Escritores (AIAPE), de forma conectada aos vizinhos argentinos e brasileiros, que tinham como objetivo a defesa da cultura e da democracia²⁵, particularmente *Acción* militou em prol da formação da Frente Popular²⁶, entre outras ações na vida pública que articularam a prática cultural e política, para além dos textos que publicaram.

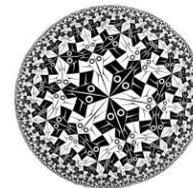
O embate entre o pan-americanismo e o latino-americanismo marcou a discussão durante as décadas de 30 e 40. De um lado, parte da ação e da política externa dos Estados Unidos recebeu o respaldo de muitos governos dos países latino-americanos. De outro, as posições das esquerdas, para além dos comunistas, defenderam o latino-americanismo como oposição aos governos vigentes, representados em muitos casos por ditaduras, como no Uruguai a partir de 1933.

Nos finais de agosto de 1932, um editorial-chave de *Acción* explicitava as principais inquietações daquele grupo de intelectuais capitaneados por Quijano, Ardao e Castro a respeito do presente e do futuro uruguaio e internacional, pelo qual constataavam a “confusão”, “incertezas” e “anarquia” material e espiritual do pós-Primeira Guerra, por um lado, mas que se apresentava como um período gestacional de profundas transformações, por outro. Para tais intelectuais, aquele momento apresentava-se como ideal para pensar as suas posições “entre o

²⁴ Cf. FELL, Eve-Marie. Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, pp. 577-595.

²⁵ Cf. CELENTANO, Adrián. Ideas e intelectuales en la formación de una red sudamericana antifascista. *Literatura y lingüística*, Santiago, n. 17, pp. 195-218, 2006.

²⁶ As Frentes Populares tiveram maior êxito na Espanha, França e Chile, ao promoverem a união de grupos de esquerda e centro-esquerda em torno da luta contra o fascismo e o nazismo. As suas edificações, nem sempre isentas de problemas internos, foram favorecidas pelo aval da Internacional Comunista, a partir de 1935. Sobre a Frente Popular chilena, ver: AGGIO, Alberto. A experiência da Frente Popular no Chile. In: ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contorno de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHILAC, 1998, p. 665-670; AGGIO, Alberto. **Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.



grito agoureiro de Spengler e a profissão de fé esperançada e otimista do grupo *Clarté* dos intelectuais encabeçados por Barbusse”, isto é, em meio à “Nova Idade Média” do alemão ou a “plenitude vital” e “cultura ecumênica” de Wells e Keyserling respectivamente.²⁷

A mensagem divulgada por aquele editorial, ancorada, acima de tudo, em Keyserling, insistia sobre a responsabilidade individual dos intelectuais, bem como da juventude para a edificação de novas formas de pensamento e de sociabilidade:

Em meio de toda essa desorientação, somente uma coisa sabemos e ela é suficiente: toda a humanidade será o que queremos que seja.

Não é para perguntar o que se deve fazer, mas sempre, em cada caso, o que eu devo fazer.

Daqui em diante importa o indivíduo. Somente quando existam muitos indivíduos, que tenham resolvido seus problemas pessoais, será possível a realização de uma modificação molecular da totalidade.²⁸

Tempos de cruzamento de utopias e distopias, com vantagens para aquelas sobre estas últimas, pelo menos até os finais dos anos 20, e se lançamos mão das categorias propostas por Reinhardt Koselleck²⁹, podemos argumentar que a balança da “jovem” América pendia favoravelmente para o “horizonte de expectativas” sobre o “espaço de experiência”.

O interesse dos fundadores de *Acción* pelas correntes de esquerda, as quais formavam os alicerces de suas trajetórias políticos-intelectuais, foi catalisado pela ascensão das ideias fascistas e, acima de tudo, pelo golpe de 1933, e naquele mesmo número em que Carlos Quijano iniciava a publicação do curso sobre o marxismo, o editorial de capa *Hacia la izquierda* buscava definir as noções de esquerda (contra a ditadura, a favor da democracia; luta por justiça, reforma agrária e efetiva independência do capital estrangeiro) e direita (a favor da ditadura, direito inalienável à propriedade, liberalismo; não aceita reformas profundas, amparo ao capital estrangeiro, reação, etc.), bem como concluía que a oposição somente poderia nuclear-se em torno das esquerdas.³⁰

Para Quijano, três meses após *Acción* ser proibida de circular, os acontecimentos haviam mostrado que a muitas vezes glorificada democracia uruguaia – que se expressava mediante as imagens de “Suíça da América”, “Arcádia feliz”, “*Como el Uruguay no hay*” ou “Atenas do Prata” – não passava de “fachada” e de “ vaidade infantil”. Entretanto, ao citar o ditado popular “há males que vêm para bem”, Quijano assinalou que a ditadura produziria alguns bens indiretamente,

²⁷ La inquietud de nuestra época. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 22, 29 de agosto de 1932, p. 1

²⁸ La inquietud de nuestra época. *Acción*, p. 1.

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 305-27.

³⁰ QUIJANO, Carlos. *Hacia la izquierda*. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 22, 29 de agosto de 1932, p.1.



como o de depurar os partidos, o de mostrar “os homens tal como são” e o de obrigar “a novas formações políticas”³¹.

Nesse contexto, o líder da ANDS elaborou uma interpretação bastante desoladora sobre as ditas democracias “americanas”, classificadas como “inorgânicas”, com um “verniz de cultura”, “sem tradição” e “sem ideais profundos”, entre outras faltas³².

Existia alternativa para aqueles que eram contrários à ditadura? No entender de Quijano, o caminho era convergente: a preocupação em “estudar as modernas correntes sociais a fim de orientar nossa ação política frente ao momento crítico que estamos vivendo”. Ao definir o lugar de *Acción*, em julho de 1933, Quijano afirmou que se vinculavam criticamente às doutrinas socialistas, pois representavam “uma tendência política com métodos e fins próprios, que acredita ter ou aspira criar uma teoria para a ação”³³.

Se a ANDS expressava esta adesão “crítica”, ela se aproximaria dos socialistas? Como se relacionariam a partir daquele momento? Seria o início de uma aproximação que pudesse levar à formação de uma aliança contra os grupos de direita, como iria ocorrer com as Frentes Populares na França, na Espanha e no Chile?

Em primeiro lugar, de forma convergente a algumas ideias sustentadas pelo Partido Socialista do Uruguai, Quijano buscava mostrar as possibilidades de leitura de Marx, de forma não ortodoxa. Para ele, Marx evocava os caminhos revolucionários para a tomada de poder em todos os países, a exceção talvez dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Holanda, onde as vias legais poderiam ser eficazes na construção do socialismo. O diretor de *Acción* afirmava que Marx não havia proposto medidas e estratégias semelhantes para todos os países, e concluiu que não havia, portanto, “uma tática dogmática”.³⁴

Em segundo lugar, Quijano recebia muitas críticas de outros grupos de esquerda do Uruguai, particularmente dos socialistas e dos comunistas, desde seu mandato como deputado pela ANDS, entre 1928 e 1931. Porém, segundo Quijano, havia uma causa em comum que deveria uni-los naquele fatídico ano de 1933: a luta contra a ditadura, que havia levado ao exílio, entre outros importantes opositores, o líder socialista Emilio Frugoni.

³¹ QUIJANO, Carlos. Un estudio de la situación política. In: *Acción*, Montevideo, a. II, n. 47, 04 de julho de 1933, pp. 1-2.

³² QUIJANO, Carlos. Democracia y legalismo. In: *Acción*, Montevideo, a. II, n. 50, 29 de julho de 1933, pp. 1-2.

³³ Un curso de Carlos Quijano. De Marx a De Man. *Acción*, Montevideo, a. II, n. 50, 29 de julho de 1933, pp. 5-6.

³⁴ QUIJANO, Carlos. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 50, 29 de julho de 1933, p. 8.



Finalmente, havia uma postura anti-imperialista entre todos eles, que faziam uma leitura tanto do passado quanto do presente do Uruguai e da América Latina em chaves de luta contra a opressão dos colonizadores, posteriormente do imperialismo inglês e norte-americano, além da luta contra a supremacia das agrupações partidárias tradicionais, como os *batllistas*, *terristas* e *riveristas* do Partido Colorado e os *berreristas* do Partido Nacional.

Contudo, por um lado, os desentendimentos entre os grupos de esquerda, que disputavam, em muitas vezes, o apoio dos mesmos movimentos ou os votos de eleitores em comum, impediam a formação de uma aliança política mais duradoura contra a ditadura. Por outro lado, havia muitas disputas entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, pois aqueles seguiam a tática da III Internacional (Comunista) que condenava a formação de uma frente única com os partidos socialista e socialdemocratas, entre 1928 e 1933.³⁵

Acción se transformou em um dos principais meios que ensaiaram, sem sucesso, a criação de uma Frente Popular no Uruguai. Enquanto a ANDS e *Acción* promoviam atos públicos de apoio à democracia espanhola, eram publicadas as primeiras páginas a respeito da necessidade de união de toda a oposição³⁶. As epígrafes também passaram a expressar o lugar que a Frente Popular iria ocupar no país, que tinha como objetivo terminar “com os *vende-patrias*”³⁷.

Havia espaço para o uso da violência em momentos trágicos como a recém-iniciada Guerra Civil Espanhola? Sim, pois, segundo *Acción*, o mundo havia mudado. Diante dos fascismos espalhados pelo mundo, a força havia substituído o respeito às regras democráticas:

É a força que hoje manda, e é a força que decide e decidirá em todo o mundo, a luta sem quartel entre o fascismo e a democracia social.

Lamentável que seja assim? Sem dúvida. Mas tampouco é questão de ter muitas aversões à violência. Tinha razão Sorel. Há violências sagradas, depuradoras. [...]

Entretanto, fazemos votos por seu triunfo, que fique registrada nossa profunda admiração pela juventude e o heroísmo da raça, que uma vez mais fará pasmar o mundo. A Espanha continua a ser uma das grandes reservas da humanidade.³⁸

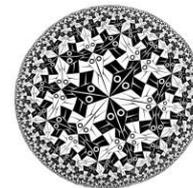
A força poderia ser utilizada no cenário uruguaio também? Ou era melhor lutar sem armas, pelas vias eleitorais? Além disso, como confiar em eleições realizadas no interior de uma

³⁵ FREGA, Ana, MARONNA, Mónica, TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987, p. 21. Para uma história introdutória sobre as esquerdas no Uruguai, consultar: CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda uruguaya*. Tradición, innovación y política. Montevideo: Trilce, 1995.

³⁶ Frentismo y Antifrentismo. El miedo a las palabras. *Acción*, Montevideo, a. V, n. 129, 07 de abril de 1936, pp. 1 e 8.

³⁷ Cf. *Acción*, Montevideo, a. V, n. 134, 16 de julho de 1936, p. 1.

³⁸ Lo de España. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 135, 29 de julho de 1936, p. 3.



ditadura? Com todas essas perguntas em mente, *Acción* defendeu que a formação da Frente Popular não representava nem o desaparecimento dos partidos políticos, nem à volta às urnas “de forma sub-reptícia”. Do mesmo modo tampouco significava “uma covarde entrega dos demais ao partido comunista ou a qualquer outro partido”³⁹. A proposta era realizar um acordo pragmático, limitado temporalmente para lutar contra as forças reacionárias.

Dessa forma, a convocação da ANDS, por meio de *Acción*, deixava entrevista uma possibilidade inclusive de se utilizar a força na tentativa de derrotar o “inimigo em comum”. Contudo, mais do que um chamado à força, prevaleceu um tom de desconsolo em face de uma certa passividade e desunião na luta dos grupos opositores, que deveriam ter em mente que naqueles momentos trágicos, pela democracia era preciso fazer o possível e o impossível, atuar o mais rápido possível antes que todos fossem esmagados impiedosamente⁴⁰.

Os clamores dramáticos de *Acción* pela formação da Frente Popular tiveram que ser abortados no final de 1937, pois não se chegou a um consenso entre os grupos de oposição. A saída encontrada foi a abstenção nas eleições presidenciais e apontar a “ilegitimidade” da vitória do então Ministro da Defesa Alfredo Baldomir, que era cunhado de Gabriel Terra.

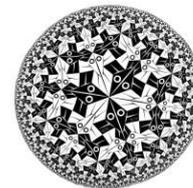
Mas qual era a democracia almejada pelos fundadores de *Acción e Marcha*? Uma democracia que conseguisse conjugar liberdade política, em seu mais amplo aspecto de participação e de soberania popular, sem qualquer tipo de restrição, com a garantia de direitos sociais, que não se resumisse à liberdade individual, orquestrada pela atuação de um Estado, baseado em princípios, cuja orientação estivesse pautada firmemente na busca do bem comum. Um Estado forte o bastante para conseguir canalizar as principais demandas sociais do país, a ponto de concretizar uma reforma agrária, que os batllistas haviam menosprezado.

Nesse sentido, *Acción* publicou uma rigorosa crítica de Quijano a José Enrique Rodó, autor de *Ariel* (1900), que nas primeiras décadas do século XX era visto como o *maestro* da juventude⁴¹. O tom foi de censura às concepções rodonianas acerca da democracia, quando alguns diários uruguaios invocavam-nas para articular a oposição contra a ditadura terrista.

³⁹ 3 falsedades. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 138, 14 de setembro de 1936, p. 1.

⁴⁰ La marea sube. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 139, 30 de setembro de 1936, p. 1.

⁴¹ De maneira bastante sintética, Rodó adaptou os personagens da peça *A Tempestade* (1613), de William Shakespeare, para tramar a contraposição de seus personagens principais, *Calibán* (representando os Estados Unidos) e *Ariel* (América Latina), em face de *Próspero* (Europa). O primeiro se caracterizava pelo utilitarismo interessado, vulgarização da cultura, individualismo medíocre e pela democracia baseada no número. Para Rodó, essas características anulavam qualquer noção de qualidade em Calibã. Assim, representava a preocupação absoluta com o triunfo material, a despeito de qualquer densidade histórica. *Ariel*, em contrapartida, representava a tradição humanista latino-americana, herdeira, para



Se, por um lado, Quijano destacou brevemente que Rodó empenhou sua pluma “para fustigar a todos os tiranos da América”, por outro, bem mais enfático, reprovou a influência de Renan como fonte de seu ideário, se bem que reconheceu a apropriação crítica do autor uruguaio em relação às ideias do francês, e destacou que Rodó exaltou a liberdade e a fraternidade, mas não a igualdade. Para o diretor de *Acción*, Rodó “teve sempre uma fria atitude intelectual aristocrática a respeito das multidões, e proclamou frente ao movimento de ascensão das massas o princípio da hierarquia, como condição necessária de todo progresso”⁴². Quijano o classificou como um democrata liberal heterodoxo, que não deveria servir de inspiração para os grupos de oposição à ditadura terrista, porque teria contemplado a vida como um espetáculo, não a vivido como um drama.

A revalorização do Rodó de *Ariel* buscava, além de relativizar o seu lugar como *maestro* e de apontar os limites práticos daquela mensagem, vicejar um lugar de destaque para os representantes de uma nova geração, que propunham a reconstrução de um mundo que se desmanchava a passos largos. O discurso de Rodó andava na contramão das necessidades da hora. Era preciso agir, se rebelar não somente contra a ditadura, mas também contra aquela democracia rotineira, institucional e com a centralidade de partidos tradicionais dos inícios do século XX. Era preciso, em primeiro lugar, derrotar os grupos golpistas para em seguida construir outra democracia.⁴³

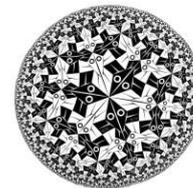
Anti-imperialismo, pan-americanismo, latino-americanismo

O discurso anti-imperialista de *Acción* era animado em grande parte por Quijano e Ardao, que receberam uma carta de apoio de Henri Barbusse, ao mencionar que o argentino Manuel Ugarte havia indicado *Acción* como uma tribuna de luta contra o imperialismo. Barbusse solicitou o apoio do semanário uruguaio para expandir o movimento na América do Sul, após a realização de um “congresso mundial contra a guerra imperialista”, na cidade de Amsterdã, em

o autor uruguaio, da cultura greco-latina, com seu idealismo e espiritualismo que convergiam para a ação não utilitarista dos povos da América Latina.

⁴² QUIJANO, Carlos. Rodó y la Democracia. *Acción*, Montevideo, a. IV, n. 115, 08 de maio de 1935, p.3.

⁴³ É preciso sublinhar que *Ariel* e o arielismo passaram por incontáveis revisões que precisam ser sempre contextualizadas. Quijano escreveu muitos textos sobre Rodó, em que declarou sua admiração intelectual pelo escritor, mas desde um artigo publicado pelo diário *El País*, em 26 de setembro de 1927, adotou uma postura de realçar as insuficiências práticas de seus pressupostos. Cf. QUIJANO, Carlos. Cartas a un lector [Rodó: una lectura de *Ariel*]. In: *Cultura, personalidades y mensajes*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1992, p. 168. Para uma breve introdução ao pensamento de Rodó e do arielismo, consultar: CASTRO, Belén. Introducción. In: RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000, pp. 9-125; GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. El extraño caso de la estatua parlante: *Ariel* y la retórica magisterial del ensayo latinoamericano.. In: *La voz de los maestros: escritura y autoridad en la literatura latinoamericana moderna*. Madrid: Editorial Verbum, 2001, pp. 28-61; MITRE, Antonio. Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despertar da modernidade em *Ariel* de Rodó. In: *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 103-19.



agosto de 1932, com o incentivo de Barbusse e Romain Rolland. A carta manifesto do escritor francês ganhou destaque em *Acción*, o que reforçava a autoridade de seu discurso anti-imperialista.⁴⁴

Foram publicados muitos artigos sobre A Guerra do *Chaco*, entre o Paraguai e a Bolívia, interpretada com lentes anti-imperialistas, e sobre as Conferências Pan-americanas, por meio dos quais se denunciavam os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, além de uma suposta “bancarota da civilização ianque”⁴⁵. Além disso, o imperialismo não era visto somente como uma ação norte-americana ou europeia. Os redatores de *Acción* não deixaram de mencionar que tanto a Argentina quanto o Brasil haviam sido corresponsáveis pela destruição do Paraguai no século XIX, e que havia uma sinergia de interesses entre os argentinos e os ingleses pelo petróleo *chaquenbo*⁴⁶.

Entretanto, dois anos antes, em janeiro de 1933, *Acción* alertou seus leitores sobre o centenário da ocupação inglesa das Ilhas Malvinas, ao publicar o manifesto de Ramiro Campos Turmo, presidente da *Liga Pro Hispanoamérica* (LPHA), contra a ocupação perpetrada a partir de 1833. Para Campos Turmo, os países hispano-americanos deveriam lutar para construir uma federação, devido à gravidade do momento, mas que também se mostrava extremamente oportuno, com as crises que assolavam a Europa e os Estados Unidos. Se não fosse possível formar uma unidade entre todos os países hispano-americanos, o presidente da LPHA aconselhava pelo menos que se organizasse “a República dos Andes, implantando a capital em Arequipa [Peru], para salvar os países produtores de petróleo, cuja morte está decretada”⁴⁷.

O discurso anti-imperialista de *Acción*, ainda que não se restringisse a falar em termos de hispano-americanismo ou a delimitar regiões dentro da América Latina, ganhava o apoio de intelectuais de outras latitudes. Mas ao propor uma luta conjunta contra as ações imperialistas, *Acción* deixou de perceber as suas peculiaridades regionais? Além disso, Quijano em particular e *Acción* no geral conseguiram fugir de algumas visões pejorativas sobre os países latino-americanos?

Nem sempre, pois em um artigo cujo título parecia fazer uma evocação do exemplo de “A lição de Cuba”, após o fim da ditadura de Machado, Quijano reforçava que o “verdadeiro

⁴⁴ Contra la guerra. Un manifiesto de Barbusse [Carta enviada a C. Quijano]. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 34, 31 de dezembro de 1932, p.3.

⁴⁵ La bancarrota de la civilización yanqui. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 35, 07 de janeiro de 1933, p. 7.

⁴⁶ A propósito del conflicto del Chaco. *Acción*, Montevideo, a. IV, n. 111, 19 de março de 1935, pp. 4-5.

⁴⁷ CAMPOS TURMO, Ramiro. El Centenario de la ocupación inglesa de las Malvinas. *Acción*, Montevideo, a. I, n. 35, 07 de janeiro de 1933, p. 2.



drama” de José Martí continuava vigente, e argumentou que apesar da mudança de postura do presidente norte-americano Roosevelt, ao lado de outras correntes políticas do país, em relação ao intervencionismo, a ilha caribenha tinha poucas chances de construir uma democracia real porque Cuba era um país de “lutas raciais, de analfabetismo dominante, carente de toda cultura política, sem sentido de medida, valores ou hierarquias disciplinares, corrompida pelo clima, com organização econômica que possuía resquícios da escravidão e trinta anos de política venal”⁴⁸. Por que então “A lição de Cuba”, se como afirmou Quijano, o Uruguai possuía características distintas, por estar mais distante da ingerência norte-americana, por ter outras características econômicas e políticas, por ter vivido mais tempo com governos soberanos e por não ter os mesmos problemas socioculturais?

Porque o exemplo de Cuba mostrava que não se podia sobre-estimar o esforço pessoal, além de mostrar que as ditaduras não duravam para sempre e que muitas vezes o contexto internacional poderia favorecer ou desfavorecer o desenrolar dos acontecimentos, pois havia uma conexão entre o papel dos indivíduos e as estruturas sociais, econômicas e políticas. Logo, somente a ação em conjunto, a concentração de esforços pessoais poderia traçar novos rumos para a construção das democracias nas Américas. Democracias no plural, pois as tarefas e métodos de cada país eram distintos. Não se poderiam importar estratégias, era preciso ter criatividade, ancorada sempre no desejo e na ação, para se chegar aos objetivos⁴⁹.

O discurso anti-imperialista e antifascista de *Acción* chegou às poucas páginas de crítica literária e cultural de *Acción*? E o Brasil, recebeu alguma atenção por parte dos seus redatores, que difundiam o latino-americanismo contra o pan-americanismo?

Como assinalou Pablo Rocca, os uruguaios de *Acción* e das revistas literárias uruguaias ainda não dedicavam tanto espaço para a produção cultural latino-americana à exceção da publicação de alguns poemas de Pablo Neruda⁵⁰ – ou de trechos de Graciliano Ramos⁵¹. A despeito disso, a preocupação em interpretar os vizinhos próximos ou distantes, em escalas nacionais ou internacionais, mobilizou os redatores de *Acción e Marcha* desde os seus começos. Os olhares sobre o Brasil, no contexto latino-americano, se multiplicaram, inicialmente em muitas

⁴⁸ La lección de Cuba. *Acción*, Montevideo, a. II, n. 69, 18 de janeiro de 1934, p.1.

⁴⁹ La lección de Cuba. *Acción*, p. 8.

⁵⁰ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha*. Crítica y literatura en *Marcha* y en el Uruguay: 1939-1974. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992, p. 16.

⁵¹ Cf. RAMOS, Graciliano. *Angústia* (fragmento). *Marcha*, a. VI, n. 241, 14 de julho de 1944, p. 14-15; La prisión de J. Carmo Gómez. *Marcha*, a. VI, n. 247, 25 de agosto de 1944, p. 14-15 e *Marcha*, a. VI, n. 248, 01º de setembro de 1944, pp. 14-5.



comparações realizadas entre o governo de Getúlio Vargas – antes mesmo do Estado Novo (1937-1945), o de Gabriel Terra e o de Agustín Justo na Argentina.

Para *Acción*, eram todos ditadores que emanavam de posições autoritárias em voga em praticamente o mundo todo, defensores das grandes empresas, contrários às aspirações dos trabalhadores. No seu entender, tanto o governo Vargas quanto o governo Terra haviam aprovado constituições sem a participação popular e, portanto, eram ilegítimos. Ao final, a conclusão era de que em resposta ao abraço que Terra daria em Vargas em sua iminente visita ao Rio de Janeiro, os povos do Uruguai e do Brasil, contrários às ditaduras se uniriam na luta, mediante uma “livre federação de forças, triunfadora das tiranias políticas, das submissões econômicas e das injustiças sociais”.⁵²

De 1934 a 1939, em *Acción*, e a partir de 1939, em *Marcha* foram publicados inúmeros artigos sobre o Brasil, que no cenário latino-americano somente não recebeu mais atenção do que a Argentina e o próprio Uruguai. Desde textos escritos pelos redatores e colaboradores até entrevistas com perseguidos políticos, manifestos contra o governo Vargas e imagens que buscavam retratá-lo como a contracara do porvir.

Somente para citar três exemplos, em janeiro de 1936, *Acción* publicou *La situación del Brasil*, em que se pintou um quadro extenso e rico em demonstrar a disparidades regionais brasileiras, em suas formações geográficas, políticas, econômicas e sócio etnográficas, realçando o conflito e a violência em sua formação, devido aos “castigos corporais”, “torturas”, “violação de jovens e crianças”, “miséria física e moral indescritível e um analfabetismo absoluto”⁵³. Segundo o texto, sem autor identificado, as fontes de informações vinham de um dos atores da recente “Revolução do Norte” – “Intentona Comunista” – que se encontrava exilado no Uruguai. Para o(s) autor(es), a situação era muito pior do que a do campo uruguaio, onde a “separação de classes chega ao máximo de tensão”⁵⁴. O texto concluiu com uma manifestação de apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL) – que foi reafirmada em diversos momentos⁵⁵, ao realçar

⁵² Getulio y Gabriel. *Acción*, Montevideo, a. III, n. 87, 05 de julho de 1934, p. 2. Terra visitou o Brasil em agosto de 1934. Vargas retribuiu a visita em junho do ano seguinte. Durante a visita ocorreu um atentado a Terra, que saiu ileso, no Hipódromo de Maroñas, em Montevideo. Cf. JACOB, RAÚL. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983, p. 73.

⁵³ La situación del Brasil. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 124, 13 de janeiro de 1936, p. 4.

⁵⁴ La situación del Brasil. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 124, 13 de janeiro de 1936, p. 7.

⁵⁵ Cf. La crisis político-social del Brasil. La verdad verdadera sobre la revolución que se gesta. In: *Acción*, Montevideo, a. VI, n. 155, 24 de maio de 1937, p. 4-5; Getulio Vargas es un peligro para la libertad de Brasil y de América. Las promesas demagógicas de 1930 y de América. In: *Acción*, Montevideo, a. VI, n. 163, 30 de outubro de 1937, p. 2-3; El golpe fascista en el Brasil. In: *Acción*, Montevideo, a. VI, n. 164, 20 de novembro de 1937, p. 1-2. Ver também os textos que denunciaram a formação e os desdobramentos do *Estado Novo*. *Ibidem*, p. 1-2; Frontera cerrada. In: *Acción*, Montevideo, a. VI, n. 166, 20 de janeiro de 1938, p. 8; DEL BRASIL, Juan. La visita de Aranha a



seu ideário de luta anti-imperialista, suas reivindicações de criação de uma legislação que amparasse os trabalhadores e a luta para uma transformação mais profunda do Brasil.⁵⁶

Em janeiro de 1941, *Marcha* publicou um manifesto de Roberto Sisson, secretário geral da ANL, que fora escrito para ser publicado em diversos periódicos das Américas, que conclamava ao apoio das “forças democráticas latino-americanas” para estabelecer a democracia no Brasil. Segundo Sisson, o Brasil era imprescindível para a segurança do continente americano. Suas palavras de conclusão eram: “Viva a solidariedade americana! Viva a paz, a neutralidade e a democracia americana! Viva a industrialização latino-americana! Viva o general Luis Carlos Prestes!”⁵⁷

No final daquele mesmo mês, foi publicada uma minibiografia elogiosa de Prestes por três exilados brasileiros que viviam no Uruguai: o escritor Ivan Pedro de Martins, e os tenentes aviadores José G. da Cunha e Carlos Brunswick França. O pedido reforçava os anteriores: “Salvem a Prestes!”⁵⁸

O Brasil continuou a ter destaque em *Marcha*, a partir de 1939, com manchetes de primeira página, reportagens analíticas e imagens que buscavam desvendar os enigmas de um país tão próximo, mas ao mesmo tempo tão distante, que nos mapas de geografia aparecia como um gigante sobre o pequeno Uruguai – em termos geográficos relativos.

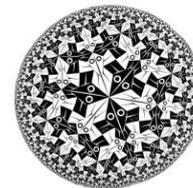
Existia algum país latino-americano que era visto como um exemplo nos anos 30 e inícios dos 40? De certa forma o México, que era visto, com algumas reservas, como o país que poderia trazer inspirações em áreas como a reforma agrária, defesa das reservas petrolíferas e

Washington y el neogetulismo. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 2, 30 de junho de 1939, p. 13; MARTINS, Domingo José. La dictadura de Vargas y la Alianza Nacional Libertadora. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 4, 14 de julho de 1939, p. 10; Carta sobre la política brasileña. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 6, 28 de julho de 1939, p. 11; La dictadura de Vargas. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 10, 25 de agosto de 1939, p. 10; G. Vargas el simulador. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 17, 13 de outubro de 1939, p. 11; ¿Está el Brasil en vísperas de revolución? In: *Marcha*, Montevideo, a. II, n. 30, 12 de janeiro de 1940, p. 7; La tragedia del pueblo brasileño. In: *Marcha*, Montevideo, a. II, n. 50, 07 de junho de 1940, p. 4 e 7; El Brasil y la defensa continental. In: *Marcha*, Montevideo, a. I, n. 51, 14 de junho de 1940, p. 6; El discurso del dictador brasileiro. In: *Marcha*, Montevideo, a. II, n. 54, 05 de julho de 1940, p. 5; Los tenientes en la política brasileña. In: *Marcha*, Montevideo, a. IV, n. 143, 26 de junho de 1942, p. 15; entre muitos outros até 1945.

⁵⁶ La situación del Brasil. In: *Acción*, Montevideo, a. V, n. 124, 13 de janeiro de 1936, p. 4 e 7. Mas a visão estampada nem sempre era negativa. Em um pequeno texto publicado por Waldo Franck – que se tornará um colaborador importante de *Marcha* – o povo brasileiro estava engendrando com originalidade e criatividade os primeiros passos de um porvir de esperanças. Assim, era preciso ajudá-lo em sua luta contra as “oligarquias” e contra a repressão governamental. Cf. FRANCK, Waldo. El pueblo brasileño. In: *Acción*, Montevideo, a. VI, n. 157, 22 de junho de 1937, p. 2.

⁵⁷ Del Cdte. Roberto Sisson. La Alianza Nacional Libertadora. *Marcha*, Montevideo, a. III, n. 80, 10 de janeiro de 1941, p. 4.

⁵⁸ Luis Carlos Prestes. *Marcha*, Montevideo, a. III, n. 81, 24 de janeiro de 1941, p. 6.



estímulo estatal à educação e às artes, respeitadas as especificidades e as necessidades de cada país.

Não podemos nos esquecer de que Quijano havia discursado a favor do México, quando vivia em Paris, em 1925. Naquela ocasião, Quijano aprovou os caminhos revolucionários e seus desdobramentos, particularmente no que tocava ao projeto de reforma agrária e os investimentos em educação. Além disso, para o jovem intelectual, o México havia se transformado no principal bastião da luta anti-imperialista diante dos Estados Unidos. Posteriormente ao discurso, Quijano foi convidado a visitar o México durante 15 dias, ao lado do argentino José Ingenieros, e escreveu vários artigos em *El País* sobre o que viu em sua estadia, entre 28 de fevereiro e 20 de abril de 1926.⁵⁹

E o Chile da Frente Popular? Como foi visto em *Acción e Marcha*? Foram publicados artigos que evidenciavam tanto o apoio sobre a formação da Frente Popular no Chile quanto à luta aprista no Peru. Ao lado dos desdobramentos pós-revolucionários mexicanos, da luta dos nacionalistas porto-riquenhos, da Aliança Libertadora Nacional do Brasil, e da *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina* (FORJA), a Frente Popular chilena e o aprismo peruano eram visto como os movimentos que lutavam contra o imperialismo, as oligarquias e os fascismos.

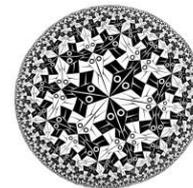
Do mesmo modo, os redatores recomendavam as revistas que os leitores deveriam procurar e consultar, pois apresentavam textos anti-imperialistas e genuinamente latino-americanos. Entre outras, elencaram *Repertorio Americano* (Costa Rica), *Crisol* e *Nuevo Continente* (México), *Claridad*, *Correspondencia Indoamericana* e *Itinerario de América* (Argentina).

Considerações finais

No que toca ao projeto de formação de uma união latino-americana, é possível advertir uma oscilação entre os anos iniciais de *Acción* e a fase de transição de *Marcha* em meados dos anos 40. Ainda que não deixassem de preconizar aquele projeto de integração entre os “Estados Desunidos do Sul”, Quijano e outros redatores argumentaram que ele consistia em uma “utopia”, um “recurso retórico” ou até mesmo “uma vaga fórmula de jogos florais”.⁶⁰ *Marcha*, a partir

⁵⁹ Cabe ressaltar que Quijano preferiu denominar a reforma agrária de “evolução agrária”, a partir do exemplar de 10 de abril de 1926, pois infelizmente até aquele momento pós-revolucionário não conseguia visualizar um projeto bem arquitetado para a sua definitiva solução. Cf. QUIJANO, Carlos. La reforma agraria en Méjico [sic]. Un ensayo de transformación social. *El País*, Montevideo, 28 de fevereiro de 1926, p. 3.

⁶⁰ QUIJANO, Carlos. La Conferencia Regional del Plata. *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 82, 31 de janeiro de 1941, p. 5.



daquele momento, migrou para a defesa de acordos regionais e de uniões aduaneiras, como plataforma inicial para arquitetar a ainda distante integração da América Latina:

Presente-se que vamos à formação de grandes confederações de Estados e compreende-se que será necessário empreender novamente o caminho que, sobretudo, o abusivo protecionismo ianque ensinou a fechar: a liberdade internacional do comércio. Se não soubermos nos unir, os grandes, que serão depois desta guerra maiores e mais fortes, nos esmagarão.⁶¹

Mais do que uma clara visão a respeito do jogo das forças mundiais, importa articular tal revisão operada por Quijano às suas linhagens contextuais uruguaias e latino-americanas, marcadas pela percepção da crise dos pressupostos e das práticas democráticas em todo o continente, bem como da elaboração de projetos de integração mediante governos “ilegítimos” e ditatoriais.

Além disso, podemos argumentar que os *marchistas* traduziam uma importante “contradição” do mundo moderno do entreguerras, caracterizada pela exacerbação dos nacionalismos políticos, ao passo que as trocas econômicas abriam novos canais de circulação⁶². Diante disso, os redatores e colaboradores de *Acción* e de *Marcha*, não poupavam seus adversários, e utilizaram um vocabulário de protesto contra as “democracias” daquele período e seus agentes que as derruíam internamente, representados por dois termos aplicados de forma mais frequente: *darlantinitis* e *floripondismo*.

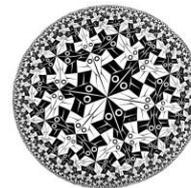
Ao falar em *darlantinitis*, os autores buscavam traçar um paralelo para os leitores entre a conhecida trajetória do comandante da marinha francesa Darlan, que promoveu uma política colaboracionista com o *III Reich*, ao ser o comandante em chefe das forças armadas do regime de Vichy, e a dos governantes sul-americanos, que falavam em defesa da democracia mediante a sustentação de políticas ditatoriais⁶³. Além disso, era ainda mais frequente adjetivar de *floripondistas* os discursos favoráveis tanto à aproximação com os Estados Unidos quanto a quaisquer outros que contrariassem as orientações principais de *Marcha*, e o termo *floripondismo*, que se refere a um adorno rebuscado e de mau gosto⁶⁴, obteve uma ampla acolhida em suas páginas.

⁶¹ QUIJANO, Carlos. La Conferencia Regional del Plata. *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 82, 31 de janeiro de 1941, p. 5.

⁶² QUIJANO, Carlos. Panamericanismo, no; acuerdos regionales, sí. *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 57, 26 de julho de 1940, p. 5.

⁶³ Cf. La darlantinitis, peste *south* americana. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 167, 18 de novembro de 1942, pp. 8-9.

⁶⁴ O *floripondio* é um arbusto solanáceo do Peru, constituído de flores brancas e em forma de filtro. O termo também pode ser utilizado para definir uma estampa de flor grande em um tecido.



O desenlace não poderia ser menos otimista. Segundo os redatores de *Acción e Marcha* os países latino-americanos dificilmente conseguiriam chegar a algum acordo para traçar e pavimentar novos caminhos em conjunto, ancorados na construção de democracias não somente em termos políticos-eleitorais, mas também econômicos e socioculturais. Contudo, era preciso lutar para que isso ocorresse, com significativa participação dos intelectuais.

Por fim, vale ressaltar que a análise de *Acción e Marcha* permite observar que a construção político-ideológico-cultural do anti-imperialismo e do latino-americanismo no Uruguai ultrapassou, em muito, o universo comunista.

Recebido em 15/05/2012
Aprovado em: 22/05/2013



Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a embaixada mexicana no Brasil (1930-1936)

Natally Vieira Dias

Professora Assistente do Departamento de História da UEM
Doutoranda em História pela UFMG
natyvdias@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa aspectos da atuação intelectual de Alfonso Reyes durante o período em que esteve à frente da embaixada mexicana no Rio de Janeiro, nos anos 30. Enfoca as estratégias de sociabilidade empreendidas pelo intelectual-diplomata tendo em vista a promoção de seu ideal americanista no Brasil e discute os aspectos de aproximação, mas também de tensão, que seu latino-americanismo comportava em relação às diretrizes oficiais mexicanas.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia, Sociabilidade intelectual, Latino-americanismo.

ABSTRACT: This article examines aspects of the intellectual action of Alfonso Reyes during the period in which he was ahead of the Mexican Embassy in Rio de Janeiro, in the 30s. It focuses on sociability strategies undertaken by the intellectual-diplomat for the promotion of his Americanist perspective in Brazil and it also discusses aspects of approximation as well as divergence that his Latin Americanism had regarding the Mexican official guidelines.

KEYWORDS: Diplomacy, Intellectual sociability, Latin Americanism.

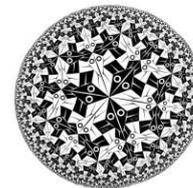
As queixas sobre a incomunicação da América podem encher livros. [...] E ainda que as coisas tenham melhorado um pouco, é justo declarar que o maior esforço se deve não aos chamados homens práticos, mas aos teóricos. [...] As escassas conquistas logradas na ordem política e na comercial não admitem sequer comparação com as conquistas – ainda que modestas – alcançadas na ordem teórica pelas classes intelectuais da América. O mútuo conhecimento entre nossos povos tem sido fomentado, sobretudo, pelos poetas, únicos capazes de expressar e conformar os fenômenos da sensibilidade nacional. [...] O já manifesto interesse de leitores e escritores, [...] esse sim penetra no mais profundo das consciências, esse sim cria verdadeiros laços inquebrantáveis.

(Alfonso Reyes, *El diálogo de América*, 1941).¹

Os intelectuais e o poder no México revolucionário²

¹ A tradução das citações é de inteira responsabilidade do autor.

² Utilizamos o termo “México revolucionário” para designar as três décadas que se seguiram à explosão revolucionária de 1910, período em que a história mexicana gravitou em torno da Revolução. Embora o termo Revolução Mexicana convencionalmente se refira à década de 1910, identificado ao período da guerra civil, as transformações gestadas pelo movimento revolucionário foram concretizadas nas décadas seguintes. Como afirma Arnaldo Córdova, foi na década de 30 que “a Revolução Mexicana alcançou a maioria”, quando, particularmente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), ocorreu “a consolidação dos postulados básicos do movimento revolucionário” e “a conformação definitiva das instituições políticas através das quais se conduziu o desenvolvimento do país.” (CÓRDOVA, Arnaldo. *La revolución y el estado en México*. México: Era, 1989, p. 180).



A experiência revolucionária iniciada em 1910 no México marcou de forma decisiva as relações entre os intelectuais e o poder no país e, em grande medida, diferenciou a “lógica mexicana” daquela que prevaleceu no restante da América Latina.

De uma forma geral, durante a década de 20 a função moderna do intelectual se consolidou no cenário latino-americano ligada à intervenção pública dos “homens de letras” e relacionada à crítica e à busca de soluções em contraposição ao modelo oligárquico³. Na mesma época, no México, o desenvolvimento do processo revolucionário – já na fase de reconstrução nacional, posterior à luta armada – fez emergir um modelo bem distinto, o do intelectual vinculado ao poder.

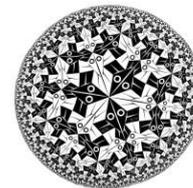
As vicissitudes da Revolução, a necessidade de se destruir a ditadura porfirista e, conseqüentemente, de forjar uma nova ordem política, social e cultural capaz de rearticular a nação fragmentada pela guerra civil, favoreceram a emergência de um discurso oficial integrador, tecido em torno de um nacionalismo de tipo cultural e popular⁴. Ao se consolidar como herdeiro dos postulados revolucionários e principal agente das transformações do país, o “Estado nacional revolucionário” mexicano atraiu para seu seio inúmeros intelectuais, principalmente aqueles que estiveram diretamente ligados à crítica ideológica ao porfirismo.

As competências técnicas, criativas e retóricas dos intelectuais foram elementos essenciais para a consolidação e legitimação da nova ordem política no México. Atuando como ministros, reitores universitários e diplomatas, entre outras funções essenciais para o exercício do poder, os intelectuais ligados ao Estado cumpriram um importante papel como “mediadores” da ideologia dominante. Como mostra Anick Lempérière em seu estudo sobre as relações entre intelectuais e Estado no México, a própria categoria de intelectual se firmou no país “através da justificativa da mediação”, sendo que, durante boa parte do século XX, uma das principais características da política mexicana foi justamente “a inabalável fidelidade dos intelectuais para com o regime político”⁵.

³ FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

⁴ O nacionalismo oficial que se impôs a partir da década de 1920 contou com forte apelo à figura do “povo mexicano”. Como mostra Ricardo Pérez Montfort, “a imensa carga popular trazida pelo processo revolucionário recolocou o papel que ‘o povo’ desempenharia nos projetos de nação [...]. O discurso político dos governos pós-revolucionários, e algumas ações concretas, identificaram ‘o povo’ como protagonista essencial da revolução e destinatário dos principais benefícios do movimento.” (PÉREZ MONTFORT, Ricardo. *Indigenismo, hispanismo y panamericanismo en la cultura popular mexicana de 1920 a 1940*. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidad nacional*. México: FCE, 1994, p. 344).

⁵ Cf. LEMPÉRIÈRE, Anick. *Intellectuels, Etat et Société au Mexique. Les clercs de la nation (1910-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 21-22.



Num trabalho recente a respeito da temática, o historiador mexicano Javier Garciadiego chama a atenção para o caráter específico, as “características únicas” das relações que se estabeleceram entre os intelectuais mexicanos e o Estado pós-revolucionário, em comparação, por exemplo, com o outro grande paradigma revolucionário da América Latina, que foi a Revolução Cubana na segunda metade do século XX. O autor aponta o fato de o Estado mexicano pós-revolucionário não ter assumido uma postura autoritária ou dogmática como um dos principais fatores que “facilitou o estabelecimento de relações fluidas e abertas com os intelectuais”, que se tornaram “ideólogos, funcionários e representantes diplomáticos, ou simplesmente beneficiários dos inúmeros projetos educativos e culturais estatais”⁶.

A trajetória de Alfonso Reyes reflete, em grande medida, as relações que descrevemos entre saber e poder no México revolucionário. A seguir, traçamos brevemente sua trajetória intelectual e, na sequência, tecemos algumas considerações sobre sua atuação como intelectual-diplomata. Apoiamo-nos nas proposições teóricas de François Sirinelli e de Edward W. Said⁷ para analisar as estratégias de sociabilidade intelectual empreendidas por Reyes no período em que esteve à frente da embaixada mexicana no Rio de Janeiro e também para refletir sobre sua configuração enquanto intelectual.

Alfonso Reyes: trajetória intelectual e função diplomática

Alfonso Reyes (1889-1959) foi advogado de formação, mas consagrou-se na realidade como escritor, poeta e ensaísta, além de diplomata, função que desempenhou por mais de duas décadas⁸. O escritor tornou-se estrela de primeira grandeza do cenário intelectual mexicano durante a primeira metade do século XX e, indiscutivelmente, deve ser enquadrado como parte da elite intelectual latino-americana, entendendo-se o termo no sentido usado por Carlos Altamirano, “não para sugerir uma orientação aristocratizante, mas para indicar um lugar [privilegiado] no diferenciado espaço da cultura”⁹.

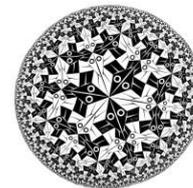
A atuação intelectual de Alfonso Reyes remonta ao movimento de crítica à ditadura porfirista, representado pelo Ateneu da Juventude. Criado em 1909 como um espaço de

⁶ Cf. GARCIADIEGO, Javier. Los intelectuales y la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010. p. 36-7.

⁷ Particularmente as proposições desenvolvidas em SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231-269; SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

⁸ Alfonso Reyes atuou como representante diplomático do México nos seguintes países: Espanha, entre 1920 e 1924; França, de 1925 a 1927; Argentina, de 1927 a 1930; e Brasil, entre 1930 e 1936.

⁹ Cf. ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 14.



sociabilidade intelectual que possibilitasse discussões e debates de temas filosóficos em uma condição de independência em relação ao regime, o Ateneu se destacou como celeiro de uma poderosa crítica filosófica aos pressupostos positivistas que conformavam a legitimação ideológica da ditadura.¹⁰

Ao racionalismo e cientificismo os ateneístas – Alfonso Reyes, os filósofos José Vasconcelos e Antonio Caso, entre outros – contrapuseram os valores humanistas, a sensibilidade e a retomada de elementos estéticos da Antiguidade clássica. Na esteira da crítica ao regime porfirista, elaboraram uma estética que ficou conhecida como “nacionalismo espiritual”, cujo objetivo era “reconstruir o espírito nacional em direção ao pensamento moderno”, não mais pela vertente materialista, mas, ao contrário, pela “tradição humanista” que, em sua concepção, os países latino-americanos teriam herdado da Europa¹¹.

Mais do que simplesmente nacionalista, a estética cunhada pelo Ateneu se configurou como uma ideologia americanista e esteve marcada por forte influência arielista¹². A ideia central que embasava toda essa formulação ideológica era a possibilidade de contrapor o avanço do materialismo – cuja maior expressão era identificada na potência continental – pela elevação dos valores do espírito – poesia, arte, criatividade –, tal como o mestre ensinava a seus discípulos no *Ariel*, de Rodó¹³.

A experiência ateneísta foi fundamental para a formação intelectual de Reyes. Pelo menos dois grandes traços característicos de sua atuação posterior podem ser identificados já nesse “período fundacional”: a crença numa perspectiva americanista de regeneração nacional e continental e o papel transformador atribuído à cultura e a seus agentes, os intelectuais. A noção de que a “inteligência americana” tinha um papel a cumprir no continente é fundamental para o entendimento da forma como Alfonso Reyes concebia sua atuação, inclusive como diplomata.

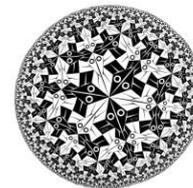
Reyes considerava como bastante acertada a opção de seu governo em utilizar os escritores no serviço diplomático. Segundo ele, não se tratava de uma questão de esnobismo, mas

¹⁰ Sobre a renovação cultural promovida pelo Ateneo nos marcos da ditadura porfirista, consultar MYERS, Jorge. Gênese "ateneísta" da história cultural latino-americana. (Tradução de Paulo Neves). *Tempo Soc.* vol.17, n.1, 2005, p. 23. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a01.pdf>>. Acesso em: 25/04/2012.

¹¹ EDER, Rita. Muralismo mexicano: modernidad e identidad cultural. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial/UNESP, 1990, p. 108.

¹² Corrente de pensamento que sustenta a existência de uma oposição cultural entre América Latina e Estados Unidos, sendo a primeira considerada como herdeira dos “valores espirituais” da cultura greco-romana e o segundo identificado como grande representante do materialismo. A denominação “arielista” remete ao ensaio *Ariel*, publicado em 1900 pelo uruguaio José Enrique Rodó, no qual a mencionada oposição foi expressa a partir das figuras de Caliban e Ariel, personagens de *A Tempestade*, de Shakespeare.

¹³ Cf. RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.



de uma compreensão, da qual partilhava, de que os “técnicos da expressão” são os “mais adequados para ‘expressar’ a vontade do país ante o estrangeiro e mais *armados* para explicar as coisas da pátria”¹⁴.

. O uso da metáfora bélica não era fortuito. O escritor-diplomata concebia a atuação intelectual (incluindo a diplomacia) como parte de uma guerra travada em torno da enunciação do mundo social, sendo a escrita uma das mais poderosas armas políticas; a “pluma” tomada como “espada”, conforme sintetizou¹⁵.

No caso específico do papel de embaixador, a batalha na qual se empenhou consistia em firmar seu país internacionalmente, tarefa a qual se dedicou com afinco. Na realidade, a designação de Reyes como embaixador mexicano na América do Sul, primeiro na Argentina (1927-1930) e em seguida no Brasil (1930-1936), se inscrevia no âmbito de uma ampla estratégia propagandística do México revolucionário no continente.

Durante as décadas de 20 e 30 os sucessivos governos mexicanos, auto-identificados como herdeiros da Revolução de 1910, empreenderam um enorme esforço no sentido de projetar o México revolucionário no continente. A estratégia oficial mexicana incluiu o estreitamento de laços diplomáticos e culturais com os países latino-americanos como uma espécie de “retaguarda internacional” da Revolução, frente à ameaça estadunidense.¹⁶

Na busca por projetar política e culturalmente o país e sua revolução no âmbito continental, ninguém melhor do que uma figura da proeminência de Dom Alfonso – como era chamado – para personificar o México revolucionário na América do Sul. E o ilustre escritor-diplomata tinha plena consciência dessa tarefa.

¹⁴ Cf. REYES, Alfonso. El servicio diplomático mexicano (1933). In: *Misión Diplomática*. Vol. I (Compilação e prólogo de [Víctor Díaz Arciniega](#)). México: FCE, 2001, p. 143. (Grifo nosso).

¹⁵ Cf. REYES, Alfonso. Nuevo discurso sobre las armas y las letras. Citado por GONZÁLEZ TREVIÑO, José Antonio. *Monterrey*. Acuse de recibo. In: PACHECO, José Emilio et alli. *Monterrey, Correo Literario de Alfonso Reyes*. México: UANL/CONACULTA, 2008, p. 14.

¹⁶ Uma das facetas da Revolução Mexicana foi o antiimperialismo, particularmente voltado contra a ingerência dos Estados Unidos no México. Durante o processo revolucionário a ameaça da potência continental havia se materializado na invasão do porto mexicano de Vera Cruz por marines estadunidenses, em 1914, com o objetivo de por fim à guerra civil e garantir as propriedades norte-americanas no país vizinho. Para evitar uma guerra entre os dois países do norte, os governos de Argentina, Brasil e Chile propuseram uma mediação diplomática, que ficou conhecida como ABC, em referência às iniciais dos três países sul-americanos. Sobre a estratégia propagandista do México revolucionário no continente, consultar YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.



Em seus escritos sobre o papel da diplomacia na reconstrução nacional mexicana Reyes apoiou a estratégia de seu governo em usar as embaixadas como espaços privilegiados daquilo que chamou de “propaganda cultural e espiritual”, ou seja, a divulgação das transformações decorrentes da revolução no México e a difusão da cultura mexicana. Em um texto intitulado *El servicio diplomático mexicano*, dirigido ao secretário de relações exteriores do México em 1933, durante sua embaixada no Brasil, apresentou sua percepção otimista a respeito, afirmando que a embaixada mexicana já se tornava “uma casa dos intelectuais e um centro de simpatia das juventudes universitárias” em vários países, possivelmente referindo-se ao Brasil e também à Argentina, onde tinha atuado como embaixador anteriormente¹⁷. De fato, o longo período da embaixada de Alfonso Reyes no Rio de Janeiro representou o ápice de sua carreira diplomática e também o apogeu da estratégia de projeção do México revolucionário no Brasil.

Reyes no Rio: embaixada e sociabilidade intelectual

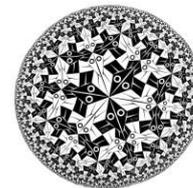
Desde que chegou ao Rio Reyes desenvolveu um esforço não apenas no sentido de firmar a presença mexicana no cenário brasileiro, mas igualmente de construir canais de sociabilidade intelectual que tornassem possível a aproximação cultural da “inteligência americana”. Com esse duplo intuito o embaixador mexicano lançou mão de diversas estratégias, que incluíram o uso do próprio espaço da casa em que vivia no Rio, onde “Dom Alfonso, conhecedor de vinhos e cozinhas, poderia receber seus muitos convidados, [...] diplomatas, artistas e escritores”¹⁸; a troca de correspondências com intelectuais brasileiros, entre os quais se destacam Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho e Ribeiro Couto; e a edição de uma revista, intitulada *Monterrey, Correo Literario*, que cumpriu um importante papel de divulgação literária e cultural do México e da América Hispânica em geral no cenário brasileiro.¹⁹

Lançando mão desses dispositivos, o ilustre mexicano procurou construir em torno de si uma espécie de “rede intelectual” – composta, além de escritores, por artistas (como Portinari e Di Cavalcanti, entre outros) e inclusive universitários ligados ao movimento estudantil – tecida com base em um objetivo e uma sensibilidade compartilhados: a aproximação cultural entre os países latino-americanos e a esperança depositada na cultura como elemento de transformação social e política do continente. Nesse sentido, a atuação de Alfonso Reyes no meio intelectual brasileiro, particularmente carioca, exemplifica muito bem o “papel decisivo” que “a atração e a

¹⁷ Cf. REYES, Alfonso. *El servicio diplomático mexicano* (1933). In: *Misión Diplomática*. Vol. I (Compilação e prólogo de Víctor Díaz Arciniega). México: FCE, 2001, p. 143.

¹⁸ Cf. ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 40.

¹⁹ A revista será abordada mais à frente.



amizade” podem desempenhar na constituição de “redes” de sociabilidade intelectual, conforme assinala François Sirinelli²⁰.

Em parte, o esforço empreendido por Reyes refletia um imperativo de sua função como embaixador, “a capitação de boas vontades, essencial na função diplomática”, como considerava²¹. No desempenho desse papel o embaixador-escritor deveria ser a própria “personificação” do México revolucionário no Brasil, cumprindo o objetivo central de seu governo, que era firmar a presença internacional do país, principalmente no âmbito cultural, com destaque para os avanços na educação e o caráter popular e integrador das artes plásticas, principalmente do muralismo.²²

Assim, sob os auspícios da embaixada, o pintor David Alfaro Siqueiros, um dos maiores expoentes da “pintura revolucionária” mexicana, visitou o Brasil em 1934, quando proferiu conferências para artistas e intelectuais em São Paulo e no Rio de Janeiro²³. Apesar de o artista mexicano ter focado o tema da “técnica”, sendo “Revolução técnica da pintura” o título de sua conferência no Rio, é possível que, mais do que propriamente esse aspecto, a grande influência da arte muralista mexicana sobre os brasileiros tenha sido a “substância social”, como afirmou Di Cavalcanti em suas memórias²⁴.

Além das artes plásticas, a educação foi outro grande foco das transformações experimentadas pelo México revolucionário a ganhar repercussão no Brasil. Também nesse âmbito o intelectual-diplomata Alfonso Reyes teve participação significativa.

Logo que chegou ao Brasil, em 1930, o embaixador mexicano se aproximou de pessoas ligadas ao movimento por reformas educacionais, como a poetisa Cecília Meireles e alguns líderes estudantis universitários, como Oscar Tenório e Carlos Lacerda. O primeiro estava ligado à

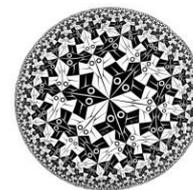
²⁰ Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 250.

²¹ Cf. REYES, Alfonso. El servicio diplomático mexicano. In: *Misión Diplomática*. Vol. I (Compilação e prólogo de [Victor Díaz Arciniega](#)). México: FCE, 2001, p. 161.

²² A respeito do papel que as artes plásticas, particularmente o muralismo, cumpriram na consolidação do nacionalismo mexicano pós-revolucionário, ver AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. Vanguardismo pictórico y vanguardia política en la construcción del Estado nacional revolucionario mexicano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 469-489.

²³ Sobre a passagem de Siqueiros pela América do Sul e suas conferências no Brasil, consultar BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A experiência brasileira e sul-americana de David Alfaro Siqueiros. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. (Org.). *Intercâmbios Políticos e Mediações Culturais nas Américas*. Assis: UNESP Publicações/Leha-FFLCH-USP, 2011. p. 273-286.

²⁴ Cf. DI CAVALCANTI, Emiliano. *Reminiscências líricas de um perfeito carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, Citado por ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 65.



revista *Folha Acadêmica*, que possuía uma marcada perspectiva latino-americanista e antiimperialista, e havia publicado, em 1928, uma obra elogiosa da Revolução Mexicana, intitulada *México revolucionário. Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências*²⁵. Já Carlos Lacerda, então estudante de jornalismo, assessorava Cecília Meireles em sua plataforma de militância pela educação nacional, a Página de Educação, publicada no *Diário de Notícias*. Lacerda, além disso, estava envolvido na organização da Casa do Estudante Brasileiro (precursora da UNE), fundada em 1929, e tornou-se o primeiro diretor do periódico da instituição, intitulado *Rumo: revista de cultura*.

Como fruto da aproximação entre Reyes e Lacerda, o mexicano foi tema de uma matéria do número inicial da revista *Rumo*, datado de 1933. Intitulada “Alfonso Reyes: universidade, poesia”, a matéria apresentava elogios à obra poética do ilustre mexicano, entretanto, o tema central girava em torno de suas concepções acerca do papel social da universidade. A posição de Reyes a respeito tinha sido recentemente apresentada no ensaio “Voto por la universidad del norte”, escrito com o objetivo de apoiar a fundação pelo governo mexicano de uma universidade em Monterrey, sua cidade natal²⁶. Um longo trecho do ensaio de Reyes foi reproduzido, em Espanhol, pelo autor da matéria de *Rumo* (possivelmente o próprio Lacerda), quem destacou que as opiniões do mexicano vinham “cair completamente dentro do Brasil”.

O fragmento reproduzido no periódico estudantil brasileiro contemplava os principais argumentos do mexicano sobre a importância da universidade para a difusão cultural e, sobretudo, a necessidade de que a instituição ampliasse seu papel na sociedade. Nas palavras de Reyes, reproduzidas na revista *Rumo*:

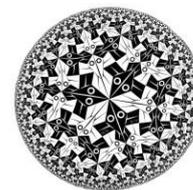
Precisamos completar o quadro de urgências atuais, dando lugar na nova Universidade a uma forma de cultura política. [...] Advogar, hoje em dia, por uma cultura política [...] [é] querer abarcar a todos na obrigação e no desfrutar da coisa pública – privilégio, até ontem, de grupos limitados – [...] Os espíritos conservadores devem se convencer de que não têm outra saída a não ser ir cedendo às novidades trazidas pelo tempo. A cultura quer iluminar a *todos os homens* por igual –, e esse *todos os homens* traz em si um postulado político. Ouçam os que sabem ouvir [...]: a cultura deve ser popular.²⁷

O ensaio de Reyes destacava a necessidade de popularização da cultura para que “iluminasse a todos”, num momento em que seu país era a grande referência continental no

²⁵ Cf. TENÓRIO, Oscar. *México revolucionário. Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências*. Rio de Janeiro: Folha Acadêmica, 1928.

²⁶ Cf. REYES, Alfonso. Voto por la universidad del norte. *Obras Completas de Alfonso Reyes*. Tomo VIII. México: FCE, 1959, p. 450-460.

²⁷ Alfonso Reyes: universidade, poesia. *Rumo. Revista de Cultura*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 10, mai. 1933.



âmbito das reformas educacionais popularizadoras. Além disso, vinculava a popularização da cultura à existência de uma “nova universidade”, remetendo à democratização da instituição decorrente da Reforma Universitária, movimento que envolveu inúmeros protestos estudantis em diversos países latino-americanos nos anos 20.²⁸

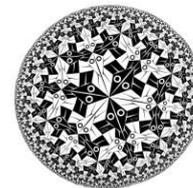
Essas ideias foram difundidas aos estudantes brasileiros, através da revista *Rumo*, justamente no momento em que o tema da educação encontrava-se no centro dos debates político-culturais no Brasil, quando a instituição universitária brasileira passava por um período de grandes reformulações, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nesse contexto, sendo selecionadas e veiculadas por meio de um órgão ligado ao movimento estudantil, as palavras de Reyes podiam ganhar o sentido de uma proposta mobilizadora para os universitários brasileiros.

No início dos anos 30, além dos próprios estudantes universitários, um importante grupo de intelectuais brasileiros estava reunido em torno de um projeto mais amplo de reforma educacional para o país, dentro do movimento pela “escola nova”, sendo um dos nomes mais representativos desse movimento, sem dúvida, o de Cecília Meireles. Em sua Página de Educação, publicada entre 1930 e 1933, em várias ocasiões Meireles fez referência a Alfonso Reyes como um importante orientador para a juventude brasileira e inclusive utilizou o espaço de sua Página para dar maior visibilidade à atuação do intelectual-diplomata mexicano, reproduzindo e comentando discursos proferidos por Reyes no Rio de Janeiro.²⁹

Para Cecília Meireles, Alfonso Reyes era o “grande espírito moderno” que personificava o México entre os brasileiros, num momento em que as transformações sociais experimentadas pelo país revolucionário se revestiam de maior relevância no contexto continental, devido à crise do paradigma liberal europeu, sobretudo após a crise de 29. Em suas palavras, numa carta enviada a Reyes em 1932: “creio que o México pode ser um foco de projeção de muitas ansiedades modernas sobre a América Latina, e com um prestígio que a Europa e os Estados Unidos talvez não consigam ter nesse momento.” A poetisa destacou que essa percepção não era apenas sua, mas também dos “moços da minha terra”, referindo-se aos jovens estudantes, o que

²⁸ Sobre a Reforma Universitária na América Latina, consultar PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina, 1918-1938*. México: Siglo XXI, 1978.

²⁹ Em sua “Página de Educação” Cecília Meireles reproduziu, por exemplo, parte do discurso “En el día americano”, proferido por Alfonso Reyes a estudantes universitários brasileiros. Na mesma Página, na coluna “Comentário”, elogiou a atuação do mexicano na promoção do conhecimento mútuo entre os intelectuais do continente. (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de ago. 1932. Comentário. Página de Educação, p. 6).



considerou “uma recompensa para esse trabalho de renovação educacional” que ela própria buscava e procurava “orientar para além das fronteiras [nacionais]”.³⁰

Romper com “as fronteiras nacionais” para alcançar o conhecimento, o diálogo, a busca recíproca de referências entre os latino-americanos: eis o grande desígnio que animava o labor intelectual de Alfonso Reyes. Muito mais do que o encargo diplomático que lhe cabia representar, a atuação do mexicano no Brasil reflete claramente uma “missão intelectual” auto-atribuída. Como muito bem sintetiza Jorge Myers em um artigo sobre o “intelectual-diplomata”, “Reyes foi um funcionário fiel da diplomacia mexicana; mas esta, até certo ponto, também esteve a serviço de ambições literárias e culturais que excediam o marco estrito de sua profissão”³¹.

Sobre o intelectual Alfonso Reyes: algumas considerações

Na visão de Reyes a grande missão dos intelectuais latino-americanos era “criar vasos comunicantes” entre os “homens de pensamento” do continente. A tarefa pode parecer difícil, principalmente se levamos em conta o quadro ainda atual de relativo desconhecimento e desinteresse cultural entre os países do continente. Mas a perspectiva de Reyes sustentava boa dose de otimismo. A seus olhos, o intercâmbio cultural latino-americano era tão urgente quanto possível; bastava um pouco de criatividade para se desenvolver poderosos canais de comunicação, muitos dos quais ele próprio empreendeu. Em suas palavras – proferidas no famoso discurso *En el día americano*, dirigido originalmente aos estudantes brasileiros, em 1932 – a receita parecia simples:

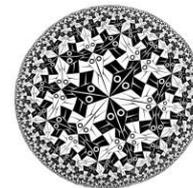
Relacionai-vos, pois, homens de pensamento uns com os outros. Sede engenhosos e incansáveis; desenvolví meios para criar os vasos comunicantes: trabalho de imprensa, correspondência, obrigação de trocar livros através de certos organismos adequados, exposições de arte, concertos, viagens de professores e de estudantes, congressos de escritores, sistemas paralelos de pesquisa, sei lá!³²

Para Alfonso Reyes, como se percebe, a aproximação continental tinha uma conotação cultural. Não se tratava de uma operação eminentemente econômica ou política, nem se baseava em imperativos como o do progresso material, ao contrário, era uma tarefa “do espírito”, obra dos intelectuais.

³⁰ Carta de Cecília Meireles a Alfonso Reyes, datada de 05/05/1932. Citada por ROBB, James Willis. Alfonso Reyes y Cecília Merireles: una amistad mexicano-brasileña. In: *Revista de Cultura Brasileña*. Embaixada Brasileira em Madri, Nº 52, novembro de 1981, p. 123.

³¹ Cf. MYERS, Jorge. El intelectual-diplomático: Alfonso Reyes, sustantivo. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales na América Latina II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 90.

³² Cf. REYES, Alfonso. En el Día Americano. In: *Última Tule*. México: Imprenta Universitaria, 1942, p. 110.



Tal percepção se relaciona claramente com a visão mais geral que perpassava o pensamento de Reyes, uma crença humanista de que os valores do “espírito”, como a estética e a sensibilidade, se imporiam sobre o materialismo e o cientificismo, dando origem a uma “modernidade regenerada”, que seria o grande e nobre futuro da América Latina. Conforme declarou em um de seus textos mais conhecidos, *Discurso por Virgílio*, datado de 1931: “O crisol da história prepara para a América uma herança incalculável. [...] O que há de sair não será oriental nem ocidental, mas algo ampla e totalmente humano”³³. Essa utopia americanista – compartilhada por outros grandes nomes da intelectualidade latino-americana cujas trajetórias intelectuais também remontam ao Ateneu da Juventude, como José Vasconcelos e Pedro Henríquez Ureña, por exemplo – era o que animava a atuação intelectual de Alfonso Reyes, conferindo um sentido mais amplo que articulava seus escritos e sua ação.

Nesse sentido, as reflexões de Edward W. Said sobre o intelectual como “figura representativa” ajudam a compreender a atuação de Reyes. A definição do intelectual como “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem”, de uma figura “porta-voz ou símbolo de uma causa, movimento ou posição”³⁴, expressam muito bem o papel desempenhado por Alfonso Reyes enquanto figura representativa do ideal latino-americano.

Muito embora o ilustre escritor mexicano estivesse longe do lugar marginal (o protótipo do exílio) que Said utiliza para marcar o espaço que o intelectual deve ocupar na sociedade, o mesmo não se pode dizer, no contexto brasileiro, da causa que ele representava. Assim, para promover o ideal americanista no Brasil, Alfonso Reyes lançou mão inclusive de seu próprio prestígio como escritor consagrado, o que lhe permitiu “ganhar amigos” – fórmula utilizada por ele³⁵ – para a grande causa que defendia: o conhecimento mútuo e a aproximação cultural entre os intelectuais do continente.

Para a promoção dessa causa, uma das principais estratégias utilizadas por Reyes enquanto esteve à frente da embaixada mexicana no Rio foi a publicação de uma revista.

³³ Cf. REYES, Alfonso. Discurso por Virgílio. In: *Universidad, política y pueblo*. (Nota preliminar, seleção e notas de José Emilio Pacheco). México: UNAM, 1967, p. 59.

³⁴ SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 25 e 27.

³⁵ “Ganhar amigos” remonta à obra de Juan Ruiz de Alarcón, dramaturgo mexicano do século XVII. Reyes retomou a expressão em seu ensaio *El servicio diplomático mexicano*, de 1933, utilizando-a para definir o que seria a função essencial da diplomacia, “a captação de boas vontades” em relação ao país. O embaixador-diplomata também utilizava “ganhar amigos” para se referir a sua própria atuação, a partir da embaixada mexicana, nos meios intelectuais dos países onde representava o México.



Intitulada *Monterrey, Correo Literario*, contou com 14 números, que circularam entre 1930 e 1937 sendo distribuídos a partir da embaixada mexicana no Brasil³⁶.

Certamente o apoio oficial mexicano à publicação de Reyes tinha relação com o fato de seu projeto se aproximar da proposta governamental de divulgação da cultura mexicana no continente. Entretanto, tratava-se de um empreendimento editorial de forte traço pessoal, sendo que Alfonso Reyes foi o diretor e único editor da revista, cujo título remetia a sua cidade natal. A própria circulação de *Monterrey* é bastante ilustrativa dessa característica.

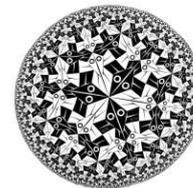
Embora a distribuição da revista também passasse por canais oficiais, como as embaixadas mexicanas em outros países da América Latina, sua circulação esteve bastante vinculada às redes de sociabilidade nas quais o próprio Reyes estava envolvido. Ele mesmo enviava sua revista aos “amigos” que tinha “ganhado” na Argentina, no período em que esteve ali como embaixador; fazia-a circular entre os brasileiros, excedendo inclusive as fronteiras do Brasil, como no caso do envio dos números de *Monterrey* por Manuel Bandeira a Ribeiro Couto, que servia à diplomacia brasileira na França no período³⁷.

Entre os principais temas abordados pela revista destacam-se discussões sobre a questão de uma expressão cultural própria e o sentido do latino-americanismo. O fato de a revista ter sido publicada no Brasil, mas sempre em Espanhol, demonstra a motivação de interlocução continental. Nesse sentido, o pouco que aparece em Português em *Monterrey* também é muito revelador. Tratam-se de fragmentos de correspondências de “amigos” brasileiros a Dom Alfonso, publicados na seção “Epistolário” da revista. Relacionados à temática americanista, esses fragmentos parecem dotados do intuito de divulgar os êxitos alcançados dentro do grande objetivo de Reyes, de “ganhar amigos” para a sua causa continental. Dois fragmentos em especial se destacam em relação ao tema.

O n° 8 de *Monterrey*, publicado em 1932, reproduz parte de uma carta assinada por Pedro Dantas (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto) a Alfonso Reyes. Embora tenha publicado o fragmento em Português, Reyes o submeteu a um título em Espanhol, “La inconexión de América”. Na carta, o brasileiro fazia uma crítica ao fato de que a literatura hispano-americana só chegava ao Brasil após despertar interesse na Europa, o que, em sua visão, tinha relação direta

³⁶ Cf. GONZÁLEZ PARÁS, José Natividad. Un balcón para la multiplicidad cultural. In: PACHECO, José Emilio et alli. *Monterrey, Correo Literario de Alfonso Reyes*. México: UANL/CONACULTA, 2008, p. 8.

³⁷ Cf. ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 94.



com a falta de uma verdadeira expressão americana, já que os latino-americanos continuavam com os olhos postos na Europa. Nas palavras do brasileiro:

A maior parte dos que entre nós se dedicam a questões intelectuais ou artísticas comportam-se diante da América como simples viajantes. Daí a criação de uma arte e de uma literatura exóticas, embora nascidas aqui, o que vem a agravar singularmente o mal-entendido que o senhor tão lucidamente denunciou, pelo qual o europeu só nos pede o exotismo [...]. O que desejamos é a consistência [...] de um espírito crítico à altura dos melhores da Europa – o que constituiria uma reminiscência da cultura clássica acentuando-a ao lado latino de nossa civilização – e de uma extrema sensibilidade poética, em cuja origem se visse um reflexo do espanto que ainda nos causa a nossa própria terra [...].³⁸

Nada poderia estar mais afinado à filosofia americanista de Reyes, que buscava conjugar a novidade de uma “expressão americana”, com a herança da Antiguidade latina. Endossando a mesma ideia, aparece, na mesma página, ao lado do fragmento da carta de Pedro Dantas, um trecho de uma carta que Reyes havia recebido de Ribeiro Couto, que afirmava o seguinte:

O verdadeiro americanismo repele a ideia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico. [...] É da fusão do homem ibérico com a nova terra e as raças primitivas que deve sair o “sentido americano” [latino], a raça nova produto de uma nova cultura e de uma intuição virgem [...].³⁹

As palavras de Ribeiro Couto exprimem com exatidão a ideia americanista sustentada por Alfonso Reyes. Embora aponte para a mistura, na realidade o “sentido americano” pensado pelo intelectual-diplomata mexicano – bem como pelos demais ateneístas, herdeiros da matriz arielista –, envolvia a primazia da cultura europeia, “latina”, “derivada e matizada pelo espanhol até onde queira a história”, conforme assinalou Reyes⁴⁰.

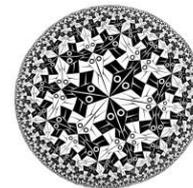
No âmbito do debate em torno da questão identitária que marcou o México revolucionário, a posição latino-americanista de Reyes se contrapunha à ideologia oficial mexicana, cuja marca era uma forte retórica indigenista⁴¹. Nesse quadro, a veiculação do ideal

³⁸ Monterrey, nº 8, março de 1932, Seção “Epistolario” Citado por ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 3.

³⁹ Monterrey, nº 8, março de 1932, Seção “Epistolario” Citado por ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 93 e 95.

⁴⁰ Cf. REYES, Alfonso. Discurso por Virgilio. In: *Universidad, política y pueblo*. (Nota preliminar, seleção e notas de José Emilio Pacheco). México: UNAM, 1967, p. 44.

⁴¹ Entre as décadas de 1920 e 1940 houve um forte debate a respeito do tema da identidade nacional mexicana. Embora, de maneira geral, tenha se firmado um nacionalismo de corte popular, havia uma grande discussão em torno do sentido da “mexicanidade”. A posição oficial se identificou à vertente indigenista, que defendia que “para encontrar o sentido da ‘mexicanidade’ o ‘povo mexicano’ deveria se reconhecer em suas tradições ancestrais”. Essa perspectiva era contraposta tanto pela vertente hispanista – identificada a um discurso mais conservador que defendia a religião católica como fator essencial da identidade mexicana, herdada da colonização espanhola – quanto pela latino-americanista, que rebatia o nacionalismo oficial que considerava excessivo e reivindicava um protagonismo cultural para a América Latina. Como bem observa Pérez Montfort, o latino-americanismo “não se



latino-americanista de Reyes entre a intelectualidade latino-americana, através da revista *Monterrey*, permite identificar uma relativa autonomia de sua atuação intelectual, apesar do posto oficial que ocupava.

Se, por um lado, como já apontamos, a trajetória de Alfonso Reyes se inscreve no modelo geral de alinhamento dos intelectuais com o poder no México, por outro lado, a análise de sua atuação intelectual também nos permite vislumbrar alguns caminhos traçados no sentido de uma autonomia relativa que lhe possibilitou exceder a função oficial que exercia para divulgar o ideal americanista que defendia, o qual não se apresentava exatamente nos termos propostos pelo governo mexicano.

Ademais de um espaço privilegiado de divulgação da cultura mexicana e das conquistas sociais da revolução, as embaixadas encabeçadas por Alfonso Reyes cumpriram um papel fundamental para fomentar as relações intelectuais no continente para fora das fronteiras nacionais. Como conclui Jorge Myers em seu estudo sobre a atuação do intelectual-diplomata, Reyes contribuiu decisivamente para a consolidação de uma “comunidade intelectual latino-americana” ao “se dedicar sistematicamente à tarefa de reunir pessoas fisicamente em suas sucessivas embaixadas, de estabelecer vínculos epistolares com uma amplíssima rede de escritores, de conseguir, fazendo-se de intermediário, que autores afins se pusessem em contato [...]”⁴².

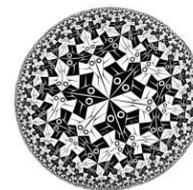
No que diz respeito ao Brasil, entendemos que, para além da significativa projeção cultural alcançada pelo México revolucionário nos anos 30, o aprofundamento de um sentido latino-americanista entre parte da intelectualidade brasileira – cujo histórico em termos de intercâmbio cultural com a América Hispânica não era nada animador – pode ser visto como uma vitória, ao menos relativa, de toda uma atuação intelectual empreendida por Alfonso Reyes; uma “luta”, para empregar o vocabulário bélico que ele mesmo utilizou, orientada pela convicção de que era preciso e possível construir canais de diálogo cultural entre os latino-americanos, incluindo os brasileiros.

Recebido em: 05/05/2012.

Aprovado em: 10/08/2012.

preocupava muito com o passado. [...] A ênfase de seus argumentos estava, sobretudo, nos seus projetos e sua confiança no futuro.” (PÉREZ MONTFORT, Ricardo. Indigenismo, hispanismo y panamericanismo en la cultura popular mexicana de 1920 a 1940. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidad nacional*. México: FCE, 1994, p. 350-51).

⁴² Cf. MYERS, Jorge. El intelectual-diplomático: Alfonso Reyes, sustantivo. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales na América Latina II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 95.



A “democracia participativa e protagônica” venezuelana: os pesquisadores e as representações pela *Veja**

Queila Amaro Rodrigues da Silva

Mestranda em História pela
Universidade Severino Sombra
queila.ar@hotmail.com

RESUMO: Diversos países da América Latina têm experimentado transformações políticas nas últimas décadas. É o caso, por exemplo, da Venezuelana, onde Hugo Chávez vem buscando implementar a “democracia participativa e protagônica” – proposta que visa ampliar a participação popular para além dos mecanismos da democracia tradicional. Este artigo visa analisar como a democracia chavista vem sendo percebida no âmbito acadêmico e como tem se dado suas representações pela revista *Veja* no período de 1998 a 2002.

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, “Democracia participativa e protagônica”, Revista *Veja*.

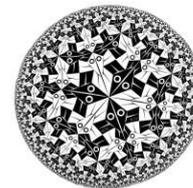
ABSTRACT: Several Latin American countries have experienced political transformations in recent decades. This is the case, for example, where the Venezuelan Hugo Chavez has been trying to implement "participatory democracy" - a proposal that aims to expand popular participation beyond the traditional mechanisms of democracy.

KEYWORDS: Venezuela, Participatory democracy, *Veja* magazine.

Introdução

As transformações ocorridas durante as últimas décadas em diversos países da América Latina têm suscitado interesse crescente na historiografia brasileira. É o caso, por exemplo, da Venezuela. Após a independência, alguns governos ditatoriais e o período democrático liberal durante o qual vigorou o *Pacto de Punto Fijo*, o país se insere hoje nesta série de mudanças que ora ocorrem. O *Pacto* marcou um momento importante da história do país e se caracterizou por uma política de conciliação: as principais forças políticas nacionais – AD e Copei –, apoiadas por setores como a Igreja Católica, as Forças Armadas, o CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela) e grandes empresários petroleiros, uniram-se contra a ditadura com o propósito de controlar o aparelho do Estado alternando-se no poder de 1958 a 1998. O movimento, que trouxe estabilidade política e consenso inter-elites, caiu em razão de suas deficiências: “fueram

* Nota dos editores. O artigo da mestranda Queila Amaro Rodrigues da Silva nos foi enviado na data de 06 de agosto de 2012, isto é, antes da morte de Hugo Chávez. A autora escreveu todo o seu artigo se referindo ao político no tempo verbal do presente. O Conselho Editorial da Revista *Temporalidades* optou por manter o tempo verbal da mesma forma, resguardando dessa maneira, as ideias da autora.



ellas: el excesivo centralismo, la desigualdad socioeconómica, la partidización de instituciones y decisiones, la corrupción administrativa”¹. O descrédito popular e a insatisfação que se seguiram contribuíram para a eleição de Hugo Chávez, candidato que apregoava a ruptura com o sistema vigente. A política alternativa chavista, circunscrita na “Revolução Bolivariana” e na “democracia participativa e protagônica”, vêm motivando acirrados debates e muitos oponentes têm se levantado dentro e fora do país: a imprensa é um deles. No Brasil, a revista *Veja* se destaca pela importância que detém no cenário da imprensa nacional e pela maneira como aborda o assunto em questão. Longe de ser um agente neutro, ela se configura como sujeito ativo no processo histórico criando representações onde a construção textual tem a finalidade de transformar interpretações em fatos produzindo, assim, um simulacro sedutor da realidade.

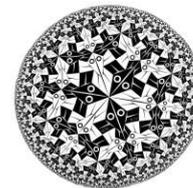
Fazer uma análise das representações da democracia participativa apresentadas pela revista *Veja* bem como da influência dessas representações na formação da opinião pública brasileira é o objetivo deste artigo. *Veja* apresenta a democracia representativa – que eles vão chamar de “a mais duradoura da América Latina”² – como a única viável e plenamente exequível, o contrário equivale, no seu dizer, a “retrocesso democrático”. Começamos com o que se tem produzido no meio acadêmico para, seguidamente, observarmos as representações construídas pela referida revista brasileira. A democracia participativa tem sido estudada por profissionais de diversas áreas – sociólogos, cientistas políticos, historiadores, sendo percebida de forma diferenciada. Separamos alguns deles na tentativa de apresentar as várias opiniões que cercam o assunto em análise criando, assim, um panorama geral que visa facilitar nossa compreensão.

A “democracia participativa e protagônica” nas produções acadêmicas

A “democracia participativa e protagônica” caracteriza-se pela busca da ampliação da participação popular para além dos mecanismos da democracia representativa. Em oposição à democracia tradicional, onde a participação se limita quase que exclusivamente a indicar por meio do voto aqueles que ficarão encarregados de representar o povo, este modelo visa criar cidadãos politicamente ativos. Neste sentido, foram criados os referendos – divididos em *consultivo*, *aprobatorio*, *abrogatorio* e *revocatorio* –, os plebiscitos e as instâncias de poder popular (os conselhos comunais, as milícias de defesa da Revolução Bolivariana e as comunas).

¹ NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IV^a y V^a Repúblicas (1958-2006)*. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitários, ULA, 2006, p. 110.

² *Veja*, 1999, ed. 1614, p.55.



Analisando o projeto chavista a partir da democracia participativa, as historiadoras Prado, Soares e Colombo³ viram duas faces de uma mesma moeda: uma positiva e outra negativa. Do lado positivo a criação da Lei dos Conselhos Locais de Planejamento Público e dos Conselhos Comunitários de Água; o primeiro destinado à participação popular na formulação, execução e controle da gestão pública e o segundo a organização, ao controle e à supervisão das empresas hidrográficas do país por gestores comunitários – como se vê o objetivo destas medidas foi produzir a extensão da participação popular. A face negativa, o outro lado da mesma moeda, deve-se ao fato de que a democracia participativa enfraquece as instituições representativas e torna vulnerável a participação popular aos arbítrios de seu dirigente, já que o povo torna-se conveniente às vontades presidenciais na medida em que substitui o aval dos poderes Legislativo e Judiciário na promulgação de diversas leis. Na perspectiva das autoras a democracia participativa se constitui uma ambiguidade.

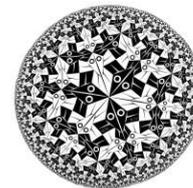
Deve-se considerar, contudo, que as transformações na cultura política⁴ e os processos de inclusão da maioria pobre como protagonista do sistema político são, ao mesmo tempo, o que mais importante ocorreu na Venezuela em termos de conquista democrática e causa principal do rechaço ao governo Chávez, já que estas medidas são vistas pelas elites como uma ameaça aos seus privilégios: a inclusão das classes empobrecidas representou perigo aos seus interesses. Muitos desses opositores são empresários e vários deles adotaram como medida o enfrentamento através dos meios de comunicações os quais vêm sendo utilizados para denunciar o governo.

Edgardo Lander reconhece na democracia participativa a força motriz do projeto político chavista: “El eje principal del planteamiento del chavismo es la idea de la democracia participativa. Se reivindica la noción de outra democracia, diferente a la democracia liberal, que considera agotada”⁵. A inclusão das massas representa oferecer-lhes o direito de participação na história de seu país. Entretanto, reconhece que o modelo idealizado por Chávez, embora parta da

³ PRADO, Maria Ligia; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

⁴ De acordo com Norberto Bobbio, no seu “*Dicionário de Política*”, cultura política, grosso modo, corresponde a um conjunto de normas, crenças e atitudes de uma determinada sociedade em relação aos fenômenos políticos. Em René Rémond “O que se chama de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. Maiores informações ver: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmem C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 306-308.

⁵ LANDER, Edgardo. “Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela”. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et al. (editores). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 117.



crítica à democracia liberal e representativa, ainda a mantém em seu bojo somente complementando-a com mecanismos de participação popular. De fato, a “democracia participativa e protagônica” mantém elementos da democracia tradicional, a proposta, todavia, não é extinguir o caráter representativo, mas aprofundá-lo com mecanismos de participação, de justiça e igualdade social. Conceitos como soberania popular, que na democracia liberal e representativa é delegada a um governante, a quem o povo elege por meio do voto para que represente os seus interesses, retomam agora sentido fundamental e imprescindível na preservação da autodeterminação dos povos. Tendo em mira a justiça social, conceito que se opõe ao de bem comum⁶, próprio da democracia tradicional, o Estado, proprietário e gestor dos ganhos obtidos, busca reduzir as desigualdades sociais e redistribuir de forma equitativa a renda. Em relação às propostas alternativas o autor conclui:

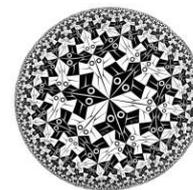
No Ilega, sin embargo, este conjunto de políticas a constituir algo que pueda denominarse hasta el momento, con propiedad, un modelo de desarrollo alternativo o una opción clara al neoliberalismo. Estas políticas se dan en el contexto de las urgencias de coyunturas políticas en permanente movimiento. La implementación, con frecuencia, antecede la formación teórica. Dadas las condiciones de enfrentamiento político y la ausencia de fuertes núcleos empresariales dispuestos a apostar por un modelo de desarrollo endógeno, está poco clara la naturaleza de la articulación a futuro entre el conjunto de políticas que impulsa el estado y la actividad empresarial privada.⁷

Esta fala vai coincidir com a do jornalista e historiador Gilberto Maringoni: o chavismo é um processo em andamento, mergulhado nas incertezas do tempo presente e que se desenvolve em meio a uma conjuntura política complexa. A gestão de Chávez coleciona erros e acertos, conquistas e debilidades. Mesmo reconhecendo as conquistas do chavismo, dentre elas a inclusão das massas através da participação nos negócios relacionados ao bom funcionamento do país, o avanço na área social, na educação e na saúde, para ele o processo político chavista (eis aqui uma debilidade) não é totalmente claro: “[...] ele se apresenta vagamente como uma espécie de nacionalismo popular”. E: “Seus rumos são imprevisíveis”⁸. Ainda com respeito às debilidades, Maringoni destaca a ineficiência e corrupção do Estado, a manutenção do poder das classes dominantes, embora alijadas dos principais cargos do poder estatal, a inexistência de canais plenamente democráticos, a parca representatividade do movimento sindical e popular e

⁶ Bem Comum se refere ao conjunto de serviços e benefícios (Segurança Pública, Saneamento, Saúde, Defesa Nacional, etc.) de interesse coletivo, os quais visam proporcionar facilidade de vida e conforto à sociedade, que se tornam possíveis mediante a contribuição dos cidadãos (impostos). Para tanto, o Estado deve estimular a iniciativa privada e respeitar a propriedade privada para que, gerando mais riquezas, aumente o recolhimento dos impostos e assim garanta a manutenção da prestação de serviços e benefícios.

⁷ LANDER, Edgardo. “Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela”, p. 134.

⁸ MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 184.



problemas de cunho administrativos. O autor conclui dizendo que a eleição de governos com orientações esquerdistas e posicionamentos antiliberais em diversos países da América Latina nessas últimas décadas, não significou, até agora, alteração do modelo de desenvolvimento existente: nenhum deles “[...] mudou radicalmente os modelos de desenvolvimento então vigentes” e a economia Venezuelana, embora adote medidas que visam dirimir os problemas político-econômicos, “[...] mantém-se dependente das exportações de petróleo”⁹. Sem dúvida, a dependência petroleira é um problema a ser enfrentado e o governo reconhece isto. Para tanto, vem apostando no desenvolvimento endógeno – o qual tem como objetivo superar as desigualdades sociais e integrar a economia através da criação de redes e cadeias produtivas de comercialização e de consumo. O projeto nacional segue buscando diversificar a produção como forma de superar a dependência de exportação do petróleo.

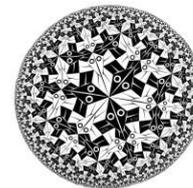
Sobre a relação entre democracia e desenvolvimento, estas são percebidas de formas diferentes pelas democracias participativa e representativa. Segundo a perspectiva chavista, é na expansão e fortalecimento da democracia que está à chave para o desenvolvimento. É preciso ampliar o direito de participação e de cidadania para que haja democracia de fato, pois democracia se faz *com* e *para* o povo. Esta é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento: a criação “de mecanismos como voto, participação e controle social da gestão de recursos – [contribuem] para o desenvolvimento por meio do aumento da eficiência da Administração Pública e melhor atendimento das necessidades sociais”¹⁰. Neste sentido, foram criadas cooperativas e organizações (Conselhos Comunitários e Locais) – instituições democráticas de cunho participativo que atuam como organizações de poder descentralizadas. São instituições que, por melhor traduzirem as necessidades locais, podem contribuir para a formulação de políticas públicas junto à Administração. Na democracia representativa é o favorecimento do processo de desenvolvimento que resulta no fortalecimento da democracia. O poder está centralizado, restando ao cidadão uma participação restrita (que se restringe quase que exclusivamente ao poder de voto) em relação aos negócios da Nação.

Escrevendo para a *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, a historiadora Margarita López Maya¹¹, no artigo “*Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo*”, conclui que a

⁹ _____. *A Revolução Venezuelana*, p. 185.

¹⁰ MARTINS, Júlia Cadaval. Democracia e desenvolvimento econômico: relação de identidade, instrumentalidade ou contradição? *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, n° 1, p. 104, Ago-Dez, 2009, (grifo nosso).

¹¹ MAYA, Margarita López. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela, v. 14, n° 3, pp. 55-82, sept.-dic. de 2008. Captado em: <<http://www.scielo.org.ve/pdf/rvecs/v14n3/art05.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2011.



Constituição de 1999 trouxe importantes avanços nos setores social (com a ampliação dos direitos humanos) e institucional (com a reafirmação da centralidade do Estado), entretanto, em vários aspectos, a CRBV¹² apenas reforçou e adequou itens da Constituição de 1961 às necessidades dos novos tempos. No geral, ela caracterizou-se como parte de um novo constitucionalismo latino americano que busca, através dos mecanismos próprios da democracia participativa, preservar os direitos presidenciais: significa dizer que a nova Constituição manteve, e até mesmo ampliou, as prerrogativas presidenciais. Por último, ressalta que os ingressos petrolíferos associados à distribuição das riquezas têm contribuído para a melhoria de vida da população pobre, todavia pondera que tal avanço se assenta sobre bases fracas, ou seja, se os ingressos petrolíferos caírem, toda esta estrutura despenca igualmente: “Cuando esta renta disminuya o no crezca suficientemente, se volverá a la condición real de un país sin capacidad de crear riqueza, y las fantasías se evaporarán”¹³. Na perspectiva de Enrique Neira Fernández Chávez faz o tipo “neo-populista carismático” e se vale da realidade de um Estado rentista e super-protetor como o venezuelano.

Sobre a “democracia participativa e protagônica”¹⁴, López Maya escreve que sua maior distinção em relação às democracias latino-americanas está na busca pela igualdade social como princípio fundamental da República. As políticas voltadas para este fim se diferem ainda pelo “peso fundamental da mudança (que) se situa no cidadão organizado e sua comunidade, em sua capacidade de tomar as decisões e assumir as responsabilidades exigidas pela solução de seus graves problemas”¹⁵. Por se colocar na contracorrente do pensamento hegemônico mundial, esta nova proposta de abordagem para os problemas de exclusão e injustiça social, tidos como estruturais, tem sido vista com desconfiança e até aversão pelos grupos e atores sociais hegemônicos. *Por ahora*, a democracia participativa é um horizonte a ser alcançado e para isto há obstáculos e desafios os quais precisam ser vencidos.

Para o alemão Raúl Zelik¹⁶, doutor em ciência política, a democracia participativa, engendrada e defendida por Chávez, insere-se num contexto mais amplo cuja essência é

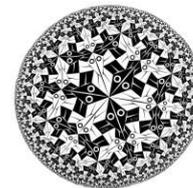
¹² CRBV: *Constitución de la República de Venezuela*.

¹³ MAYA, Margarita López. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo, p. 79.

¹⁴ MAYA, Margarita López. O governo de Chávez: democracia participativa e políticas sociais. In: *Luta Hegemônica na Venezuela – a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Tradução de Flávio Benedito do original castelhano *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. 2ª ed., Caracas: Alfadil, 2005. Captado em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf>. Acesso em: 03 jul. 12.

¹⁵ MAYA, Margarita López. O governo de Chávez: democracia participativa e políticas sociais. Captado em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf>. Acesso em: 03 jul. 12.

¹⁶ ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centrismo estatal? Una lectura disidente de las transformaciones en Venezuela. *Revista del Departamento de Ciencia Política*, Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Forum n°



contraditória. Apesar da criação de diversos mecanismos que visam ampliar a participação popular e os programas de assistência social à população, o chavismo declara-se amigo de Cuba e demais países pouco afeiçoados à democracia. Atitudes como estas não invalidam o que tem sido feito no país em direção à inclusão e à ampliação da participação, todavia reflete contradição quanto à tomada de posicionamento: seria como dizer-se democrático e ao mesmo tempo admirador de políticas antidemocráticas.

Como se pôde observar, as opiniões se divergem: há autores antichavistas, pró-Chávez e ainda os que buscam uma análise ponderada que resulta do estudo aprofundado do contexto endógeno e exógeno. *Veja*, como veremos mais adiante, se encaixa numa postura eminentemente antichavista. Como defensora do capitalismo, a revista se utiliza de diversas estratégias como forma de combate a qualquer possibilidade, por menor que seja, de alternativa a esse sistema. Para tanto, lança mão de artifícios tais como a ironia, conceitos “sobre os quais há pouca reflexão mas muito sentimento”¹⁷, termos pejorativos e a ilusão de consenso a respeito de uma determinada ideia, opinião ou assunto. Estes são apenas alguns dos subterfúgios utilizados pela imprensa no sentido de combater aquilo que considera inadequado ou incompatível com a ideologia que defende. Logo, o chavismo vem sendo rechaçado não apenas pela imprensa interna, mas externa também.

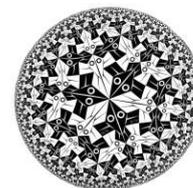
As representações pela *Veja* e o emprego de artifícios discursivos

As representações exibem particularidades que precisam ser analisadas levando em conta fatores tais como *quem fala, por que fala e pra quem fala*. É preciso que a “leitura das entrelinhas (...) ultrapasse a intencionalidade imediata do registro” e que eles sejam pensados “não como o real, mas como parte do real, produzidos segundo determinados interesses e valores”, orienta Vieira, Peixoto e Khoury¹⁸. Escolhemos *Veja* em razão do destaque que ela possui no cenário da imprensa nacional. Com uma tiragem semanal de mais de um milhão de exemplares, a revista pertence a um grande grupo econômico brasileiro – a Editora Abril – e contempla, principalmente, a classe média nacional. Criada em 1968 pelos jornalistas Mino Carta e Vitor Civita durante o governo de Costa e Silva, época da ditadura militar, ela caracterizou-se, a

1, pp. 13-34, enero-julio de 2011. Captado em: <<http://nemesis.unalmed.edu.co/forum/articulo1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

¹⁷ SILVA, Carla Luciana. A “queda do muro” e a morte do comunismo em *Veja*. *Revista História e Luta de Classes*. Ano 6, edição nº 9, pp. 46-54, Jun/2010.

¹⁸ VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 46 e 34.



princípio, por um enfoque predominantemente político. Hoje ela conta com uma variada gama de assuntos que vão desde os político-econômicos (“Economia e Negócios”, “Brasil” e “Internacional”, por exemplo) até aos socioculturais (“Comportamento”, “Artes e Espetáculos”, “Educação” e outros), todos distribuídos e diagramados de maneira moderna. A revista é hoje não apenas a mais comprada no Brasil, é também uma das mais lidas do mundo. Os artigos selecionados para análise, um total de dez (10), todos disponíveis no acervo digital¹⁹ da revista, abarcam o período de 1998 a 2002 que compreendem, respectivamente, o ano da eleição de Hugo Chávez à tentativa de golpe²⁰. A tabela abaixo tem a finalidade de mostrar em detalhes as fontes estudadas, o ano da publicação, a edição e a paginação.

Tabela 1 – Artigos da revista *Veja*²¹

MATERIAL - ARTIGOS REVISTA VEJA	EDIÇÃO	NÚMERO	ANO	PÁG.(S)
1º-Vitória da boina	1577	50	1998	68-70
2º- O poder moral - Chávez faz demagogia e adia medidas concretas	1610	53	1999	53
3º- Chávez, o demolidor	1612	34	1999	55
4º- Bananal planetário	1613	35	1999	161
5º- O trator avança	1614	36	1999	54-55
6º- A lei de Chávez	1626	48	1999	68-69
7º- A lei da boina	1629	51	1999	41
8º- Democracia, pero no mucho	1649	20	2000	54-55
9º- O charlatão bolivariano	1707	26	2001	62-65
10º- Chávez, o “Neoliberal Selvagem”	1739	07	2002	52

¹⁹ <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>.

²⁰ Nosso enfoque esteve apenas no discurso – visto não trabalharmos com a análise de imagens – e como, através dele, se deu a representação da “democracia participativa e protagônica”.

²¹ Os artigos listados na Tabela 1 foram coletados do acervo digital da Revista *Veja*. Como não foi possível saber o escritor de todos os artigos, visto não ter sido possível identificá-los na revista, principalmente quando este compunha a seção “Internacional”, optamos por trazer a informação à parte: o quarto artigo foi escrito por Diogo Mainardi, o sexto por Rogério Simões, o oitavo por Ricardo Amorin e o décimo por Raul Juste Lores.



Analisando os artigos foi-nos possível perceber larga referência a termos como ditador, populista, golpista e caudilhistas, entre outros. Estes foram empregados sempre em tom pejorativo e em associações com outros termos que remetiam a interpretações particulares. Comparações depreciativas do tipo “versão tropical de Kadafi” (ditador deposto do governo da Líbia em 2011) e “Robim Hood latino-americano” também foram recorrentes. Notificamos ainda casos claros de sarcasmo como “o boina-vermelha” e “alma penada pré-globalização”. Ainda com relação aos termos, observamos que foram usados de forma indiscriminada.

Nos três primeiros artigos o chavismo foi descrito como uma proposta vagamente definida e forjada por alguém pouco confiável: a personalidade de Hugo Chávez, que espertamente se aproveitou da insatisfação popular e da corrupção que lhe antecedeu para chegar ao poder, foi associada ao golpe de 1992. Ainda nestes (embora este não seja o tema principal do nosso artigo) foi categoricamente enfatizado que o presidente liderou “dois sangrentos” golpes de Estado: no segundo artigo²² disseram que ele “tentou dois golpes de Estado no início da década de 90”; no terceiro²³ escreveram: “Chávez tentou dois golpes sangrentos de Estado em 1992, dos quais não se arrepende” e ainda o quinto e o sétimo artigos²⁴ reafirmaram que Chávez liderou “duas cruentas tentativas de golpe de Estado”. É de monta rever os fatos.

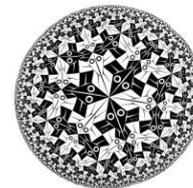
O segundo mandato de Andrés Pérez (1989-1993) foi marcado por intensa agitação. Ainda em seu primeiro ano (1989) houve, em resposta ao memorando firmado com o FMI, um levante popular que mais tarde ficou conhecido como *El Caracazo*²⁵. Durante a década de noventa, mais três sublevações sacudiram seu governo: uma, em novembro de 1991, contra a alta do custo de vida, cujo enfrentamento com a polícia resultou em cerca de vinte mortes e duas em 1992; a primeira em fevereiro quando oficiais do Exército, liderados pelo até então desconhecido tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías, tomaram a base aérea Francisco de Miranda com o

²² *Veja*, 1999, ed. 1610, p. 53.

²³ *Veja*, 1999, ed. 1612, p. 55.

²⁴ *Veja*, 1999, ed. 1614, p. 55 e *Veja*, 1999, ed. 1629, p. 41.

²⁵ O acordo de Pérez com o FMI (Fundo Monetário Internacional) buscando resolver o problema econômico envolveu o aumento de preço dos produtos básicos, o congelamento dos salários, a liberação de preços, redução dos gastos públicos, desvalorização da moeda nacional e, somado a isso, elevou ainda mais as taxas de juros, além de um reajuste de 100% na gasolina, o que, obviamente, resultou num novo ajuste de preço para os serviços de transporte público. A situação tornou-se insustentável. O resultado foi o início de um protesto em Caracas, capital do país, que mais tarde ficou conhecido como *El Caracazo*. A revolta tomou proporções consideráveis e dentro de poucos dias várias cidades aderiram às manifestações, ao que Maringoni (2009, p.72) faz uma crítica dizendo que este nome “(...) não faz jus às suas dimensões nacionais (...)”. Em resposta, o governo suspendeu as garantias constitucionais, ordenou o toque de recolher e a repressão militar. Brutalmente reprimida, a insurreição, que durou cinco dias, deixou um saldo de mortos que até hoje permanece uma incógnita.

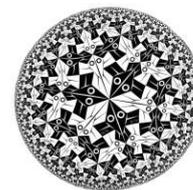


objetivo de tomar o governo²⁶ - o movimento fracassou, provavelmente após ter sido delatado, e Chávez ficou preso por dois anos sendo anistiado somente no governo de Caldera; e a segunda em novembro – uma nova tentativa de golpe liderada pela Força Aérea. Até hoje não há comprovação de que esta segunda tentativa de golpe tenha sido liderada por Hugo Chávez, embora as ideias que moveram tal ação estivessem em sintonia com as propaladas por ele. O próprio presidente nunca assumiu a responsabilidade deste ato, o que fez com relação ao dia 04 de fevereiro. No âmbito acadêmico não há menção aos possíveis responsáveis pela tentativa. *Veja* não apresenta nestes artigos nenhuma exposição sobre o segundo ocorrido, tampouco elementos que comprovem Hugo Chávez como seu mentor. Todavia, afirma categoricamente que as duas tentativas tenham sido organizadas por Chávez. Trata-se, é claro, de introjectar uma ideia que, embora careça de comprovação, é perfeitamente capaz de produzir um simulacro da realidade – ou ainda uma representação que satisfaça aos seus interesses – e, conseqüentemente, influenciar a opinião pública. A repetição de uma determinada informação é, na verdade, parte de uma estratégia jornalística. Isto faz lembrar uma máxima atribuída a Paul Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista no governo Hitler, que dizia: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

A crítica chavista à democracia eminentemente representativa e o projeto alternativo de expansão da participação popular através da “democracia participativa e protagônica”, são associadas às práticas ditatoriais, atitude, no mínimo, controversa. Logicamente, isto não é gratuito. *Veja*, assim como a maioria dos meios de comunicação, assume a postura e o discurso dos opositores de Chávez que o acusam de ditador já que, supostamente, ele deu um golpe contra o regime constitucional vigente de 1958 a 1998 – o *puntofijismo*. Nas palavras do colunista brasileiro Diogo Mainardi, escritor do artigo “Bananal Planetário”, a extensão da participação popular para além dos mecanismos tradicionais colocou em curso o processo de retrocesso da democracia. Para o jornalista o exercício da democracia tende a se degenerar cada vez mais devido à falta de “cultura democrática” do povo venezuelano: os que opinam – conclui – são meros “palpiteiros” que não tem capacidade para escolherem nada.

(...) nos próximos anos o exercício da democracia tende a se degenerar cada vez mais, tomado por uma espécie de frenesi plebiscitário. Culpa desse instrumento nefasto que é a pesquisa de opinião. Ela exacerba o poder da maioria, esmagando todo o resto. (...) Qualquer pessoa se sente no direito de emitir

²⁶ A aliança cívico-militar que teve à frente o até então tenente-coronel paraquedista Hugo Chávez mais tarde ficou conhecida como MRB 200 (Movimento Revolucionário Bolivariano). As reuniões aconteciam sob sigilo rigoroso e tinham como meta discutir um novo modelo político e econômico para o país e a maneira como implantá-lo.



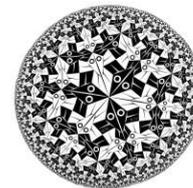
sentenças. Às vezes, os palpiteiros chegam a pagar para poder dar um voto telefônico.²⁷

A associação feita logo acima, isto é, entre a degeneração do exercício da democracia ou ainda o seu retrocesso e a ampliação da participação popular, dá ensejo a uma análise sobre como a revista vem discorrendo a respeito do assunto. Não é preciso uma investigação minuciosa para atestar que se trata aqui de um paradoxo. O termo democracia, do grego *demos* – povo e *cracia* – governo, pode ser traduzido, grosso modo, em governo do povo ou governo que governa “para” e “com” o povo. Neste sentido, o que ocorre na Venezuela pode ser entendido como a tentativa de extensão do exercício da democracia e não o seu retrocesso. Quanto àqueles que o autor chama de “palpiteiros” e sem “capacidade” para uma escolha acertada, além de sua inclusão no processo político não invalidar o exercício da democracia, na democracia tradicional estes seriam os mesmos sujeitos encarregados de desempenhar a cidadania através do voto. Se o povo venezuelano tem falta de “cultura democrática”, para utilizar a fala do autor, não é a retração ou extinção da democracia participativa que solucionaria o impasse, mas, talvez, um trabalho de conscientização.

Em *Veja*, democracia participativa equivale a retrocesso democrático. Dar voz à população – permitir que o povo opine nos assuntos referentes à Nação – são fatores que, segundo a revista, colaboram para que a democracia sofra retrocesso. A revista justifica dizendo que o povo não tem instrução política suficiente para opinar e que por isso a democracia participativa não é capaz de apresentar resultados plausíveis, tampouco confiáveis. Os plebiscitos, modalidade que oferece aos venezuelanos a oportunidade de votar contra ou a favor de determinadas leis ou assunto de interesse nacional, é caracterizado pelo mesmo jornalista, como um instrumento nefasto sob cuja responsabilidade se encontra a degeneração da democracia venezuelana, já que o povo não tem “cultura democrática” para escolher qualquer coisa que seja. Aqui, como em outras partes, o sentido da palavra democracia é distorcido sendo até mesmo, em dado momento, empregado juntamente com o termo absolutismo, isto é, “absolutismo democrático”, uma associação, no mínimo, antagônica. Vale ressaltar que esta “associação e/ou oposição de ideias” faz parte da “tarefa de generalizar o projeto e de ocultar o interesse específico” da revista²⁸. O ápice da distorção está em dizer que fomentar e recrudescer a participação popular provoca a retração do sistema democrático. Na verdade, o que a revista deseja incutir é que democracia autêntica e exequível é impreterivelmente “a mais duradoura da

²⁷ *Veja*, 1999, ed. 1613, p. 161.

²⁸ _____. *A pesquisa em História*, p. 56.



América Latina”²⁹ (se referindo a representativa) e que, portanto modelos alternativos, a exemplo do que o presidente venezuelano deseja implementar, não têm a mesma eficácia e, portanto, não merecem credibilidade.

No artigo “*Democracia, pero no mucho*”, Ricardo Amorim descreve a democracia venezuelana como uma fórmula esdrúxula, um tipo de infecção onde a vontade da maioria está acima da lei e da ordem. Segundo ele esta democracia patológica utiliza métodos em benefício próprio: o plebiscito que aprovou a Constituição – “costurada por Chávez sob medida” – foi a arma usada pelo presidente no sentido de se auto-promover como “pai-da-pátria” e propulsor de um “messianismo fardado”. O artigo lista alguns fatores responsáveis pelo surgimento do que o jornalista usou chamar de “*Democracia, pero no mucho*”. São eles: a “falência de uma estrutura política obsoleta, baseada na partilha do Estado entre os partidos tradicionais e corruptos; e a permanência da condição de miséria, exclusão social e dificuldade de adaptação à globalização”³⁰. Na opinião do jornalista os plebiscitos levados a efeito têm como função amealhar poderes ditatoriais aproveitando-se da via eleitoral.

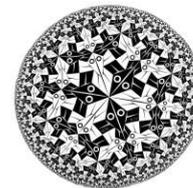
As visões a respeito da democracia participativa venezuelana, até aqui expostas, apresentam diferenças, contudo, ressaltamos que os pesquisadores a expressam embasados em estudos aprofundados, o que não observamos em *Veja*. Na revista é recorrente, por exemplo, a fala de que Chávez é populista, porém em momento algum é feito um balanço da situação anterior, ou seja, do contexto pré-Chávez. *Veja* busca introjetar no leitor não só a ideia de que Chávez é um político populista, mas que isto é algo extremamente ruim e prejudicial para a sociedade como um todo, já que o termo, utilizado de forma depreciativa, vem comumente associado à demagogia, à manipulação e ao engodo das massas. O uso “de conceitos genéricos, supostamente aceitos pelo interlocutor, visando obter o seu apoio”³¹ tem como objetivo a construção de uma sociedade ideal.

A escrita da nova Constituição está entre as medidas que mais suscitaram debates dentro e fora do país. *Veja* se insurgiu contra ela de maneira contundente. Dos artigos separados para estudo, vários mencionaram o assunto. Um balanço geral da opinião de *Veja* em relação à nova Constituição, pode se resumir da seguinte forma: Chávez, estrategista e golpista, viu na escrita da nova Constituição a oportunidade de ampliar suas prerrogativas presidenciais através da adoção de medidas que tiveram como fim obter a maioria dos cargos eletivos e, destarte, se

²⁹ *Veja*, 1999, ed. 1614, p.55.

³⁰ *Veja*, 2000, ed. 1649, p. 55.

³¹ VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em História*, p, 55.



tornar, para usar as palavras do jornalista Ricardo Amorim, “senhor absoluto do Executivo, Legislativo, Judiciário e das Forças Armadas”³². O aprofundamento da democracia no sentido de fazê-la participativa e protagônica e o avanço social obtido a partir da ampliação dos direitos humanos prescritos na nova Constituição são ganhos notórios na opinião de López Maya, contudo, concorda que a criação e funcionamento dos mecanismos de democracia participativa favoreceram, na verdade, a preservação dos direitos presidenciais.

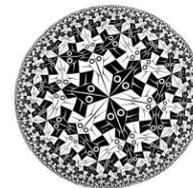
Depreende-se, segundo o que foi exposto até o presente momento, que a perspectiva defendida pelos pesquisadores estudados, ainda que em momentos exíguos se assemelhe as de *Veja*, deriva-se de um estudo minucioso da questão, estudo este que leva em conta fatores endógenos e exógenos (comparando, muitas das vezes, fatores que são comuns aos diversos países do continente latino-americano como, por exemplo, a dependência estrutural de que tratou as autoras Prado, Soares e Colombo). Esta visão associada ao diálogo entre fatores sociais, políticos e econômicos possibilita ao pesquisador em questão chegar a uma conclusão mais apurada. No caso de *Veja*, esta postura se caracteriza mais pela defesa ideológica que pela análise sistemática da questão. A apropriação e deturpação de diversos termos como se eles fossem de interpretação nacional tem o intuito de fazer com que opiniões divergentes pareçam anômalas – eis a tática. Em *Veja*, as explicações dão lugar aos sentimentos e a veracidade dos fatos à criação de simulacros da realidade.

Considerações Finais

Da análise empreendida, observamos que o antagonismo entre a revista estudada e o presidente venezuelano tem origem nas propostas destes dois atores sociais: ao passo que *Veja* propaga valores capitalistas e neoliberais, por meio do eufemismo de livre iniciativa, Hugo Chávez defende uma política eminentemente contrária a esses ideais. A primeira defende uma política de extrema direita, o segundo está voltado para uma orientação centro-esquerda e ambos disputam “corações e mentes”, poder e dominação³³. As representações de Hugo Chávez em *Veja* resultam deste antagonismo. Tais representações caracterizam-se pela ausência de uma análise concreta e pelo claro enfrentamento a qualquer alternativa ou algo que soe como uma ameaça ao capitalismo – este apresentado como fluxo inerente da história, o ápice civilizacional. Como defensora e transmissora do capitalismo, atitude que fica evidente na edição especial de 30

³² *Veja*, 2002, ed. 1739, p. 52.

³³ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

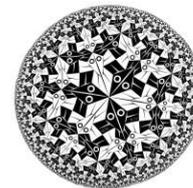


anos³⁴, *Veja* se utiliza de diversas armas no combate a qualquer ação concreta que se oponha a este modelo. Neste sentido, busca minar a construção de qualquer possibilidade alternativa colaborando, intencionalmente, para o fortalecimento da supremacia capitalista.

A ampla utilização de diversos termos de forma indiscriminada e sem esclarecimento prévio e a consequente construção e difusão de uma memória que não está fundamentada em conhecimentos devidamente elaborados, devem ser compreendidas dentro do interesse da revista, isto é, o de introjetar no leitor a ideia que se deseja que ele tenha a respeito de algo ou assunto. Trata-se, na verdade, de associar à democracia participativa e ao chavismo como um todo, as mais diversas expressões negativas no intuito de influenciar a formação da opinião pública. A estratégia está em desqualificar sem discutir a proposta em questão.

Desta forma, ou seja, através do uso do discurso como ferramenta de interferência e de persuasão, *Veja* não apenas lança mão de artifícios no intuito combater ideais que lhe são contrários, mas colabora e influencia diretamente para a formação da opinião pública com relação à proposta chavista. A revista é o meio de ação através do qual visam atingir o pensamento, interferir na visão de mundo e construir a mentalidade. Mais que cooptar leitores e consumidores *Veja* objetiva angariar adeptos para uma causa específica, uma ideologia própria. Logicamente, uma ideologia que atende a interesses de segmentos políticos nacionais específicos. Começando na década de 90, mais precisamente com a eleição de Hugo Chávez em 98, uma “onda esquerdista” vem caracterizando o cenário político da América Latina. Discursos que denunciam o imperialismo norte-americano (modelo que *Veja* insiste em copiar), o modelo capitalista neoliberal, a democracia eminentemente representativa e as estruturas de poder de uma elite considerada corrupta estão sendo associados a práticas definidas como políticas alternativas, a exemplo do que Chávez vem propondo na Venezuela onde comprovadamente as elites – entre elas o empresariado ligado à mídia televisiva e impressa – tiveram seu poder de atuação na máquina estatal drasticamente reduzido. O medo de que modelos como estes sejam implantados no Brasil, onde a “onda esquerdista” teve início em 2002 com a eleição de Lula, levam *Veja* a

³⁴ A informação está na edição especial de 30 anos na seção “Ponto de Vista” que foi assinada por Roberto Civita, presidente da Revista. *Veja*, 1998, ed. 1569, p. 146. *Veja* nunca quis esconder sua postura e visão de mundo. A prova disto está no painel do hall do prédio da editora em São Paulo, na Marginal Pinheiro, onde se lê: “A Abril está empenhada em contribuir para a difusão da informação, cultura e entretenimento, o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o **desenvolvimento da livre iniciativa** e o fortalecimento das instituições democráticas do país” (grifo nosso). Maiores informações sobre o papel da revista e a posição que defende ver: HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização – uma análise semiótica*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, São Paulo, 2001, 160 p. Captado em: <<http://niltonhernandes.sites.uol.com.br/veja.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2010.



qualificar tal modelo como esdrúxulo e patológico. Para isso concorrem as representações pela *Veja*.

As representações, como bem ressaltou Roger Chartier, fazem parte de um campo de concorrências e competições e “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”³⁵. Depreende-se, portanto, que as representações são o meio pelo qual os grupos procuram impor suas visões de mundo e a revista o *locus* onde isto se torna possível. A realidade social depois de apreendida é reconstruída e representada em *Veja* no sentido de fortalecê-la nas relações de poder e dominação. A construção textual utilizada atua no sentido de fazer com que interpretações pareçam fatos impulsionando seus leitores a determinadas crenças.

Sandra Jatahy Pesavento, acresce:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. (...) são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.³⁶

Tal atitude é – como adiantou René Rémond – eminentemente política, “o ponto para onde conflui a maioria das atividades”³⁷.

Recebido em: 06/08/2012.
Aprovado em: 19/12/2012.

³⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 39 e 41.

³⁷ RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996, p. 447.



As representações dos cangaceiros Antônio Silvino e Lampião em versos da Literatura de Cordel

Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ
sabrinnectx@hotmail.com

Luciana Borges Patroclo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RIO
lupatroclo@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar as representações de Antônio Silvino e Lampião em folhetos da Literatura de Cordel. Ao longo do texto são abordadas as características e as contradições presentes nos versos que narram a atuação destes líderes do cangaço. O texto está inserido na perspectiva de que os cordéis se caracterizam como um importante objeto de análise historiográfica, pois seus exemplares se constituem em uma das principais fontes para se compreender as representações destes cangaceiros que circulavam, e ainda se mantêm, junto à sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Literatura de Cordel, Representação, Cangaço.

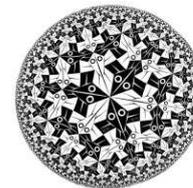
ABSTRACT: This article aims to analyze the representations of Antônio Silvino and Lampião through the brochures of the Cordel Literature. Throughout the text are presented the characteristics and contradictions in the verses that describe the activities of these two leaders of cangaço. The text is placed on the view that the cordel is as an important object of historiographical analysis, because their copies constitute a major source for understanding the representations of these cangaceiros who circulated, and still remains, among the society.

KEYWORDS: Cordel Literature, Representation, Cangaço.

Introdução

Ao longo da História do Brasil os indivíduos que marcaram esta trajetória tiveram suas vidas e ações narradas e pesquisadas por diversos campos da historiografia. No cotidiano do Nordeste se destacaram as narrativas sobre os feitos de cangaceiros como Antônio Silvino (1875-1944) e Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938), o Lampião. As mudanças no campo historiográfico propiciaram que os textos e biografias referentes a estas figuras passassem a não se concentrar exclusivamente nos documentos oficiais, estabelecendo-se na atualidade uma articulação com diferentes tipos de fontes literárias, por exemplo, os folhetos de cordel.

A Literatura de Cordel se firma como um importante objeto de análise histórica, pois dialoga com a visão histórica produzida por parte dos cidadãos brasileiros e que nem sempre está



presente nos relatos oficiais. “Se a historiografia se dispõe a tal empreendimento, não se pode desprezar o cotejo da versão oficial com a popular, porquanto esse confronto ajudará a reescrever a verdadeira história do povo brasileiro”¹. Como salienta John Lewis Gaddis, não só de grandes momentos e revoluções se vive uma sociedade, mas também dos vestígios de seu imaginário e de suas representações, o que para muitos historiadores se constitui nos agentes principais de uma pesquisa².

Assim, o uso dos folhetos de cordel como fonte de pesquisa tem o objetivo de compreender a forma como a imagem de Antônio Silvino e Lampião circulou no Nordeste brasileiro. Este processo de elaboração simbólica acaba por traçar fortes laços culturais que permeiam a região até os dias atuais. Os cordéis, através de abordagens diversas, mostram desarranjos e antagonismos nas representações sobre os dois cangaceiros. Segundo Sandra Pesavento, este tipo de literatura é a memória de uma realidade representada em versos que pode ser usada como fonte de pesquisa histórica. Entretanto, a ficção criada por ele – o cordel - não é um retrato fidedigno da realidade, mas uma representação do que ficou a partir desta realidade³.

Nesse contexto entende-se que a temática do cangaço é dos assuntos mais abordados nos folhetos de cordel. Os cordelistas não podiam deixar de registrar um movimento que teve influência direta na política do Nordeste e no cotidiano da população. Um aspecto a ser ressaltado é o fato deste tipo de literatura se dedicar a relatar os feitos dos principais líderes deste fenômeno como: Antônio Silvino e, principalmente, Lampião, estabelecendo-se uma relação na qual o cordelista realiza a função de biógrafo e os folhetos de cordel se constituem como um instrumento de memória. Para efeito de análise, foram selecionados cordéis de autores como Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, que descreveram a trajetória de Antônio Silvino quando ele atuava no cangaço, José Pacheco e Rodolfo Cavalcanti considerados cordelistas de referência sobre o período de liderança do cangaceiro Lampião e, por fim, Gonçalo Ferreira da Silva e José Costa Leite, considerados como cordelistas contemporâneos sobre o universo do cangaço.

Antônio Silvino: um justiceiro ou um bandido

¹ SANTOS, Olga de Jesus. O povo conta a história. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *O Cordel: Testemunha da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ébano Editora, 1987.p.23.

² GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Editora. Campus, 2003.p.26.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, p. 115-127, dez. 1995.p.115.



Antônio Silvino é um dos principais personagens do cangaço a ter sua trajetória de vida descrita nos exemplares da Literatura de Cordel. Os primeiros folhetos, escritos por Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas da Silva sobre as ações do cangaceiro tinham como característica o fato de serem narrados na primeira pessoa. O trecho do cordel *Antônio Silvino, vida, crimes, julgamento* apresenta tal característica:

“Nasci em setenta e cinco
Num ano de inverno forte,
No dia dois de novembro,
Aniversário da morte;
Por isso o cruel destino
Deu-me bandido a sorte”⁴.

Como observa Rute Terra, os cordéis sobre Antônio Silvino deveriam ser lidos como uma espécie de autobiografia, na qual o próprio cangaceiro narraria seus feitos e seus medos ao leitor. Com esta estratégia, estabelece-se a perspectiva da não existência de uma representação negativa sobre este líder do cangaço⁵.

Nascido Manuel Batista de Moraes, Antônio Silvino teve sua iniciação no cangaço descrita a partir de duas perspectivas: a primeira de viés sobrenatural e a segunda que faz referência ao assassinato de seu pai Francisco Batista de Moraes, em 1896. O cordel *O nascimento de Antonio Silvino* narra a predestinação de Silvino para se tornar um cangaceiro e a sua convivência com a morte:

“Diz minha mãe que eu nasci
Num dia de quarta-feira,
Quando foram dar-me banho
Foi visto pela parteira
Que tinha em minha cintura
A marca da cartucheira
Dias depois minha mãe
Devulgou outro signal
Em meu lado esquerdo um rifle
Se divulgou afinal
Na palma da mão direita
Visivelmente um punhal”⁶.

O fato de ter nascido em dois de novembro, Dia de Finados, e possuir um rifle e um punhal como marcas de nascença simbolizavam que a sua entrada para o cangaço e os crimes cometidos por ele já estavam traçados em seu destino. Embora alguns folhetos procurem

⁴ BATISTA, Francisco das Chagas. *Antônio Silvino, vida, crimes e julgamento*. s/d.p.2.

⁵ TERRA, Rute Brito Lemos. *Memórias de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global, 1983.p.107.

⁶ BARROS, Leandro Gomes de Barros. *O nascimento de Antonio Silvino*. s/d.p.2-3.



estabelecer uma perspectiva simbólica, o assassinato de seu pai é descrito como o principal acontecimento para que Silvino se tornasse um cangaceiro, além do fato de o crime não ter sido investigado pelas autoridades policiais

“No ano noventa seis
Meu pai foi assassinado
Pela família dos Ramos,
Já sendo nosso intrigado,
Um deles, o José Ramos,
Que era subdelegado
Para punir esse crime
Ninguém se apresentou;
A Justiça do lugar
Também não se interessou;
Aos bandidos a polícia
Pareceu que auxiliou...”⁷

No mesmo cordel é abordada a perspectiva de que Antônio Silvino considerava que o único meio para se fazer justiça, no caso de seu pai, seria entrar para o cangaço e se vingar dos mandantes do assassinato:

“No ano de noventa e sete,
Um parente e amigo,
O velho Silvino Aires,
Dissera-me: - Vem comigo
Ao Teixeira, que eu preciso
Vingar-me de um inimigo
[...]
Porque meu tio Silvino
Desejava castigar
Esse delegado afoito
Que um dia mandou cercar
Sua fazenda, e os móveis
De casa mandou quebrar
[...]
Pouco depois desse crime,
Meu tio chefe voltou
Para o Pajeú de Flores,
Onde a polícia o pegou
Nosso grupo reuniu-se
E seu chefe me aclamou
Ao ver-me chefe do grupo,
Meu próprio nome mudei;
Então por Manoel Batista
Nunca mais eu me assinei,
E foi de Antonio Silvino
O nome que eu adotei”⁸.

⁷ BATISTA, Francisco das Chagas. *Antônio Silvino, vida, crimes e julgamento*. s/d.p.3.

⁸ BATISTA, Francisco das Chagas. *Antônio Silvino, vida, crimes e julgamento*. s/d.p.5-7.



A iniciação de Antônio Silvino no universo do cangaço significou o processo de construção de uma nova identidade. Seu nome de batismo, Manoel Batista, estaria vinculado à imagem de um jovem como outro qualquer, enquanto o nome Silvino teria características necessárias de um líder. Seria uma espécie de herança recebida do tio Silvino, que fora líder de um bando de cangaceiros. O apelido Né Batista foi substituído pelos codinomes: Rifle de Ouro e Governador do Sertão. Nos versos do cordel *Antonio Silvino, o Rei dos Cangaceiros* são abordadas as características adquiridas por Silvino para ser um destemido líder do cangaço:

“Se não tiver natureza
De comer calango cru,
Passe um mez passando sem beber água
Chupando mandacaru,
Dormir em furna de pedra
Onde só veja tatu
Não podendo fazer isso,
Nem pense em ser cangaceiro,
Que é como cavallo magro
Quando cae no atoleiro,
Ou um boi estropiado

Perseguido do vaqueiro
De ouvir como um cachorro,
Ter faro como veado,
Ser mais subtil do que onça,
Maldoso e desconfiado,

Respeitar bem as famílias,
Comer com muito cuidado
Andar em qualquer lugar
Como quem está no perigo,
Se for chefe de algum grupo,
Ninguém dormirá consigo,
O próprio irmão que tiver,
O tenha como inimigo

O cangaceiro sagaz
Não se confia em ninguém,
Não diz para onde vai,
Nem ao próprio pai se tem,
Se exercitar bem as armas,
Pular muito e correr bem”⁹.

Nos cordéis acima apresentados a representação de Antônio Silvino se insere na categoria de bandido social proposta por Eric Hobsbawm, mais especificamente na subcategoria dos vingadores. Embora suas ações se caracterizassem por assassinatos e roubos, nos folhetos de

⁹ BARROS, Leandro Gomes de. *Antonio Silvino, o Rei dos cangaceiros*. 1910-1912. p.14.



cordel ele é identificado como um justiceiro¹⁰. A trajetória de Silvino narrada nos cordéis pode ser comparada ao ditado popular “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”.

A perspectiva de que os cangaceiros lutavam contra as injustiças e a apatia da sociedade frente aos desmandos dos governantes foi abordada por Rui Facó no livro *Cangaceiros e Fanáticos*. De acordo com o autor, estes grupos eram formados por pobres moradores do campo que combatiam o poder dos latifundiários, como também, tinham que pegar em armas, pois as autoridades não os defendiam contra os abusos cometidos pelos poderosos¹¹.

Mark Curran também relata a existência de um processo de glorificação das ações realizadas por Antônio Silvino. Para ele, as representações do cangaceiro estavam inseridas no contexto de que o seu primeiro crime de morte tinha o objetivo de fazer justiça e as suas atividades criminosas seguintes eram consequências das perseguições policiais. No entanto, ele ressalta a necessidade de também se considerar a representação dos como criminosos comuns.

“O cangaceiro teria traços de um Robbin Hood moderno, que às vezes rouba dos ricos (porque os pobres não têm) e dá uma parte da “safra” aos pobres – caso de Antônio Silvino no folclore paraibano. Mas a realidade geral era outra: Antônio Silvino foi preso por roubar e matar”¹².

O estabelecimento da ligação entre a representação de Silvino e figura de um justiceiro estaria vinculada à perspectiva de que ele possuía uma ética própria e um código de justiça a ser seguido pelos membros do seu bando e pelas pessoas que viviam nas localidades invadidas por ele.

A perspectiva de que Antônio Silvino seria um justiceiro é rechaçada por autores como Frederico Pernambucano de Mello. Para ele, Silvino está inserido na categoria daqueles que identificam o cangaço como meio de vida, ou seja, o chamado banditismo de profissão. Neste sentido, ser um cangaceiro significava estar na busca pelo poder, pela notoriedade e por bens materiais. Aponta-se que aqueles que optavam por este tipo de vida tinham apreço pelo poder¹³.

¹⁰ O autor identifica o banditismo social como uma vertente do banditismo que deve ser interpretada como um mecanismo de articulação para o protesto social, alicerçado no meio rural, e não apenas na qualidade de tumultos cotidianos. Na liderança deste movimento está a figura do vingador, que procura lutar contra a injustiça dos governantes ou se vingar de algum acontecimento pessoal. HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.p.85-86.

¹¹ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.p.48-56.

¹² CURRAN, Mark. *História do Brasil em Cordel*. São Paulo: EDUSP, 2003.p.62.

¹³ Em seu livro *Guerreiros do Sol*, Frederico Pernambucano de Mello define o cangaço em mais duas categorias: o cangaço-vingança e o cangaço-refúgio. Para ele, o cangaço-vingança não ocorre com a frequência com que aparece na literatura de cordel. Ele é definido como o banditismo sertanejo ético no qual, os cangaceiros tinham apenas a missão de cumprir uma vingança e não tinham a preocupação em ganhar notoriedade ou ter relações de proximidade, por exemplo, com os coronéis. O cangaceiro é considerado um cavaleiro protetor. O cangaço-refúgio é



O cordel *Antônio Silvino, a justiça acima da lei*, considerado um folheto contemporâneo, faz referência ao modo de agir de Silvino e do seu amor pelo cangaço através da descrição dos dez mandamentos do cangaceiro:

- 1°. Ter ao cangaço
sincero e fraterno amor;
- 2°. Seguir seu líder
por toda parte que for;
- 3°. Ter o seu chefe
como seu superior;
- 4°. Morrer pelo grupo;
- 5°. Não deixe fugir
quem a qualquer mandamento
não respeitar, não seguir;
- 6°. Não ter pena alguma
Daquele que nos trair;
- 7°. Quem deixar as armas fuzilar sumariamente;
- 8°. Não maldizer-se;
- 9°. Conservar em mente
que a cobiça deve ser
pela riqueza somente;
- 10°. Mandamento e ultimo
dos dez de Antônio Silvino
castigava o transgressor
a cumprir pior destino
morrer sobre um formigueiro
do sol escaldante ao pino”¹⁴.

Outro aspecto apontado para se rebater a imagem de Antônio Silvino como um justiceiro está centrado no fato do cangaceiro ter permanecido à frente de seu bando por 18 anos, até ser preso em 1922. O cangaceiro que possui a vingança como sentimento que norteia sua missão, ao completar a mesma, perde a motivação pela luta. “Quem quer se vingar mesmo parte para cima do inimigo e mata como Sinhô, ou morre, como Jesuíno, [...] Do outro o que se vê é uma espécie de cão que ladra e propositalmente não morde”¹⁵. A mesma percepção é descrita por Albuquerque ao questionar o sentimento de vingança como elemento norteador da conduta de Silvino como cangaceiro. De acordo com o autor, Antônio Silvino nunca tentou matar Desidério Ramos, considerado como um dos mandantes do assassinato de seu pai. Mesmo tendo a consciência de que Ramos costumava percorrer as mesmas localidades que o seu bando

considerado o de menor expressão. Nesta classificação, o cangaço seria um local de defesa e um meio de salvação. MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.p.140-141.

¹⁴ SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Antônio Silvino: a justiça acima da lei*.2006.p.6.

¹⁵ MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.p.146.



costumava atacar. “E por que Né Batista (Antônio Silvino) tornou-se cangaceiro? Para vingar a morte do pai (dizia-se), morte, entretanto, que ele nunca mandou vingar”¹⁶.

Os cordéis sobre Antônio Silvino se assemelham, em alguns aspectos, à estrutura narrativa dramática proposta por Martin-Barbero que se desenvolve através das relações entre personagens: o “Traidor”, o “Justiceiro”, a “Vítima” e o “Bobo”. O primeiro se caracteriza como o vilão da história, capaz de seduzir a heroína e realizar atos de falsidade. No caso dos folhetos, quem desempenha este papel são os assassinos do pai do cangaceiro e o próprio governo que o persegue. A função de Justiceiro pertence ao herói da trama, o próprio Silvino, que possui a missão de vingar um crime sem punição. Em relação à caracterização da vítima, o próprio cangaceiro é identificado neste papel em razão dele ter perdido a pureza e inocência com o assassinato de seu pai. A figura do Bobo tem a função de trazer o elemento cômico para este tipo de narração, situação que se faz presente ao longo do jogo de palavras usado na linguagem da Literatura de Cordel¹⁷.

Lampião: o mito de um herói ou um bandido

Nas análises dos cordéis sobre Virgulino Lampião é preciso salientar que estes folhetos são representações de uma realidade histórica que percorreram o sertão e que ganham novas imagens e elementos por onde passam.

O primeiro cordel analisado é “A chegada de Lampião no inferno” de José Pacheco. Este folheto traz a representação de um homem que se considerava o Rei do cangaço e que após a morte se recusa a receber o mesmo tratamento concedido a pessoas comuns. O trecho a seguir relata o momento da chegada de Lampião aos portais do inferno. Nota-se que o autor confere ao cangaceiro características de como a tirania e a hostilidade:

“Vamos tratar na chegada
quando Lampião bateu
Um moleque ainda moço
no portão apareceu:
-Quem é você cavalheiro?
Moleque sou cangaceiro...
Lampião lhe respondeu
Moleque não, sou vigia
e, não sou pariceiro
e você aqui não entra

¹⁶ ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um sertanejo e o sertão: memórias*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.p.141.

¹⁷ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.p.174-178.



sem dizer quem é primeiro
- Muleque abra o portão
saiba que sou Lampião
assombro do mundo inteiro”¹⁸.

O folheto é escrito na forma de “gracejo”, um gênero que tem características humorísticas da literatura de cordel, com grande quantidade de expressões regionais e populares. A intenção é a aproximação consciente com a oralidade. Ou seja, quanto mais fiel aos dialetos dos grupos sociais que irão absorver esta literatura, mais “gracejo” o cordel se torna. No trecho o poeta usa o termo “pariceiro”, uma expressão comumente usada no Norte e Nordeste do país. É basicamente uma variante da palavra “parceiro”. No cordel, o vigia quer deixar claro que não é parceiro de Lampião para ser submetido a ser chamado de “muleque”. Na sequência, os trechos desenrolam como seria a recepção da notícia da chegada do cangaceiro ao inferno pelo próprio demônio. O cordelista cria um demônio que está preocupado com sua reputação e com sua propriedade. Na passagem, Lúcifer não admite a chegada de Lampião e o manda embora:

“Não senhor; Satanaz disse
vá dizer que vá embora
só me chega gente ruim
eu ando muito caipora
eu já estou com vontade
de botar mais da metade
dos que tenho aqui, p’ra fora
Lampião é um bandido
ladrão da honestidade
só vem desmoralisar
a minha propriedade
e eu não vou procurar
sarna pra me coçar
sem haver necessidade”¹⁹.

Deve-se observar o fato de que neste cordel Lampião é representado como um bandido tão ruim que o próprio diabo teria medo de perder o seu lugar para um líder do cangaço.

Passado no mesmo ambiente da pós-vida de Lampião está o folheto “A chegada de Lampião ao céu”, de Rodolfo Coelho Cavalcanti. O cordel possui características que o une ao exemplar de José Pacheco. Algumas semelhanças podem ser notadas, a começar pelo estilo, que também é o do “gracejo”. A contradição dos títulos pode denotar uma interpretação contrária acerca dos conteúdos, mas se nota que nos dois folhetos a figura de Lampião continua com uma imagem temível.

¹⁸ PACHECO, José. *A chegada de Lampião ao inferno*. s/d.p.2.

¹⁹ PACHECO, José. *A chegada de Lampião no Inferno*. s/d.p.3-4.



Os dois cordelistas ambientam suas narrativas em locais imaginários: o céu e o inferno. Os dois são descritos de forma humanizada, como se nada tivesse mudado na passagem da vida para a morte. As rixas continuam, assim como os sentimentos de vingança e as atitudes violentas. O trecho a seguir do folheto “A chegada de Lampião ao céu” demonstra o momento em que Lampião chega ao céu e procura seu nome na lista das pessoas salvas e aptas a entrar no céu. O cangaceiro se indigna ao saber que seu nome não está na lista e exige de São Pedro uma explicação. Outro aspecto citado é o fato de Lampião ter pedido a presença de Padre Cícero, figura considerada santa pelos nordestinos. Neste sentido, ao pedir a presença do “padrinho” ele conseguiria uma indicação para entrar no céu:

“São Pedro criou coragem
E falou pra Lampeão
Tenha calma cavalheiro
Seu nome não está aqui não
Lampião disse: é impossível
É uma coisa que acho incrível
Ter perdido a salvação
São Pedro disse está bem
Acho melhor dar um fora
Lampeão disse: meu santo
Só saio daqui agora
Quando ver o meu padrinho
Padre Cícero meu filhinho
Esteve aqui mas foi embora”²⁰.

No cordel de José Pacheco, o cangaceiro busca fazer um acordo com Lúcifer para acertar sua entrada no inferno enquanto que no folheto de Rodolfo Cavalcanti, Lampião pede a diversos santos que intercedam por ele. Diz-se arrependido e merecedor da salvação. O inferno de José Pacheco, assim como o céu de Rodolfo Cavalcanti, perde suas características sobrenaturais o que possibilita a Lampião continuar a praticar atos de crueldade. Além disso, o inferno é representado como uma repartição, na qual o demônio é o chefe de gabinete. No cordel “A chegada de Lampião no inferno” é citada a existência de uma espécie de gabinete chefiado por Jesus:

“O vigia disse assim
- Fique fora que eu entro
Vou conversar com o chefe
No gabinete do centro
Por certo ele não lhe quer
Mas, conforme o que eu disser

²⁰ CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. *A chegada de Lampião ao céu*. 1959. p.4.

²⁰ PACHECO, José. *A chegada de Lampião no inferno*. s/d.p.3.



Eu levo o senhor pra dentro
Chegando no gabinete
Lampião foi escoltado
Do glorioso Jesus
Disse o Varão da Cruz
Quem és tu filho perdido
Não estás arrependido
Mesmo no Reino da Luz?
Senhor não fui culpado
Me tornei um cangaceiro
Porque me vi obrigado
Assassinaram meu pai
Minha mãe quase que vai
Inclusive eu coitado”²¹.

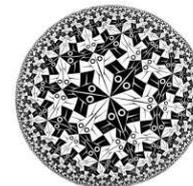
O folheto traz uma representação construída pelo imaginário popular acerca de Lampião como sempre foi desde o início. Na segunda estrofe do cordel, acima apresentada, a questão da vingança do assassinato de seu pai é usada como atenuante dos crimes cometidos pelo cangaceiro. Embora em alguns versos Lampião seja descrito como um bandido, a sua imagem heróica por vezes é confusa. O leitor é convidado a refletir sobre qual seria o melhor destino para o cangaceiro: o inferno, céu ou até o próprio sertão. Neste sentido, também se pode cogitar a possibilidade do sertão ser considerado como uma espécie de limbo:

“Leitores vou terminar
Tratando de Lampião
Muito embora eu não possa
Vou dar a explicação
No inferno não ficou
No céu também não chegou
Por certo está no sertão
Quem duvidar dessa história
Pensar que não foi assim
querer zombar do meu sério
Não acreditando em mim
vá comprar papel moderno
escreva para o inferno
mande saber de Caim. Fim”²².

O cordel “Lampião, O Capitão do Cangaço” possui a preocupação em narrar a vida de Virgulino Lampião desde o encontro de José Ferreira e Maria Vieira da Soledade, que viriam a ser os pais do cangaceiro. O folheto constrói a imagem de um cangaceiro tomado por um

²¹ PACHECO, José. A chegada de Lampião no inferno. s/d.p.3.

²² PACHECO, José. *A chegada de Lampião ao inferno*. s/d.p.8.



sentimento de vingança incontável em razão da morte de seu pai²³. Ao longo dos versos, o jovem Virgulino Ferreira da Silva se torna um homem a ser temido por uns, mas considerado um justiceiro por outros²⁴. A ambigüidade da representação do cangaceiro é o ponto principal deste cordel:

“Naquele sombrio dia
de tanta desolação,
de tanta revolta e ódio
nascia para o sertão
o nosso famigerado,
destemido Lampião.
Juntou-se ao grupo voraz
de Sebastião Pereira
seu mais feroz precursor
e assim os irmãos Ferreira
formaram a endiabrada
e mais cruel cabroeira”²⁵.

Maximiliano Campos indica a vingança como a razão para a violência praticada pelos cangaceiros. Em seu romance “Sem lei, nem Rei”, ele apresenta uma visão do cangaço como um instrumento para a prática de ações vingativas. “Sabia que o seu existir seria assim, e que iria também fazer correr o sangue dos seus inimigos. Tinha que se vingar. Era a maneira de atenuar o seu sofrer rude, assim aprendera desde cedo”²⁶. Assim como no caso de Antônio Silvino, Mello aponta que a vingança não se constitui em um motivo genuíno para Lampião ingressar no cangaço²⁷. Exemplifica-se com o folheto “Lampião, O Capitão do Cangaço”, de Gonçalo Ferreira da Silva:

“O capitão vaidoso
De quando em quando pedia
Jornal que falasse dele

²³ SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Lampião, o Capitão do Cangaço*. Rio de Janeiro: Ralp. s/d.33p. Captado em:<<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Gonçalo%20Ferreira%20da%20Silva&pesq=>> Acesso em:9/04/2011.

²⁴ Eric Hobsbawm aborda, em seu livro *Bandidos*, uma das versões sobre a entrada de Lampião no cangaço. Ele relata que Virgulino Ferreira da Silva era um menino do interior de Pernambuco que tinha o sonho de ser vaqueiro. Considerado um hábil repentista, não queria seguir a vontade de seu tio Manoel Lopes e cursar a faculdade de Medicina. Ele vivia em uma fazenda com sua família e a mesma foi expulsa por membros da família Nogueira; situação que resultou na morte de seu pai. Em razão deste acontecimento, Virgulino formou, junto com seus irmãos, um bando com mais de 37 combatentes cujo objetivo era o de se vingar daqueles que destruíram sua família. HOBBSAWM. Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p.56.

²⁵ SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Lampião, o Capitão do Cangaço*. Rio de Janeiro: Ralp. s/d.p.15. Captado em:<<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Gonçalo%20Ferreira%20da%20Silva&pesq=>> Acesso em: 9/04/2011.

²⁶ CAMPOS, Maximiliano. *Sem lei nem Rei*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.p.49.

²⁷ MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.p.88.



Por todo lugar que ia
Sobretudo os que tivessem
A sua fotografia”²⁸.

Neste trecho é relatado um forte traço da figura de Lampião: a vaidade. A vontade de tornar-se notícia era uma característica deste cangaceiro. Observa-se com isso, que o próprio Lampião contribuiu em grande parte na construção de suas representações. Essa relação pode ser entendida como uma tentativa de destaque entre tantos outros líderes do cangaço, vontade de aparecer que muitas vezes repercutia na circulação de visões antagônicas do cangaceiro junto aos meios de comunicação.

“Lampião foi o primeiro cangaceiro [...] a cuidar de sua personagem; utilizou métodos de comunicação – principalmente a imprensa e a fotografia, que não faziam parte de sua cultura – para impor a imagem que queria dar de si mesmo. [...] Essa elaboração de imagens pela imprensa, pela fotografia e pelo cinema repercutiu nos diferentes protagonistas da luta contra o cangaço que (...) devolveram regularmente contra imagens a Lampião”²⁹.

Por mais que suas pretensões aparentemente não fossem estas, para parte da sociedade sertaneja que convivia com a miséria e a submissão aos coronéis o cangaceiro era considerado um legítimo representante da luta de sua gente por uma vida mais justa³⁰. Ao mesmo tempo, o cangaceiro era identificado como um ladrão que deveria ser preso ou morto pelas autoridades. Nos cordéis, a violência, o desafio ao poder dos coronéis e a cobrança de tributos de ricos eram razões pelas quais Lampião poderia ser considerado um simples bandido, como é demonstrado nos seguintes versos de cordel “Decretos de Lampião” de Francisco das Chagas Batista:

“Diz o primeiro decreto
No seu artigo primeiro:
- Todo e qualquer sertanejo,
Negociante ou fazendeiro,
Agricultor ou matuto,
Tem que pagar o tributo
Que deve ao cangaceiro.
No parágrafo primeiro
Desse artigo ele restringe
A lei somente aos ricos
Dizendo: - a lei não atinge
Ao pobre aventureiro
Pois quem não possui dinheiro
Diz que não tem e não finge.

²⁸ SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Lampião, o Capitão do Cangaço*. Rio de Janeiro: Ralp. s/d.p.23. Captado em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Gonçalo%20Ferreira%20da%20Silva&pesq=>> Acesso em: 9/04/2011.

²⁹ GRUNSPAN-JASMIN, Élise. *Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.p.28.

³⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.p.48-56



O Decreto número dois
Fixa trinta cangaceiros
O grupo de Lampeão
Diz nos artigos primeiros:
- Preciso de trinta cabras
Trinta figuras macabras;
Trinta lobos carniceiros...
Só cabras que tenham
Menos de vinte e seis annos;
Que conheçam palmo a palmo
Os sertões pernambucanos
Que possuam pernas boas
Conheçam bem Alagôas
E os sertões parahybanos³¹.

Nos cordéis selecionados, Lampião era bandido para alguns e herói para outros. A condenação do cangaceiro não era o objetivo central dos cordéis, mas possibilitar que a sua representação pudesse ser questionada pelo próprio povo³².

3 - Antônio Silvino versus Lampião

Os folhetos aqui descritos sobre Lampião e Antônio Silvino apresentam similaridades ao apontarem o sentimento de vingança como elemento norteador da iniciação de ambos no universo do cangaço. Embora a motivação seja descrita como a mesma, a conduta de Lampião é questionada enquanto que o mesmo não ocorre em relação a Silvino.

Os exemplares referentes à Lampião são escritos na terceira pessoa, estabelecendo-se uma distância entre autor e personagem. “É significativo que as narrativas sobre Lampião sejam descritas na terceira pessoa; tal artifício, em oposição à atitude confessional aplicada a Antônio Silvino, confere um outro caráter à representação do cangaço³³. Neste sentido, tal formatação pode demonstrar as possíveis dificuldades dos cordelistas em estabelecer um juízo de valor linear acerca do cangaceiro Lampião. O fato de os cordéis sobre Antônio Silvino, principalmente os antigos, estarem escritos na primeira pessoa demonstra proximidade ou concordância com suas ações.

Nos folhetos de cordel pesquisados se percebe que os atos de violência praticados por Lampião eram condenados enquanto que as mortes praticadas por Silvino eram justificadas como

³¹ BATISTA, Francisco das Chagas. *Os decretos de Lampião*. 1925. p.1-2.

³² QUINTELA, Vilma Mota. Cordel Mídias e Mediações Culturais. In: COMISSÃO BAIANA DE FOLCLORE, 2009, p.5. Disponível em: <http://www.comissaobaianadefolclore.org.br/wpcontent/uploads/artigos/artigo2.pdf>. Captado em: 18 abr.2011.

³³ TERRA, Rute Brito Lemos. *Memórias de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global, 1983.p.107.



consequência da perseguição das forças policiais. Por tal razão, seus crimes tinham que ser perdoados. Esta perspectiva pode estar relacionada ao fato do primeiro ter sido morto quando ainda era o líder de um bando de cangaceiros; enquanto que o segundo foi preso, cumpriu parte de sua pena e acabou por receber um indulto do governo de Getúlio Vargas em 1937.³⁴

Essa visão acerca dos dois cangaceiros pode ser demonstrada em trechos do cordel “A briga de Antônio Silvino e Lampião no inferno”, de José Costa Leite. O folheto relata a luta de Antônio Silvino contra o domínio de Lampião que, após chegar ao inferno, torna-se o seu prefeito:

“Todo mundo estava ciente
que o famoso Lampião
no Nordeste em tôda parte
matava qualquer vivente sem ter dó nem compaixão
Antonio Silvino era
um sujeito justiceiro
pelo lado da justiça
tornou-se o maior guerreiro
o seu nome é conhecido
no Nordeste brasileiro
[...]
Lampião ficou por chefe tendo consideração
os diabos se reuniram
e fizeram uma eleição
o prefeito no inferno
Hoje em dia é Lampião
[...]
Quando Silvino chegou
Lampião todo valente
para o lado de Silvino
falou e rangeu o “dente”
Dizendo suma-se da minha frente”³⁵.

No decorrer dos versos são narradas as lutas travadas entre Antônio Silvino e Lampião, vencidas pelo primeiro. No entanto, para evitar a derrota de Lampião, o Diabo prende Silvino. Neste momento ocorre a redenção de Antônio Silvino, destino que não foi reservado a Lampião:

“Porém no mesmo momento
chegou o anjo da guarda
e o anjo São Miguel
cada qual com uma espada
Vieram tirar Silvino daquela enrascada

³⁴ Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião foi assassinado em 1938 durante uma emboscada na fazenda de Angicos localizada no sertão de Pernambuco. Antonio Silvino foi preso em 1914 e condenado a 30 anos de prisão a serem cumpridos na Penitenciária de Recife.

³⁵ LEITE, José Costa. *A briga de Antonio Silvino com Lampião no inferno*. 1972.p.1-3. Captado em: <<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Cordel&pagfis=37924&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net>>. Acesso em: 20/03/2012.



os diabos tiveram medo
quando os anjos ali chegaram
soltaram Antonio Silvino
e arrepiados ficaram
os anjos pegaram na mão
de Antonio Silvino e o levaram
Entregaram êle a S. Pedro
e S. Pedro aproximou-se
deu um abraço em Silvino
e dêle penalizou-se
Mandou ele entrar e dizem
Que ele agora salvou-se. FIM³⁶.

A perspectiva da diferenciação entre os cangaceiros Antônio Silvino e Lampião foi abordada por Luitgarde Barros. Para a autora, os cordéis sobre Virgulino Ferreira da Silva retratam suas tentativas de chegar ao céu, no entanto ele sempre é impedido por São Pedro. Nesse sentido, seus atos hediondos não poderiam ser perdoados. Em uma perspectiva oposta, o cangaceiro Silvino é percebido como alguém que respeita códigos sertanejos como, por exemplo, não realizar ações violentas contra as mulheres, o que não se aplicava aos membros do bando de Lampião³⁷.

4 - Considerações

A construção dos versos torna o cordel uma literatura viva: “Da comoção de sentimentos à ação bem-humorada e a sátira, registra-se, no folheto, a expressão mais genuína dos valores, dos mitos e das preferências populares”³⁸. Este artigo está inserido no campo dos estudos cujo propósito é o de compreender o modo como os cangaceiros Antônio Silvino e Lampião foram representados em exemplares de cordel. Na análise dos folhetos selecionados foi observado que as representações dos dois líderes do cangaço são construídas a partir de temas em comum como o assassinato não solucionado de seus pais, o desejo de vingança e a violência praticada pelos membros de seu bando. A percepção da figura do cangaceiro como um herói estaria vinculada a visão do sertanejo sofrido com o descaso do Estado, enquanto para aqueles que o repudiavam, ele era apenas um bandido violento que buscava o próprio benefício³⁹. Os

³⁶ LEITE, José Costa. *A briga de Antonio Silvino com Lampião no inferno*. 1972.p.8. Captado em: <<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Cordel&pagfis=37924&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net>>. Acesso em: 20/03/2012.

³⁷ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A Derradeira Gesta: Lampião e os Nazarenos guerreando no sertão*. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p.55.

³⁸ SANTOS, Olga de Jesus. O povo conta a história. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *O Cordel: Testemunha da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ébano Editora, 1987.p.5.

³⁹ TERRA, Rute Brito Lemos. *Memórias de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global, 1983.p.107.



cordelistas narram os acontecimentos em razão da parcialidade frente às ações de Antônio Silvino e Lampião e das representações em circulação sobre os dois cangaceiros.

Recebido em: 15/05/2012.
Aprovado em: 09/08/2012.



DO ARRAIAL À CIDADE: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICA URBANA NA (RE)CONSTRUÇÃO DE MARIANA, MINAS GERAIS (1742-1747)

Tércio Veloso

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

terciovelososte@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo buscar elucidar algumas ações tomadas pela Câmara de Mariana para resolver os problemas das enchentes do Ribeirão do Carmo que assolavam a povoação nos meados do século XVIII. A (re)construção da cidade para terras mais afastadas do rio foi objeto de uma extensa disputa entre a sobredita Câmara e a Real Fazenda. Apontando os argumentos utilizados para cada uma das terras e, também, a decisão tomada pelo rei D. João V, o que se pretende é apresentar as formas de atuação e a dinâmica envolvida na configuração do espaço urbano nas Minas Gerais, no século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Minas Gerais, Mariana, Urbanismo.

ABSTRACT: This article seek to elucidate some actions taken by the Council of Mariana to solve the problems of flooding of Ribeirão do Carmo that ravaged the village in the mid-eighteenth century. The (re)construction of the city away from the river has been the subject of extensive dispute between the aforesaid Council and the Royal Treasury. Thus, the aim is to present the forms of action and dynamic involved in setting up urban space in Minas Gerais, in the eighteenth century, pointing out the arguments used for each party, and also the decision by king João V.

KEYWORDS: Minas Gerais, Mariana, Urbanism.

O processo de ocupação do espaço, a construção e as transformações pelas quais passaram a cidade de Mariana são objetos já tratados por memorialistas e também por estudiosos da História, da Arquitetura e do Urbanismo. Única povoação a receber o título de cidade nas Minas Gerais do século XVIII, é sabido que para se adequar a tal condição de cidade o cenário urbano precisou ser modificado. O traçado das ruas passou por pontuais interferências adquirindo visíveis contornos regulares, com ruas paralelas e travessas interligando-as.

A forma urbana de Mariana chamou a atenção de muitos estudiosos, especialmente por seu desenho ortogonal que a diferenciava das demais cidades coloniais mineiras. Colocando-a como exceção dentro do contexto de “desleixo” em que se ergueram os povoados coloniais no



Brasil, muitos estudiosos, especialmente aqueles voltados à área do urbanismo, atribuísssem à cidade um planejamento prévio das ações sobre o espaço urbano.¹

Entretanto, pretende-se mostrar, de encontro com a recente historiografia, que essas intervenções se alinhavam com específicos contextos de ocupação do espaço, conferindo às ações sobre o traçado urbano de Vila do Carmo/Mariana uma dinâmica particular. Enquanto se fazia urgente o afastamento da cidade das inundações do Ribeirão do Carmo, recorrentes desde a década de 1730, algumas disputas foram travadas na ocupação das terras mais elevadas em relação ao Ribeirão². Essas disputas, envolvendo a Câmara Municipal de Vila do Carmo e a Real Fazenda, são o objeto desse artigo.

A Vila do Carmo surgiu da junção de dois núcleos menores: Mata Cavalos e Arraial de Cima. Fundada oficialmente em 1711, enquanto vila e unidade administrativa, o arraial do Ribeirão do Carmo já se encontrava ocupado desde os últimos anos do século XVII. A partir dos acampamentos iniciados pelos exploradores Salvador Furtado de Mendonça e Antônio Pereira, a vila tomou forma seguindo o leito do ribeirão que partilhava do mesmo nome. A Vila do Carmo em seus primeiros anos tinha a morfologia longitudinal, alongada acompanhando o curso d'água e os caminhos que por ali passavam, conforme apontaram muitos historiadores.³

A criação da Vila representa um primeiro esforço de imposição da estrutura administrativa portuguesa. A demarcação do *rossio* – as terras públicas da Câmara –, apesar de sua definição se arrastar durante os primeiros anos do séc. XVIII, foi fruto, basicamente, da doação

¹ A esse respeito ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, arte e cidade*. textos reunidos. BH: Ed. BDMG Cultural, 2004; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977; SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001; DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. (Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto). Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

² A esse respeito ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geo-ciências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995; BASTOS, Rodrigo de Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição Urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004; SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. FAFICH/UFMG, 2007; BORSOI, Diogo. *Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana-MG (1740-1800)*. Monografia de Bacharelado. DEHIS/UFOP, 2008; TEDESCHI, Denise. *Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)*. Campinas, SP: [s. n.], 2011. (dissertação de mestrado).

³ Sobre a formação longitudinal dos arraiais, acompanhando os caminhos ver D'ASSUMPCÃO, L. "Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas." *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte. N°9 pp.130-140, 1989.



de um pedaço da terra (uma légua em quadra) por Antônio Pereira, que recebeu em troca a posse hereditária do cargo de escrivão da Câmara⁴. Os símbolos do poder, que se espalhavam pela cidade eram a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho, símbolo máximo da justiça, e os templos do Carmo e da Conceição, objetivando fazer presente o rei e a Igreja na distante povoação da América.⁵

A capela da Conceição, fundada pelo mesmo Antônio Pereira e escolhida como Igreja Matriz, foi reformada e ampliada entre 1712 e 1718, denunciando uma primeira mudança no eixo de crescimento da população de *Mata Cavalos* para o *Arraial de Baixo*. Nessa época, a vila ainda conservava a aparência de arraial com o “correr de ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente”⁶.

As primeiras transformações ocorreram no Largo da Matriz, que tomou uma forma quadrangular e abrigou os primeiros prédios públicos e o pelourinho. No caminho de fora, rua lateral à Matriz, instalaram-se, anos depois, a casa dos juízes-de-fora e Casa da Intendência que deu nome à rua. Seguindo a tradição secular portuguesa, a *Rua Direita* foi transferida para perto da Matriz, onde na época existia apenas um caminho conhecido como “caminho de cima”⁷.

Parte significativa das transformações que modificaram a morfologia urbana da Vila do Carmo no século XVIII foram ocasionadas pelas tentativas de controlar as destruições causadas pelo ribeirão do Carmo. Segundo aponta Cláudia Damasceno Fonseca, a utilização de técnicas rudimentares na mineração, especialmente no momento que essa sai do leito dos rios para alcançar os morros, trouxe inúmeros problemas no que diz respeito à exploração predatória do terreno.⁸

⁴ Cf. FONSECA, C. Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: LISLY, Andrea & POLITO, R. *Termo de Mariana. História e Documentação*. vol.I. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998. p.33. Sobre a atuação e importância dos escrivães. Cf. FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas.” In: CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-EU, 2005. p.80-81.

⁵ “Em tese, os signos oficiais, quando instituídos do sentido almejado, tornavam presente o poder régio. A linguagem constituída do poder, entretanto, se insere num movimento dialógico que pressupõe um receptor não apenas ativo, mas também dotado de horizontes de conhecimento específicos e capazes de condicionar a compreensão e a apropriação da mensagem. Assim considerando-se, os significados do poder se multiplicariam numa polifonia de semitons, criada pela recepção dos indivíduos.” In: SILVEIRA, Marco Antônio & ANTUNES, Álvaro. “Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana, (século XVIII).” (Inédito – cedido pelos autores).

⁶ Cf. MARX, M. *Cidade no Brasil: terra de quem?* apud: FONSECA, C. “Espaço urbano de Mariana.”, p.36.

⁷ Cf. FONSECA, C. “Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações.” In: LISLY, Andrea & POLITO, R. *Termo de Mariana. História e Documentação*. vol.I. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998. p.27.

⁸ Sobre o processo de ocupação dos morros pelos serviços minerais ver RESENDE, Dejanira Ferreira de. “*Arraia-miúda*” nos morros das Minas. Monografia de bacharelado. UFOP: Mariana, 2010.



A necessidade de desviar cursos d'água para se fazer os desmontes dos terrenos e mais a prática de queimadas, que visava facilitar a exploração – não só mineral, mas também agrícola – acabava tirando a camada natural de vegetação, abrindo espaço para a atuação dos efeitos erosivos⁹. O assoreamento do leito do Ribeirão do Carmo foi, então, o principal problema que moradores tiveram que enfrentar e que não impunha fácil solução, uma vez que a prática de desmontes era a forma mais comum e mais utilizada nos serviços minerais.

As enchentes eram freqüentes desde a década de 1730, trazendo sempre à tona a preocupação com a ordenação urbana. A partir de documento exposto por Denise Tedeschi em estudo sobre as águas na Vila do Carmo/Cidade de Mariana, é possível perceber a preocupação dos camaristas com os “excessos” do ribeirão:

No ano de mil setecentos e trinta e sete experimentaram os moradores da principal Rua dessa vila com a inundação do Rio, chamado Ribeirão do Carmo, ocasionando da ruína de um cerco, que a defendia dessas enchentes fazendo se lhe despendem doze mil cruzados para o seu reparo, ameaçando novamente mesma ruína com maior dificuldade para se poder evitar, pois se achava o Rio mais [altiado] do que a mesma Vila.¹⁰

Segundo interessante percepção de Denise Tedeschi, a povoação às margens do Ribeirão do Carmo experimentou dois momentos distintos em relação às águas: “proximidade” e “fuga”. Nos anos iniciais de sua formação, o arraial do Carmo, posteriormente Vila do Carmo, se estruturava às margens do ribeirão, seguindo seu curso alongando-se longitudinalmente junto com o curso d'água. Todavia, as cheias do Ribeirão do Carmo, em muito causadas pela degradação em suas margens ao longo de 30 anos de exploração aurífera em seu leito e morros contíguos, fizeram com que os moradores buscassem segurança em áreas mais afastadas dos “excessos” do ribeirão, em ações capitaneadas, na maioria das vezes, pela Câmara de Vila do Carmo.¹¹

Alguns documentos conservados no Arquivo Histórico Ultramarino nos dão uma dimensão dos esforços despendidos pela Câmara de Vila do Carmo/Mariana na ordenação do espaço urbano nos anos da década de 1740. Os inúmeros problemas que se seguiam de muitos

⁹ “O terreno montanhoso, entregue sem defesa ao ímpeto das chuvas, perde o húmus, esboroa-se em largos sulcos que vêm se juntar aos talhos abertos das minerações, para dar à paisagem um aspecto ainda mais dilacerado.” Cf. LATIF *apud*: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geo-ciências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p.82.

¹⁰AHU Brasil/MG. Cx. 40. Doc. 1. *apud*: TEDESCHI, D. *Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)*. Campinas, SP: [s. n.], 2011. (dissertação de mestrado). p.46.

¹¹ “Na primeira metade do século XVIII, percebemos dois movimentos quanto às águas do ribeirão do Carmo: inicialmente, a proximidade; em seguida, a fuga. A trajetória urbana e a estruturação da cidade acompanhavam o itinerário dessas águas.” TEDESCHI, D. *Águas Urbanas*, p.40.



anos de exploração aurífera predatória no leito, nas margens e nas encostas do Ribeirão do Carmo agora refletiam sobre grande parte da população.

O assoreamento do leito do Ribeirão, decorrente do que se denominava “entulhos” dos serviços minerais, fez com que este tomasse gradualmente o espaço ocupado pelas casas construídas em suas margens pelos primeiros moradores. A principal rua – a então Rua Direita – da Vila do Carmo havia sido quase que em sua totalidade tomada pelo avanço do leito do Ribeirão e, caso nada fosse feito, em pouco tempo estaria tomando outras partes da povoação.

Pela análise das fontes, pode-se perceber de antemão que as ações do Senado frente aos transtornos causados pelas águas tomaram duas frentes. A primeira se refere às obras para cercar e conter os excessos do rio¹². A segunda, incorporando terras mais afastadas do rio para construção de novos equipamentos urbanos, pretendia situar a povoação fora do alcance do Ribeirão do Carmo¹³. As dificuldades impostas nos combates às enchentes acabavam, portanto, servindo como justificativa para a solicitação de novas terras junto ao rei para a ampliação da *urbe*.

Assim, podemos perceber que os empenhos da Câmara se dividiam nesses dois focos de ação, que correm quase em paralelo durante anos de 1740-1750. Por um lado, a Câmara procurou propor formas de amenizar a vazão do caudaloso ribeirão que cortava a Vila, denunciando diretamente ao rei serviços minerais irregulares e debatendo em suas sessões obras que pudessem resolver o problema das inundações, mas que fossem também viáveis para as receitas da Câmara.

Por outro lado, os oficiais passaram a solicitar ao rei o direito de ocuparem terras que ficavam mais afastadas do curso do ribeirão. Essa alternativa parecia duplamente rentável para a Câmara, pois além de livrar a povoação da “fúria” do Ribeirão, daria à Câmara novas terras para serem postas em aforamento, conseqüentemente aumentando as rendas e o patrimônio da Câmara¹⁴. A parcela visada correspondia ao terreno que era utilizado como pastos pelo Quartel

¹² AHU Brasil/MG. Cx:47 Doc:32. Carta dos Oficiais da Câmara de cidade de Mariana, na qual opinam ser inatendível a proposta de execução de obras, de molde a evitar novas inundações e conseqüentes destruições na rua principal da cidade, devido ao estado de ruína total, não se justificando os gastos. Mariana, 17/08/1746. CMD: 59374. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:26.

¹³ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87- Representação dos oficiais da Câmara da Vila de Ribeirão do Carmo, solicitando a concessão de terras que serviram as tropas de Dragões, para nelas edificarem, visto a rua principal da Vila estar sujeita as inundações do rio. Lisboa, 01/09/1742. CMD: 58896 - Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:24.

¹⁴ “A prática dos aforamentos era comum no reino desde o século XII e constituía na vinculação de um bem a um concessionário mediante o pagamento periódico de um valor previsto em contrato. Tais contratos tinham validade perpétua e muitas vezes permitiam negociações de compra, venda, arrendamentos, entre outros e ficavam como herança para as gerações futuras, constituindo, nas palavras de Paulo Merea, em ‘propriedades imperfeitas’”. In:



dos Dragões, nos contrafortes da Igreja da Conceição, futura Catedral Sé do bispado. Erguido na década de 1720, os quartéis encontravam-se inabitados e os pastos sem uso, uma vez que a tropa havia sido transferida para Vila Rica, sede da capitania.

A Câmara de Mariana, então, solicitava junto ao rei o direito de ocupar os ditos pastos, que haviam sido cedidos pela própria Câmara para a utilização da tropa dos dragões. Estas terras se tornaram a razão de extenso litígio que opôs a Câmara de Mariana e a Provedoria da Real Fazenda acerca da ocupação e dos direitos sobre os aforamentos. Na população respingava a incerteza sobre a quem e quanto pagar sobre os aforamentos.

A disputa pelas terras do Quartel dos Dragões

A primeira solicitação da Câmara para ocupar as terras que antes abrigavam o quartel dos Dragões e os pastos que seus cavalos utilizavam data do início da década de 1740. Em 30 de Abril de 1742, o rei D. João V solicitava ao ouvidor da Comarca de Vila Rica que enviasse informações mais precisas sobre o estado em que se encontrava a principal rua da Vila do Carmo, em decorrência das inundações do Ribeirão.

Na representação, D. João V dá a entender que já havia tomado conhecimento da situação em que se encontrava a povoação do Ribeirão do Carmo frente às inundações, ou seja, os camaristas já haviam representado sobre o assunto ao rei. Entretanto, os papéis e informações que os oficiais da Câmara de Vila do Carmo haviam encaminhados nos anos anteriores não eram esclarecedores o suficiente ou não teriam sido devidamente encaminhados¹⁵.

Todavia, com a urgência da situação que se apresentava, o rei concedeu em 31 de Maio do mesmo ano as terras dos pastos para uso da Câmara. Nessa concessão, fica evidente o principal argumento usado pela Câmara para solicitar a mercê junto ao rei: ter cedido, em outro tempo, as terras para o favorecimento da Coroa portuguesa com a instalação dos quartéis naquela região. O empenho e os gastos da Câmara naquela ocasião também eram de conhecimento do rei e aparecem com considerável peso na determinação real, sobretudo com a transferência das tropas para Vila Rica, quando as ditas terras ficaram desocupadas.

Faço saber a vos oficiais da Câmara da Vila do Ribeirão do Carmo das Minas Gerais, que se viu a representação que me fizestes de que se [para logar] o melhor estabelecimento dessas Minas, mandar levantar tropas de soldados dos dragões me [servira] este Senado em [o ano] de 1721, [quartéis nessa terra] aos

MAIA, Thalita. Terras cariocas: aforamentos do século XVIII na historiografia da cidade do Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Regional ANPUH-Rio: História e patrimônio*. 2010. p.3.

¹⁵ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87.f.3.



soldados, e umas terras vizinhas para o pasto dos cavalos, tudo feito e comprado pelas rendas do mesmo Senado, o que lhe [fora] servido [aceitar] ainda a que depois se mudaram os soldados para Vila Rica, sempre se conservaram as ditas terras para o dito efeito, e delas se serviram por largos anos até que o tempo [ao reduzira infrutíferas e sem capacidade] para o dito Ministério.¹⁶

Na mesma representação, o rei informava também aos oficiais da Câmara que havia tomado notícia, por meio de correição enviada pelo ouvidor de Vila Rica em 1742, “do prejuízo que em o ano de 1736 experimentaram os moradores da principal Rua dessa Vila com a inundação do Rio chamado Ribeirão do Carmo”¹⁷. Informava conhecer também os gastos – 12 mil cruzados – que a Câmara havia despendido na ocasião da “ruína de um cerco que a defendia das suas enchentes,[...] ameaçando não somente a mesma ruína com maior dificuldade para se poder evitar pois se achava o Rio mais [elevado] do que a mesma Vila”¹⁸.

A partir da constatação de que se tornava muito difícil alguma obra que fosse perdurável em virtude do nível que já assumia o rio frente às construções da Vila, a solução que se impunha mais viável era a transferência dos moradores para uma paragem mais cômoda, ou seja, mais afastada dos perigos impostos pelas constantes cheias do Ribeirão do Carmo. Sem que houvesse outras terras mais cômodas do que aquelas que serviam de pastos para os cavalos do Quartel dos Dragões, o rei dava notícia de que os oficiais da Câmara haviam solicitado ao ouvidor que

representasse a urgente necessidade da concepção das mesmas terras para nelas se levantarem casas pagando a esse Senado o costumado foro que pagam os mais que edificaram dentro da meia légua de sesmaria que [a vos] concedera, e vistas as vossas razões e informação que sobre ela mandei tomar, em que foi ouvido o procurador de minha fazenda [se viu] servido por resolução de 27 do presente mês e ano (maio de 1742) em consulta do meu Conselho Ultramarino, conceder vos as ditas terras que serviram de pastos para nelas se edificarem casas e pagarem a este Senado o costumado foro que pagam os mais que edificaram dentro da meia légua da sesmaria que vos concedi.¹⁹

No mesmo de ano de 1742, em 1º de setembro, os oficiais da Câmara representam ao rei para novamente solicitar as terras dos pastos dos cavalos, que por despacho do Conselho Ultramarino já lhes havia sido cedida, mas possivelmente esta informação ainda não havia chegado às Minas. Nessa representação da Câmara, pode-se notar novamente o uso do já citado argumento de que a Câmara havia cedido ao rei as terras dos pastos outrora e agora, com a

¹⁶ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87.f. 5-5v.

¹⁷ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87.f.5v.

¹⁸ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87.f.5v.

¹⁹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc:87.f.6.



recuperação dos direitos de posse sobre as terras, buscava solucionar os problemas enfrentados pela população com a enchente na rua principal da povoação.

Representando a Vossa Majestade este Senado a urgência que havia de paragem donde os moradores da Rua principal desta Villa houvessem de fazer novas casas para a sua habitação, em razão de estar a dita Rua sujeita as inundações do Rio, que se apelida Ribeirão do Carmo; e que para a dita fundação era o lugar o mais cômodo o campo, ou terras contiguas a mesma Vila que se em outro tempo serviram de pastos aos cavalos das tropas de Soldados Dragões, que Vossa Majestade foi servido mandar levantar, agora se acham estes assistindo em Vila Rica em novos quartéis que para a sua [ubicção] foram fabricados, e aquelas totalmente inaptas e infrutíferas, as quais havia oferecido este Senado para aquele esforço assim como também quartéis, em que os ditos soldados residissem, tudo comprado e feito pelas rendas do mesmo Senado.²⁰

A Câmara, contudo, não pretendia apenas repetir os argumentos que já eram de conhecimento do rei. Confirmada a mercê sobre as terras, os oficiais da Câmara solicitavam também poder tomar posse das ruínas do quartel que se encontrava então inabitado, acrescentando tal construção, ainda que em ruínas, ao patrimônio e aos bens da Câmara de Vila do Carmo.

E porque os ditos quartéis se acham inabitados, por ocasião daquela mudança que para Vila Rica fizeram os soldados; e por isso experimentando uma continuada ruína em forma, que sem dúvida padeceram brevemente abatimento e decadência total, esta causa porque recorre este Senado a Vossa Majestade para que se digne conceder lhe os ditos quartéis e um alpendre a eles juntos, para que acrescentando ao Conselho estes bens, possa melhor acudir aos reparos precisos e operações necessárias tendentes ao bem público.²¹

Conquanto, a questão sobre a ocupação e uso das ruínas do quartel não iria ser o principal empecilho para os usos da terra que os camaristas haviam solicitado ao rei. Como se relatou, as cheias do Ribeirão do Carmo já assolavam a população da Vila do Carmo desde meados da década de 1730 – a primeira referência feita acima, ainda que indireta, remete ao ano de 1737. Nesse ínterim, muitos moradores solicitaram a Real Fazenda, responsável pela administração das terras após a mudança do quartel para Vila Rica, a concessão de parcelas de terras por aforamento, de modo que os foros recolhidos ficavam, então, para a Real Fazenda.

Com a concessão das terras dos pastos a Câmara em Maio de 1742, abriu-se espaço para uma disputa sobre a administração das terras, e, conseqüentemente, das receitas provenientes dos aforamentos que já estavam feitos e aqueles que ainda viriam a ser feitos, entre a Câmara da Vila do Carmo e Real Fazenda.

²⁰ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.2.

²¹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.2



Para se ter uma ideia sobre a ocupação das terras na região dos pastos, em lista feita pelos oficiais da Real Fazenda no ano de 1745, encontram-se 20 aforamentos feitos entre os anos de 1731 e 1744, perfazendo um total de 150 braças aforadas. O valor do foro era calculado pela razão de meia oitava de ouro por cada braça pela Fazenda Real. As parcelas aforadas pela Fazenda Real até o mês de Maio de 1742, quando o rei autorizou os camaristas a ocuparem e aforarem aos moradores a região supracitada, totalizavam 109 braças cedidas para 12 moradores. Posterior a concessão de Maio de 1742, são aforadas 8 parcelas, com 41 braças no total²².

Interessante notar que, ainda que antes ou depois da concessão, é o ano de 1742 o que o tem maior número de terras aforadas: 14 das 20 parcelas, ou 103 no total das 150 braças anotadas. Ou seja, pode-se apontar desde o começo da década de 1730, alguns moradores, ainda que na incerteza sobre os direitos de posse, procuraram formas de aforar as parcelas de terra na região dos pastos. Como os perigos das enchentes se agravaram no limiar das décadas de 1730 e 1740 e com a notícia de que a Câmara se empenhara para solicitar ao rei a mercê sobre as requisitadas terras, a população procurou ainda mais o aforamento dessas parcelas, tanto é que das 14 parcelas aforadas no ano de 1742, 8 foram feitas entre janeiro e março e outras 6 em julho do mesmo ano, posterior, então, a dita concessão real de Maio de 1742²³.

Com a maior procura dos moradores pelos aforamentos, cresceria também o montante que dali seria arrecadado com os foros, o que pode nos dar uma dimensão – ao menos econômica – da disputa que opôs a Câmara da Vila do Carmo e a Real Fazenda. Em uma conta rápida: a partir da citada razão de meia oitava de ouro por braça aforada cobrada pela Real Fazenda, computando apenas aqueles aforamentos que eram válidos em 1745, ou seja, 120 braças, tem-se o total de 60 oitavas de ouro a cada ano. Considerável soma que como há de se mostrar os provedores da Fazenda Real fizeram de tudo para não abandonar e os camaristas da Vila do Carmo tentaram tomar para as rendas do seu senado.

A disputa entre Câmara e Real Fazenda tem seu primeiro registro em um termo da provedoria da Fazenda Real de 15 de Abril de 1743. De acordo com o termo, os oficiais da Câmara se obrigavam

pelos bens do mesmo Senado a satisfazer a Real Fazenda por esta Provedoria todos os foros que se acham impostos nos pastos da Vila do Carmo pertencentes à mesma Real Fazenda até o dia da concepção que Sua Majestade fez dos ditos pastos ao mesmo Senado (...), mercê de Sua Majestade a quem

²² AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f. 4-4v.

²³ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f. 4-4v.



recorrem, em [como] há por bem dele fazer mercê dos ditos foros, com as mais clausulas e condições que se acham expressadas na dita procuração.²⁴

A resposta da Câmara foi rápida. Na representação feita pelos oficiais da Câmara, datada de 27 de Agosto de 1743, o referido argumento usado pelos vereadores para solicitar as terras que pretendiam em mercê junto ao rei está claramente articulado. Em sua fala, os oficiais relatavam o estado de ruína e o eminente perigo que se abatia sobre os moradores. Recuperavam, também, a notável doação que fora feita pela Câmara para o estabelecimento do quartel dos Dragões e o fato de, ultimamente, estarem desocupadas em virtude da transferência das tropas para Vila Rica. Além disso, essas terras também se situavam dentro da demarcação da légua em quadra, que fora cedida para a Câmara no momento da fundação da Vila do Carmo.

Com os prejuízos causados pelas cheias do Ribeirão, que assolavam a povoação desde os finais da década de 1730, a Câmara

em o primeiro de outubro de 1740 representou a Vossa Majestade este Senado, o evidente perigo em que se acha sujeita a principal Rua desta Villa pelas inundações do Rio chamado Ribeirão, a que já senão podia acudir, com reparos que as evitasse, por estar o cerco que nele se fez e em que se gastou doze mil cruzados muito mais alto que a mesma Rua, que já tinha sido alagada, com prejuízo grande dos seus moradores no ano de 1737 e que por isso e por haver extrema necessidade de paragem para donde se mudassem as casas que ali estão em notória deploração era o melhor sítio para se reformar a Vila e edificarem casas em que vivam os ditos seus moradores as terras do pasto, [mistiço] a mesma Villa que em algum [tempo] foram deste Senado, e ele as ofereceu a Vossa Majestade para pasto dos cavalos das tropas que mandou Vossa Majestade levantar nestas Minas, assim porque as ditas tropas já residiam em Vila Rica, desde o tempo do estabelecimento das casas de capitação e estavam aquelas terras infrutíferas, por se compreenderem na meia légua da Sesmaria, que foi Vossa Majestade servido conceder ao mesmo Senado para seus aforamentos.²⁵

Contudo, afirmavam os oficiais que devido à demora da resolução de Sua Majestade e o aumento da necessidade dos povos, em virtude das águas que estavam por vim naquele ano, algumas pessoas recorreram à Real Fazenda para aforarem terras. De acordo com o relato dos vereadores, algumas parcelas teriam sido aforadas entre fevereiro de 1737 e julho de 1742, surgindo daí o empecilho colocado pelos provedores da Real Fazenda para o completo uso da mercê que fora concedida à Câmara em maio de 1742.

A dúvida que acometia o debate entre os provedores da Real Fazenda e os oficiais da Câmara da Vila do Carmo era se a mercê recebida pelos camaristas dizia respeito a toda extensão

²⁴ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.16v-17.

²⁵ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.3.



dos pastos – opinião partilhada pelos vereadores – ou se somente correspondia as terras ditas devolutas, ou seja, não incluindo, então, os aforamentos feitos pela Real Fazenda – ponto de vista que tentavam defender os provedores da Real Fazenda. De acordo com os vereadores de Vila do Carmo, muitos dos aforamentos feitos Real Fazenda datavam de momento posterior à concessão de maio de 1742, o que não seria permitido, pois as terras já se encontravam em propriedade do senado da Vila do Carmo.

Ademais, os empecilhos e dúvidas colocados pelos provedores da Real Fazenda refletiam diretamente sobre o bem público e a boa ordem da povoação, impedindo que a Câmara pudesse realizar as devidas obrigações, como os arruamentos necessários e demarcação dos espaços para a nova praça e a Casa de Câmara e Cadeia. Os vereadores afirmavam que pelas dúvidas impostas pela Real Fazenda não era possível atender a boa ordem desejada, por isso, “só se espera por resolução de Vossa Majestade para se fazerem, vindo assim [a servir em] maior [condição] para a utilidade deste Senado e seus povos”²⁶.

Por fim, a Câmara sinalizava na possibilidade de um acordo com a Real Fazenda, se comprometendo a satisfazer os foros até a data da concessão, maio de 1742,

a fim de que lhe ficassem livres para por ele se aforarem com arruamentos convenientes e se determinar lugar para praça, Casa de Câmara e Cadeia com a obrigação de [assentar] dentro de dois anos resolução de Vossa Majestade, e ficar o Senado livre da contribuição dos foros da Real Fazenda e as terras do pasto por ela aforadas, assim como as devolutas pertencendo ao mesmo Senado.²⁷

A Câmara se comprometia então a respeitar aqueles aforamentos feitos anteriormente pela Real Fazenda, entretanto, somente até a data da concessão do rei, ou seja, maio de 1742. Até essa data, a Real Fazenda poderia recolher os foros que lhes eram devidos. Depois disso, as terras passariam à administração da Câmara, a quem caberia todos os foros da região, tanto das terras já aforadas como daquelas que ainda haviam de se aforar.

Pelo lado dos provedores da Real Fazenda, a informação passada em 17 de Agosto de 1744 traz argumentos e articulações distintas. Estes afirmam que o interesse da Câmara sobre as terras era somente sobre o montante arrecado nos foros, tirando esses da Real Fazenda com o fim de avultar as rendas do Senado. Para os provedores, os camaristas teriam se mobilizado na requisição da mercê das terras apenas depois que a Real Fazenda tinha passado a aforá-las aos moradores.

²⁶ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.3.

²⁷ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.3.



Na esteira de seu argumento, os funcionários da Real Fazenda procuravam expor a pouca necessidade que tinha a Câmara da Vila do Carmo das terras e das rendas dos foros dali provenientes. Para eles, era

só o interesse dos foros que pretendem, porque fazendo [deixaram] delas a dita Câmara a Sua Majestade para pasto dos cavalos das tropas que nestas Minas se levantaram [] em tais terras falaram senão depois que por esta Provedoria começaram aforar, nem o pretexto da necessidade de se fazer nelas Vila por se achar detriorada (sic) pelas inundações do Rio é causa primeira do seu requerimento.²⁸

É notável que, em sua tentativa de convencer o rei de sua preferência na administração das terras, os oficiais da Real Fazenda buscaram inverter o argumento usado pelos camaristas. Para fortalecer a sua visão sobre o dito argumento e resguardar-se na administração das terras, esses oficiais citavam que, inclusive, já havia sido feita anteriormente uma tentativa de ocupar as terras dos pastos sobre a sua responsabilidade.

Vendo o Governador que foi destas Minas Martinho de Mendonça o perigo em que a dita Vila estava por causa das referidas inundações foi o primeiro que determinou que lhas ditas terras se [fizesse] Vila por ser a melhor paragem que havia para isso, e para que assim se efetivasse ele mesmo foi a dita Vila e na sua presença se mediram e repartiram as ruas [dela] em tudo forma como se devia estabelecer, e por sua ordem se começaram aforar as ditas terras por esta Provedoria a quem nelas quis fazer casas a razão de meia oitava de ouro por cada braça.²⁹

Nessa exposição, a estratégia dos oficiais da Real Fazenda era se colocar como administradora dessas mesmas terras. Ao mesmo tempo, procuravam desqualificar o interesse da Câmara sobre os pastos, argumentando sobre a pouca necessidade que tinham e sobre os já avultados rendimentos daquele senado. Assim, esses oficiais tentavam mostrar ao rei que o interesse da Câmara se restringia somente às rendas que proveriam dos aforamentos, o que, no fim das contas, poderia se tornar um problema, uma vez que

cessando a necessidade que a dita Câmara tem hoje dos ditos foros por ser das mais ricas destas Minas, se não fez crível que Sua Majestade a queria fazer mais opulenta com o prejuízo da Sua Fazenda, não sendo outro o fim e [mente] do dito Senhor do que atender a sua conservação que cessando por ter rendas abundantes, parece cessa também a disposição porque lhe fez mercê, especialmente dos foros que por esta Provedoria se tem concedido antes da Real ordem em tempo hábil e com direito adquirido para assim se fazer.³⁰

²⁸ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.22.

²⁹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.21v.

³⁰ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.22.



Por essas razões, “se não devia dar por inibida esta Provedoria de continuar nos aforamentos de que estava de posse”³¹. Em suma, para a Real Fazenda, o interesse da Câmara sobre as terras dos pastos, ancorado na necessidade e urgência que tinham os moradores de serem socorridos das inundações do rio, não passava de um mero pretexto para aumentar ainda mais as rendas do já rico senado da Vila do Carmo. Por isso, seria mais acertado manter a posse, pelo menos, daqueles aforamentos que já haviam sido concedidos.

Pelo lado dos camaristas da Vila do Carmo, noutros documentos, pode-se perceber que os argumentos se mantêm firmes em mostrar o estado de penúria da Vila e a eminente necessidade da população de terras mais acomodadas, ou seja, afastadas dos excessos do rio. Na representação que fizeram ao Rei D. João V, de 17 de Outubro de 1744, os oficiais da Câmara de Vila do Carmo procuraram expor os inconvenientes decorridos dos embargos colocados pelos provedores da Real Fazenda para a posse e uso da mercê que fora concedida pelo Rei e, logo, para os moradores que necessitavam de paragens mais acomodadas para reconstruir suas moradas. Em princípio, os vereadores fornecem um resumo da contenda:

Foi Vossa Majestade servido por resolução de 30 de Maio de 1742 expedida pelo seu Conselho Ultramarino determinar que vista a necessidade que havia de paragem para edificar-se a nova Vila visto a ruína que se esperava na que existia com a violência do Rio chamado Ribeirão do Carmo, e ser a mais apta a do pasto que o Senado em outro tempo tinha oferecido a Vossa Majestade para acomodação das novas tropas Dragonesas que de novo se criaram nestas Minas que concedia o dito pasto para a reedificação da nova Vila e entrando o Senado a querer aforar aos moradores se opuseram os oficiais da Real Fazenda de Vossa Majestade com o fundamento de que já tinham anteriormente aforado a várias pessoas e que estas haviam de ficar pagando a mesma Provedoria o que parece não deve ter lugar por ser a mercê feita em tempo que ainda não havia aforamento algum.³²

As enchentes do Ribeirão do Carmo, a eminente necessidade de se ocupar terras mais afastadas para a segurança da Vila, a doação feita pela Câmara ao Rei das terras dos pastos que a mesma visava retomar da administração real, uma vez que os pastos não estavam sendo utilizados pelo Quartel dos Dragões, que fora transferido para Vila Rica e, por fim, os inconvenientes que proviam dos embargos impostos pelos oficiais da Real Fazenda: todo o argumento utilizado pela Câmara está resumido no trecho supracitado.

Muito embora os vereadores não estivessem exatamente corretos sobre o fato de não haver aforamentos anteriores a mercê de Maio de 1742, fica evidente a postura que seria mantida

³¹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.22.

³² AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.25.



pela Câmara na contenda, procurando sempre mostrar as necessidades dos moradores e o estado de ruína que ameaçava a povoação, e de que forma os embargos da Real Fazenda não contribuíam em nada com o bem público.

É nessa esteira que os ofícios da Câmara narram na representação alguns recentes acontecimentos, alegando que, se anteriormente havia tempo para pensar e debater sobre a transferência da Vila para as terras dos pastos e os melhores meios de combater as enchentes, era, agora, urgente executar tal mudança visto os prejuízos que vinham tendo os moradores. Segundo os ofícios da Câmara, “em 13 de Dezembro (de 1743), pois com a continuação da cheia do chamado Ribeirão arruinou a Rua (Direita) e está em perigo o mais resto da Vila no que houve e haverá dano considerável destes povos e de Vossa Majestade”³³.

O empecilho imposto pela Real Fazenda se manifestava, ainda, no valor praticado dos foros aos moradores. De acordo com os dados fornecidos pelos camaristas, enquanto na Real Fazenda os aforamentos eram feitos a setecentos e cinqüenta réis, a Câmara tinha o costume de cobrar a metade, trezentos e setenta e cinco réis, a Real Fazenda praticava meia oitava, enquanto a Câmara praticava a razão de meia pataca, algo próximo a um quarto de ouro. A diferença no valor cobrado sobre cada braça aforada era considerável e, na opinião dos camaristas, isso afastava os moradores, deixando-os receosos, pois se esses podiam aforar os terrenos por um valor mais baixo, observando o que já era prática e costume da Câmara, não iriam se expor a pagar o foro mais caro praticado pela Real Fazenda.³⁴

Os vereadores encerram a representação trazendo à tona os conhecidos temas do bem público, ressaltando a eminente necessidade em que se encontrava a povoação. Dessa forma, os embargos da Real Fazenda ao uso da mercê concedida pelo rei acabavam tendo reflexos diretos sobre os moradores. Os vereadores solicitavam, então, que se resolvessem, a bem desses moradores, tal contenda para que a Câmara pudesse levar a cabo as obras necessárias para a ocupação da região.

E demais como não se pode usar da mercê de Vossa Majestade é impraticável o poder haver servidão para o bem público, por ser necessário abrir-se uma Rua por [beco] dos quartéis que o mesmo Senado ofereceu a Vossa Majestade e se acha em a terra da contenda. Rogamos a Vossa Majestade humildemente se digne mandar que fique a mercê e graça feita a este Senado do dito pasto para

³³ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.25-25v.

³⁴ “[...] os embargos alegados dão causa a que não queriam os moradores edificar antes da decisão por não se exporem a pagar a Real Fazenda por foro setecentos e cinqüenta réis podendo fazer com trezentos e setenta e cinco, pelo que costuma este Senado aforar.” AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.25v.



que como seu possa usar sem a menor dúvida. Sempre porém faremos o que Vossa Majestade nos for mandado.³⁵

A contenda recebe uma resposta de D. João V em 19 de Março de 1745, em favor da Câmara de Vila do Carmo, cedendo inteiramente as terras dos pastos para a administração local da Vila do Carmo, sem restrição daqueles aforamentos que já tinham sido feitos pela Real Fazenda. Todavia, o rei não se rogava em apenas ceder as terras à Câmara da Vila do Carmo, e tendo em vista a eminente necessidade de colocar a povoação sobre boa ordem, foi bastante enfático ao determinar os usos que a Câmara deveria dar às terras concedidas.

Responda se aos oficiais da Câmara que a mercê que Sua Majestade lhe fez de lhe tornar alargar as terras que seus antecessores tinham oferecido para pastos dos cavalos das tropas foi completa, sem [limitar] as que estivessem aforadas, e assim competem a Câmara na mesma que as tinha antes de as oferecer, mas fique entendendo que neste sítio se devem edificar as casas que de novo se fizerem e para esse efeito se lhe ordena que faça logo planta da nova povoação, elegendo sítio para praça espaçosa e demarcando as ruas, que fiquem direitas e com bastante largura, sem atenção a conveniências particulares, ou edifícios que contra esta ordem se achem feitos no referido sítio dos pastos.³⁶

Os oficiais da Câmara deveriam, então, em primeiro lugar providenciar a fatura e demarcação dos arruamentos que se abririam nos pastos, separando espaço para uma praça espaçosa. A retidão das ruas deveria ter preferência sobre as conveniências particulares, “porque se deve antepor a formosura das ruas”³⁷. Essa preocupação pode ser um indício de que o rei já tinha em mente a escolha da Vila do Carmo para delegar o status de cidade e receber a sede do bispado que se instalaria nas Minas. E as recomendações não pararam por aí: depois de demarcadas as ruas, “cordeadas estas, se demarquem sítios em que se edifiquem os edifícios públicos”³⁸, para somente depois passar aforar as terras para os moradores, dando preferência para aqueles que já haviam feito aforamentos junto a Real Fazenda, de modo a regularizar a situação desses.

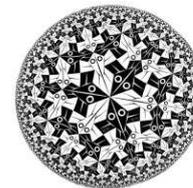
No caso de ser necessário fazer alguma demolição, a Câmara deveria se responsabilizar pelos custos, sempre em observância da boa ordem da povoação. O rei determinava também as formas das construções que ali se deveriam erguer, sendo “todos os edifícios se hão de fazer a face da ruas cordeadas as paredes em linha reta, e havendo comodidade para quintais das casas,

³⁵ CMD: 58896. AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.25v.

³⁶ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.21.

³⁷ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87.f.21.

³⁸ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.21.



devem estes ficar pela parte de trás delas e não para a parte das ruas em que as casas tiverem suas entradas”³⁹.

O rei também incumbia ao Governador Gomes Freire de Andrada de acompanhar o andamento das ações dos camaristas, “para com a sua atenção praticar o referido ficando entendendo eles oficiais da Câmara e seus sucessores que em nenhum tempo poderão dar licença para se tomar parte da praça ou das ruas demarcadas”⁴⁰. O rei via, então, na presença da autoridade do governador uma garantia de que os oficiais, e também os moradores, obedeceriam às determinações do rei para garantir a boa ordem da povoação e os espaços reservados para a praça e os prédios públicos de que a vila carecia.

Esse fato é interessante para a história da cidade de Mariana, pois, ainda que o risco e a construção do histórico prédio da Câmara Municipal sejam do último quartel do século XVIII, vemos aqui já um indício do local que seria reservado para a construção, local este que provavelmente abrigou também o já referido quartel dos Dragões. É também notável a preocupação com a devida alocação dos prédios públicos, sobretudo se levar em consideração o eminente perigo trazido pelas cheias do Ribeirão do Carmo. A ideia era afastar a Casa da Câmara e Cadeia dos excessos do Ribeirão, e o local escolhido foi o acomodado sítio dos pastos.

Por fim, o rei esclarece sobre as formas dos aforamentos a serem concedidos na região, e que os oficiais da Câmara não deviam alterar aqueles aforamentos feitos na Real Fazenda, ainda que esses se passassem para a administração. “E os foros feitos na Provedoria da Real Fazenda que ficam pertencendo a Câmara depois de mercê de Sua Majestade não se devem alterar, porem os que a Câmara fizer hão de ser na forma da Lei do Reino e não como eles dizem nesta sua representação.”⁴¹

Desse modo, o Rei D. João V expressava sua preferência pela Câmara de Vila do Carmo frente à Real Fazenda para a administração das terras dos pastos. Embora não apareça expressa em momento algum, pode-se supor também que essa preferência dada pelo rei à Câmara já trazia implícita a definição de elevar a Vila do Carmo à condição de cidade para receber o bispado, que seria concretizada nos meses seguintes de 1745.

Aqui reside a base da decisão tomada pelo monarca D. João V como justificativa para a criação da cidade de Mariana: somada ao status de mais antiga povoação das Minas, o novo

³⁹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.21v.

⁴⁰ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.21v.

⁴¹ AHU Brasil/MG. Cx:42 Doc: 87. f.21v.



assentamento que tomava forma seria ideal para a sede do prelado. A antiguidade da povoação e a comodidade do sítio dos quartéis foram decisivas para tal questão. Na Ordem Régia de criação da cidade de Mariana enviada a Gomes Freire de Andrade, em 1745, apesar de breve, o rei não deixava de elencar os motivos de sua escolha da Vila do Carmo como sede do bispado: “a mais antiga das Minas Gerais, e que fica em sítio muito cômodo para a ereção de uma das duas catedrais”⁴².

Os argumentos utilizados pelos camaristas, sobretudo o estado de ruína em que se encontrava a povoação em decorrência das cheias do Ribeirão do Carmo, parecem ter sido bastante relevantes para a análise e deferência do rei e de seu Conselho Ultramarino. A escalada na hierarquia dos lugares na América lusitana justificaria a preferência do rei dada a aquela Vila que se tornaria Cidade, com a intenção de avultar os rendimentos da Câmara talvez já consciente de outras despesas que a mesma teria para adequar decorosamente o seu espaço urbana a sua nova condição hierárquica.

De acordo com D. Tedeschi, a intenção dos camaristas de Mariana em ocupar o sítio dos pastos, fugindo das águas e abrindo um novo eixo da povoação, teria influenciado diretamente o rei para a escolha da Vila do Carmo para sede do bispado e a conseqüente elevação à categoria de cidade⁴³. O “sítio mais cômodo” frequentemente citado na documentação pesquisada revela que o monarca tinha conhecimento das intenções dos moradores em ocupar os ditos pastos dos quartéis, no intuito de garantir maior comodidade e segurança frente aos problemas causados pelas cheias do Ribeirão do Carmo.

Mesmo as ressalvas feitas pelo governador Gomes Freire sobre o estado em que se encontrava a então cidade de Mariana não persuadiram o rei, que se manteve firme na sua proposta de instalar o prelado na vila do Carmo. Depois de tiradas “as plantas” a mando do monarca, o governador afirma que “o rio tem levado a cidade, Villa, arraial, pelo pouco que hoje é, só o parece.” Ainda informa,

é necessário saber que a Matriz como dirá o Bispo ameaça ruína: como estou persuadido, a mente de Sua Majestade é escolher o lugar mais próprio para a

⁴² APM SC 86, f.33. *apud*: BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003., p.129. Conforme o dito autor aponta, a outra catedral, e bispado, a que se refere é o de São Paulo, instituído em 1745.

⁴³ Cf. TEDESCHI, D. *Águas urbanas*. p.46-47.



nova fundação, só se fizer também uma nova cidade, fora do rio, poderá ser tudo capaz [...].⁴⁴

Assim, tanto para o rei, para o governador e também para os vereadores de Mariana, a solução seria construir uma nova povoação, fora dos excessos do ribeirão para garantir a segurança da sede do prelado. Após tomarem conhecimento da decisão do rei em fazer de Vila do Carmo a Cidade de Mariana, os camaristas enviaram um extenso documento sobre a situação em que se encontrava a cidade:

As inundações do Rio chamado Ribeirão do Carmo tem alagado a maior parte da melhor Rua desta Cidade com grande prejuízo de seus habitantes, e senão se atalhar a corrente do mesmo Rio o qual agora corre por grande parte da dita Rua fazendo-se lhe algum desvio, cerco ou outra obra, que parecer conveniente; nas águas que proximamente se esperam, irá prosseguindo o dano, que faz aos edifícios, e nestes não se restaurará a nova perda iminente com oitenta, ou cem mil cruzados.⁴⁵

A tarefa, que antes parecia demais onerosa, com o alvoroço causado pela notícia da escolha para recepção do bispo, colocava ânimo nos povos “onde se descobriram alguns meios para atalhar o dano do dito Rio, seguros e de menos custo do que parecia pedir semelhante obra”⁴⁶. Assim, os vereadores informavam a pretensão de reedificar a Rua Direita “com mais fermosura (sic)” e colocarem também a Igreja Matriz em terras afastadas do rio.

Na espera de uma resposta definitiva do rei, os vereadores informavam no documento que seguiam trabalhando, com despesa do Senado, para conter os excessos do ribeirão, o que não seria suficiente mediante os insucessos nas obras, demandando gastos, sem a solução esperada. Dessa forma,

não será justo, não só pelo detrimento dos particulares mas dos edifícios públicos, e principalmente por que não deve submergir-se uma povoação que deve a Vossa Majestade a honra de a exaltar a Cidade e como da razão de bons vassallos é aumentar, e não destruir as povoações, que os Seus soberanos criam.⁴⁷

Dessa forma, afirmavam que as despesas e o empenho empregado os colocavam como bons vassallos, trabalhando para o aumento da povoação que o monarca dignificava chamar de

⁴⁴ Segundo as referências, esse documento foi citado pela primeira vez com o título de *Carta de D. João V a Gomes Freire de Andrade de 23 de Abril de 1745* por VASCONCELLOS, Diogo. História do Bispado de Mariana. Nas leituras feitas, é citado por FONSECA, C. *Mariana*, p.83-84; BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*, p.133.

⁴⁵ Representação da Câmara de Mariana AHU Brasil/MG Cx:47, doc. 32, p.511-512. Mariana, 25/09/1745. *apud*: BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*, p.132.

⁴⁶ Representação da Câmara de Mariana AHU Brasil/MG Cx:47, doc. 32, p.511-512. Mariana, 25/09/1745. *apud*: BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*, p.132.

⁴⁷ Representação da Câmara de Mariana AHU Brasil/MG Cx:47, doc. 32, p.511-512. Mariana, 25/09/1745. *apud*: BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*, p.132.



“cidade”. E prosseguiam, deixando claro o objetivo de fazer obra perdurável em razão do bem público.

(...) Pedimos humildemente a V. Majestade se digne mandar ao ouvidor desta Comarca leve em conta a despesa, que para remediar o dano do rio, interinamente fizer, visto que a ela só nos move a razão do bem público; e outrossim que Vossa Majestade também se sirva determinar a obra perdurável, que se deve fazer para reparo do dito rio, sem o qual não pode subsistir esta povoação: E esperamos da Augusta Clemência de Vossa Majestade que o haja assim por bem tanto em resolver o meio perdurável, como em aprovar o remédio [presentaneo], que ficamos dando ao dito rio, e o dispêndio que nele fizer o mesmo Senado. Deus nos guarde e Conserve a Real Pessoa de Vossa Majestade para aumento desta terra.⁴⁸

Por mais que a referência dos vereadores de Mariana não seja clara na carta acima, pode-se cogitar que a “obra” ou “meio” perdurável que apontavam ser necessários fosse exatamente o afastamento da cidade dos excessos do rio. Como bem foi demonstrado na correspondência entre o rei e o governador Gomes Freire, o espaço urbano da nova cidade se encontrava arruinado, somente seria tudo capaz para o fim que convinha se se fizesse uma nova cidade, “fora do rio”. Em terreno mais afastado, a segurança da sede do prelado estaria garantida.

Ademais, o rei já parecia disposto a escolher a opção de fazer novos assentamentos nas terras dos pastos, requeridas pela Câmara, em virtude das comodidades que se apresentavam. Transmudar a povoação para um local fora dos excessos do Ribeirão parecia mais certo e duradouro do que realizar obras dispendiosas e incertas no leito do rio para evitar a ruína completa da localidade. Colocar-se longe dos perigos das inundações, de alguma forma domesticando as águas que margeavam a cidade episcopal, era o objetivo que os envolvidos com a reformulação de Mariana deviam ter em mente.

Para tanto, o rei solicitou, ainda em 2 de Maio de 1746, informações sobre o melhor local para a alocação da praça e para a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia e dos mais edifícios públicos que fossem necessários. A resposta, encaminhada em conjunto pelo Governador Gomes Freire de Andrada, pelo ouvidor geral de Vila Rica José Antônio de Oliveira Machado e pelos oficiais da Câmara de Mariana, data de 14 de Junho de 1747, com o parecer de Gomes Freire datado de 23 de Setembro do mesmo ano⁴⁹.

⁴⁸ Representação da Câmara de Mariana AHU Brasil/MG Cx:47, doc. 32, p.511-512. Mariana, 25/09/1745. *apud*: BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*, p.132.

⁴⁹ AHU Brasil/MG. Cx:50 Doc:61. Representação do governador, Gomes Freire de Andrade, do ouvidor-geral de Vila Rica, José Antonio de Oliveira Machado e da Câmara de Mariana, a D.JoãoV, dando conta da análise que haviam feito aos terrenos da cidade, para escolha do local para construção da praça, cadeia e outros edifícios



Em seus termos, os vereadores informam que, tendo como opções as proximidades da Real Intendência, na rua lateral da Igreja Matriz, e os recém cedidos pastos do quartel, a primeira não era conveniente em decorrência dos perigos que impunham as cheias do ribeirão e dos demais córregos que cortavam a cidade. Por outro lado,

saindo mais acima ao alto donde chamam os quartéis e [assim] resolveram que no dito sítio era mais acomodado estabelecer se a dita praça, cadeia e mais edifícios públicos por haver capacidade no dito terreno demolindo-se huns quartéis velhos que nele se acham.⁵⁰

O parecer do governador Gomes Freire é ainda mais esclarecedor sobre a razão da escolha daqueles sítios mais elevados para a demarcação da praça e construção dos necessários prédios públicos. Na opinião do governador, indo de acordo com os oficiais da Câmara, a região que outrora abrigava o quartel, “era o mais adequado e [congeniente] para a praça, cadeia e mais edifícios públicos dela, (...) não só pela capacidade do referido terreno, mas também por estar em sítio a que são inacessíveis os excessos e fúrias do córrego e rio no tempo das águas”⁵¹.

A situação que se colocava aos camaristas era o insucesso no combate dos excessos das águas, que ano após ano, traziam gastos em obras que não resolviam o problema como era esperado⁵². Por outro lado, a ocupação das terras dos pastos se colocava como uma alternativa duplamente rentável, pois afastaria a vila/cidade do rio, ao mesmo tempo em que a Câmara poderia compor suas receitas através do aforamento de parcela de terras.

Conforme demonstrado, os debates sobre a forma de interferência na Vila do Carmo se juntavam oportunamente com a necessidade de escolher uma localidade condigna para receber o título de cidade, elevando-se na hierarquia dos lugares no contexto político das Minas Gerais em meados do século XVIII; contexto político este, aliás, que não se pode desconsiderar na pontual escolha de Vila do Carmo para passar a condição de cidade. Estratégias de diluição do poder eram comuns às práticas de governo portuguesas, e visavam apresentar às elites locais a Coroa como símbolo da justiça, ou seja, como forma de manutenção de seus direitos adquiridos. Em contrapartida, delegar alguma autonomia administrativa ou prerrogativa de justiça era

públicos. Lisboa, 23/09/1747.CMD: 59637.Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:27.

⁵⁰ AHU Brasil/MG. Cx:50 Doc:61.f.5.

⁵¹ AHU Brasil/MG. Cx:50 Doc:61.f.2.

⁵² “Nos contratos de obras da Câmara, entre os períodos de 1738 a1742, a quantia de 6:190\$000 de réis foi investida na construção e reparos dos cercos. Este número, com toda certeza, foi bem superior se considerarmos os prejuízos nos calçamentos, pontes, prédios públicos e também nas casas de particulares.” Cf. TEDESCHI, D. *Águas urbanas*. p.47-48.



também a forma da Coroa lusitana garantir que os conflitos intra-elites convergissem para dentro de seu aparelho burocrático.⁵³

Nesse quesito, Vila do Carmo/Mariana se apresentava como bastante convidativa para se estabelecer como sede do poder “espiritual” em Minas, ficando a sombra da proximidade com a sede da Capitania e do governo “temporal”, Vila Rica. E as alterações que fossem necessárias em seu espaço urbano acabavam justificadas pela preocupação de estabelecer condignamente a povoação que, além do status hierárquico e da sede episcopal, passaria também a homenagear a figura da rainha de Portugal D. Maria Anna d’Austria, e deveria estar também de acordo com a augusta figura real.

Além disso, procuramos ressaltar que havia toda uma estrutura artístico-constructiva que cuidava do estabelecimento das povoações lusitanas na América Portuguesa, especificamente em Minas Gerais, observando, sobretudo, as conveniências do espaço e da população⁵⁴. Obviamente, as ações e interferências variavam de localidade para localidade, baseado, sobretudo, na hierarquia existente entre elas. Um pequeno conjunto de casas, um povoado, acabava merecendo uma atenção menor do que uma localidade sede de paróquia, o núcleo de uma freguesia, que por sua vez tinha menos obrigações sobre o espaço urbano do que uma sede de Conselho, ou seja, uma Vila. Essa diferença de algum modo também deveria se expressar entre uma localidade designada como Vila e outra designada como Cidade.

Dessa forma, embora Mariana tenha sido a única localidade nas Minas do século XVIII a receber o título de cidade, isso não faz de seu desenho arquitetônico ou da retidão de suas ruas uma exceção frente ao “desleixo”, ou “espontaneidade”, das demais povoações. Conforme demonstrou Maria Guerreiro, esses aglomerados seriam melhor definidos em sua evolução como “orgânicos”⁵⁵. Haveria uma certa organicidade no interior dos espaços habitados que, não obedecendo a procedimentos estruturais prévios, seria regida pela experiência, pela observação empírica dos agentes, pela *práxis*.

⁵³ Interessante perceber a fundação de vilas próximas umas as outras, no intento de produzir pólos concorrentes de poder, evitando a centralização em um ou outro local e, então, desarticulando tentativas de sublevações. Em Minas, isso pode ser notado entre Vila Rica e Vila do Carmo, Sabará e Caeté, São José e São João D’el Rei, como forma desarticular elites locais e colocá-las em concorrência, evitando concentração de poderes. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhes o caldo dourado” 1693-1707*. FFLCH/USP, São Paulo, 2002 (tese de doutorado).

⁵⁴ Cf. BASTOS, R. *A arte do urbanismo conveniente*.

⁵⁵ Cf. GUERREIRO, Maria Rosália. A lógica territorial na gênese e formação das cidades Brasileiras: O caso de Ouro Preto. Comunicação apresentada no colóquio *A construção do Brasil Urbano*, Convento de Arrábida – Lisboa, 2000. p.1-2.



Em maior ou menor grau, todas as povoações que ergueram com a colonização da América se organizaram a partir dessa interferência intermitente de seu respectivo conselho administrativo para garantir alguma ordem sobre o seu espaço urbano. O processo de formação do espaço urbano de Mariana é o exemplo de uma forma de urbanismo, por assim dizer, que se ocupa mais em observar as contingências específicas a cada localidade, debater as possíveis ações, escolher a mais útil e menos onerosa, levando sempre em consideração o bem público.

O terreno dos pastos do abandonado quartel dos Dragões, onde foi aberta uma rua, chamada em seus primeiros tempos de Rua Nova pelos oficiais da Câmara⁵⁶ (atual Rua Dom Silvério), foi refúgio dos moradores afetados pelas cheias do Ribeirão, o lugar escolhido para garantir a segurança da povoação agraciada com o título de “cidade”. Nesse contexto, a disputa entre a Câmara de Mariana e Real Fazenda foi um dos fatores condicionantes das reformulações feitas no espaço urbano daquela localidade, constituintes da característica “orgânica” da cidade.

Vimos nesse artigo como cada uma dessas instituições argumentava sobre sua preferência sobre a visada parcela de terras dos pastos, e como esses argumentos foram considerados pelo Rei D. João V e seu Conselho Ultramarino, dando preferência à Câmara. Todavia, é necessário ressaltar que outros processos, como as inundações do Ribeirão do Carmo ou possíveis sobreposições de demarcação de terras, também são fatores condicionantes da ocupação do espaço, sobre os quais cabem estudos mais aprofundados.

Recebido em: 30/10/2012.

Aprovado em: 03/02/2013.

⁵⁶ Arquivo Histórico da Câmara de Mariana (AHCMM) Códice 417. f.133v-284.



Agência ritual africana e a africanização do catolicismo no reino do Congo pós-restauração. 1769- 1795

Thiago Clemêncio Sapede
Mestre em História Social pela USP
thiagosapede@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo pretende explorar a atuação de especialistas em rituais católicos de origem conguesa nas práticas do catolicismo “africanizado” no reino do Congo no período pós-restauração (especificamente a segunda metade do século XVIII), assim como os usos pelas elites políticas do Congo (a chamada *muana Congo*) do sacramento do casamento como ferramenta de manutenção de sua legitimidade. Através destes recortes, pretendemos demonstrar que havia a primazia da gerência dos interesses congueses sobre as práticas católicas europeias no período e compreender quais eram as especificidades desta relação, que acreditamos ser uma via privilegiada de acesso à especificidade dos processos históricos do Congo no período.

PALAVRAS-CHAVE: Reino do Congo, Catolicismo, Século XVIII.

ABSTRACT: This article seeks to explore the historical agency of the Congolese ritual specialists in the “Africanized” catholic practices on the post-restoration (18th century) Kingdom of Kongo. We intend also to explore the uses of the Christian marriage as a tool for the elites (Muana Kongo) to maintain their political legitimacy and power. From this point of view, we intend to argue for the primary Kongolese ritual agency when compared to the European missionaries’ view and control of the Christianity in Kongo. We believe that this particular relation with the Christian elements is a privileged object for understanding the specificity of Kongo’s historical process at the period.

KEYWORDS: Kingdom of Kongo, Catholicism, 18th Century.

O reino do Congo foi uma das sociedades africanas mais estudadas pela historiografia ocidental. Os motivos pelos quais esta sociedade foi posta em tamanha evidência são bastante compreensíveis. Primeiramente, ocorreu no Congo intenso contato por mais de três séculos com europeus, primordialmente missionários, que nos legaram fontes escritas, raras para o estudo de outras sociedades africanas do período. Outro fator foi sua estrutura política, que para o olhar europeu possuía semelhanças significativas com o modelo dos reinos e cortes características do antigo regime europeu. E por último, não desvinculada das anteriores, temos o fator religioso. Desde décadas finais do século XV, as elites políticas conguesas demonstraram interesse em incorporar ritos e símbolos católicos, apresentados pelos então parceiros portugueses. Graças à centralização política no período dos primeiros contatos com o catolicismo, e em períodos



subsequentes, os soberanos do Congo puderam incentivar (ou mesmo impor) a difusão de signos e preceitos católicos, que se tornaram ferramentas de promoção de seu poder, transmissível para sua descendência.¹

O recorte temporal de nossa investigação, que começa na primeira década do século XVIII, é particular em relação aos períodos anteriores da história do Congo. A crise política interna que se estendeu pelas quatro últimas décadas do século XVII desorganizou o modelo político vigente. As elites provinciais, antes submetidas ao Mani Congo, se autonomizaram política e economicamente².

O incentivo à adoção das insígnias e sacramentos em períodos anteriores à crise ocorreu, sobretudo (mas não exclusivamente) pelos reis do Congo. Desde D. Afonso I (nas primeiras décadas do século XVI), os elementos de origem católica estiveram intrinsecamente vinculados ao poder central, e talvez ao poder político de forma mais ampla. Da mesma maneira, o acesso às “novidades” vindas de Portugal (bens materiais de luxo, escrita, e os elementos do catolicismo: insígnias, ritualística católica e os próprios missionários) trazia grandes privilégios econômicos, sobretudo ao longo do crescimento do trato escravista com mercadores portugueses: séculos XVI e XVII. A presença de missionários católicos no Congo fora muito incentivada pelos Mani Congo, desde D. Afonso I³.

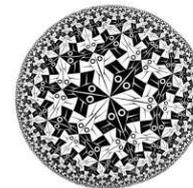
Após a crise política, iniciada em meados do século XVII, a presença de padres europeus no território foi minguando gradualmente, tornando-se muito escassa a partir do século XVIII. As rivalidades políticas internas, guerras e a decadência do rei, adicionadas às crescentes hostilidades entre Congo e Portugal (sediados em Luanda) dificultou o acesso das elites conguesas a padres europeus⁴, pois mesmo os capuchinhos italianos ainda dependiam da estrutura de Luanda para sua chegada e ambientação à região centro-africana.

¹ Anne Hilton, e principalmente John Thornton falaram desta identificação. HILTON, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford, Oxford, Oxford University Press, 1985, p.50-69.; THORNTON, John K. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition. 1641-1718.* Winsconsin press. 1983. Em alguns relatórios missionários do século XVIII a identificação das elites portuguesas com as conguesas é evidente. Por exemplo em Rafael Castelo de vide, que chama atenção para “urbanidade de português?” de alguns “nobres” congueses”. Em outra ocasião o missionário afirma que o rei do Congo José I “ponco ou nada difere dos grandes reis da Europa”. Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, hoje bispo de São Tomé (1798). *Academia das Ciências de Lisboa*, MS Vermelho 296, fl. 76 e 89.

² SAPEDE, Thiago C. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: Poder e Catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1796)*. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH, USP. 2012.

³ THORNTON John K. The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *The journal of African History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p.158-198.

⁴ BROADHEAD, Suzan, H. Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 12. Boston University African Studies Center. p. 615- 650.



Após a crise e fragmentação dos poderes político e econômico, este catolicismo parece ter ganhado novos sentidos e funções no Congo. Sobretudo após a restauração no ano de 1709, perpetrada pelo Mani Congo Nessamu a Mbando (D. Pedro IV). Este soberano originário da tradicional “província” de Quibango, após anos de negociações com grupos rivais, logrou em reconquistar a antiga capital *Mbanza Congo* (então abandonada) e implantou um sistema rotativo entre os principais grupos políticos rivais, o que permitiu que houvesse estabilidade política durante um longo período⁵.

O poder que os reis do Congo exerciam sobre as elites das províncias não foi restaurado em sentido pleno, uma vez que o Mani Congo não possuía recursos militares e financeiros para submetê-las ao antigo sistema. Estabeleceu-se, a partir de então, um novo tipo de governança que se utilizava da imagem do tradicional Congo centralizado como referencial que, porém, na prática, aceitava significativa autonomia local. Diferentes símbolos que remetiam ao “glorioso” reino de outrora tornaram-se mecanismos para a manutenção da identidade conguesa e desta nova configuração política. Suzan Broadhead, a única estudiosa que (antes de nós) se dedicou às especificidades deste período, chamou atenção para o caráter fragmentário deste sistema político, mesmo que tenha criticado a ideia de “declínio”, vigente na historiografia de então. Por ter priorizado demasiadamente o fator econômico e utilizado fontes comerciais (sob influência teórica marxista), acabou por subestimar (sem ignorar) fatores identitários e culturais como prismas para o processo de transformações políticas após a restauração⁶.

Buscando aprofundar a compreensão da relação entre poderes centrais e locais neste novo paradigma político, e tendo tido acesso a novas fontes, defendemos, em trabalhos anteriores, que o catolicismo foi precisamente importante neste contexto pós-restauração devido à necessidade que tinham as elites dirigentes de referenciarem-se aos símbolos da política de outrora. Em outras palavras, o catolicismo desempenhava a função de rememorar os tempos de poder centralizado, fazendo referência, sobretudo, a Mvemba a Nzinga (D. Afonso I). Esta ferramenta foi importante na transmissão aos que clamavam descender deste soberano (detentores exclusivos do título “*muana Congo*”) uma legitimidade política capaz de perpassar as barreiras impostas pela autonomia econômica local⁷. As minúcias deste importante argumento não poderão ser aprofundadas aqui, porém será ponto de partida para a nossa proposição neste

⁵ THORNTON John K. *Kingdom of Kongo*. Utilizei principalmente o capítulo oitavo p. 110-130

⁶ BROADHEAD, Susan H. *Trade and Politics on the Congo coast*, p. 240- 241

⁷ SAPEDE, Thiago C. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu*, p. 86-130.



artigo, de compreender o papel dos agentes rituais locais frente ao trabalho dos missionários europeus no contexto, diante deste significado político do catolicismo no período.

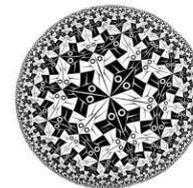
A evidente incompatibilidade entre interesses e motivações de agentes locais e europeus no trabalho sacramental gerou constantes conflitos e negociações. Observaremos fragmentos destas complexas relações recortando dois subtemas relacionados. Primeiramente discorreremos sobre as práticas do sacramento do matrimônio; sua importância para a *muana Congo*, frente aos seus significados supostamente “originais” na ortodoxia cristã. Em seguida, problematizaremos a atuação de três categorias de operadores rituais congueses: *nlekes*, mestres de igreja e intérpretes. Utilizaremos de fontes de autoria de missionários viveram no Congo, em períodos distintos, da segunda metade do século XVIII.

Este trabalho não se enquadra em uma história da missão católica europeia no Congo, tampouco do catolicismo ou das estratégias de missionação: recortes também relevantes. Ao invés disso, pretendemos levantar pistas sobre os significados deste catolicismo, na perspectiva local, sobretudo no tocante às relações de poder que envolviam a ritualística sacramental. A investigação histórica que constitui este artigo é um fragmento de um projeto maior, iniciado há alguns anos, porém ainda parcial, que se dedica às relações de poder de forma mais ampla no Congo do século XVIII.

A questão da incorporação e adaptação dos ritos cristãos no contexto congues é lugar-comum na historiografia desde a obra de Anne Hilton na década de 1980, e principalmente diante dos inúmeros trabalhos de John Thornton publicados desde então. Atualmente, novas e instigantes perspectivas nesta mesma direção foram levantadas por Cecile Fromont⁸. Nenhum destes autores, porém, se debruçou minuciosamente sobre o período pós-restauração, que tem como característica uma especial agência da *muana Congo* sobre os ritos católicos e no qual o catolicismo, como defendemos, tornou-se essencialmente um argumento de legitimidade a um novo paradigma político. Portanto, esta incursão pelas práticas sacramentais do período não se faz meramente como um exercício descritivo, que visa corroborar com teses gerais de autores já consagrados sobre tempos anteriores, mas faz-se como tentativa de oferecer uma nova contribuição para desvelar a interpretação dos processos históricos particulares a um período ainda obscuro na historiografia.

O sacramento do matrimônio e as elites locais

⁸ FROMONT, Cecile A. *Under the Signe of the Cross in the Kingdom of Kongo: Shaping Images and Molding Faith in Early Modern Central Africa*. Phd thesis. Harvard University. 2008.



O estudo sobre o casamento cristão no Congo do século XVIII esbarra em muitos desafios. Os religiosos que redigiram as fontes disponíveis, presos à visão do casamento cristão europeu, não puderam (e tampouco se interessavam em) compreender as especificidades deste sacramento na perspectiva local. A popularização deste sacramento era, em geral, interpretada pelos missionários (mais esperançosos) como uma vitória da expansão da fé católica e do modo de vida europeu frente aos repudiados hábitos matrimoniais locais. No caso dos informantes mais pessimistas e ortodoxos, o casamento recebido pelas elites do Congo constituía-se como uma deturpação de seu sentido “original”, devido à persistência de hábitos poligamia. Diante de qualquer um dos testemunhos, não é tarefa fácil ao historiador depurar as noções particulares sobre este sacramento para os congueses.

O casamento poligâmico constituía-se como elemento essencial para a organização social, e parecia operar (ao menos majoritariamente no período) pela descendência matrilinear e matrilocal. O papel econômico da mulher conguesa era importantíssimo, pois em geral, eram elas as responsáveis pelo plantio e pela colheita de alimentos. Aos homens eram delegados trabalhos mais pesados: caça, construção e limpeza dos campos para o plantio. Por isso, a riqueza e capacidade de produção de uma família tinham como importante critério o número de mulheres, que influía na legitimidade social do grupo. Cada união constituía uma nova aliança entre as famílias dos noivos, por isso, quanto mais esposas tinha um homem, mais ampla era a sua rede de famílias aliadas, maior, portanto, seria seu prestígio e poderio de articulação política.⁹

Nos casamentos congueses, o dote era pago pelo homem à família da mulher, com valor que variava de acordo com o prestígio desta. Quanto mais abastada a família do homem, maior era o número de alianças possíveis com grupos igualmente eminentes. Na mesma medida, devido ao dote, o grande número filhas jovens acarretava em substancial receita ao grupo, que poderia ser reinvestida na forma de novos casamentos de membros masculinos, tecendo uma vasta rede de alianças, pela qual circulavam riquezas¹⁰.

Observemos a profícua descrição de frei Raimundo Dicomano, nosso principal informante das práticas matrimônias nas últimas décadas do século XVIII.

Porque um homem, que tem apenas uma mulher é sempre pobre, não tem que comer e não é estimado, porque entre eles existe o costume de que só as

⁹ CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (1798)*. 2008, p. 4. Publicado eletronicamente em: <http://www.arlindo-correia.com/101208.html>. Simultaneamente como o texto original em italiano: [Correa, Arlindo. Informazione sul regno del Congo di Fra Raimondo da Dicomano \(1798\)](http://www.arlindo-correia.com/121208.html). 2008. Disponível em: <http://www.arlindo-correia.com/121208.html>

¹⁰ _____. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 3-5.



mulheres trabalham, e têm de dar de comer aos homens; ora como pode uma mulher trabalhar tanto que dê para comer o marido, ela e os filhos? Mas se um homem se casa com dez, vinte e trinta, ou mais mulheres (eu conheci alguns que tinham até oitenta), então este fica rico e grande senhor, porque estas mulheres dividem o ano entre elas, e cada uma dá de comer ao marido no tempo que lhe cabe, e o marido é obrigado naquele tempo a dormir com a mulher que lhe dá de comer, por isso todas procuram tratar bem o seu marido e este vive bem.¹¹

A partir do relato, inferimos que o sistema rotativo entre as muitas esposas permitia que houvesse maior autonomia destas em relação aos maridos, pois cada uma se responsabilizava exclusivamente por sua casa e seus filhos, que em geral eram poucos. A obrigação em sustentar os maridos (o que escandalizou o frei) vigorava apenas durante o tempo de estadia do mesmo em cada casa, tornando este núcleo materno autônomo do pai, que por sua vez gozava de liberdade de circulação entre diferentes núcleos.

No sistema matrilinear e matrilocal, a transmissão da linhagem e ancestralidade de um homem se dava através das mulheres de sua família (suas irmãs) e não de suas esposas. Ou seja, os herdeiros de um homem eram seus sobrinhos, filhos de sua(s) irmã(s). A transmissão de herança, segundo Dicomano, se dava de pai para filho apenas na ausência de sobrinhos nascidos de irmãs¹². Isso conferia grande fluidez ao sistema de alianças entre famílias, sendo possível uma pluralidade enorme de casamentos (ao menos dentre as elites). O casamento de um homem não alterava a distribuição de riqueza de sua família, ele significava principalmente uma nova aliança. Alianças poderiam ser estabelecidas em grande número (desde que houvesse recursos para o dote), o que gerava ampliação da rede de influências do grupo. A dissolução no casamento (ou substituição do marido, em caso de viuvez) tampouco afetava o tronco da organização familiar, uma vez que a herança não passava pelo eixo marido-mulher (como na monogamia europeia), mas pelo eixo irmão-irmã. Dicomano nos informa que em alguns casos de morte do marido, para que não houvesse dissolução da aliança, as viúvas tornavam-se esposas de sobrinhos do falecido, o que demonstra a primordialidade da aliança entre linhagens¹³.

Devido às características da organização social expostas acima, notamos que a concepção católica do casamento enquanto sacralização e fixação de um casal monogâmico, tornando-o eixo central da transmissão familiar, era incoerente à realidade social conguesa do período, mesmo que esta prática sacramental tenha ocorrido no Congo há três séculos.

¹¹ _____. Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 4-5.

¹² _____. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 4.

¹³ _____. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 4.



Estas incongruências não impediram a realização de núpcias católicas, da mesma maneira que em períodos anteriores¹⁴. Cabe a nós o exercício de desvelar as especificidades deste ritual para homens e mulheres no contexto. Neste sentido, encontramos pistas relevantes no relatório de missão de frei Rafael de Vide, que nos informa sobre o costume dos padres, além de ministros do sacramento, terem tornado-se também padrinhos ou compadres dos noivos:

Isto de serem compadres dos Padres, e afilhados é para esta gente ou grande honra, ou devoção; por isso, nesta Missão, e nas outras, e ainda na Corte mesmo, muitos me vêm rogar para isso; e eu sempre os satisfaço, e sei o modo, que posso para isso, e para eles não desconfiarem ou perderem a sua devoção, é ponto que eles têm de honra. Nos casamentos dos maiores Fidalgos, Infantes e Príncipes, sempre o Padre há-de ser o seu Padrinho, porque, dizem eles, que não têm outra pessoa maior, mas eu sempre procuro que hajam as testemunhas do Concílio nos casamentos, e no baptizado os legítimos padrinhos, e eles sempre ficam com o título de Compadres, ou afilhados, e se dão por satisfeitos.¹⁵

O casamento que, aos olhos europeus, constituía-se na sacralização do vínculo marido-mulher, tornou-se também uma estratégia de vínculo dos congueses com o próprio missionário, ampliando-se para um sentido político-social, com a conquista de uma nova qualificação: “*eles sempre ficam com o título de Compadres, ou afilhados*”.

Para além do privilégio de se tornarem afilhados dos religiosos, o sacramento do matrimônio parecia mesmo funcionar como mais um ritual de rememoração da tradição cristã, de acordo com a hipótese anteriormente exposta, pela qual os membros da elite política adquiriam legitimidade, e aglutinavam um novo distintivo (que se somaria ao de marquês, duque, cavaleiro de cristo). Isso explicaria a aparente exclusividade dos membros das altas elites como praticantes deste sacramento.

Nos relatos do franciscano italiano Cherubino de Savona, assim como em Castelo de Vide, o status de “casado” aparece como evidência do elo dos membros da *muana Congo* com o cristianismo. Através de Savona, os nobres são anunciados, em inúmeras situações, de acordo com o modelo que segue: “(…) *rei D. Alvaro XI cristão e casado*” ou “*um grande marquês de nome D. Afonso Romano Leite, casado, que tem ainda o título de Rei dos Ambundos (...)*”¹⁶. A qualificação de “casado” se junta ao nome português e aos títulos políticos, para compor o grau de legitimidade atribuído à *muana Congo* diante do padre.

¹⁴ Exemplos de casamentos: TOSO, Carlo. Relazioni inedite di P.Cherubino Cassinis da Savona sul Regno del Congo e sue Missioni. In *L'Italia Francescana*. Roma. 1975, p. 135-214 165, 23 e 251.

¹⁵ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide., fl. 201.

¹⁶ TOSO, Carlo. Relazioni inedite di P.Cherubino Cassinis da Savona *sul Regno del Congo e sue Missioni*, p. 210.



Nota-se também que aqueles que gozam do título de “casado”, por vezes eram privilegiados com acesso mais direto aos sacramentos e insígnias da igreja, como vemos em Frei Rafael:

Nos outros dias me vinha visitar, e me convidava para ir a sua casa, coisa que nem todos costumam, para sua mulher legítima me tomar a bênção, e dizia ele para abençoar a sua casa, porque era homem casado; a que eu correspondia com agrado, e santa doutrina, e lhe dei algumas coisas de devoção, coisas que eles estimam muito receber das mãos dos Padres.¹⁷

Neste caso, além de ser um importante membro da elite da “província” de Quibango, foi agraciado com a prestigiosa visita do padre e com presentes “*porque era homem casado*”. Sabemos que os religiosos utilizavam tal critério como argumento aos superiores eclesiásticos, destinatários dos documentos, como afirmação da legitimidade destes congueses como cristãos, afastando estas visitas de possíveis suspeitas. De qualquer forma, acreditamos ser acertado afirmar que aos cônjuges atribuía-se significativo prestígio também na esfera local.

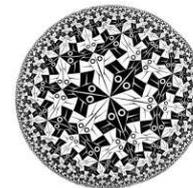
O que não se pode deixar de lado, ao tratarmos o casamento católico como uma prática que atribuía legitimidade social, é o basilar papel da mulher. Para se apresentarem aos padres como candidatos ao casamento, os nobres congueses deveriam obviamente eleger (apenas) uma noiva. Além disso, deveriam evitar que os padres tomassem conhecimento sobre a existência de outras diferentes daquela. Os missionários Savona e Rafael de Vide foram tacitamente flexíveis a esse respeito, deixando de empreendendo investigações profundas sobre a existência de outras esposas além da escolhida para a oficialização sacramental. O capuchinho Dicomano, ao contrário, se preocupava em observar atentamente as particularidades da poligamia conguesa, recusando-se a realizar o sacramento, desde que mediante as evidências da monogamia dos noivos. Consequentemente logrou em realizar apenas quarenta matrimônios em muitos anos de trabalho.¹⁸

Constatamos através da documentação que a obrigatoriedade imposta pelo padre na monogamia requeria criteriosa opção por parte dos homens polígamos de qual seria a noiva eleita ao ritual, exigindo também o consentimento das esposas excluídas deste. Os critérios desta escolha nos são, infelizmente, inacessíveis. Vejamos um acontecimento significativo, vivido por frei Rafael enquanto casava um importante infante na mbanza de Coma, próximo a Ensucó:

Uma delas quis mostrar o seu brio por ser desprezada, e [o infante] casar com outra que ele escolheu; e quando o Infante se retirava para sua casa, já com a

¹⁷ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 43-144.

¹⁸ CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 4-5.



sua verdadeira Esposa, aquela mulher por outra parte rompia o muro com grande fúria, com um alfange na mão, cortando os paus e palhas que formavam o muro, e fazendo com os seus parentes os seus sagamentos ou brincos de guerra, como arremetendo, e dizendo que não havia de sair escondida como as outras mancebas, mas à vista de todos, porque ela era Infanta, e tinha primeiro a palavra do casamento.¹⁹

O fato narrado oferece-nos elementos relevantes. Primeiramente, aponta para a prevista conclusão de que o casamento católico não substituíra, tampouco questionava o sistema poligâmico, uma vez que se esperava que as esposas não escolhidas, “mancebas” aos olhos missionários, saíssem furtivamente (provavelmente retornando após a partida do padre), o que denota a montagem de um “jogo de cena” para ludibriá-lo. Em segundo lugar, notamos que para a esposa escolhida e sua parentela, passar pelo rito matrimonial significava adquirir considerável status, negado à mulher e sua família no relato do franciscano, que os mobilizou para o protesto. Além disso, fica evidente o vínculo entre a identidade *muana Congo* (infanta): “não havia de sair escondida como as outras mancebas, mas à vista de todos, porque ela era infanta”²⁰.

Em outros casos, cônjuges se viam diante da dificuldade em escolher apenas uma das esposas, talvez por temerem os mesmos percalços sofridos pelo homem descrito acima. Nestes casos, o prestígio proveniente do “título” de casado poderia causar danos que colocassem em risco as alianças no âmbito da organização social. Eis um exemplo concreto de um conflito trazido por frei Rafael:

[...] eles tudo prometiam mas ali [em Mbanza Nsolo próximo à Quibango] não fiz algum casamento, nem com o mesmo Príncipe pude acabar que se casasse; tendo muitas mulheres, escolhesse uma, o que me causou alguma desconsolação porque era já velho, e não podia esperar outra missão; mas isto sucede em toda a parte: uns recebem a doutrina, outros, não.²¹

As evidências encontradas na documentação sinalizam para a importância do sacramento do matrimônio como um rito que atribuía legitimidade política aos homens e mulheres membros da *muana Congo*, por ser mais um dentre os rituais de rememoração da tradição política conguesa. Este sistema convivia muitas vezes de maneira conflituosa, com as estruturas sociais organizadas pela poligamia e matrilinearidade; o que explicaria o fato do casamento ter (aparentemente) atingido, com exclusividade, camadas altas da sociedade e ter sido recebido de forma diversa, dependendo da localidade.²²

¹⁹ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 212.

²⁰ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 212-213.

²¹ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 197.

²² Exemplo de Oando, local no qual nobre algum aceitou casar-se: Viagem e missão no Congo, fl. . 197, em oposição à Quibango onde o casamento parecia muito popular entre as elites Viagem e missão no Congo, fl. . 204.



Visto isso, nota-se que não se reproduzia no Congo os significados do casamento católico e europeu, antes disso, vemos a instrumentalização deste ritual de acordo com interesses próprios e códigos sociais historicamente constituídos pela relação particular dos congueses com o catolicismo. Diante dessa conclusão, evidencia-se a insuficiência de uma perspectiva que pressupõe simples difusão de práticas cristãs: possível armadilha de uma leitura superficial das fontes, esta abordagem cristocêntrica obscureceria a compreensão das dinâmicas e os diferentes interesses em jogo.

Especialistas sacramentais congueses: *nlekes*, intérpretes e mestres de igreja.

Em trabalhos anteriores, argumentamos pela importância dos congueses em atividade nas missões na mediação de interesses entre o rei do Congo e os padres europeus. Ou mesmo como limitadores da autonomia dos missionários frente ao Mani Congo²³. Aqui, debateremos a importância destes como compatibilizadores entre interesses das elites locais e de missionários diante da prática sacramental de forma geral.

Os agentes religiosos congueses que participavam do trabalho ritual católico se dividem no período pós-restauração, de acordo com os testemunhos, em três grupos. Apesar de não termos evidências suficientes, supomos que deve ter havido outras categorias além destas em questão. Trataremos primeiramente dos *nlekes*, chamados também “escravos da igreja”, que ocupam um nível inferior na hierarquia religiosa, sobre os quais a documentação oferece apenas possibilidades descritivas. Ao contrário destes, os mestres de igreja e intérpretes eram agentes de maior prestígio e participação ritual, sobre os quais os padres apresentam postura mais ambígua, gerado por conflitos e negociações, que nos propiciarão uma leitura mais aprofundada e útil aos nossos objetivos.

Nlekes

Nleke é um termo recorrente nas fontes quando tratam dos chamados “escravos da igreja”, este vocábulo quicongo confere sentido de juventude, seu plural é: *muleke* (herdado pelo português brasileiro). Utilizaremos aqui “*nlekes*” como plural, contrariando a morfologia do quicongo, pois trataremos este vocábulo como um título específico, distinto do termo *muleke*, aplicável a qualquer coletividade jovem. A semântica do verbete, por si só, aponta para a característica jovem destes chamados “escravos da igreja”²⁴. Todavia, tal função não parece ter

²³ SAPEDE, Thiago C. *Missionários e o Manicongo: negociação, conflito e dependência. Reino do Congo, 1768-1798*, p 1-9.

²⁴ Em Castelo de Vide também faz referência aos *nlekes* como “moleques”. *Viagem e missão no Congo*, fl. 273.



sido restrita aos moços; havendo descrições de *nlekes* mais velhos, mesmo idosos, que naturalmente gozavam de maior prestígio²⁵.

Thornton mostra a importância do trabalho dos *nlekes* nos hospícios capuchinhos (e como carregadores nas missões) em meados do século XVII, durante o ápice da missão desta ordem, a quem chama de “*hospice servants*” (servos do hospício), como pertinente alternativa ao termo “escravo”, que aparece nas fontes, uma vez que, segundo este autor os *nlekes* teriam sido, na verdade, escravos libertos (“*freed slaves*”)²⁶. O historiador não nos informa (pois suas fontes não o fazem) sobre o contexto destas liberações, mas segundo evidências do nosso período, pode-se inferir que muitos *nlekes* tenham sido estrangeiros, sem vínculos familiares, tutelados por missionários ou autoridades locais, após possível “resgate” das rotas direcionadas ao Atlântico. Isso explicaria o vínculo local às províncias, igrejas ou hospícios, fora do sistema familiar.

Os *nlekes* no convento dos capuchinhos em Ensuco são bastante comentados pelas fontes do período, como vemos em Savona:

Temos o hospício de Ensuco, fundado pelo Rei Pedro III e seu avô e os escravos que estão a serviço da missão. Mas pouco se estende, não seriam 100 mil habitantes, todos cristãos. Foram sujeitos de invasores de Oando, que destruíram quase tudo, em 1765 reerguemos o hospício com os escravos da igreja e os súditos do `paesi´.²⁷

Estes mesmos são citados por frei Rafael uma década mais tarde:

Ainda bem não tinha descansado, quando me mandaram pedir uns escravos dos Padres Barbadinhos Italianos, que assistiam no seu Hospício de Ensuco, dois dias de jornada desta Corte, que fosse acudir, porque não estando aqui os seus Padres, os queriam apanhar para os venderem.²⁸

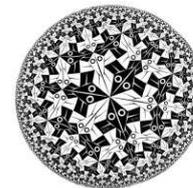
Estes *nlekes* de Nsucu parecem ter sido numerosos e seu vínculo não era apenas provincial, como também com a própria ordem capuchinha. Em algumas ocasiões (como narra Savona) encontravam-se emprestados a uma viagem de missão específica, porém não estavam vinculados a um aparelho eclesiástico “nacional” no sentido amplo (inexistentes no período), mas aos núcleos e províncias específicas. Além destes, havia alguns *nlekes* que viviam em *Mbanza Congo*, nos arredores da casa dos padres. Na ocasião da chegada da comitiva de frei Rafael à *Mbanza Congo* em 1780, alguns *nlekes*, que se encontravam dispersos, se reuniram novamente após anos de ausência missionária, como nos informa o padre: “*vigário geral, que aqui morreu, os quais, andando dispersos, ouvindo a nossa chegada, se têm vindo ajuntar para nos servirem, e para comerem*”.

²⁵ CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 6.

²⁶ THORNTON, John K. The development of an african Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *The journal of African History*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, p.161 a 164.

²⁷ TOSO, Carlo. Relazioni inedite di P. Cherubino Cassinis da Savona sul Regno del Congo e sue Missioni, p. 213.

²⁸ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 148.



Alguns deles tornavam-se tutelados da igreja após cedidos aos padres como moeda de troca, oferecida por infantes que vinham à capital para receberem sacramentos ou títulos, principalmente o Hábito de Cristo (que era oficializado conjuntamente pelo padre e o Mani Congo)²⁹.

Enquanto estavam na capital, os *nlekes* eram responsáveis por lavrar as terras “que pertencem à igreja” e destas tiravam seu sustento (alimentando também mestres, intérpretes e padres). Trabalhavam na construção ou manutenção de igrejas e das casas dos padres e mestres. Alguns constituíam famílias (aparentemente monogâmicas) e pareciam gozar de certo grau de liberdade de circulação dentro das *mbanzas*³⁰.

Durante as viagens, os *nlekes* eram particularmente importantes para a manutenção da estrutura das missões, atuando como carregadores com o dever de zelar pelos padres e materiais de culto, e transportá-los. Assim como outros membros das comitivas de missão, eram sustentados por “presentes” dados pela população local, principalmente as elites dirigentes mais abonadas, que ofereciam recompensas pelos serviços rituais prestados³¹. Vale observarmos a interessante (e um tanto idealizada) descrição de frei Rafael a respeito da atividade cotidiana dos *nlekes* junto às missões:

Nas missões, nos acompanham os escravos da Igreja, que sempre o Padre leva vinte ou mais, ou pouco menos, conforme a necessidade, entre grandes e pequenos; e estes são os que lá guisam a comida, buscam água, e lenha como na Corte, e todos com o Padre vão alegres, porque na missão comem melhor, porque há mais esmolas. Têm grande zelo do seu Padre, de noite, e de dia o guardam, e Deus é servido infundir-lhe um tal respeito ao Missionário, que este se entrega livremente nas suas mãos por matos, serras e sertões, sem algum temor, e é impossível fazer-lhe algum mal, só furtar-lhe alguma coisa, para o que eles têm sua inclinação; mas são furtinhos, que o Padre disfarça muitas vezes. Algumas vezes o enfadam com gritarias entre eles, outras o divertem com as suas danças honestas, que outras lhe não permitimos, mas sempre se humilham à correção, e nós os tratamos com amor como filhos, e não severos como a servos.³²

Mestres e intérpretes

Mestres de igreja e intérpretes, foram personagens fundamentais no trabalho ritual católico ao longo da história do Congo, com presença nas descrições das fontes. Diferentemente dos *nlekes*, detinham alto prestígio social; as teias das relações de poder envolvendo estas figuras,

²⁹ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 22

³⁰ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 220- 221.

³¹ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 220-222.

³² Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 224-225.



as elites políticas locais e os missionários europeus eram de caráter mais complexo no século XVIII, do que se poderia pressupor diante dos papéis tradicionais da igreja.

A maneira com que a equipe eclesiástica se distribuía na principal igreja de *Mbanza Congo*, onde faziam também sua morada, é bastante representativa das relações hierárquicas. Segundo relatos de frei Rafael, a casa onde os religiosos viviam posicionava-se atrás da Santa Sé, conectada à sacristia da igreja; cercada por um alto muro aos fundos. Os *nlekes* viviam fora dos muros e seu acesso à sacristia e a casa dos padres era restrito. Mestres e intérpretes pareciam não morar com padres e *nlekes* neste conjunto, mas seu acesso a todas as dependências (inclusive a casa dos padres) era irrestrito, o que denota a detenção de maior poder e autonomia destes congueses³³.

Os mestres catequistas no Congo remetem à tradição iniciada no reinado de D. Afonso I Mvemba a Nzinga, no início do século XVI, quando foram inauguradas as chamadas “escolas de gramática”, com o objetivo de ensinar aos jovens das elites a leitura e escrita do português; além dos preceitos da catequese. Os primeiros mestres e intérpretes eram membros das mais altas elites conguesas, diretamente ligadas aos soberanos, alguns deles formados em Portugal. Em meados do século XVI, missionários jesuítas tornaram-se os principais agentes do ensino da língua portuguesa e dos preceitos da fé cristã. Em 1555 foi escrito o primeiro catecismo em quicongo por jesuítas: trabalho que parece ter contado com a contribuição desses primeiros mestres africanos³⁴. Esta parceria entre agentes locais e europeus faz-se evidente no século seguinte, com a publicação o catecismo “doutrina cristã”, organizado pelo jesuíta Mateus Cardoso que apontou para a participação dos “melhores mestres indígenas de *Mbanza Congo*” na obra: certamente com o cargo de mestres³⁵.

Em meados do século XVII ocorreria a crise definitiva nas relações diplomáticas entre Luanda e *Mbanza Congo*, assim como expulsão definitiva dos jesuítas do reino do Congo. Também se deu a transferência do bispado de Congo e Angola para Luanda, afastando os Mani Congos dos prelados. Diante do estremecimento nas relações com Portugal (seu principal parceiro para a formação de mestres), a formação destes parece também ter tomado novos rumos. No período pós-restauração, diante da tensa relação luso-conguesa, parece-nos pouco

³³ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 220-222.

³⁴ THORNTON John K. The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *The journal of African History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 248-150. SOUZA, Marina de Mello e. *Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011.

³⁵ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Babia Setecentista*. São Paulo. Alameda 2011, p. 40-51.



provável, que os numerosos mestres e intérpretes atuantes (assim como “secretários” e outros letrados) tenham sido formados pelos aparatos coloniais portugueses em Angola; tampouco que tenham ido à Europa. Os capuchinhos italianos, durante a segunda metade do século XVII cumpriram o papel educacional (em seu convento de Ensuco), independente dos portugueses, mas após a queda na missão desta ordem a partir das primeiras décadas do século XVIII, a formação de mestres e intérpretes parece ter se tornado autônoma de quaisquer agentes europeus, sendo exclusivamente feita por agentes congueses³⁶.

Este argumento contrapõe-nos a uma interpretação recorrente na historiografia, presente nos trabalhos de Custódio Gonçalves³⁷ e Balandier³⁸ (dentre outros trabalhos anteriores), que defendem que a difusão dos saberes (linguísticos e religiosos) originalmente portugueses ao longo da história do Congo teriam sido resultantes de empreitadas portuguesas para “aculturação” ou “europeização” das elites conguesas, suposta ponta de lança do processo de dominação colonial lusa³⁹. A autonomia na formação dos mestres catequistas detida pelas elites do Congo a partir do século XVIII aponta para a conclusão oposta, que será aprofundada em breve.

Mestres e intérpretes papéis diversos na condução dos rituais no Congo. Infelizmente, as fontes não se detêm sobre as particularidades no trabalho de cada um deles, que por razões óbvias, obscurece a agência dos operadores congueses frente ao missionário. Os textos revelam basicamente aquilo que a distinção lógica seria capaz de fazer: aos mestres cabia ensinar e, aos intérpretes, acompanhar os padres, em tese “traduzir” e “interpretar” a liturgia e a comunicação entre o padre e os congueses. Uma leitura panorâmica nos levaria a conclusões esquemáticas sobre os papéis ocupados por cada um destes tradicionalmente, segundo os quais o padre ocuparia a posição central de “cérebro” da missão, enquanto intérpretes e mestres “braços” em sua função de divulgar e traduzir.

Se dispuséssemos apenas dos relatórios dos franciscanos Cherubino de Savona e Rafael de Vide, devido à postura tolerante e idealista de ambos (sempre preocupados em maquiarmos conflitos para seus interlocutores), poderíamos cair na armadilha desta conclusão mais simplista. Porém, diante da ortodoxia crítica (e do senso de superioridade) de Raimundo Dicomano em relação ao clero local, recebemos diferentes impressões:

³⁶ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 207.

³⁷ GONÇALVES, A. C. *História revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa, Estampa Editorial, 2005.

³⁸ BALANDIER, G. *Daily life in the Kingdom of Kongo*. NY, Meridian books, 1969

³⁹ Dentre eles: Van Wing: *Études Bakongo*. 1921; Jean Cuvelier: *L'Ancien Royaume de Congo*. Bruxelas, 1946 e Randles: *L'Ancien royaume du Congo*. Paris, 1968.



Quando se lhes explica e se lhes inculca a verdadeira ideia dos santos mistérios e dos preceitos de Deus e da Igreja não fazem caso, e muitas vezes respondem não serem esses os costumes e as leis do Congo, e que, por o Padre ser novo, não está bem instruído nas suas leis. Além disso, os próprios intérpretes de que é necessário servir-se, não se atrevem a repetir aquilo que o Padre diz contra os seus costumes, sendo mucano [delito que incorria no pagamento de multa] para os intérpretes contradizer o que é feito universalmente por todos, porque dizem que o intérprete não deve dizer ao Padre o que fazem, e se o fazem, são castigados, (...) assim que falta o Padre, fazem-lhe pagar o mucano.⁴⁰

Este relato valioso de Frei Raimundo traz elementos de nosso profundo interesse. Primeiramente, notamos um deslocamento da centralidade da agência ritual católica para os mestres e intérpretes frente ao clérigo europeu. É evidente que a presença do missionário era essencial enquanto emissário de significativo poder simbólico e religioso, uma vez que diversos sacramentos e rituais tinham sua condução restrita ao trabalho dos missionários. Porém, no tocante à condução do ritual e às matérias mais práticas, os intérpretes parecem ganhar proeminência.

O papel do intérprete parecia não se restringir a tarefa da tradução da doutrina emanada dos padres, adaptando-a para a recepção dos seus conterrâneos. A adaptação ocorria especialmente em sentido oposto, fazendo com que o missionário europeu se acomodasse (ou permanecesse ignorante) aos costumes da tradição conguesa e que cumprisse sua função ritual como um *nganga* de altíssimo poder.

De acordo com os padrões da regra eclesiástica, caberia ao missionário o papel de “direção” dos sacramentos mediante aos atores de tarefas mais assistentes. Notamos, entretanto, que no caso do relato de Dicomano, o ritual era dirigido pelo intérprete, verdadeiro conhecedor dos “costumes e as leis do Congo”, que cumpria a função de adaptar o discurso do padre de acordo com “aquilo que é feito universalmente por todos”. Este dado evidencia que o compromisso do intérprete em seguir os preceitos locais em detrimento dos preceitos europeus constituía-se como regra estabelecida entre os congueses na ocasião, oculta apenas ao padre. O descumprimento deste implicava no pagamento de *mucano*, o que desvela o valor normativo desta divisão de papéis. É interessante notar as artimanhas conguesas para iludir o padre e garantir que não tomasse conhecimento deste acordo, comunicado através de códigos próprios e da língua local, o que distanciava o missionário da agência ritual.

O mesmo parece valer para os mestres de igreja. Estes exerciam uma função importante na transmissão dos saberes ligados aos rituais católicos. Nas missões, enquanto padres e

⁴⁰ CORREA, Arlindo. Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...), p.6.



intérpretes cuidavam dos sacramentos, os mestres pareciam ter o papel de ensinar cânticos, ritos, comportamentos e preceitos. Frei Rafael descreve o repertório ritual congues: “cânticos”, “ladainhas” ou “rosários” proferidos em quase todo o território e ensinados pelos mestres. São citados principalmente cânticos para Sto. Antônio e S. Francisco. A proeminência absoluta, porém, era de louvações a Nossa Senhora. Estas “ladainhas” (como são comumente descritas) eram difusas por muitas regiões no período, entoadas em situações distintas: recepção da comitiva de missão, missas, ritos fúnebres, dentre outras⁴¹.

Frei Rafael compartilhava com os congueses esta devoção e abastecia-os com imagens e insígnias para a louvação da virgem:

À noite se ajuntou o Povo a cantar o Terço de Maria SS.ma na sua língua, e a Ladainha como se costuma, a que nós assistimos, animando-os nesta santa Devoção; para o que lhe pus diante uma devota e perfeita imagem de Nossa Senhora da Conceição, que trazia na minha companhia, que eles não se saciavam de ver, porque não tinham no seu pobre oratório mais do que uma pouco perfeita imagem do N. P. S. Francisco, e advertia aqui, e para diante serem estes Povos devotos de Nossa Senhora, pois lhes ouvia de noite, e muitas vezes de madrugada, entoar os seus louvores, os quais eu muitas vezes acompanhava animando-os com algumas práticas.⁴²

O uso do quicongo parece ter sido hegemônico nos cânticos rituais no período da segunda metade do século XVIII. Em espaços oportunos, são descritas cantorias em latim, que ocorriam por iniciativa do missionário. O ensinamento do repertório ritual mais difundido, em língua local, era feito pelos mestres.⁴³

Frei Rafael reconheceu os cânticos de louvação à Virgem em quicongo, e não hesitou em aprendê-las com os mestres e reproduzi-las à maneira conguesa:

Em obséquio desta mesma Senhora Mãe de Deus, e dos pecadores, e nossa particular protectora, faço celebrar todos os sábados em louvor da sua Imaculada Conceição, cantando o Povo o seu Rosário na Igreja; logo eu, revestido de capa de asperges, que a temos preciosa, levanto a Salve na mesma língua do Congo, e a canto com o Povo a seu modo.⁴⁴

Essa postura de frei Rafael permitiu uma troca de saberes com os mestres, absorvendo os exercícios rituais locais e oferecendo novas informações que ampliava o repertório dos mestres, como cânticos em latim:

Logo se segue a Missão, no fim a Ladainha cantada com a antífona Tota pulchra, que eu tenho ensinado aos Mestres, e discípulos, como também o hino de Santa Bárbara todos os dias para ser nossa advogada, em terra de tantas

⁴¹ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 25-33.

⁴² Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 32-33.

⁴³ CORREA, Arlindo. Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...), p.6.

⁴⁴ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 217.



trovoadas; e a Antífona Stella Coeli, por causa da peste, que tem havido, o que já eles fazem sofrivelmente.⁴⁵

Frei Dicomano, por sua vez, assumiu uma postura completamente diferente. Recusava-se a reconhecer a condução ritual local como válida e como consequência, travou constantes disputas pela exclusividade de seus preceitos europeus frente os modos locais. Como consequência, fora repreendido por mestres, que a partir de sua posição de autoridade, se dispunham inclusive a informá-lo:

Porque cabe, dizem eles, aos Mestres e aos escravos idosos instruir bem o Missionário, e com minha grande aflição me foi dito muitas vezes que eu não estava bem instruído, quando os repreendia por estes preconceitos, e pela péssima vida que levavam.⁴⁶

A autossuficiência dos mestres em relação aos missionários (esparcos no período) deve ter colaborado para a difusão dos rituais e ensinamentos com características próprias e soberanas frente à regra eclesiástica. Os vínculos de dependência estavam estabelecidos com as elites locais (em muitas localidades), que os sustentavam. Como, por exemplo, o caso do marquês de Mbamba informado por Savona:

(...) e ele mantém sempre a igreja de pedra e terra e todos os sábados convoca seus vassalos mais próximos a recitarem a doutrina e santo rosário e mantém um mestre que é capaz de ensiná-la. É um bom príncipe católico e se chama D Alvaro Agua Rosada Romano Leite(...).⁴⁷

Em *Mbanza Congo*, na última década do século XVIII, Dicomano nos informa sobre “o costume na Cidade de Mbanza Congo de cantar as *Ladainhas de Nossa Senhora, porque estão vivos ainda alguns Mestres antigos e uma mulher de idade que lhes paga*”⁴⁸. Em geral, estes mestres e intérpretes parecem ter origem nas elites políticas conguesas; em muitos casos os próprios chefes de *mbanzas* ou províncias eram também mestres ou intérpretes, o que ocorria em geral nas localidades com maior ligação com a tradição política do antigo reino: Soyo, Mpinda, Mucondo, Quibango, Mbamba Congo e Luvota. Esses títulos vinculados à tradição cristã eram, evidentemente, ferramentas de legitimidade política, e acreditamos ter sido este seu significado essencial⁴⁹.

Autores que se dedicaram aos períodos anteriores (séculos XVI e XVII) se lançaram de maneiras diferentes ao desafio de compreender as particularidades da relação dos congueses com

⁴⁵ Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, fl. 217.

⁴⁶ CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 6.

⁴⁷ Tradução livre: “(...) e Lui mantiene sempre la Chiesadi Pietra, e terra, e tutti li sabati, e feste fã convocare suoi vassali più vicini, a recitare la Dottrina, e Santo Rosario, e mantiene a sue spese maestri capaci per insegnarla, e la fã da buon Principe Cattolico, e si chiama D. Alvaro Agua Rosada Romano Leite (...)”. TOSO, Carlo. *Relazioni inedite di P. Cherubino Cassinis da Savona sul Regno del Congo e sue Missioni*, p. 210.

⁴⁸ Exemplos em Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, hoje bispo de São Tomé (1798). *Academia das Ciências de Lisboa, MS Vermelho 296*, fl. 35, 53 e 135.

⁴⁹ CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (...)*, p. 4-5.



o catolicismo. Uma vertente, significativamente influenciada pelos trabalhos antropológicos contemporâneos, (principalmente de MacGaffey)⁵⁰ trabalha com a ideia de “tradução” cultural, nela se destaca Anne Hilton, que lidou principalmente com os períodos de maior contato com missionários europeus (séculos XVI e XVII). Esta autora buscou na “cosmologia” dos baongo contemporâneos os possíveis motivos mentais para a incorporação do catolicismo no Congo no suposto “idioma original”.⁵¹

Outra vertente, representada exclusivamente por Thornton, acredita que catolicismo foi incorporado ao sistema religioso e político congolês durante as primeiras décadas de contato, mantendo (em essência) suas características europeias. Isso ocorreu, segundo ele, graças às semelhanças que os dois sistemas (culturais e políticos) apresentavam no início do século XVI. Essas similitudes possibilitaram a formação de um “catolicismo nacional congolês”, que possuía suas especificidades, porém compatível com os outros “catolicismos” europeus⁵². Em trabalho mais recente (juntamente com Heywood) Thornton denominou este catolicismo de “crioulo”⁵³. Há, para este autor, uma ideia de incorporação (e adaptação), pelos congoleses dos padrões europeus. Não se trata, porém, de uma incorporação que se deu por aculturação ou imposição de um lado ao outro.

Estas interpretações historiográficas que tratam do Congo anterior (séculos XVI e XVII) são bastante particulares entre si e apontam para possibilidades interessantes, porém, as especificidades do período de nosso recorte cronológico em relação aos períodos anteriores, nos obrigaram a buscar os sentidos “africanizados” do catolicismo por um viés de transformações históricas internas à própria lógica congoleza. Alguns autores (principalmente Thornton e Hilton) chamaram atenção para a importância de agentes católicos locais na construção de um “catolicismo congolês” ou “tradução entre cosmologias”. Nenhum deles, porém, questionou os papéis tradicionais na hierarquia de missão, ou apontou a uma “inversão” que submeteria o padre a um sistema controlado por atores locais. É possível que tais características, da forma apontada neste artigo, sejam específicas do período pós-restauração, devido à autonomização com relação aos agentes europeus e, sobretudo (segundo nosso argumento) em decorrência da montagem de um novo paradigma político que atribuía ao catolicismo significados particulares.

⁵⁰ MACGAFFEY, Wyatt. *Dialogues of the deaf: Europeans on the Atlantic coast of Africa*. 1996.

⁵¹ A primeira estudiosa a realizar tal abordagem histórico-cosmológica foi Anne Hilton: Hilton, Anne. *The Kingdom of Kongo*. 1985.

⁵² THORNTON John K. *The development of an african Catholic Church in the Kingdom of Kongo*, p. 150-165.

⁵³ HEYWOOD, L e THORNTON John K. *Central African Creoles and The Foundation of the Americas*, p. 135-143.



Susan Herlin Broadhead, única autora a estudar o período (séculos XVIII e XIX) privilegiou o fator comercial para compreender a estrutura política e transformações políticas no Congo. Desta forma, acabou por subestimar a importância de práticas cristãs como um elemento de compreensão histórica, mesmo não os tendo ignorado. Admitiu que a cristandade teria sido pilar de uma identidade conguesa, porém minimizou-a frente a uma organização política, que aos seus olhos era essencialmente fragmentada⁵⁴. Em um artigo posterior, atribui maior relevância ao catolicismo como argumento de identidade política, mas sem aprofundar a operação deste sistema⁵⁵. Portanto, sem significativas contribuições para nosso recorte temático neste trabalho.

Diante desta análise das fontes do período apresentadas neste artigo, observamos a primazia da agência conguesa, através de seus especialistas rituais, no processo de catequese e nas práticas rituais católicas. Estes operadores rituais locais eram sustentados por membros das elites (e originários da mesma) conferindo aos que acessavam aos rituais alta distinção social. Da mesma maneira que a prática matrimonial cristã (em seu sentido europeu, incompatível à organização familiar centro-africana) funcionava como elemento de legitimação do poder político da *muana* Congo, detendo sentido essencialmente político, uma vez que agregava um novo título e rememorava a tradição do Congo centralizado de outrora.

A autonomia das práticas sacramentais frente ao catolicismo europeu era naturalmente consequência da soberania das elites conguesas sobre o próprio território no período e dos interesses envolvidos em rememorar a tradição política por parte da *muana* Congo. Parece-nos impertinente um enquadramento historiográfico destas práticas sacramentais e seus agentes locais em uma perspectiva da expansão da Igreja católica ou do poderio de expansão do império português (portanto luso ou cristocêntrica) para o Congo pós-restauração. Era aos interesses dos próprios congueses (ao menos da *muana* Congo) que serviam as práticas cristãs. Portanto, somente a perspectiva que privilegia a agência histórica local tem potencial para revelar as particularidades e complexidades deste período indelével da história do Congo.

Recebido em: 21/01/2013.
Aprovado em: 22/07/2013.

⁵⁴ BROADHEAD, Susan H. *Trade and Politics on the Congo coast*, p.53-60.

⁵⁵ _____. *Beyond Decline*. p. 615- 650.